



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE ESTUDOS DA LINGUAGEM

FÁBIO ARAÚJO OLIVEIRA

HISTORICIZAÇÃO E INSTITUCIONALIZAÇÃO
DAS MASCULINIDADES NO BRASIL

Campinas

2015

FÁBIO ARAÚJO OLIVEIRA

HISTORICIZAÇÃO E INSTITUCIONALIZAÇÃO
DAS MASCULINIDADES NO BRASIL

Tese apresentada ao Instituto de Estudos da Linguagem, da Universidade Estadual de Campinas, para obtenção do título de doutor em Linguística.

Orientador: Profa. Dra. Carolina Maria
Rodríguez Zuccolillo.

**Este exemplar corresponde à versão final
da Tese defendida pelo aluno Fábio Araújo
Oliveira e orientada pela Profa. Dra.
Carolina María Rodríguez Zuccolillo.**

Campinas

2015

Agência(s) de fomento e nº(s) de processo(s): CNPq, 142975/2005-2

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca do Instituto de Estudos da Linguagem
Crisllene Queiroz Custódio - CRB 8/8624

OL4h Oliveira, Fábio Araújo, 1975-
Historicização e institucionalização das masculinidades no Brasil / Fábio Araújo Oliveira. – Campinas, SP : [s.n.], 2015.

Orientador: Carolina María Rodríguez Zuccolillo.
Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem.

1. Análise do discurso. 2. Masculinidade - Brasil - História. 3. Sujeito (Análise do discurso). I. Rodriguez Zuccolillo, Carolina Maria, 1964-. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Estudos da Linguagem. III. Título.

Informações para Biblioteca Digital

Título em outro idioma: Historicization and institutionalization of masculinities in Brazil

Palavras-chave em inglês:

Discourse analysis

Masculinity - Brazil - History

Subject (Discourse analysis)

Área de concentração: Linguística

Titulação: Doutor em Linguística

Banca examinadora:

Carolina María Rodríguez Zuccolillo [Orientador]

Ana Cláudia Fernandes Ferreira

Lauro José Siqueira Baldini

Mónica Graciela Zoppi Fontana

Pedro de Souza

Data de defesa: 16-12-2015

Programa de Pós-Graduação: Linguística

BANCA EXAMINADORA:

Carolina María Rodríguez Zuccolillo

Ana Cláudia Fernandes Ferreira

Lauro José Siqueira Baldini

Mónica Graciela Zoppi Fontana

Pedro de Souza

Cristiane Pereira Dias

Gilberto Nazareno Telles Sobral

Suzy Maria Lagazzi

IEL/UNICAMP

2015

Ata de defesa com as respectivas assinaturas dos membros encontra-se no processo de vida acadêmica do aluno.

À minha família, pelo amor,
proteção e ensinamentos me
dados.

AGRADECIMENTOS

A Deus.

À Universidade do Estado da Bahia, pelo incentivo e apoio.

À Profa. Dra. Carolina Maria Rodríguez Zuccolillo, pela participação ativa e direta nessa nossa caminhada de investigação sobre as masculinidades no Brasil, bem como pela sua compreensão dos meus limites e incentivo constante para a minha produção científica, meu agradecimento.

Ao Instituto de Estudos da Linguagem da Unicamp, onde tive a oportunidade de dar um importante passo para o meu crescimento científico e profissional.

Ao Cartel “A diferença sexual” (2013 e 2014) do Campo Psicanalítico de Salvador, Ba, pelo meu amadurecimento sobre questões da masculinidade na Psicanálise.

A todas as pessoas que participaram, contribuindo para realização deste trabalho, direta ou indiretamente, meu agradecimento.

Criou Deus o homem à sua imagem, à
imagem de Deus o criou;
homem e mulher os criou.

(Gênesis, 1:26)

RESUMO

A partir do entendimento de que há no Brasil, desde a década de 1990 até os nossos dias, o Discurso das Masculinidades, ou seja, a existência de um conjunto de práticas diversas de criação, colonização e/ou propagação de diferentes posições do masculino, analisamos, nesse trabalho, a “historicização e institucionalização” das masculinidades no Brasil. Para isso, utilizamos os pressupostos teórico-metodológicos da Análise do Discurso de linha francesa, criada por Pêcheux e bastante desenvolvida no Brasil. Nessa perspectiva, selecionamos algumas das publicações dos *estudos das masculinidades* e investigamos seus aspectos ideológicos e seus efeitos na constituição do Discurso das Masculinidades. Acreditamos que um dos mais importantes efeitos dos *estudos das masculinidades* é o de organizar e orientar sentidos em torno de um saber que pluraliza o masculino, funcionando como um “significante mestre” dentro do Discurso das Masculinidades. A organização de sentidos a que nos referimos acontece principalmente pela “historicização” do vocábulo “masculinidades”, no plural. Assim, embora existam práticas que construam, propaguem e/ou explorem posições diversas de masculinidade, como a ressignificação da homossexualidade empreendida inicialmente pelo movimento gay, ou a criação de novas formas de um homem consumidor feita pela publicidade, por exemplo, são os *estudos das masculinidades* que engendram o termo masculinidades e o desenvolvem. A entrada e permanência desse termo no campo do simbólico, bem como o seu valor, contribuem de forma decisiva para atar sentidos e legitimá-los em um mesmo conjunto, o do Discurso das Masculinidades. Isso significa que a memória passou a dispor de um léxico que remete diretamente à realidade que estamos abordando, como se tivesse um dispositivo que fizesse isso explicitamente. Além disso, em seu processo de institucionalização, as masculinidades produzem efeitos, como o surgimento de políticas públicas sobre o assunto.

PALAVRAS-CHAVE: Discurso das masculinidades. Estudos das masculinidades. Sujeitos das masculinidades.

ABSTRACT

Taking into account that since the 1990s, the Discourse of Masculinities has been present in Brazil, that is, a set of practices developed in order to create, colonize and/or disseminate the different positions of masculine, this study aims at analyzing the “historicization and institutionalization” of masculinities in Brazil. For this, we have used the theoretical and methodological studies of the French School of Discourse Analysis, created by Pêcheux and well developed in Brazil. Moreover, we have selected some publications on the *studies of masculinities* and analyzed their ideological aspects as well as their impact on the construction of the Discourse of Masculinities. We believe that one of the most important contributions of the *studies of masculinities* is to organize and guide meanings around an idea that include plural masculinities, working as a “master signifier” in the Discourse of Masculinities. The organization of meanings previously mentioned takes places by the “historicization” of the word “masculinities”, plural form. Thus, even though there are practices that build, disseminate and/or explore different positions of masculinity, such as the resignification of homosexuality, first undertaken by the gay movement, or the new portrait of the male consumer, developed by advertising companies, the studies of masculinities are the ones responsible for generating and developing the term. The entry and permanence of the term in the field of the symbolic as well as its value, contribute decisively to tie and legitimate meanings in the same set, namely the Discourse of Masculinities. It means that memory now has a term that refers directly to the reality we are talking about, as if there was a device to do that explicitly. Besides, in the process of institutionalization, masculinities produce effects, such as the emergence of public policies on the subject.

KEY WORDS: Discourse of masculinities. Study of masculinities. Subjects of masculinities.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
1 POR UMA HISTÓRIA DAS MASCULINIDADES	19
1.1 INTRODUÇÃO	20
1.2 A ABORDAGEM ACADÊMICA SOBRE AS MASCULINIDADES	20
1.3 OS ESTUDOS DAS MASCULINIDADES NO BRASIL	31
1.4 MASCULINIDADES E SUAS CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO	35
1.5 MASCULINIDADE HEGEMÔNICA E VITIMIZAÇÃO	47
1.6 SEXO, SEXUALIDADE E GÊNERO NOS ESTUDOS DAS MASCULINIDADES	51
1.7 MASCULINIDADE NA PSICANÁLISE	61
1.8 CONCLUSÃO	67
2 HISTORICIZAÇÃO E INSTITUCIONALIZAÇÃO DAS MASCULINIDADES NO BRASIL	69
2.1 INTRODUÇÃO	69
2.2 A SEMÂNTICA E A RELAÇÃO ENTRE LINGUÍSTICA E ANÁLISE DO DISCURSO	70
2.2.1 Análise Automática do Discurso, Linguística e Psicanálise	71
2.2.2 Análise Automática do Discurso e Semântica	73
2.2.3 A Enunciação	74
2.2.4 A teoria dos esquecimentos	75
2.3 O DISCURSO	77

2.3.1 Língua e história	80
2.4 O DISCURSO DAS MASCULINIDADES	81
2.5 OS ESTUDOS DAS MASCULINIDADES: DISCURSO FUNDACIONAL	84
2.5.1 A crise do masculino	89
2.5.2 Masculinidades e seu discurso fundacional	89
2.6 HISTORICIZAÇÃO E INSTITUCIONALIZAÇÃO DAS MASCULINIDADES NO BRASIL	93
2.6.1 O corpus	94
2.6.2 Propriedades discursivas	96
2.7 OS SUJEITOS DAS MASCULINIDADES	108
2.8 OS ESTUDOS DAS MASCULINIDADES E A PERSPECTIVA DO CONSTRUTIVISMO DE GÊNERO	122
2.9 ESTUDOS DAS MASCULINIDADES E DISCURSO DAS MASCULINIDADES	130
2.10 CONCLUSÃO	133
3. O DISCURSO FUNDACIONAL DAS MASCULINIDADES: já-dito, pré-construído, o dizível	135
3.1 INTRODUÇÃO	135
3.2 MEMÓRIA E INTERDISCURSO	136
3.3 SIGNIFICAÇÃO E RESSIGNIFICAÇÃO DA IDENTIDADE HOMOSSEXUAL ...	140
3.4 A DEFESA DA DIVERSIDADE SEXUAL	149
3.4.1 O bissexual	150
3.4.2 Os travestismos: travesti, transexual e homens que se vestem de mulher ...	151

3.4.3 Os transgêneros	162
3.4.4 O discurso da diversidade sexual	164
3.5 O SURGIMENTO E A PROPAGAÇÃO DO METROSSEXUAL	171
3.6 RELAÇÕES DE SENTIDO	179
3.7 CONCLUSÃO	183
4 DISCURSO DAS MASCULINIDADES E POLÍTICAS PÚBLICAS: efeitos de sentido, sustentação, silenciamento e apagamento	185
4.1 INTRODUÇÃO	186
4.2. MASCULINIDADES E POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL: presença	186
4.3 MASCULINIDADES E POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL: ausência	196
4.3.1 Pluralidade Cultural – 2ª parte	201
4.4 MASCULINIDADES E POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL: presença-ausência	204
4.5 CONCLUSÃO	210
5 QUESTÕES DO/NO DISCURSO DAS MASCULINIDADES	212
5.1 INTRODUÇÃO	212
5.2 A QUESTÃO DA DIFERENÇA SEXUAL	212
5.2.1 A diferença sexual na psicanálise	213
5.2.2 Problemas a respeito da diferença sexual	219
5.2.3 O real da diferença sexual	220
5.3 A QUESTÃO DO SUJEITO	222
5.3.1 Sujeito e Ideologia	224
5.3.2 Só há causa daquilo que falha	226
5.4 ANÁLISE DO DISCURSO E PSICANÁLISE	230

5.5 CONCLUSÃO	231
CONCLUSÃO	233
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	237

INTRODUÇÃO

*Eu tava encostad'ali minha guitarra
 No quadrado branco vídeo papelão
 Eu era o enigma, uma interrogação
 Olha que coisa mais que coisa à toa, boa boa boa boa
 Eu tava com graça...
 Tava por acaso ali, não era nada
 Bunda de mulata, muque de peão
 Tava em Madureira, tava na bahia
 No Beaubourg no Bronx, no Brás e eu e eu e eu e eu
 A me perguntar: Eu sou neguinha?
 Era uma mensagem lia uma mensagem
 Parece bobagem mas não era não
 Eu não decifrava, eu não conseguia
 Mas aquilo ia e eu ia
 Eu me perguntava: era um gesto hippie, um desenho estranho
 Homens trabalhando, pare, contramão
 E era uma alegria, era uma esperança
 E era dança e dança ou não ou não ou não ou não ou não tava perguntando:
 Eu sou neguinha?
 Eu sou neguinha?
 Eu sou neguinha?
 Eu tava rezando ali completamente
 Um crente, uma lente, era uma visão
 Totalmente terceiro sexo totalmente terceiro mundo terceiro milênio carne nua nua nua
 nua nua nua nua
 Era tão gozado
 Era um trio elétrico, era fantasia
 Escola de samba na televisão
 Cruz no fim do túnel, becos sem saída
 E eu era a saída, melodia, meio-dia dia dia
 Era o que dizia: Eu sou neguinha?
 Mas via outras coisas: via o moço forte
 E a mulher macia den'da escuridão
 Via o que é visível, via o que não via
 O que a poesia e a profecia não vêem mas vêem, vêem, vêem, vêem, vêem,
 É o que parecia
 Que as coisas conversam coisas surpreendentes
 Fatalmente erram, acham solução
 E que o mesmo signo que eu tenho ler e ser
 É apenas um possível ou impossível em mim em mim em mil em mil em mil
 E a pergunta vinha:
 Eu sou neguinha?
 Eu sou neguinha?
 Eu sou neguinha?
 (VELOSO, Caetano. Eu sou Neguinha? 2010a)*

No mundo contemporâneo, diversos “tipos masculinos” podem ser significados como formas de masculinidade. No Brasil, isso foi possível desde a década de 1990, depois do surgimento dos chamados “estudos das masculinidades”, que criaram, utilizaram e divulgaram a etiqueta masculinidades. De um modo geral, esses estudos costumam investigar, de um lado, aspectos considerados problemáticos de construções masculinas e, de outro lado, possibilidades de construções masculinas consideradas marginalizadas ou significadas negativamente na sociedade.

Os estudos das masculinidades constituem-se como um acontecimento, na medida em que seus enunciados funcionam como um discurso fundacional¹, ou seja, um discurso que se apresenta como fundador de novos sentidos. Dessa forma, esses estudos fazem parecer que é recente a abordagem de formas masculinas divergentes do que se considera a masculinidade padrão, ou seja, seus enunciados funcionam como um discurso fundacional das masculinidades. Para isso, esses estudos delimitam limites e domínios e permitem novos gestos de interpretação.

Como acontecimento, os estudos das masculinidades instauram um presente, ao mesmo tempo em que instauram um passado e um futuro. É a temporalidade desse acontecimento que nos aponta para a compreensão de um discurso das masculinidades, que se apresenta como uma nova realidade, a partir da defesa de que o masculino é plural. Nesse discurso, há múltiplos questionamentos a respeito de qualquer forma unitária para representar tal “categoria”. Conseqüentemente, nele se engendram, abordam e/ou exploram “novas” e/ou diversas formas de identificação masculina.

A partir do discurso das masculinidades, variadas posições de sujeito já existentes puderam ser interpretadas como tipos masculinos. Assim, a maioria das posições dos discursos de militância, promovidos por movimentos sociais, a exemplo do movimento de gays e lésbicas e do movimento da diversidade sexual, como gay, bissexual, travesti, transexual, transgênero, intersexual, puderam ser entendidas como formas de masculinidades. As consideradas posições que se referem a “novas” formas de ser homem, presentes

¹ Sobre o discurso fundacional, conferir a página 78 deste trabalho.

principalmente nos discursos midiáticos, promovidos pelos diversos segmentos da publicidade e propaganda, como metrossexual, überssexual, também puderam ser entendidas como tipos de masculinidade. Esses discursos são instituídos pelo discurso das masculinidades como seu passado, através do papel da memória, reaparecendo como algo “já-dito” em outro lugar, de outra forma.

O discurso das masculinidades também aborda construções masculinas sustentadas em aspectos considerados problemáticos, principalmente em relação à violência e à carência de cuidados com a própria saúde e o próprio corpo. Assim, diversas categorizações do masculino nesse campo são significadas como masculinidades, a exemplo de presidiários, infratores, estupradores, perversos, machos etc. Dessa forma, o discurso das masculinidades filia-se também a discursos jurídicos e médicos.

Como o discurso das masculinidades nos diz que a construção do masculino é múltipla, é possível aplicar isso a uma infinidade de identificações sustentadas numa construção de sujeito considerada masculina. As salas de bate-papo na internet são um bom exemplo disso. Nas de sexo, por exemplo, encontram-se homens dominadores, submissos, cornos, comedores, heterossexuais “punheteiros”, vovôs, maduros, evangélicos, homens de calcinha, gays, veados etc. A todas essas formas de identificações pode-se chamar atualmente de formas de masculinidades.

Além disso, o discurso fundacional das masculinidades, embora com pouco fôlego, tem produzido outros efeitos explícitos, como, por exemplo, o surgimento de políticas públicas sobre masculinidades promovidas pelo poder público, em suas diversas esferas administrativas, e por ONGs.

Neste trabalho, pretendemos compreender o funcionamento do discurso das masculinidades, a partir da perspectiva teórica da Análise do Discurso. Para isso, construiremos uma história de sua emergência e analisaremos discursivamente algumas publicações dos estudos das masculinidades e alguns textos de políticas públicas sobre o assunto.

No primeiro capítulo, abordaremos o debate acadêmico sobre as masculinidades, enfocando o seu surgimento e desenvolvimento, e

centraremos de forma específica os estudos das masculinidades no Brasil, analisando algumas de suas importantes publicações e identificando os seus principais temas desenvolvidos em diversos textos. Também abordaremos o contexto sócio-histórico e ideológico desse debate. Nessa perspectiva, outra questão que enfocaremos é a construção de uma masculinidade hegemônica e a vitimização de algumas das chamadas masculinidades marginalizadas, subordinadas, ou não hegemônicas. Além disso, abordaremos a discussão acadêmica sobre sexo, sexualidade e gênero, a partir de autores considerados como referência no assunto. Essas abordagens compõem um breve panorama da história das masculinidades no Brasil e no mundo. Portanto, conhecê-las nos dará suporte para as análises que faremos nos outros capítulos, já que teremos traçado o pano de fundo das questões a serem abordadas.

No segundo capítulo, analisaremos a historicização e a institucionalização das masculinidades no Brasil. Para essa análise, começaremos o capítulo abordando o conceito de discurso para a análise do discurso, teoria mobilizada em nossa pesquisa, já que tal noção é bastante utilizada em diversas áreas e com sentidos muitas vezes distintos. Também abordaremos os conceitos de língua e história, pois eles são fundamentais para uma compreensão inicial do que é o discurso na teoria em questão. Dito o que é discurso do ponto de vista teórico, abordaremos o que entendemos como discurso das masculinidades, contando uma breve história de sua formação, identificando algumas de suas práticas e destacando a importância dos estudos das masculinidades para a construção desse discurso. Tudo isso nos servirá de apoio para a análise da historicização e institucionalização aqui proposta.

No terceiro capítulo, analisaremos práticas discursivas, às quais o discurso das masculinidades filia-se, que em certa medida questionaram a noção hegemônica e homogênea do masculino e/ou interpretaram tipos do masculino distintos de um modelo tradicional de homem. Essas práticas são a busca da resignificação positiva da identidade homossexual, o discurso da diversidade sexual e o surgimento e a propagação da identidade metrossexual. Elas são instituídas pelo acontecimento do discurso das masculinidades como seu passado. Para essa análise, abordaremos o conceito de memória ou

interdiscurso da Análise do Discurso, um conceito-chave para a teoria e análise em questão. Dessa forma, analisaremos o “já-dito”, o “pré-construído” do discurso das masculinidades.

No quarto capítulo, abordaremos o discurso das masculinidades e os seus efeitos de sentido nas recentes políticas públicas na área das masculinidades. Essas políticas enfocam predominantemente questões relacionadas à violência praticada por homens, aos direitos sexuais e reprodutivos, à saúde dos homens e à diversidade de gênero. São desenvolvidas por órgãos governamentais municipais, estaduais, nacionais, como também por outras instituições, como universidades, ONGs etc. Todavia, normalmente são planejadas por ONGs ou universidades e recebem o apoio do poder público estatal. Tais políticas públicas filiam-se aos estudos das masculinidades. Abordaremos também políticas públicas com temáticas que possibilitariam a inclusão de uma consideração das masculinidades, mas ou se omitiram a respeito do assunto, ou não discutiram explicitamente o tema. Essa abordagem visa considerar relações de poder que sustentam, silenciam ou apagam práticas específicas do discurso das masculinidades. Nessa perspectiva, abordaremos as políticas públicas sobre as masculinidades através de três categorias analíticas criadas para este fim: presença, ausência e presença-ausência. Através de tais categorias, analisaremos o funcionamento discursivo dessas práticas.

No quinto e último capítulo, abordaremos duas grandes questões que atravessam o discurso das masculinidades, caracterizando suas práticas: a questão da diferença sexual e a questão do sujeito. Ambas pertencem a esferas dominantes de poder e, portanto, reproduzem algo desse poder em um discurso que se apresenta como contemporâneo, subversivo e fundador.

Esperamos que esse trabalho possa contribuir para o debate da questão das masculinidades. É uma questão que tem produzido efeitos de sentido significativos, principalmente na área da ciência, educação e das políticas públicas, mas também nos discursos midiáticos e no cotidiano em geral.

1. POR UMA HISTÓRIA DAS MASCULINIDADES

Compositor de destinos
 Tambor de todos os ritmos
 Tempo, tempo, tempo, tempo
 Entro num acordo contigo
 Tempo, tempo, tempo, tempo...
 Por seres tão inventivo
 E pareceres contínuo
 Tempo, tempo, tempo, tempo
 És um dos deuses mais lindos
 Tempo, tempo, tempo, tempo...
 Que sejas ainda mais vivo
 No som do meu estribilho
 Tempo, tempo, tempo, tempo
 Ouve bem o que te digo
 Tempo, tempo, tempo, tempo...
 Peço-te o prazer legítimo
 E o movimento preciso
 Tempo, tempo, tempo, tempo
 Quando o tempo for propício
 Tempo, tempo, tempo, tempo...
 De modo que o meu espírito
 Ganhe um brilho definido
 Tempo, tempo, tempo, tempo
 E eu espalhe benefícios
 Tempo, tempo, tempo, tempo...
 O que usaremos prá isso
 Fica guardado em sigilo
 Tempo, tempo, tempo, tempo
 Apenas contigo e comigo
 Tempo, tempo, tempo, tempo...
 E quando eu tiver saído
 Para fora do teu círculo
 Tempo, tempo, tempo, tempo
 Não serei nem terás sido
 Tempo, tempo, tempo, tempo...
 Ainda assim acredito
 Ser possível reunirmo-nos
 Tempo, tempo, tempo, tempo
 Num outro nível de vínculo
 Tempo, tempo, tempo, tempo...
 Portanto peço-te aquilo
 E te ofereço elogios
 Tempo, tempo, tempo, tempo
 Nas rimas do meu estilo
 Tempo, tempo, tempo, tempo...
 (VELOSO, Caetano. *Oração ao tempo*, 2010b)

1.1 INTRODUÇÃO

Neste capítulo, abordaremos o debate acadêmico sobre as masculinidades, tentando compreender o seu surgimento e desenvolvimento através da produção científica de autores que se preocuparam com a questão. Além disso, centraremos nossa atenção nos estudos das masculinidades no Brasil, analisando algumas de suas importantes publicações e identificando os seus principais temas desenvolvidos em diversos textos. Também abordaremos o contexto sócio-histórico e ideológico desse debate, a partir de uma discussão sobre a chamada política de identidades e o multiculturalismo.

Nesse contexto, outra questão que enfocaremos é a construção de uma masculinidade hegemônica e a vitimização de algumas das chamadas masculinidades marginalizadas, subordinadas ou não hegemônicas. Essa é uma questão frequente nos estudos sobre o masculino em geral. Além disso, abordaremos a discussão acadêmica sobre sexo, sexualidade e gênero, a partir de autores considerados como referência no assunto.

Todas essas abordagens compõem um breve panorama da história das masculinidades no Brasil e no mundo. Portanto, conhecê-las nos dará subsídios para as análises que faremos nos próximos capítulos, já que teremos traçado o pano de fundo das questões a serem abordadas. Vale ressaltar que essa história que apresentaremos é em sua grande parte o nosso recorte de produções científicas pertinentes sobre a época em que vivemos e sobre o debate acadêmico a respeito do gênero e das masculinidades especificamente.

1.2 A ABORDAGEM ACADÊMICA SOBRE AS MASCULINIDADES

De repente, o mundo acadêmico ocidentalizado, principalmente na área das ciências humanas, foi flagrado falando de masculinidades. Autores que

ingressaram na investigação dessa questão buscaram compreender o surgimento desse debate. Para Oliveira,

Poder-se-ia redargüir e dizer que não é de hoje que se discute masculinidade. De fato, os homens sempre foram objeto das pesquisas em ciências sociais. Estudos sobre a classe trabalhadora, as gangues e delinqüentes, os papéis sexuais e a família, sobre sexualidade e identidade, além de muitos outros, tangenciaram o tema, mas nunca chegaram a colocar o homem, em sua condição de ser masculino, enquanto tópico essencial do debate acadêmico. (OLIVEIRA, 2004, p. 143)

De fato, a abordagem sobre os homens e a masculinidade não é algo recente, afinal na história das civilizações não se falou apenas das mulheres, assim como não se falou apenas de um tipo de homem. O que é recente, entretanto, é a investigação dos homens e da masculinidade como objeto específico no campo dos estudos de gênero.

Segundo Oliveira,

Um dos primeiros trabalhos que discuti, ainda que de forma indireta, o tema da masculinidade foi o livro *The Gang*. Nessa obra, de 1927, Trasher elegeu a delinqüência juvenil como problema social digno de investigação. Em 1943, foi publicada outra pesquisa que merece referência: *Street Corner Society*, em que Whyte examinava fatores relacionados ao baixo rendimento escolar de garotos. O foco dessas análises, no entanto, era mais a situação do desajuste do que a questão da masculinidade, ou seja, a delinqüência ou o baixo rendimento escolar. (ibidem, p. 144)

De acordo com o autor (ibidem), nas décadas de 1950 e 1960, os papéis sexuais foram objetos de investigação de estudos baseados no paradigma funcionalista, que vivia um grande momento acadêmico de hegemonia. Em importantes desses estudos, a partir da discussão das razões de disfunções dos papéis sexuais, as disfunções do homem foram atribuídas à “ausência

paterna” ou aos “fardos da masculinidade”, e até mesmo à sua “feminilização”. Conforme Cecchetto,

A idéia de papel sexual foi objeto de muitas críticas pelo seu compromisso com o legado funcionalista e por ser uma forma de conceber a construção dos gêneros de modo dicotômico, postura que sugeria uma interpretação essencialista de que as noções de ser homem ou ser mulher seriam elaborações ou simples reflexos de dados biológicos. Essa primeira tentativa de desenvolver uma ciência da masculinidade centrada na idéia de papel encontra-se atrelada a uma concepção central de que homem e mulher possuíam uma essência ontologicamente diferente. Para Robert Connel², isso representou uma tentativa de retorno às teorias evolucionistas do século XIX, em que a ciência sustentava a crença em diferenças inatas entre homens e mulheres. (CECCHETTO, 2004, p. 59)

Oliveira nos diz que foi na década de 1970, época de declínio da hegemonia do funcionalismo, que a masculinidade se tornou objeto de análise para alguns estudos.

Ela [a masculinidade] passou a ocupar o centro das preocupações e deixou de ser temática secundária derivada de outros interesses. Essa guinada esteve associada ao então reativado movimento feminista que no pós-guerra, e principalmente nas décadas de 1960 e 1970, passava por um momento de grande efervescência. (OLIVEIRA, 2004, p. 144)

A especificação da masculinidade pelos estudos de gênero e o seu interesse por ela estão relacionados, para o autor (ibidem, p. 145), ao multiculturalismo e à emergência de minorias políticas no debate intelectual, num cenário de mudanças concretas e expressivas do mundo contemporâneo.

Num primeiro momento, para sermos didáticos, o autor (ibidem) afirma que a etiqueta “masculinidade” apareceu em estudos que buscavam

² CONNELL, 2005.

problematizar a naturalização das diferenças de gênero e a legitimação de poder que beneficiavam os homens.

Numa outra perspectiva, os homens foram investigados também como vítimas da chamada dominação masculina.

A adoção desse ponto de vista funcionou quase como uma resposta à expressiva carga de denúncias, reivindicações e apelos à conscientização feminina acerca da dominação masculina. Nessa interessante inversão, o homem passava da categoria de algoz para a de afligido, de acusado a réu, de prepotente e opressor a frágil e constrangido. Em outros tempos essa pecha de fragilidade lançada às mulheres as condenava à submissão. Nessa reviravolta inesperada, o homem frágil rogava clemência pelas obrigações e “sacrifícios” necessários para o exercício do poder. (OLIVEIRA, 2004, p. 146)

Essa abordagem de uma “vitimização” do homem tem como efeito a construção do sentido de uma crise da masculinidade. Cecchetto (2004, p. 61-2) interpreta o discurso dessa crise como a tentativa de compreensão de conflitos provocados pela contradição entre o ideal do macho hegemônico e as condições de vida dos homens norte-americanos, principalmente. Para a autora, todavia, no contexto de sua pesquisa com homens:

(...) cabe dizer, portanto, que a crise da masculinidade não se aplica aos homens latinos. Essa questão, quando aplicada aos homens latinos, pode ser analisada como fazendo parte do complexo honra e vergonha masculina existente nas sociedades mediterrâneas, cujos valores foram herdados pela sociedade brasileira. (ibidem).

No Brasil, publicações de pesquisadores brasileiros que abordam direta ou indiretamente a chamada “crise do masculino” aparecem significativamente na década de 1990. Um livro bastante conhecido sobre o assunto é “Seis balas num buraco só: a crise do masculino”, de José Silvério Trevisan, publicado em 1988. Nele, o autor nos diz que:

Se, como querem seguidores/as de Michel Foucault, *as formas de poder* determinam historicamente as diferenças de gênero, o masculino deve ser entendido não apenas como uma determinação sexual da cultura mas – a partir dessa determinação de gênero – uma forma que os homens encontraram de exercer socialmente seu poder hegemônico. Nesse sentido, a crise atual do masculino seria a *crise de poder* do macho. Perdido na busca de uma nova definição de sua virilidade, o homem moderno expõe uma patética ansiedade e faz uma confissão de desamparo. Em inúmeros países já se flagrou, no bojo da crise masculina, o aparecimento de um ser híbrido mais pela perplexidade psicológica do que pela mudança real: o *homem mole*, fenômeno corrente entre os nórdicos e anglo-saxões – ao qual não estamos imunizados, nos países latinos e tropicais, onde mais cedo ou mais tarde ele virá encalhar, dentro de um processo em curso rápido. Sentindo-se culpado ante a crescente recusa dos valores masculinos “eternos”, aos quais estava acostumado, esse homem desestruturado sofre de indolência, desamparo e abulia. Não se trata do homem maricas, como se poderia supor, mas simplesmente daquele macho perplexo e inseguro sobre o papel da sua *nova masculinidade*, por ele ignorada. Muitos tiveram sua vida conjugal prejudicada pela impotência e passaram a sofrer depressão. Confusos, buscam se estruturar a partir de elementos exteriores, que possam compensar suas frágeis estruturas internas. Tentam então saídas tão divergentes quanto: o trabalho obsessivo que lhes garante a admiração externa; a sedução dom-juanesca que não admite compromissos afetivos; e até mesmo o *body building*, procurando nas academias de ginástica “uma construção corporal externa” para compensar uma falha interna – nas palavras de Elisabeth Badinter³. Diante do espelho de si mesmo, o homem moderno confronta-se com o enigma de ser ou não ser. (...) Essa dúvida por si já implica um impasse de estranhamento, pois o macho humano raramente precisou fazer perguntas sobre si mesmo. Afinal, a História sempre foi escrita à sua imagem e do seu ponto de vista. (TREVISAN, 1998, p. 24-5)

Uma interpretação possível de uma “crise do masculino” é sugerir a existência de uma época na qual o homem não vivia uma crise desse tipo, em oposição à contemporaneidade, onde tal crise emerge. O funcionamento ideológico dessa interpretação é criar, de um lado, um passado como um paraíso, no qual a construção masculina seria realizada sem grandes conflitos, pois a identidade de homem estaria muito bem definida, regulada e aceita pela

³ BADINTER, 1993.

sociedade, e de outro lado, criar um presente onde a construção da masculinidade causa conflitos para o homem.

Todavia, essa interpretação parece-nos apresentar equívocos.

Se pensarmos no que é a construção de um sujeito, é possível elaborarmos a hipótese de que sempre existiram homens que passaram por conflitos quanto ao seu papel masculino na sociedade. Dessa forma, a “crise do masculino” tem de ser analisada de outro modo. Acreditamos que ela é a problematização da construção de um sentido homogêneo e hegemônico de ser homem, ou seja, é a entrada para a história e a legitimação da existência de conflitos nas identificações do homem com o masculino. Em outras palavras, a possibilidade de compreensão da dificuldade em ser homem passa a ter voz, abrindo espaço para se pensar nas chamadas “subjetividades masculinas”. Mas ela também é uma forma de se interpretar determinados conflitos masculinos, significados como próprios da época em que a “crise” surge, como “a dificuldade do homem em relacionar-se com uma mulher independente” e “a dificuldade em ser um homem de verdade”, com todas as implicações que isso causa.

Outro problema do sentido de uma “crise do masculino” é a generalização que ela produz de que “o homem está em crise”. Se pensarmos mais uma vez no que é a construção de um sujeito, é possível duvidarmos de que todos os homens vivam uma crise em relação à sua masculinidade. Dessa forma, o homem em conflito sugerido nessa “crise” deve ser pensado na complexa relação entre a sua singularidade e os sentidos que o determinam, o que nos faz considerar a relação do sujeito com a língua e com história.

Ao apontar para a existência de conflitos na construção masculina e abrir espaço para a significação de “múltiplas masculinidades”, a “crise do masculino” atua também na produção de um novo conflito: o das múltiplas escolhas que o homem pode fazer para ocupar o seu lugar como um ser masculino, o que é típico de uma época em que as individualidades estão em foco.

Para Oliveira, na década de 1980, além de relacionada ao feminismo, a discussão sobre a masculinidade estava também ligada ao surgimento da AIDS.

A epidemia suscitou debates em que alguns tabus passaram a ser tratados e publicamente reconhecidos, como, por exemplo, a prática de relações extraconjugais homo-orientadas, nas quais os maridos contraíam a doença e contaminavam suas esposas.

(...)

Outro fator que, em função do advento da Aids, teve influência nos estudos sobre masculinidade foi a reação do movimento gay ao recrudescimento do preconceito e do estigma imputado aos que eram considerados vetores de disseminação da doença. Quase que como um efeito nervoso, a Aids ajudou o movimento a se reorganizar de modo tal que algumas vitórias puderam ser contabilizadas a seu favor, dentre as quais podem ser citadas: a formação de grupos gays de apoio a doentes e a inclusão na agenda de saúde pública de questões como o aumento de verbas para a pesquisa sobre a doença e, no Brasil, o fornecimento gratuito de remédios para os pacientes com Aids, além de ganhos simbólicos como o aumento de visibilidade social, desafiando as sociedades ocidentais contemporâneas a reconhecerem sua existência. (OLIVEIRA, 2004, p. 147-8).

O mais antigo grupo gay do Brasil, o Grupo Gay da Bahia, por exemplo, existe desde 1980 e registrou-se como sociedade civil sem fins lucrativos em 1983. Em 1988 foi nomeado membro da Comissão Nacional de Aids do Ministério da Saúde do Brasil.

Cecchetto (2004, p. 54) acredita que a “entrada” dos homens nos estudos de gênero, como seu objeto ou como sujeitos de investigação, ocorreu de forma mais consistente através dos estudos da homossexualidade. Dessa forma, no Brasil:

...os trabalhos de Peter Fry⁴ e de Fry e Mac Rae⁵ constituem um marco. Os autores salientam a importância do imaginário social brasileiro com relação à sexualidade masculina. Desde a

⁴ FRY, 1982.

⁵ FRY e MACRAE, 1985.

infância, impõe-se uma série de expectativas sociais a respeito do comportamento considerado apropriado a homens e mulheres, em que relações sexuais esperadas são heterossexuais. Como demonstra Fry, o uso da categoria homem estaria intimamente ligado ao aspecto de ser “ativo ou passivo”, “penetrar ou ser penetrado”. Nessa lógica, duas categorias emergem: homens e bichas. Homens são idealmente percebidos como “ativos” e, portanto, não são homossexuais. Bichas seriam tipificados como “passivos”, embora parceiros dos homens na relação. Assim, bichas tornam-se alvo de perseguição e são representados através de modelos de submissão, enquanto os homens seriam os únicos que possuem o privilégio do *status* de macho. (ibidem, p. 54-5)

Segundo Cecchetto (ibidem, p. 56), já existiam trabalhos sobre a masculinidade na década de 1970, mas foi no decorrer da década de 1980, principalmente em países anglo-saxões, que surgiram muitos estudos sobre a masculinidade a partir de uma perspectiva mais recente, a de sua construção social.

Carrigan, Connel e Lee, pesquisadores norte-americanos e pioneiros nessa linha de análise, concedem aos estudos feministas o estatuto de modelo paradigmático que forneceu as bases do que veio a ser posteriormente conhecido como estudos masculinos. Para os autores, o caminho aberto pelas lutas travadas pelas mulheres para reverter as tendências sexistas e patriarcais das sociedades não é desprezível na formação do campo dos men's studies. Os estudos que argumentam a partir do impacto da chamada segunda onda feminista se colocam dentro de uma perspectiva relacional de gênero, em que a masculinidade, assim como a feminilidade, é construída socialmente; é histórica, mutável e relacional⁶. (ibidem, p. 57)

Filiado às recentes teorias feministas que problematizam a dicotomia e homogeneização dos papéis sexuais, esse novo modelo de estudo da masculinidade busca romper com a cristalização do masculino. Na perspectiva da construção social da masculinidade, o gênero relaciona-se a outras categorias como etnia e classe social, por exemplo, configurando uma multiplicidade de tipos masculinos. Cada um deles corresponde a distintas

⁶ CONNEL, 2005; KIMMEL e KAUFMAN, 1995; MESSNER, 1997.

inscrições do sujeito nas áreas do trabalho, da política, da cultura etc. Assim, surge a etiqueta masculinidades nos estudos de gênero, caracterizando no Brasil os chamados “estudos sobre as masculinidades”, ou simplesmente “estudos das masculinidades”, e nos Estados Unidos os *men’s studies*. Para a autora,

Uma tendência da produção acadêmica dos *men’s studies* é a incorporação de diferentes disciplinas acadêmicas, numa variedade de abordagens elaboradas por historiadores, médicos, filósofos e pesquisadores das áreas urbanas e das comunicações, conferindo um caráter interdisciplinar a esses trabalhos. (ibidem, p. 58)

Conforme Cecchetto (ibidem, p. 63), é através dos *men’s studies* que surge uma nova noção, a da masculinidade hegemônica, como alternativa para a análise das relações de poder entre os sexos.

A masculinidade hegemônica é definida como um modelo central, o que implica considerar outros estilos como inadequados ou inferiores. Isso abre caminho para uma abordagem mais dinâmica da masculinidade: a divisão crucial entre uma masculinidade hegemônica e várias subordinadas que lhe servem de contraponto e antiparadigma. (ibidem)

Nessa perspectiva, um trabalho considerado marco é a obra *Masculinities*, de Connell (2005), que apresenta um modelo considerado novo para a análise das masculinidades, apoiado em fundamentos da psicanálise, da sociologia e da antropologia cultural. Uma de suas inovações é a compreensão da masculinidade como “configurações de prática de gênero”, que se modificam no decorrer do tempo devido a mudanças externas e também ao próprio dinamismo interno dessas relações. Nesse sentido, a masculinidade é entendida como um “projeto de gênero”, o que sugere a possibilidade de analisar masculinidades específicas sem necessariamente

prendê-las em tipos fixos. Outra inovação é a consideração das hierarquias entre homens como forma de procedimento analítico. Segundo Cecchetto,

(...) o texto de Connel apresenta um esquema para analisar a construção das masculinidades. Para o autor, o exame das hierarquias que se estabelecem entre os homens é um procedimento teórico adequado para a investigação dinâmica da masculinidade. Nesse esquema, ele sugere que as relações podem ser de hegemonia, aliança e marginalização. Isso permitiria compreender como ocorre a sociodinâmica das masculinidades, não só entre os heterossexuais e homossexuais, mas também em relação a outros homens, segundo os padrões nas sociedades ocidentais, excluídos do círculo de legitimidade. (CECCHETTO, 2004, p. 64)

Alguns dos estudos das masculinidades que seguem a perspectiva do construtivismo de gênero buscam dialogar com o discurso psicanalítico, principalmente o lacaniano, conforme observamos a seguir em um trecho de um artigo filiado a esses estudos:

Tomarei o discurso lacaniano como um discurso que, mesmo produzindo efeitos clínicos e inserindo-se como saber científico, pode ser pensado como construído socialmente e datado histórica e culturalmente. É, por excelência, um discurso moderno erudito que, afirmando a diferença universal de gênero e caracterizando as posições e atributos do masculino e feminino, sintetiza, de forma cabal, a concepção simbólica da diferença de sexos/gêneros. (MACHADO, In: SCHPUN (org.), 2004, p, 37)

De forma geral, nessa tentativa de diálogo busca-se na Psicanálise a produção de um saber que é interpretada por esses estudos como referente à questão da diferença entre os sexos e os gêneros, e, partindo daí, busca-se aquilo que caracterizaria a masculinidade, como se observa a seguir:

A título de uma breve incursão no discurso lacaniano sobre a masculinidade, para depois adentrarmos nas narrativas ouvidas

durante as pesquisas [“escuta de prisioneiros apenados por crimes de estupro, de agressores acusados de violência física contra suas companheiras e de jovens infratores”], escolho dois termos lacanianos que remetem diretamente à sua concepção de masculinidade e à vinculação de tal conceito com a lei e com a potência ou a força: o *nome-do-pai* e o *falo*. Lacan institui o *falo* na ordem do significante e do simbólico, distanciando-o da imagem do pênis. Contudo, é inexorável sua articulação entre a imagem do pênis e o *falo*. (ibidem, p. 37)

Cabe investigar a apropriação do discurso psicanalítico pelos estudos das masculinidades. A princípio, ambos os campos de saber parecem incompatíveis, considerando a especificidade da produção psicanalítica de Freud e Lacan. Todos os conceitos da Psicanálise estão articulados pela noção de inconsciente. Assim, retirar qualquer um deles da “ciência do inconsciente” para utilizá-lo na perspectiva de construtivismo de gênero dos estudos das masculinidades parece apresentar problemas. Se partirmos do conceito fundamental de sujeito para ambos os campos de saber, por exemplo, já encontramos uma dificuldade, conforme nos aponta Michel Plon:

Quando Lacan anuncia seu célebre axioma: “o significante representa o sujeito para um outro significante”, ele marca a absoluta incompatibilidade entre seu sujeito do inconsciente e qualquer outra forma de localização em cujo quadro pudesse vir a ser identificado um sujeito, suporte de operações terminantemente psíquicas. (GADET et al., In: GADET e HAK (org.), 1997, cap. 2, p. 53)

Atualmente, o discurso do construtivismo de gênero é predominante nos estudos das masculinidades. A partir desse discurso, o masculino é interpretado em sua pluralidade. Além disso, é visto como algo construído cultural e historicamente, variando em identidades, que podem até mesmo desaparecer. Em geral, alguns desses estudos enfocam diferenças e hierarquizações entre as masculinidades, outros enfocam o caráter movediço dessa categoria. Ambos os enfoques parecem compartilhar a crença de uma conquista de igualdade entre os gêneros.

1.3 OS ESTUDOS DAS MASCULINIDADES NO BRASIL

Uma das práticas responsáveis pela (re)significação da noção de masculinidade são os chamados *estudos das masculinidades*, considerados como uma especificação dos estudos de gênero. Esses estudos surgiram nos Estados Unidos, sob a etiqueta de “men’s studies”, conforme abordamos, e influenciam bastante os estudos sobre o masculino no Brasil. Eles caracterizam-se como investigações acerca da masculinidade, entendida em sua pluralidade, e se opõem a uma concepção homogênea dessa categoria. Através deles, constrói-se, dentre outras coisas, um novo sentido para a noção de masculinidade, o de objeto de estudo científico. Assim, a partir do lugar da ciência, a masculinidade é definida, teorizada e analisada em práticas sociais efetivas e diversas.

Desse modo, os estudos sobre os homens ou sobre a masculinidade (no singular), que já abordavam questões como dominação masculina, homossexualidade e crise do masculino, por exemplo, ou dão lugar aos estudos da masculinidade, ou são considerados filiados a esses estudos.

Ao se construir os estudos das masculinidades como área de conhecimento, também se constrói a história de seu surgimento. Pesquisadores, principalmente ligados às discussões de gênero, argumentam que o seu surgimento é efeito das práticas feministas, tanto teóricas quanto militantes, das décadas de 1960/70. Também se discute a importância dos estudos de homossexualidade para a existência dos estudos do masculino. Há quem aponte, inclusive, o efeito particular da “Conferência Internacional sobre a População e Desenvolvimento (Cairo, 1994)”, e da “Conferência Mundial sobre a Mulher (Beijing, 1995)” no desenvolvimento dos estudos das masculinidades, já que esses eventos direcionaram a atenção para temas ligados à participação masculina e responsabilidade dos homens no que diz respeito à paternidade e aos direitos sexuais.

No Brasil, os estudos das masculinidades surgem na década de 1990. É importante salientar que chamamos de estudos das masculinidades nesse país toda a produção acadêmico-científica publicada, resultante de investigações

feitas e/ou organizadas por pesquisadores de diversas áreas e vinculados a instituições brasileiras, e que aborda a masculinidade como um objeto plural. Como efeito desses estudos, surgem publicações de livros e outros tipos de texto sobre o assunto, bem como páginas de internet; criam-se linhas e grupos de pesquisa nas universidades brasileiras sobre a questão, assim como disciplinas; aborda-se o tema em diversos encontros acadêmicos e até mesmo realizam-se eventos sobre ele.

No Brasil, há poucos livros, resultantes de pesquisas brasileiras, que abordam o tema das masculinidades como algo plural. Tais publicações aparecem significativamente na década de 2000. Apresentamos, a seguir, três delas, na tentativa de ilustrar os estudos das masculinidades no país com obras significativas⁷:

Um desses livros é *Violência e estilos de masculinidade*, escrito por Cecchetto (2004) e publicado pela primeira vez em 2004. Nessa obra, sua autora trata a masculinidade como uma construção histórica e social, e busca entender a ligação entre o gênero masculino e a violência. O universo da pesquisa é composto por galeras *funk*, gangues de lutadores de jiu-jítsu e frequentadores de bailes charme, abrangendo homens de classe média, moradores da Zona Sul e dos subúrbios e favelas do Rio de Janeiro, brancos e não-brancos, adolescentes até adultos, conforme nos conta a autora. Esse livro insere-se na área das ciências sociais e utiliza a metodologia etnográfica de investigação. De acordo com Cecchetto, “é uma contribuição a mais à discussão sobre violência na cidade do Rio de Janeiro” (ibidem, p. 45), já que ela trabalhou com esse tema em sua dissertação de mestrado. Além disso, a obra aborda o tema da masculinidade através dos estudos contemporâneos sobre o masculino, ou seja, através de uma abordagem sobre masculinidades, o que nos faz compreendê-la como uma obra dos estudos das masculinidades no Brasil.

Outro livro é *Identidades fragmentadas: a construção discursiva de raça, gênero e sexualidade em sala de aula*, escrito por Moita Lopes (2002) e publicado pela primeira vez em 2002. O livro insere-se na área da linguística

⁷ Essas obras fazem parte do nosso *corpus* de análise.

aplicada, sustenta-se na produção da Análise Crítica do Discurso e em teorias sócio-construcionistas do discurso e da identidade social, e compartilha das investigações dos “novos estudos de letramento”. Organizado em três partes, a sua segunda parte “focaliza a construção de masculinidades escolares” (ibidem, p. 19), o que nos faz compreender que o livro possui relações com a produção dos estudos das masculinidades no Brasil. Nessa parte da obra, são investigados alunos de uma escola da rede pública da cidade do Rio de Janeiro.

O terceiro livro é *Masculinidades*, publicado em 2004 e organizado por Schpun (2004). Inspirado em teorias feministas, a obra é composta por artigos de pesquisadores de diversas áreas (antropologia, sociologia e história) e de diversos países. Esses textos abordam a masculinidade como um objeto plural, daí considerarmos a obra como ilustrativa dos estudos das masculinidades no Brasil.

Se há poucos livros brasileiros sobre as masculinidades, o número de artigos publicados sobre o assunto pode ser considerado grande. Nessas publicações, são abordados diversos tópicos, como por exemplo: construção e desconstrução de masculinidades, a crise do masculino, homoerotismo, homossexualidade, homens jovens e sua sexualidade, homens na intimidade, homens negros e sua sexualidade, homens pobres, o metrossexual, o que é o novo homem?, o que é o homem contemporâneo?, paternidade, prática de barebacking, trabalho e masculinidades, violência sofrida e praticada por homens, subjetividades masculinas, masculinidades e DST/AIDS, masculinidades e moda, masculinidades e esporte, masculinidades e beleza, masculinidades na publicidade, masculinidades na escola, masculinidades no livro didático, masculinidades e raça, sentidos de masculinidade, masculinidades contemporâneas, as masculinidades do homem que dança, feminilidades e masculinidades, masculinidades e saúde, masculinidades e políticas públicas, masculinidades renegociadas, masculinidades transgressivas etc.

Nesses artigos de temas variados acerca das masculinidades, parece predominar a concepção de construção social do masculino, em que essa categoria é interpretada como algo plural, diverso e variável. Muitas dessas

publicações enfocam uma “identidade masculina específica”, normalmente considerada em condição de inferioridade em relação à masculinidade hegemônica. Também enfocam as consideradas “novas masculinidades”, tendo como parâmetro sempre a masculinidade hegemônica.

Nas universidades, desde a década de 1990, mas principalmente na de 2000, há núcleos de pesquisa em gênero enfocando predominantemente a questão das masculinidades. Nos programas de pós-graduação, em todos os seus níveis, há investigações desenvolvidas e em desenvolvimento sobre o assunto, o que provocou a criação em seus currículos de disciplinas específicas sobre o tema.

Os eventos acadêmicos acerca das masculinidades também acontecem no Brasil desde a década de 1990, mas com maior frequência na década de 2000. Um desses eventos, e talvez o mais regular, são os “Seminários Homens e Masculinidades”. O primeiro aconteceu em 1998, em São Paulo, e os demais aconteceram em 2003, 2005, 2006, 2008 e 2010, em Recife. Todos eles foram promovidos a partir de parcerias entre Organizações não-governamentais, Núcleos acadêmicos de gênero e gestores públicos. (6º SEMINÁRIO NACIONAL HOMENS E MASCULINIDADES).

No ciberespaço, o site *Antropologia, gênero e masculinidade*⁸ apresenta-se como “a primeira página na internet brasileira dedicada ao estudo da masculinidade (criada em 1997)”. Essa página publica artigos acadêmicos sobre o assunto. Em uma procura no site de busca *Google* da palavra masculinidades, encontramos em maio de 2010 aproximadamente 125.000 resultados, para a palavra sem aspas, 139.000, para a palavra com aspas, 15.500, para a palavra sem aspas exibida em páginas apenas em português, e 76.500, para a palavra com aspas exibida em páginas apenas em português. Há sites e blogs sobre o assunto, além de uma grande quantidade de textos publicados em revistas virtuais diversas, principalmente textos acadêmicos, como também algumas imagens sobre o tema.

⁸ www.artnet.com.br/~marko/firstp.html

Toda essa abordagem acadêmica a respeito das masculinidades instaura um discurso, que recorta sentidos e os agrupa, buscando significá-las de forma específica. Nessa perspectiva, esse discurso busca fundar uma nova realidade, apagando sentidos da história e trabalhando na cristalização de outros, conforme abordaremos no capítulo 2.

1.4 MASCULINIDADES E SUAS CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO

Para a análise do discurso, as condições de produção compreendem os sujeitos, a situação e a memória. Pode-se considerá-las em sentido estrito, o contexto imediato, ou em sentido amplo, o contexto sócio-histórico e ideológico (ORLANDI, 2003a, p. 30). Considerando as condições de produção em sentido amplo, analisamos que a discussão acadêmica sobre as masculinidades se filia ao que pode ser chamado de “política de identidades”, da qual também fazem parte os estudos de gênero em geral, o movimento feminista, os estudos da homossexualidade, os estudos e os movimentos da diversidade sexual, bem como os estudos e movimentos étnicos, por exemplo.

Conforme Hobsbawm (1995, cap. 14), a política de identidades configura-se como um dos fenômenos do “novo nacionalismo separatista das Décadas de Crise” [pós-1970], juntamente com “a resistência dos Estados-nações à sua própria demolição” e “o egoísmo coletivo da riqueza”, que se relaciona às crescentes disparidades sociais, econômicas e políticas entre continentes, países e regiões.

Para o autor (ibidem, p. 413), a política de identidades é um fenômeno de uma época de enfraquecimento de uma grande instituição, o Estado-nação territorial, que predominou da época de sua formação até 1945 como praticamente universal. Esse enfraquecimento ocorreu devido ao estabelecimento e domínio da economia transnacional. Dessa forma, organizações que limitaram seu campo de ação às fronteiras de seu território

tiveram perdas, como sindicatos, parlamentos e sistemas públicos de rádio e televisão nacionais, enquanto que organizações não limitadas nesse sentido saíram ganhando, como empresas transnacionais, o mercado de moeda internacional e os meios de comunicação da era do satélite.

Paradoxalmente, mas talvez não surpreendentemente, esse enfraquecimento do Estado-nação foi acompanhado de uma nova moda de recortar os velhos Estados-nações territoriais em supostos Estados novos (menores), baseados sobretudo na exigência, por algum grupo, de um monopólio étnico-lingüístico.

(...)

O fato foi paradoxal, pois era perfeitamente claro que os novos mini-Estados sofriam precisamente das mesmas deficiências dos velhos, só que, sendo menores, mais ainda. Era menos surpreendente do que parecia, simplesmente porque o único modelo de estado de fato existente no fim do século XX era o do território delimitado com suas próprias instituições autônomas – em suma, o modelo de Estado-nação da Era das Revoluções. Além disso, desde 1918 todos os regimes se achavam comprometidos com o princípio de “auto-determinação nacional”, que fora cada vez mais sendo definido em termos étnico-lingüísticos. (ibidem, p. 414)

Nesse panorama, a política de identidades instala-se como uma resposta à “revolução cultural” de meados do século XX, que resultou na dissolução de normas e valores sociais tradicionais (ibidem, p. 416). Surge, assim, um novo conceito de comunidade e de identidade.

Jamais a palavra “comunidade” foi usada mais indiscriminadamente e vaziamente do que nas décadas em que as comunidades no sentido sociológico se tornaram difíceis de encontrar na vida real – a “comunidade de informações”, a “comunidade de relações públicas”, a “comunidade gay”. O surgimento de “grupos de identidade” – agrupamentos humanos aos quais a pessoa podia “pertencer”, inequivocamente e sem incertezas e dúvidas – foi observado a partir de fins da década de 1960 por escritores nos sempre autovigilantes EUA. A maioria deles, por motivos óbvios, apelava para uma “etnicidade” comum, embora outros grupos de pessoas que buscavam o separatismo coletivo usassem a mesma linguagem nacionalista (como quando ativistas homossexuais falavam em “nação homossexual”). (ibidem, p. 416-7)

O surgimento da política de identidades celebra um corte com o nacionalismo, ou seja, com o objetivo de criação de Estados territoriais identificados com um povo específico. Entretanto, ambos, política de identidades e nacionalismo, possuem em comum a crença em que a identidade de um grupo ou de uma pessoa configura-se como uma característica existencial, primordial, imutável e permanente, compartilhada exclusivamente com outros membros do mesmo grupo (ibidem, p. 417).

A tragédia dessa política de identidade exclusionária, quisesse ela ou não estabelecer Estados independentes, era que não podia dar certo de jeito nenhum. Só podia fazer de conta. Os ítalo-americanos do Brooklyn, que (talvez em número crescente) insistiam em sua italianidade e falavam italiano uns com os outros, desculpando-se pela falta de fluência no que supunham ser sua língua nativa, trabalhavam numa economia americana na qual a italianidade como tal não era importante, a não ser como chave para um nicho relativamente modesto de mercado. A pretensão de que havia uma verdade negra, hindu, russa ou feminina incompreensível e portanto essencialmente incomunicável aos de fora do grupo, não poderia sobreviver fora de instituições cuja única função era estimular tais opiniões. Os fundamentalistas islâmicos que estudavam física não estudavam física islâmica; os engenheiros judeus não aprendiam engenharia hassídica; mesmo os franceses e alemães mais culturalmente nacionalistas aprendiam que a atuação na aldeia global dos cientistas e especialistas técnicos que fazem o mundo funcionar exigia comunicação numa língua global análoga ao latim medieval, que por acaso se baseava no inglês. Mesmo um mundo dividido em territórios étnicos teoricamente homogêneos construído pelo genocídio, a expulsão em massa e a “limpeza étnica” era inevitavelmente heterogeneizado novamente por movimentos em massa de pessoas (trabalhadores, turistas, comerciantes, técnicos), por estilos, e pelos tentáculos da economia global. Isso, afinal, foi o que aconteceu nos países da Europa Central, “eticamente limpos” durante e depois da Segunda Guerra Mundial. Era o que inevitavelmente voltaria a acontecer num mundo cada vez mais urbanizado. (ibidem, p. 418)

Dessa forma, a política de identidades e o nacionalismo de fins do século XX caracterizam-se como reações emocionais para tratar dos

problemas dessa época, em vez de se constituírem efetivamente como programas para solucionar tais problemas (ibidem, p. 418).

Nessa perspectiva, acreditamos que a política de identidades, ao buscar o reconhecimento e valorização de construções identitárias consideradas “marginalizadas”, “subordinadas” ou “não hegemônicas”, aceitou a lógica cultural do capitalismo multinacional, ou seja, a lógica da ideologia hegemônica do multiculturalismo. Segundo Zizek:

(...) a forma ideal de ideologia deste capitalismo global é o multiculturalismo, a atitude que, a partir de uma posição global vazia, trata cada cultura local da maneira como o colonizador trata o povo colonizado – como “nativos” cujos costumes devem ser cuidadosamente estudados e “respeitados”. Ou seja, a relação entre o colonialismo imperialista tradicional e a autocolonização capitalista global é exatamente a mesma que a relação entre o imperialismo cultural ocidental e o multiculturalismo: assim como o capitalismo global implica o paradoxo da colonização sem a metrópole do Estado-nação-colonizador, o multiculturalismo implica uma distância e/ou respeito eurocêntrico condescendente pelas culturas locais, sem raízes em alguma cultura particular própria. (ZIZEK, In: DUNKER e PRADO, 2005, p. 32)

É importante destacar da afirmação do autor que as formas de colonialismo são exercidas não apenas na postura moderna *explícita* do que se conhece como “aculturação” ou “extermínio” do outro, mas também sob a forma pós-moderna *explícita* de “respeito das diferenças e da diversidade”. Para ele, na era do capitalismo global a relação do Capital com o Estado-nação é de auto-colonização, ou seja, uma empresa global corta seu cordão umbilical com o seu país e passa a tratá-lo como mais um território a ser colonizado. E aquilo que tem de ser colonizado são os diversos estilos e modos de vida culturais, até então inexplorados. Isso quebra a oposição padrão entre metrópole e colônia.

Nesse contexto, ocorreu uma negociação velada, onde a política de identidades assegurou a consolidação da defesa do pluralismo de suas formas de vida, mas contribuiu no trabalho de que o capitalismo pós-moderno precisava para a sua manutenção.

O problema, é claro, é que, nas atuais circunstâncias sócio-políticas globais, é praticamente impossível questionar de modo efetivo a lógica do Capital: até uma modesta tentativa social-democrata de redistribuir a riqueza além do limite aceitável pelo Capital “efetivamente” leva à crise econômica, à inflação, à queda de renda, etc. No entanto, sempre se deve ter em mente que a conexão entre “causa” (elevação dos gastos sociais) e “efeito” (crise econômica) não é de natureza causal direta e objetiva: está sempre já-encravada em uma situação de antagonismo e luta social. O fato de uma crise “realmente advir” caso não sejam respeitados os limites traçados pelo Capital não “prova”, de modo algum, que a necessidade desses limites seja uma necessidade objetiva da vida econômica. Esse fato deve ser antes interpretado como prova da posição privilegiada do Capital na *luta* econômica e política, como na situação em que o parceiro mais forte ameaça que, se você fizer X, será punido com Y e, quando você faz X, de fato advém Y. (ibidem, p. 20)

Identidades capturadas pelo capitalismo tardio e transformadas em segmentos de consumidores, como gays e negros, por exemplo, foram produzidas ou legitimadas pela política de identidades, que não construiu uma crítica contundente à homogeneização, pelo Capital, de todas as suas diversas formas de vida. Parece que o preço que ainda se paga para a consolidação do discurso da pluralidade cultural é a manutenção e o fortalecimento da universalização do Capital.

Numa crítica ao Multiculturalismo, Zizek aponta, como sintoma do seu capitalismo tardio, o racismo pós-moderno da contemporaneidade. Conforme o autor:

No exato momento em que, segundo a ideologia oficial, estamos finalmente abandonando as paixões políticas “imaturas” (o regime do “político” – luta de classes e outros antagonismos divisores “superados”) para entrar no universo pragmático pós-ideológico “maduro” de administração racional e consenso negociados, no universo, livre de impulsos utópicos, em que uma administração desapaixonada dos assuntos sociais caminha *pari passu* com um hedonismo estetizado (o pluralismo de “formas de vida”), neste exato momento, o político submetido à forclusão está festejando uma volta triunfante sob sua forma mais arcaica: a de ódio racista em estado puro e bruto contra o Outro, o que torna a atitude racional tolerante totalmente impotente. Neste sentido preciso, o racismo “pós-moderno” contemporâneo é o

sintoma do capitalismo tardio multiculturalista, trazendo à luz a contradição inerente do projeto ideológico liberal-democrata. A “tolerância liberal fecha os olhos ao Outro folclorizado, privado de sua substância – como a multiplicidade de “culinárias étnicas” em uma megalópole contemporânea; contudo, qualquer Outro “real” é imediatamente denunciado como “fundamentalista”, pois o cerne da alteridade (*otherness*) reside na regulação de seu gozo (*jouissance*): o “Outro” real é, por definição, “patriarcal”, “violento”, nunca o Outro de sabedoria etérea e costumes encantadores. Sente-se aqui a tentação de reativar a velha noção marcuseana de “tolerância repressiva”, concebendo-a agora como tolerância do Outro em sua forma asséptica, benigna, que submete a forclusão à dimensão do Real do gozo (*jouissance*) do Outro. (ZIZEK, 2005, p. 23)

Com base nessas afirmações do autor, acreditamos que o discurso sobre as masculinidades é efeito da ideologia do multiculturalismo. Nesse sentido, entendemos que, nesse discurso, as masculinidades fortemente produzidas sob o efeito dessa ideologia surgem como estilos ou modos de vida culturais, formas de gênero, “devem ser cuidadosamente estudadas e respeitadas” pelo imperialismo cultural ocidental. O funcionamento desse imperialismo é determinado por manter uma distância e/ou respeito eurocêntrico pelas formas múltiplas do masculino, ou seja, por tolerar as “outras masculinidades” desprovidas de sua substância, mantendo os valores ocidentais no centro de seus interesses e não possuindo raiz em nenhuma cultura onde elas são produzidas. Um dos objetivos do imperialismo é, na verdade, a fabricação de novos e diversos grupos de consumidores.

É nessa perspectiva que compreendemos que no discurso das masculinidades há uma colonização dos sujeitos discursivos⁹ masculinos ao transformá-los em “identidades”, já que passam a ser colonizados diversos estilos e modos do masculino, muitos ainda inexplorados como segmentos de consumidores.

No entanto, as masculinidades “colonizadas” são aquelas de costumes encantadores para um novo mundo, um mundo contemporâneo. Em muitos casos, existe algo dessas masculinidades que é combatido e/ou rejeitado, e, portanto, conduzido ao silenciamento e/ou apagamento, por se configurar ameaçador, reacionário, violento. Há vários casos do mundo ocidentalizado

⁹ Abordaremos a noção de sujeito discursivo no capítulo 2.

contemporâneo tolerando a pluralidade de formas de vida no que elas apresentam de folclórico ou espetacular, mas rejeitando o que elas possuem de real.

A aparição de homossexuais na mídia e sua aceitação pelo público em geral tem sido cada vez maior nas três últimas décadas, por exemplo. No Brasil, encontramos gays, travestis ou transformistas como personagens de filmes e novelas, inclusive exibidas em horário nobre; apresentando programas de televisão, ou participando deles como repórteres ou jurados; participando de *reality show*. No entanto, no cotidiano, longe do espetáculo, existe muito forte a intolerância ao real desses sujeitos. Ter um pai homossexual, ter um filho estudando com homossexuais, ser colega de escola ou trabalho de homossexuais, assumir uma relação marital ou fraternal com um travesti, ou até mesmo ser seu vizinho, por exemplo, fatalmente desencadeiam reações de intolerância, explícitas ou não. O filme “Minha vida em cor de rosa” (Ma vie en rose/ 1997, de Alain Berliner), por exemplo, retrata bem a intolerância e dificuldade de uma família (pais, principalmente, e irmãos), de vizinhos, de colegas de escola, de professores, enfim, de pessoas de uma pequena cidade, em conviver com o desejo do menino Ludovic: ser do sexo oposto ao que é e assumir a posição “feminina” na própria infância. Diante disso, ele sofre inicialmente o drama de fracassar em convencer o “Outro” de que é uma menina, até mesmo porque não é, mas também fracassa por tentar e não conseguir conter o real que incomoda o “Outro”. A saída para Ludovic parece ser o convívio com o “semelhante”, com quem teria a possibilidade de compartilhar experiências com menos sofrimento.

Outra questão é o fato de a “identidade homossexual” ter sido capturada pela “lógica do consumo”. Dessa forma, o homossexual “valorizado”, através de uma imagem estereotipada, diferencia-se do heterossexual padrão não somente por causa da sexualidade, mas também porque é um “sujeito consumista” diferenciado: veste-se de acordo com a moda gay, viaja, frequenta bons lugares etc. Um dos efeitos disso é criar uma cisão específica no próprio interior da chamada “comunidade gay”, contrapondo alguns incluídos a muitos excluídos, através de fantasias sustentadas em itens como beleza, recursos econômicos, formação cultural, procedência etc. Assim, surgem cisões, por

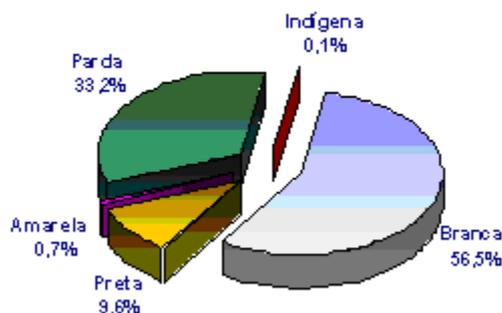
exemplo, entre gente bonita e seu oposto, gays que se cuidam (quanto a sua estética) e os que não fazem isso, ricos e pobres, cosmopolitas e provincianos, reproduzindo, na verdade, os valores da “lógica do consumo” em geral.

Como no caso dos homossexuais, a aparição de negros na mídia tem sido cada vez maior desde a década de 1980. No Brasil, encontramos negros como protagonistas de novela, por exemplo, papéis tradicionalmente destinados a brancos. Todavia, longe do espetáculo, no panorama das desigualdades sociais, os negros e pardos possuem rendimentos menores que os brancos, por exemplo, e as mulheres negras ainda possuem rendimentos menores que os homens negros. Segundo o IBGE:

População declaradamente preta e parda tem menos escolaridade e um rendimento médio equivalente à metade do recebido pela população branca, na média das seis regiões metropolitanas investigadas pela Pesquisa Mensal de Emprego do IBGE. Já a taxa de desocupação dos pretos e pardos (11,8%) é superior à dos brancos (8,6%).

Em setembro de 2006, a população declaradamente *preta* ou *parda* representava 42,8% das 39,8 milhões de pessoas com 10 anos ou mais de idade nas seis regiões metropolitanas investigadas pela Pesquisa Mensal de Emprego (São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Salvador, Recife e Porto Alegre). A PME segue o sistema de classificação de cor ou raça adotado pelas pesquisas domiciliares do IBGE, no qual o informante escolhe uma entre cinco opções: *branca*, *preta*, *parda*, *amarela* ou *indígena*.

Distribuição da população em idade ativa por cor ou raça – setembro de 2006



FONTE: IBGE, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Mensal de Emprego.

(PME Cor ou Raça - Setembro de 2006)

Além disso, dentro do que se pode chamar de comunidade negra e afro-descendente, acontece o que ocorre fora dela: a desigualdade social. Desse modo, há negros e pardos ricos, classe média alta, pobres, indigentes, embora as proporções sejam distintas se comparadas entre brancos e negros ou pardos, por exemplo. Mas essa cisão entre membros de uma “mesma comunidade” possui relação com o acesso ao capital por alguns, e o não acesso por muitos, determinando quem tem capacidade de consumo e de quanto é essa capacidade.

Nesse sentido, enquanto a tolerância multiculturalista celebra a aparição dos negros na mídia em geral, assim como celebra as consideradas conquistas de políticas públicas, o respeito aos direitos humanos e também a democracia, a intolerância multiculturalista se refestela na universalização do capitalismo e na manutenção das desigualdades, produzindo os guetos, os sem teto e os sem terra, e condenando o real que lhes escapa. Conforme nos lembra Lacan:

Uma coisa muito mais concreta, que temos ao nosso alcance, é o chamado subdesenvolvimento. Mas isso, o subdesenvolvimento, não é arcaico: é produzido, como todos sabem, pela extensão do império capitalista. Eu diria até, além disso, que o que percebemos, e que perceberemos cada vez mais, é que o subdesenvolvimento é, muito precisamente, a condição do progresso capitalista. Vista por certo ângulo, a própria revolução de outubro é prova disso. (LACAN, 2009, p. 36)

Outra questão apontada por Žižek a respeito do Multiculturalismo é a relação entre uma “universalidade concreta” pós-moderna, pós-Estado-nação, e uma “universalidade concreta” anterior, a do Estado-nação. Para o autor, é através do universalismo que a ideologia multiculturalista está encravada no capitalismo global atual. Nessa relação, há uma tensão que lhe parece crucial:

(...) a tensão entre os dois modos da própria “universalidade concreta”. Quer dizer, a “real” universalidade da atual globalização por meio do mercado global implica sua própria ficção (ou mesmo ideal) hegemônica de tolerância multiculturalista, respeito e proteção dos direitos humanos, democracia e assim por diante; implica sua própria “universalidade concreta” pseudo-hegeliana de uma ordem mundial cujas características universais de mercado mundial, direitos humanos e democracia permitem que “cada estilo de vida” específico floresça em sua particularidade. Assim, emerge inevitavelmente uma tensão entre essa “universalidade concreta” pós-moderna, pós-Estado-nação, e a “universalidade concreta” anterior, a do Estado-nação. (ZIZEK, In: DUNKER e PRADO, 2005, p. 28)

A questão, nesse caso, é que o surgimento de um projeto e de uma vivência chamados de pós-moderno não implica necessariamente na destruição de um projeto e vivência que lhe antecederam, o da modernidade. Assim, no processo discursivo em que aquele busca apagar esse último, há tensão, há conflito de sentidos.

Além disso, utilizando o paradoxo propriamente moderno de individualização através de identificação secundária elaborado por Hegel, Zizek analisa o que ele chama de “etnização do nacional”, através de uma busca de “raízes étnicas”. Para ele:

(...) em nossas sociedades “pós-modernas”, a instituição “abstrata” da identificação secundária é cada vez mais experimentada como um quadro externo, puramente formal, não realmente vinculado, de forma que as pessoas buscam cada vez mais apoio em formas de identificação “primordiais”, geralmente menores (religiosas, étnicas). Mesmo quando estas formas de identificação são mais “artificiais” do que a identificação nacional – como é o caso da comunidade gay –, elas são mais “imediatas” no sentido de que capturam o indivíduo de maneira direta e irresistível em seu “estilo de vida” específico, restringindo assim a liberdade “abstrata” que ele possui como cidadão de um Estado-nação. Portanto, hoje estamos lidando com um processo inverso ao da constituição moderna inicial de uma nação: em contraste com a “nacionalização do étnico” – a des-etnização, a “superação” (Aufhebung) do étnico no nacional – trata-se agora da “etnização do nacional”, com uma busca (ou

reconstituição) renovada de “raízes étnicas”. Contudo, o ponto crucial aqui é que esta “regressão” das formas secundárias para formas “primordiais” de identificação a comunidades “orgânicas” já é “mediada”: trata-se de uma *reação* à dimensão universal do mercado mundial – por ser como tal, ocorre no terreno e contra o pano de fundo do mercado mundial. Por essa razão, trata-se nesses fenômenos não de uma “regressão”, mas da forma de surgimento de seu exato oposto: em uma espécie de “negação da negação”, *essa própria reafirmação da identidade “primordial” sinaliza que a perda da unidade orgânico-substancial está totalmente consumada.* (ibidem, p. 30)

O efeito disso é o esvaziamento de um projeto coletivo de construção e fortalecimento do sujeito-de-direito ou sujeito jurídico, o da modernidade, que é um defensor do seu Estado-nação. Para Haroche (1987) o sujeito-de-direito é construído como livre em suas escolhas, embora esteja subordinado ao Estado e suas leis. É uma submissão mais sutil do que a submissão do sujeito religioso, que ocorria na Idade Média, porque essa forma moderna preserva a ideia de autonomia, liberdade e não-determinação.

Em conclusão a respeito do multiculturalismo , Zizek considera como sua problemática o paradoxo da proposta de um mundo plural, que resulta exatamente em sua oposição, uma forte e pesada homogeneização do mundo:

A conclusão a ser tirada é que a problemática do multiculturalismo – a coexistência híbrida de diversos mundos da vida culturais – que hoje se impõe é a forma de aparecimento do seu oposto, da presença maciça do capitalismo como sistema mundial *universal*: atesta a homogeneização sem precedentes do mundo contemporâneo. De fato, já que o horizonte da imaginação social não permite mais que alimentemos a idéia de que o capitalismo um dia desaparecerá – pois, como se poderia dizer, todos aceitam tacitamente que *o capitalismo está aqui para ficar* –, é como se a energia criativa tivesse encontrado uma saída substitutiva na luta pelas diferenças culturais que deixa intacta a homogeneidade básica do sistema mundial capitalista. Assim, estamos lutando via PCs pelos direitos das minorias étnicas, de gays e lésbicas, de diferentes estilos de vida, etc, enquanto o capitalismo prossegue em sua marcha triunfante – e a teoria crítica de hoje, sob as vestes de “estudos culturais”, está prestando o serviço definitivo ao desenvolvimento irrestrito do capitalismo ao participar ativamente do esforço ideológico que visa tornar invisível a sua presença maciça: em uma “crítica cultural” pós-moderna típica, a mera menção de capitalismo

como sistema mundial tende a suscitar a acusação de “essencialismo”, “fundamentalismo” e outras coisas. (ZIZEK, In: DUNKER e PRADO, 2005, p. 35)

Em outras palavras, é possível concluir que há um equívoco no discurso do multiculturalismo ao defender e propagar a pluralidade de formas de vida, porque a realidade nos mostra uma homogeneização do mundo pelo Capital. Dessa forma, o debate acadêmico e científico do multiculturalismo, ou filiado a ele, contribui para a construção de sentido de um mundo plural, e o conseqüente silenciamento dessa homogeneização. Desse debate, participam os estudos das masculinidades.

Em uma análise do sintoma e da utopia do multiculturalismo, que aponta para a lógica do capitalismo, tanto para os liberais como para os conservadores, o autor formula o fracasso estrutural dessa ideologia do mundo pós-moderno:

As “exceções” de hoje – sem-teto, habitantes de guetos, desempregados crônicos – são o sintoma do sistema universal do capitalismo tardio que nos lembra, de forma crescente e permanente, qual é a lógica imanente do capitalismo tardio: a própria utopia capitalista é a de que, tomando-se as medidas certas (para os liberais progressistas, ação afirmativa ou discriminação positiva; para os conservadores, uma volta à auto-suficiência e aos valores da família), essa “exceção” poderia ser – pelo menos em longo prazo e em princípio eliminada. E também estamos diante de uma utopia homóloga na noção de “coalizão arco-íris”, na idéia de que, em algum momento futuro utópico, todas as lutas “progressistas” – pelos direitos de gays e lésbicas, das minorias étnicas e religiosas, a luta ecológica, feminista, etc – estarão unidas na “cadeia de equivalências” comum? Uma vez mais, a necessidade do fracasso é estrutural: o problema não é simplesmente que, devido à complexidade empírica da situação, nunca haverá uma união de todas as lutas “progressistas” particulares, que sempre ocorrerão cadeias de equivalências “erradas” – por exemplo, o encadeamento da luta pela identidade étnica afro-americana à ideologia patriarcal homofóbica; trata-se, ao contrário, de que as emergências dos encadeamentos “errados” estão alicerçadas no próprio princípio estruturante da política “progressista” atual de criação de “cadeias de equivalências”: o próprio âmbito da multidão de lutas particulares, com seus deslocamentos e condensações em constante mutação, é sustentado pela “repressão” do papel chave da luta econômica – a política de esquerda em relação às

“cadeias de equivalências” entre a pluralidade de lutas é estritamente correlativa ao abandono tácito da análise do capitalismo como sistema econômico global e à aceitação das relações econômicas capitalistas como inquestionáveis. (ibidem, p. 36)

Desse modo, o autor nos encaminha para a compreensão da fantasia do multiculturalismo que estrutura as práticas no mundo pós-moderno, inclusive das teorias críticas, o que tem como efeito o não enfrentamento do domínio progressivo do Capital, que por sua vez tem as desigualdades sociais imanentes à sua lógica. Ou seja, a forma que o mundo crítico pós-moderno encontrou de conviver com a desigualdade foi a utopia do respeito e igualdade às diferenças, que, na prática, funciona para fortalecer o Capitalismo, à medida que reinventa formas de consumo.

1.5 MASCULINIDADE HEGEMÔNICA E VITIMIZAÇÃO

Um dado da “política das identidades” é o ataque, o combate e a busca da desconstrução do que se passou a chamar de masculinidade hegemônica. Criada nos estudos das masculinidades, essa categoria refere-se a uma construção sócio-histórica do homem em um lugar de poder e dominação, em oposição às masculinidades marginalizadas, subordinadas e não-hegemônicas. Tais formulações podem ser utilizadas como categorias teóricas e analíticas nos estudos de gênero em geral, ou seja, podem ser reelaboradas em outros modos de oposição, o que colocaria em confronto uma masculinidade hegemônica a outras identidades não hegemônicas, nas quais podem ser incluídas as mulheres, por exemplo.

Um efeito desse enfrentamento foi a vitimização de sujeitos que se relacionam com a masculinidade hegemônica. Dessa forma, ao mesmo tempo em que se apontava para problemas de uma identidade, apagavam-se

problemas de sujeitos que participavam do mesmo processo de manutenção do poder hegemônico.

A noção de “crime homofóbico”¹⁰ nos indica algo sobre isso, por exemplo. O sentido de crime homofóbico predominante é o de um crime praticado contra homossexuais, motivado pelo ódio a esse grupo. Nesse tipo de crime, a noção de homossexual é abrangente, incluindo várias designações do discurso da diversidade sexual, como gays, travestis e transexuais, conforme observamos a seguir:

Grupo Gay da Bahia divulga relatório ASSASSINATOS DE HOMOSSEXUAIS NO BRASIL (2005), com o perfil dos gays, travestis e lésbicas vítimas de crimes homofóbicos nos últimos 25 anos. São Paulo e Pernambuco são os estados mais violentos. Entre as vítimas, ricos empresários, muitos cabeleireiros, padres e pais de santo, funcionários públicos. Os afro-descendentes são maioria. Menos de 10% dos criminosos são levados a julgamento.

Entre 1980-2005, foram assassinados no Brasil 2.511 homossexuais, em sua maior parte, vítimas de crimes homofóbicos, onde o ódio da homossexualidade se manifesta através de requintes de crueldade como são praticados tais homicídios: dezenas de tiros ou facadas, uso de múltiplas armas, tortura prévia, declaração do assassino “matei porque odeio gay!”. Crimes cometidos por “pura maldade”, como qualificou a Delegada de Maracanaú, no interior do Ceará, ao encontrar o corpo completamente desfigurado do cabeleireiro Emanuely, 49 anos, morto a pontapés por dois rapazes machista, um deles, filho de um militar.

Dentre as vítimas, 72% gays, 25% travestis, 3% lésbicas. Para uma população estimada em 20 mil indivíduos, as transgêneros (travestis e transexuais) são proporcionalmente mais agredidas que as lésbicas e gays, que somam mais de 18 milhões de brasileiros, 10% da população. (ASSASSINATOS DE HOMOSSEXUAIS NO BRASIL: 2005, 2010)

O problema que reside nesses assassinatos não é a busca em responsabilizar o criminoso, interpretado na maioria das vezes como um sujeito que reproduz exageradamente a lei machista e que, por isso, condena a parte

¹⁰ No dia 23 de novembro de 2006, a Câmara dos Deputados aprovou, em plenário, a redação final do Projeto de Lei n.º 5003 (5003-b), de 2001, que trata dos chamados crimes de homofobia. Assim, a proposição foi para o Senado.

que acha que o agride. Nesse contexto, o problema é a total vitimização do homossexual, que pode ser interpretado como um sujeito de uma masculinidade marginalizada, subordinada e/ou não hegemônica. Muitos desses crimes, no entanto, acontecem também porque as vítimas desconsideram o perigo de envolvimento com um desconhecido, encontrado em muitos casos no chamado submundo, ambiente de convívio inclusive de homens infratores, como homicidas, agressores, ladrões. “Crimes homofóbicos” podem ser casos típicos em que a vítima vai ao encontro da situação que a vitimiza, na busca incessante desse outro que a agride. Por que isso acontece?

Há também casos de admiração e desejo do outro na condição da impossibilidade. Nas revistas destinadas ao público gay, o modelo de homem admirado é normalmente o heterossexual, bonito, em boa forma e viril, o que nos faz pensar que esse modelo é um sujeito da masculinidade hegemônica. A revista brasileira *G Magazine*, por exemplo, publicada de 1997 a 2013, trazia ensaios fotográficos de homens nus e assumidamente heterossexuais, embora fosse destinada especificamente ao público gay. Há aí um paradoxo: o que se deseja, ou seja, esse homem heterossexual, declara-se como “desejante” do oposto do gay, que está em sua busca. Em outras palavras, esse homem desejado pelo gay declara-se desejante apenas de mulher. Um dado interessante é que quando um gay assumido e famoso aparece na capa dessa revista, normalmente, está acompanhado de um homem assumidamente heterossexual, também famoso. O gay aparece vestido, o heterossexual aparece sem roupas nas páginas da revista, conforme nos indica uma de suas capas apresentada a seguir. Por que isso acontece?



Capa da *G Magazine* de maio de 2005

Outro exemplo de vitimização é a chamada crise do masculino. Nela, há a ideia de que na contemporaneidade existem homens heterossexuais que sofrem com o peso da construção masculina tradicional, ou seja, da masculinidade hegemônica. No entanto, apaga-se aí a ideia de que essa crise também tem a participação do vitimado, que sofre justamente por não conseguir ser algo que gostaria de ser. Com isso, queremos dizer que só há crise masculina com homens que sofrem com um ideal de masculinidade, ao qual não conseguem adaptar-se, enquanto esses próprios homens continuam desejando e mantendo o modelo de construção de gênero que os oprime. Nesse sentido, também haveria uma participação do próprio vitimado na sua vitimização, já que ele teria a possibilidade de busca de novas construções de sua própria masculinidade.

Esses casos de vitimização em relação à masculinidade hegemônica fazem-nos pensar no tratamento psicanalítico:

(...) cujo objetivo também é, não se livrar da água suja (sintomas, tiques patológicos) para manter o bebê (o cerne do Eu saudável) em segurança, mas antes jogar fora o bebê (suspender o Eu do paciente) para confrontar o paciente com

sua “água suja”, com os sintomas e fantasias que estruturam o seu gozo (*jouissance*). (ZIZEK, In: DUNKER e PRADO, 2005, p. 25)

Na questão da vitimização de que estamos tratando, deve-se fazer o esforço em jogar fora o bebê, ou seja, o Eu do vitimado, que é o Eu da masculinidade não-hegemônica, para tornar visível a fantasia que estrutura o gozo na masculinidade hegemônica. No entanto, tanto discursos acadêmicos e de militância, quanto discursos do senso comum, parecem manter a dicotomia entre agressor e vítima, dominador e dominado, poder e submissão, deixando assim de apontar para a contradição existente no problema.

1.6 SEXO, SEXUALIDADE E GÊNERO NOS ESTUDOS DAS MASCULINIDADES

A concepção de gênero como construção social é recorrente nos estudos das masculinidades. Tal concepção ganhou força inicialmente no movimento feminista e nos estudos das ciências humanas sobre a mulher.

Segundo Louro,

Será no desdobramento da assim chamada “segunda onda”¹¹ – aquela que se inicia no final da década de 1960 – que o feminismo, além das preocupações sociais e políticas, irá se voltar para as construções propriamente teóricas. No âmbito do debate que a partir de então se trava, entre estudiosas e militantes, de um lado, e seus críticos ou suas críticas, de outro, será engendrado e problematizado o conceito de gênero. (LOURO, 1997, p. 15)

Conforme a autora (*ibidem*, p. 15-6), na efervescência social e política de 1968, época em que diferentes grupos manifestaram sua inconformidade à

¹¹ Conforme Louro (1997), a primeira onda do feminismo refere-se ao chamado “sufragismo”, ou seja, ao movimento para estender o direito de voto às mulheres, ocorrido no início do século XX.

discriminação, à segregação e ao silenciamento, ressurge o movimento feminista contemporâneo e surgem os estudos da mulher. Algumas obras clássicas marcaram esse novo momento, como *O segundo sexo*, de Simone de Beauvoir (1949).

Para Fernández,

El concepto de género, a diferencia de categorías tales como clase o etnia, es de reciente creación y apunta a poner en tela de juicio las formas sociales de construcción de la identidad y subjetividad de las mujeres. Simone de Beauvoir, en un trabajo que se ha transformado en emblemático para el movimiento feminista, *El Segundo Sexo*, plantea que las características humanas consideradas como femeninas son adquiridas por las mujeres mediante un complejo proceso individual y social, no se derivan naturalmente de su sexo.

(...)

La categoría género puso en cuestión la idea de lo “natural”. Es la cultura y no la biología, la que establece las prescripciones relativas a lo que es propio de cada sexo. En tanto el sexo reunía en el análisis de las diferencias entre varones y mujeres, no sólo diferencias anatómicas, hormonales, fisiológicas, sino también comportamentales, el género será entendido en adelante como el resultado de la producción de normas culturales sobre el comportamiento de varones y mujeres, mediado a su vez por la compleja interacción de instituciones sociales, políticas, económicas, religiosas. (FERNÁNDEZ, 2000, p.132)

Segundo Louro (1997), foi através das feministas anglo-saxãs que *gender* passou a ser utilizado como algo distinto de *sex*. No Brasil, foi no fim dos anos 80 que feministas passaram a utilizar o termo gênero. A autora ressalta que, implicado linguística e politicamente, o termo é transposto para novos contextos através de processos de disputa, ressignificação e apropriação.

Um influente autor para o desenvolvimento da noção de gênero foi Foucault, principalmente pela análise discursiva que fez de sexo, sexualidade e de uma *scientia sexualis*. Em sua obra *História da Sexualidade I: a vontade de saber*, Michel Foucault (1988), ao analisar a sexualidade desde a Idade Moderna, duvida de uma “hipótese repressiva” e nos apresenta a “hipótese da vontade de saber”. Para o autor, a primeira hipótese refere-se a um modelo de análise centrado na tese de um silenciamento sobre o sexo e do seu

confinamento na família conjugal. A respeito da sustentação da “hipótese repressiva”, ele afirma que uma “grave caução histórica e política” protege esse discurso, fazendo-o coincidir com o desenvolvimento do capitalismo, ao colocar a sua origem na Idade da Repressão, no século XII, após séculos de liberdade.

Na “hipótese do saber”, no entanto, Foucault busca analisar a “colocação do sexo em discurso”, ou seja, o funcionamento do regime poder-saber-prazer que sustenta o discurso sobre a sexualidade. Foi através desse funcionamento que se pôde produzir em/por nossa sociedade ocidental uma *scientia sexualis*. Ao opor uma hipótese a outra, o autor esclarece sua posição:

(...) não pretendo afirmar que o sexo não tenha sido proibido, bloqueado, mascarado ou desconhecido desde a época clássica; nem mesmo afirmo que a partir daí ele o tenha sido menos do que antes. Não digo que a interdição do sexo é uma ilusão; e sim que a ilusão está em fazer dessa interdição o elemento fundamental e constituinte a partir do qual se poderia escrever a história do que foi dito do sexo a partir da Idade Moderna. (FOUCAULT, 1988, p. 17)

Nessa perspectiva, Foucault nos mostra que nos séculos XVII, XVIII e XIX houve uma verdadeira “explosão discursiva” sobre o sexo, ao contrário do que afirma a “hipótese repressiva”, para a qual, a partir do século XVII, falar de sexo seria mais difícil, o que impor a silêncio e levaria à censura. Entretanto, juntamente com a “explosão discursiva”, surgem também novas formas de policiamento dos enunciados e de controle das enunciações. Se por um lado, no nível dos discursos e de seus domínios, os discursos sobre o sexo proliferaram, por outro, o sexo esteve sob controle a partir de redistribuições da época clássica. Há uma incitação ao discurso tanto regulada, quanto polimorfa.

Nessa perspectiva, é a multiplicidade dos discursos sobre o sexo no território do poder a questão essencial apontada por Foucault, pois o que se verifica são as instituições incitadas a falar do sexo, são as instâncias de poder obstinadas a escutar o sexo e a fazer ele mesmo falar. Para ele, exemplo disso é a confissão, tornada regra para todos desde o século XVII e considerada como ideal para os bons cristãos, como vemos a seguir:

A confissão foi, e permanece ainda hoje, a matriz geral que rege a produção do discurso verdadeiro sobre o sexo. Entretanto, ela transformou-se consideravelmente. Durante muito tempo permaneceu solidamente engastada na prática da penitência. Mas, pouco a pouco, a partir do protestantismo, da Contra-Reforma, da pedagogia do século XVIII, perdeu sua situação ritual e exclusiva: difundiu-se; foi utilizada em toda uma série de relações: crianças e pais, alunos e pedagogos, doentes e psiquiatras, delinquentes e peritos. (ibidem, p. 62)

Segundo Foucault, a transformação dos rituais da confissão tradicional para os esquemas de uma regularidade científica da confissão ocorreu através de “uma codificação clínica do ‘fazer falar’”; “do postulado de uma causalidade geral e difusa”; “do princípio de uma latência intrínseca à sexualidade”; “do método da interpretação”; e “da medicalização dos efeitos da confissão” (ibidem, p. 64-6)

No século XVIII, o autor afirma que o discurso sobre o sexo sofre uma incitação política, econômica e técnica. Foi a entrada desse discurso no campo da razão, e não apenas no da moral. Exemplo disso é a questão da “população”, entendida como problema econômico e político; foi preciso analisar a taxa de natalidade, idade do casamento, nascimentos legítimos e ilegítimos, incidência de práticas contraceptivas, efeito das interdições, fecundidade ou esterilidade nas relações sexuais, bem como sua precocidade e frequência. Outro exemplo é o sexo das crianças. Nos colégios do século XVIII, o sexo das crianças já foi colocado em discurso; ora se falava do sexo delas, ora se falava de sexo para elas. Há outros meios que foram acionados para colocar o sexo em discurso, a partir do século XVIII ou XIX, como a medicina e a psiquiatria, a justiça penal. Assim, o que se revela não é um discurso sobre o sexo, mas uma pluralidade de discursos, produzidos em diferentes instituições.

Ainda no século XVIII, o direito canônico, a pastoral cristã e a lei civil são três grandes códigos que regem as práticas sexuais, centrando-se nas relações matrimoniais, conforme nos indica Foucault. Eles estabeleciam os limites das práticas lícitas e ilícitas. Como as regras e recomendações visavam principalmente a relação matrimonial, o que não pertencia a ela, continuava mais difuso e faltava especificações: “(...) atentemos para a incerteza do status

da sodomia” (ibidem, p. 38). Tais códigos não distinguem claramente as infrações relacionadas à genitalidade. Neles, a sodomia era um pecado grave, podia ser condenado pelos tribunais e, na ordem civil, era repudiada, mas era apenas uma forma extrema do “contra-a-lei”. É nesse sistema em torno da aliança legítima que:

(...) a explosão discursiva dos séculos XVIII e XIX provocou duas modificações. Em primeiro lugar, um movimento centrífugo em relação à monogamia heterossexual (...) Em compensação o que se interroga é a sexualidade das crianças, a dos loucos e dos criminosos; é o prazer dos que não amam o outro sexo; os devaneios, as obsessões, as pequenas manias ou as grandes raivas. (ibidem, p. 39)

Assim, acontece o surgimento de uma virada de sexualidades periféricas, componentes de um dispositivo de poder, no qual sofrem seus efeitos. O crescimento dessas sexualidades é um efeito real do poder sobre os corpos e seus prazeres. Do final do século XVIII até o nosso, elas são perseguidas pelas leis, são denominadas de vício, outras vezes de delito. Essa implantação das perversões deve ser compreendida como um efeito-instrumento, ou seja, “(...) é através do isolamento, da intensificação e da consolidação das sexualidades periféricas que as relações do poder com o sexo e o prazer se ramificam e multiplicam, medem o corpo e penetram nas condutas” (ibidem, p. 48).

Todavia, o efeito discursivo de tanto se falar do sexo e descobri-lo foi justamente o mascarar, de acordo com Foucault, para quem a exceção disso parte de Freud e, portanto, da Psicanálise. Segundo Foucault, o século XIX “cientificizou” o sexo em objeto de verdade. Baseados nesse jogo de verdade do sexo, desconhecimentos, subterfúgios e esquivas tornaram-se possíveis. É assim que surge “a sexualidade” enquanto verdade do sexo e de seus prazeres. Ele considera que a sexualidade:

(...) é o correlato dessa prática discursiva desenvolvida lentamente, que é a *scientia sexualis* (...) A história da sexualidade – isto é, daquilo que funciona no século XIX como domínio de verdade específica – deve ser feita, antes de mais

nada, do ponto de vista de uma história dos discursos. (ibidem, p. 67)

O sexo, nessa perspectiva, não deve ser entendido apenas no sentido de uma abordagem biológica, mas principalmente como “sexo-história”, “sexo-significação”, “sexo-discurso” (ibidem, p. 76). Além disso, a análise da formação de um tipo específico de saber sobre o sexo, nessa mesma perspectiva, não deve ser feita em termos de repressão ou lei, mas em termos de poder.

A finalidade dessa análise foucaultiana sobre a sexualidade é de se dirigir a uma “analítica” do poder, na qual definiria o campo de atuação produzido pelas relações de poder e os instrumentos para analisar esse campo. Com esse propósito, o autor se desvencilha de uma certa representação de poder, que ele chama de “jurídico-discursiva”, caracterizada pelo seu procedimento de interdição e lei. Conforme Foucault, tal concepção é facilmente aceita e há um motivo para isso: o fato de o poder apenas ser tolerável mascarando uma parte importante de si mesmo e conservando um segredo. O autor afirma que a representação jurídica do poder permanecia nas análises contemporâneas a ele sobre as relações entre poder e sexo. No entanto, ele nos diz,

E se é verdade que o jurídico pôde servir para representar, de modo sem dúvida não exaustivo, um poder essencialmente centrado na coleta e na morte, ele é absolutamente heterogêneo com relação aos novos procedimentos de poder que funcionam, não pelo direito, mas pela técnica, não pela lei mas pela normatização, não pelo castigo mas pelo controle, e que exercem em níveis e formas que extravasam do Estado e de seus aparelhos. (ibidem, p. 86)

Dessa forma, o autor nos encaminha a outra teoria do poder, na qual a concepção de poder refere-se a uma situação estratégica complexa, e não a uma instituição ou uma estrutura, nem tampouco a uma potência que alguns possam. A análise do poder deve ser feita no seu campo de correlações de força. E é de uma codificação dos pontos de resistência dessas correlações que as revoluções se tornam possíveis. Para analisar tais correlações, o autor

formula quatro regras que, segundo ele, não são imperativos metodológicos, mas, no máximo, prescrição de prudência: *regra de imanência, regra das variações contínuas, regra do duplo condicionamento, e regra de polivalência tática dos discursos* (ibidem, p. 93-5).

Por essa nova abordagem, Foucault analisa que, no discurso da sexualidade, o poder assumiu a função de gerir a vida, diferenciando-se do poder soberano que exercia o direito de vida e morte, ou seja, “o direito de *causar* a morte ou de *deixar* viver” (ibidem, p. 128), de acordo com reformulações do autor. Esse poder sobre a vida desenvolveu-se, desde o século XVII, em torno de dois pólos interligados: as disciplinas do corpo e as regulações da população; sobre isso, ele afirma que:

Um dos pólos, o primeiro a ser formulado, ao que parece, centrou-se no corpo como máquina: no seu adestramento, na ampliação de suas aptidões, na extorsão de suas forças, no crescimento paralelo de sua utilidade e docilidade, na sua integração em sistemas de controle eficazes e econômicos – tudo isso assegurado por procedimentos de poder que caracterizam as *disciplinas: anátomo-política do corpo humano*. O segundo, que se formou um pouco mais tarde, por volta da metade do século XVIII, centrou-se no corpo espécie, no corpo transpassado pela mecânica do ser vivo e como suporte dos processos biológicos: a proliferação, os nascimentos e a mortalidade, o nível de saúde, a duração da vida, a longevidade, com todas as condições que podem fazê-los variar; tais processos são assumidos mediante toda uma série de intervenções e *controles reguladores: uma bio política da população*. (ibidem, p. 131)

É nesse contexto que se deve compreender a importância do sexo como objeto de disputa política, justamente por ele estar na articulação entre esses dois pólos. É preciso, entretanto, não confundir o seu funcionamento no dispositivo político, conforme nos encaminha Foucault:

(...) não referir uma história da sexualidade à instância do sexo; mostrar, porém, como “o sexo” se encontra na dependência histórica da sexualidade. Não situar o sexo do lado do real e a sexualidade do lado das idéias confusas e ilusões; a sexualidade é uma figura histórica muito real, e foi ela que suscitou, como elemento especulativo necessário ao seu funcionamento, a noção de sexo. Não acreditar que dizendo-se sim ao sexo se

está dizendo não ao poder; ao contrário, se está seguindo a linha do dispositivo geral de sexualidade. (ibidem, p. 147)

Para Foucault, a possibilidade de ruptura desse dispositivo situa-se na dimensão dos corpos e prazeres. Ele nos sugere que só numa outra economia desses elementos haveria a possibilidade de, não compreendendo como a sexualidade e sua relação com o poder conseguiram engendrar um assujeitamento ao reino do sexo, procurar-se-ia infinitamente encontrar “os segredos” e extorquir “as confissões mais verdadeiras sobre isso”. “Ironia deste dispositivo: é preciso acreditarmos que nisso está nossa ‘libertação’” (ibidem, p. 149).

Mais recentemente, outra influente autora para o desenvolvimento da noção de gênero é Judith Butler. Filiada a muitas das questões desenvolvidas por Foucault sobre o assunto, em seu livro *Problemas de gênero*, a autora diz que a distinção sexo/gênero, produzida a princípio para questionar a condição do biológico como destino, ao considerar o gênero como culturalmente construído, aponta para uma contestação da unidade do sujeito, pois compreende o gênero como interpretação múltipla do sexo. Para ela, mesmo que se suponha a estabilidade do sexo binário - o que, entretanto, é questionado pela autora -, a distinção sexo/gênero sugere uma descontinuidade entre corpos sexuais e gêneros culturalmente constituídos, resultando que a construção de “homens” não se refira necessariamente a corpos masculinos, bem como a construção de “mulher” não se aplique somente a corpos femininos; além disso, não haveria motivo, nesse sentido, para compreender que os gêneros sejam apenas em número de dois. Em síntese, ao se separar o gênero do sexo, o gênero torna-se fluido (BUTLER, 2003, p. 24).

No entanto, a autora problematiza a própria concepção de sexo como um dado biológico e natural. Para ela:

Se o sexo é, ele próprio, uma categoria tomada em seu gênero, não faz sentido definir o gênero como a interpretação cultural do sexo. O gênero não deve ser meramente concebido como a inscrição cultural de significado num sexo previamente dado (uma concepção jurídica); tem de designar também o aparato

mesmo de produção mediante o qual os próprios sexos são estabelecidos. Resulta daí que o gênero não está para a cultura como o sexo para a natureza; ele também é o meio discursivo/cultural pelo qual “a natureza sexuada” ou “um sexo natural” é produzido e estabelecido como “pré-discursivo”, anterior à cultura, uma superfície politicamente neutra *sobre a qual* age a cultura. (...) Assim, como dever a noção de gênero ser reformulada, para abranger as relações de poder que produzem o efeito de um sexo pré-discursivo e ocultam, desse modo, a própria operação da produção discursiva? (BUTLER, 2003, p. 25-6)

Reformulando o conceito de gênero como uma unidade ou como efeito de um determinismo cultural que preenchesse a categoria “mulheres”, por exemplo, com os vários componentes já existentes, como raça, classe, idade, etnia e sexualidade, Butler propõe para a interpretação do gênero “a incompletude por definição”:

O gênero é uma complexidade cuja totalidade é permanentemente protelada, jamais plenamente exibida em qualquer conjuntura considerada. Uma coalizão aberta, portanto, afirmaria identidades alternativamente instituídas e abandonadas, segundo as propostas em curso; tratar-se-á de uma assembléia que permita múltiplas convergências e divergências, sem obediência a um *telos* normativo e definidor. (ibidem, p. 37)

Nessa perspectiva, a autora defende a ideia de que não existe “identidade de gênero” anterior às próprias expressões de gênero. Assim, “essa identidade é performativamente constituída, pelas próprias “expressões” tidas como seus resultados” (BUTLER, 2003, p. 48)

Em uma síntese das abordagens sobre o gênero, Machado considera que:

Ao seu lado [do discurso lacaniano], um outro discurso moderno, também erudito, emerge: “o construtivismo de gênero”. Trata-se da afirmação de que os gêneros são construídos cultural e historicamente, podendo, assim, variar em número, em identidades e diferenças, ou até mesmo desaparecerem. Muito do pensamento das ciências sociais, da história e do feminismo inscreve-se neste segundo discurso. Tanto os discursos que sublinham as diferenças, quanto os que acentuam o caráter movediço da categorização de gênero (fluidez, mobilidade e

reinvenção dos atributos e do número de gêneros, ou até mesmo desaparecimento das diferenças de gênero) estão disseminados na cultura e no senso comum da modernidade. Ambos compartilham a crença na igualdade de direitos entre os gêneros. (MACHADO, In: SCHPUN, 2004, p. 37)

Toda essa discussão sobre sexo, sexualidade e gênero nos faz pensar a respeito de uma distinção entre eles. Se nos estudos de gênero cada um dos sexos pode ser interpretado como um gênero, assim como cada sexualidade interpretada pode ser compreendida como um gênero, tudo categorizado na “sexuação” pode constituir um gênero. Assim, sexo e sexualidade configuram-se como sentidos específicos de gênero, a noção mais geral.

Em uma outra abordagem, a da psicanálise lacaniana:

O corpo humano se divide entre duas anatomias; como ele fala, essa duplicidade, ainda necessária à sua reprodução, é interpretada em termos de diferença. Freud indicou bem depressa que essa diferença era representada por um significante único, o falo. Como no humano nenhum instinto é convocado para saber fazer com o sexo, resta apenas a linguagem para representar – com sua falta – o sujeito sexuado. O falo, portanto, serve para designar os dois sexos no inconsciente: o lado de tê-lo, mas com o risco de perdê-lo, e o lado de não tê-lo. (MACARY-GARIPUY e LAPEYRE, In: STYLUS, 2006, p. 62)

Nessa perspectiva, a questão das masculinidades, além de uma construção cultural como nos indica a noção de gênero, não estaria girando em torno de algo do inconsciente, em termos de ser “mulher” ou ser “homem”, ou seja, em termos de não ter, o não todo, e ter, o todo, algo que é chamado de falo? De qualquer forma, a psicanálise nos diz que: “O falo é um significante especial, já que determina todos ‘os efeitos de significado’. Na teoria lacaniana, o falo é o significante mestre, a ‘medida padrão’ que, ao orientar os significados, orienta a significação” (ibidem, p. 67)

Além disso, é importante ressaltar que na perspectiva da construção social de gênero, a construção de uma identidade reproduz mecanismos de poder de estratégias de controle e dominação para instituir categorias. Isso porque as identidades classificam e identificam o sujeito em posições, o que de

certa forma o aprisionam, pois aquilo que é classificado e identificado diz respeito a um conjunto de características gerais, mas nunca recobre completamente os sentidos que cada sujeito constrói e reconstrói numa dada “posição”.

Compreendemos que esse problema referente à questão da identidade diz respeito a uma questão da língua, já que o funcionamento do simbólico busca historicizar, instituir e naturalizar categorias, posições, através de estratégias de evidenciamento, que são estratégias de poder. Assim, esse funcionamento busca controlar a linguagem como metáfora, como singularidade, tentando escamotear a atuação do real. É também por isso que não analisaremos as masculinidades pela perspectiva da “identidade”, e sim na do sujeito do discurso.

1.7 MASCULINIDADE NA PSICANÁLISE

Em *A organização genital infantil (...)*, Freud considera que:

A aproximação da vida sexual da criança à do adulto vai muito além e não se limita unicamente ao surgimento da escolha de um objeto. Mesmo não se realizando uma combinação adequada dos instintos parciais sob a primazia dos órgãos genitais, no auge do curso do desenvolvimento da sexualidade infantil, o interesse nos genitais e em sua atividade adquire uma significação dominante, que está pouco aquém da alcançada na maturidade. Ao mesmo tempo, a característica principal dessa ‘organização genital infantil’ é a sua diferença da organização genital final do adulto. Ela consiste no fato de, para ambos os sexos, entrar em consideração [sic] apenas um órgão genital, ou seja, o masculino. O que está presente, portanto, não é uma primazia dos órgãos genitais, mas uma primazia do falo. (Freud, 1996, p. 158)

Dessa forma, no desenvolvimento da sexualidade infantil, cujo desfecho se dá por volta do quinto ano de idade, apenas existe masculinidade. Conforme o autor, durante o desenvolvimento sexual da infância, através da polaridade

de sexo com que estamos familiarizados, há transformações sofridas importantes:

Uma primeira antítese é introduzida com a escolha de objeto, a qual, naturalmente, pressupõe um sujeito e um objeto. No estágio da organização pré-genital sádico-anal não existe ainda questão de masculino e feminino; a antítese entre ativo e passivo é a dominante. No estágio seguinte da organização genital infantil, sobre o qual agora temos conhecimento, existe masculinidade, mas não feminilidade. A antítese aqui é entre possuir um órgão genital masculino e ser castrado. Somente após o desenvolvimento haver atingido seu completamento, na puberdade, que a polaridade sexual coincide com masculino e feminino (ibidem, p. 161).

Assim, no estágio de organização genital infantil, ou fase fálica, masculinidade tem o sentido de possuir um corpo com pênis, e não ser masculino é ser castrado.

Não se deve supor, contudo, que a criança efetua rápida e prontamente uma generalização de sua observação de que algumas mulheres não têm pênis. De qualquer modo, ela é impedida de fazê-lo porque supõe ser a falta de um pênis resultado de ter sido castrada como punição. Ao contrário, a criança acredita que são apenas pessoas desprezíveis do sexo feminino que perderam seus órgãos genitais – mulheres que, com toda probabilidade, foram culpadas de impulsos inadmissíveis semelhantes ao seu próprio. Mulheres a quem ela respeita, como sua mãe, retêm o pênis por longo tempo. (ibidem, p. 160)

Em *A dissolução do Complexo de Édipo*, Freud considera que é a ameaça de castração aquilo que ocasiona a destruição da organização genital fálica da criança:

A observação que finalmente rompe sua descrença é a visão dos órgãos genitais femininos. Mais cedo ou mais tarde a criança, que tanto orgulho tem da posse de um pênis, tem uma visão da região genital de uma menina e não pode deixar de

convencer-se da ausência do pênis numa criatura assim semelhante a ela própria. Com isso, a perda do seu próprio pênis fica imaginável e a ameaça de castração ganha seu efeito adiado. (FREUD, 1996, p. 195)

O complexo de Édipo possibilitou à criança duas formas de satisfação: uma ativa e outra passiva:

Ela poderia colocar-se no lugar de seu pai, à maneira masculina, e ter relações com a mãe, como tinha o pai, caso em que cedo teria sentido o último como estorvo, ou poderia querer assumir o lugar da mãe e ser amada pelo pai, caso em que a mãe se tornaria supérflua. A criança pode ter tido apenas noções muito vagas quanto ao que constitui uma relação erótica satisfatória, mas certamente o pênis devia desempenhar uma parte nela, pois as sensações em seu próprio órgão eram prova disso. Até então, não tivera ocasião de duvidar que as mulheres possuíssem pênis. Agora, porém, sua aceitação da possibilidade de castração, seu reconhecimento de que as mulheres eram castradas, punha fim às duas maneiras possíveis de obter satisfação do complexo de Édipo, de vez que ambas acarretavam a perda de seu pênis – a masculina como uma punição resultante e a feminina como precondição. Se a satisfação do amor no campo do complexo de Édipo deve custar à criança o pênis, está fadado a surgir um conflito entre seu interesse narcísico nessa parte de seu corpo e a catexia libidinal de seus objetos parentais. Nesse conflito, triunfa normalmente a primeira dessas forças: o ego da criança volta as costas ao complexo de Édipo. (ibidem, p. 196)

Para a consideração do desenvolvimento sexual da criança, é fundamental observar como se dá esse afastamento: “as catexias de objeto são abandonadas e substituídas por identificações” (ibidem, p. 196). Nesse processo:

A autoridade do pai ou dos pais é introjetada no ego e aí forma o núcleo do superego, que assume a severidade do pai e perpetua a proibição deste contra o incesto, defendendo assim o ego do retorno da catexia libidinal. As tendências libidinais pertencentes ao complexo de Édipo são em parte dessexualizadas e sublimadas (coisa que provavelmente acontece com toda transformação em uma identificação) e em partes são inibidas

em seu objetivo e transformadas em impulsos de afeição. Todo o processo, por um lado, preservou o órgão genital – afastou o perigo de sua perda – e, por outro lado, paralisou-o – removeu sua função. Esse processo introduz o período de latência, que agora interrompe o desenvolvimento sexual da criança. (ibidem, p. 196)

Pelo que vimos até aqui, parece importante considerar para uma observação analítica da construção da masculinidade ou feminilidade uma vinculação entre a organização genital infantil, o complexo de Édipo, a ameaça de castração, a formação do superego e o período de latência, que vai até a puberdade. Para Freud, é na puberdade que a diferença sexual coincide com masculino e feminino:

A masculinidade combina [os fatores de] sujeito, atividade e posse do pênis; a feminilidade encampa [os de] objeto e passividade. A vagina é agora valorizada como lugar de abrigo para o pênis; ingressa na herança do útero. (ibidem, p. 161)

Nesse sentido, masculinidade e feminilidade relacionam a escolha de um objeto de identificação e de um objeto de desejo, e também o reconhecimento da diferença anatômica entre os sexos.

Freud, em *Algumas consequências psíquicas da distinção anatômica entre os sexos*, nos alerta para não sermos influenciados pelas ideias feministas que encaram os dois sexos como completamente iguais em posição e valor; contudo, o autor também considera que todos os indivíduos humanos, em decorrência de sua disposição bissexual e da herança cruzada, combinam em si características masculinas e femininas, de modo que tanto a masculinidade quanto a feminilidade puras continuam a ser construções teóricas de conteúdo incerto (ibidem, p. 286).

Em “Os três tempos do Édipo”, Lacan, retomando Freud, também trata a questão da masculinidade relacionada ao complexo de castração, mas inova ao fazer funcionar a “metáfora paterna”:

Sabemos, no entanto, que é dele [complexo de castração] que dependem estes dois fatos: que, de um lado, o menino se transforme em homem, e de outro, a menina se transforme em mulher. Em ambos os casos, a questão do ter ou não ter [um pênis] é regida – mesmo naquele que, no fim, tem o direito de tê-lo, ou seja, o varão – por intermédio do complexo de castração. Isso supõe que, para tê-lo, é preciso que haja um momento em que não se tem. Não chamaríamos o que está em jogo de complexo de castração se, de certa maneira, isso não pusesse em primeiro plano que, para tê-lo, primeiro é preciso que tenha sido instaurado que não se pode tê-lo, de modo que a possibilidade de ser castrado é essencial na assunção do fato de ter o falo. (LACAN, 1999, p. 192-3)

O autor nos diz que esse é um passo a ser transposto, e para isso o pai precisa intervir de modo efetivo e eficaz. Quando se trata de ter ou não ter, é como personagem real, constituído como símbolo, que o pai passa a intervir na etapa seguinte, ou seja, a da privação.

O que importa é a função na qual intervêm, primeiro, o Nome-do-Pai, o único significante do pai, segundo, a fala articulada do pai, e terceiro, a lei, considerando que o pai está numa relação mais ou menos íntima com ela. O essencial é que a mãe funde o pai como mediador daquilo que está para além da lei dela e de seu capricho, ou seja, pura e simplesmente, a lei como tal. Trata-se do pai, portanto, como Nome-do-Pai, estreitamente ligado à enunciação da lei, como todo o desenvolvimento da doutrina freudiana no-lo anuncia e promove. E é nisso que ele é ou não é aceito pela criança como aquele que priva ou não priva a mãe do objeto de seu desejo. (ibidem, p. 197)

Para o autor, há uma terceira etapa, que é tão importante quanto a segunda, pois é dela que depende a saída do complexo de Édipo:

O falo, o pai atestou dá-lo em sua condição e apenas em sua condição de portador ou de suporte, diria eu, da lei. É dele que depende a posse ou não desse falo pelo sujeito materno. Na medida em que a etapa do segundo tempo é atravessada, é preciso então, no terceiro tempo, que aquilo que o pai prometeu seja mantido. Ele pode dar ou recusar, posto que o tem, mas o

fato de que ele, o pai, tem o falo, disso ele tem que dar provas. É por intervir no terceiro tempo como aquele que tem o falo, e não que o é, que se pode produzir a báscula que reinstaura a instância do falo como objeto desejado da mãe, e não mais apenas como objeto do qual o pai pode privar. (ibidem, p. 200)

A identificação com a instância paterna pode ser realizada por meio dos três tempos do Édipo.

Em primeiro lugar, a instância paterna se introduz de uma forma velada, ou que ainda não aparece. Isso não impede que o pai exista na realidade mundana, ou seja, no mundo, em virtude de neste reinar a lei do símbolo. Por causa disso, a questão do falo já está colocada em algum lugar da mãe, onde a criança tem de situá-la.

Em segundo lugar, o pai se afirma em sua presença privadora, como aquele que é o suporte da lei, e isso já não é feito de maneira velada, porém de um modo mediado pela mãe, que é quem o instaura como aquele que lhe faz a lei.

Em terceiro lugar, o pai se revela como aquele que tem. É a saída do complexo de Édipo. Essa saída é favorável na medida em que a identificação com o pai é feita nesse terceiro tempo, no qual ele intervém como aquele que tem o falo. Essa identificação chama-se ideal do eu. (ibidem, p. 200)

No caso do menino, a saída do complexo de Édipo, a identificação a um sexo, a aceitação da castração e a constituição do supereu caracterizam uma determinada estrutura para o sujeito falante, a neurose. Há outros percursos que podem ser feitos pela criança no complexo de Édipo, caracterizando outras estruturas.

1.8 CONCLUSÃO

Neste capítulo, buscamos traçar uma história das masculinidades a partir de abordagens a respeito do surgimento e desenvolvimento do debate acadêmico sobre o masculino, e abordagens sobre o contexto geral que sustenta tal discussão: a época do multiculturalismo, a política de identidades e o debate acadêmico sobre sexo, sexualidade e gênero. Além disso, enfocamos a questão da construção da masculinidade hegemônica e da vitimização das masculinidades não-hegemônicas.

Em toda essa história buscamos analisar elementos fundamentais das condições de produção do debate acadêmico em questão. Nesse momento inicial, buscamos analisar as condições de produção em seu sentido amplo, ou seja, o contexto sócio-histórico. Em outras palavras, as construções sociais e históricas envolvidas na produção e disseminação dessa discussão.

Nessa perspectiva, verificamos que o debate acadêmico sobre as masculinidades integra uma história que se voltou para a análise da fragmentação e da pluralização de diversos sujeitos, como a mulher, o negro etc., marcando o que podemos chamar de pós-modernidade; a exceção desse discurso é a psicanálise, como vimos.

Essa história, embora se construa questionando a homogeneização e, conseqüentemente, produzindo o sentido de heterogeneidade dos sujeitos, incorre em equívocos, como o apagamento da homogeneidade cada vez mais crescente do mundo pelo Capital. Além disso, as “identidades” acabam sendo valorizadas na contemporaneidade pelo que possuem de espetacular e/ou folclórico, mas são negadas pelo seu real.

Acreditamos que essa é uma etapa imprescindível para a análise que pretendemos fazer nessa pesquisa, a da institucionalização e historicização das masculinidades no Brasil. A abordagem das condições de produção feita nesse capítulo nos apontará para a interpretação dos sujeitos, da situação e da memória na análise em questão.

Desse modo, será possível apontar para uma outra história das masculinidades, não a que contam apenas os estudos acadêmicos a respeito do assunto, mas a que uma análise discursiva possibilita.

2 HISTORICIZAÇÃO E INSTITUCIONALIZAÇÃO DAS MASCULINIDADES NO BRASIL

*Quando o segundo sol chegar
Para realinhar as órbitas
Dos planetas
Derrubando
Com assombro exemplar
O que os astrônomos diriam
Se tratar de um outro cometa...*

*Não digo que não me surpreendi
Antes que eu visse, você disse
E eu não pude acreditar
Mas você pode ter certeza
De que seu telefone irá tocar
Em sua nova casa
Que abriga agora a trilha
Incluída nessa minha conversão...*

*Eu só queria te contar
Que eu fui lá fora
E vi dois sóis num dia
E a vida que ardia
Sem explicação...
(...)
Explicação
Não tem explicação
Explicação, não
Não tem explicação
Explicação, não tem
Não tem explicação
Explicação, não tem
Explicação, não tem
Não tem!!*

(REIS, Nando. O segundo sol, 2009)

2.1 INTRODUÇÃO

No Brasil, desde o final da década de 1970 até os nossos dias, verificamos a construção de uma realidade que se apresenta como nova, chamada aqui de discurso das masculinidades, na qual se engendram,

abordam e/ou exploram recentes e/ou diversas formas de masculinidade. Nesse discurso, a partir da noção de que o masculino é plural, há silenciamentos e apagamentos de qualquer forma unitária para representar tal categoria.

Neste capítulo, analisaremos a historicização e a institucionalização das masculinidades no Brasil, principalmente no que se refere aos seus efeitos na emergência de um discurso fundacional das masculinidades e na produção de uma grade interpretativa de posições de inscrição do masculino. Para essa análise, começaremos o capítulo historicizando a própria Análise do Discurso, para em seguida abordarmos o conceito de discurso em tal teoria, que orienta nossa pesquisa, já que tal noção é bastante utilizada em diversas áreas e com sentidos distintos. Também abordaremos os conceitos de língua e história, pois eles são fundamentais para uma compreensão inicial do que é o discurso na teoria em questão. Dito o que é discurso, língua e história do ponto de vista teórico, abordaremos o que entendemos como discurso das masculinidades, contando uma breve história de sua formação, identificando algumas de suas práticas e destacando a importância dos estudos das masculinidades para a construção desse discurso. Toda essa discussão nos dará suporte para a análise da historicização e institucionalização das masculinidades no Brasil.

2.2 A SEMÂNTICA E A RELAÇÃO ENTRE LINGUÍSTICA E ANÁLISE DO DISCURSO

A Análise do Discurso (AD) de Pêcheux foi construída a partir do confronto de três áreas diferentes de conhecimento: a Linguística, a Psicanálise e o Marxismo, formando uma espécie de Tríplice Aliança. Através da releitura de Marx feita por Althusser, da releitura de Freud por Lacan, e da releitura do estruturalismo linguístico de Saussure feita pelo próprio Pêcheux, a Análise do Discurso nasceu tentando suprimir lacunas que cada uma dessas áreas possuía isoladamente, porque cria um objeto que está na fronteira de todas elas: o discurso.

Se ao Marxismo faltava a materialidade linguística e o inconsciente na abordagem da ideologia, se à Linguística faltava a ideologia e o inconsciente na abordagem da língua, e se à Psicanálise faltava a ideologia na abordagem do inconsciente, o discurso pretendia resolver tais falhas, já que tocava nas três dimensões: ele é ideológico, é afetado pelo inconsciente e possui materialidade linguística.

Dessa forma, não sendo nem Linguística, nem Psicanálise, nem Marxismo, a Análise do Discurso era um novo campo de conhecimento fechado em si mesmo, mas que aliava essas três áreas. Entretanto, a abordagem psicanalítica na teoria em questão não se dá de forma tranquila; ao contrário, ela provoca questionamentos, principalmente no que diz respeito à questão do sujeito, da subjetividade.

2.2.1 Análise Automática do Discurso, Linguística e Psicanálise

No artigo “A propósito da Análise Automática do Discurso(...)”, em que os autores apresentam fundamentos da “teoria do discurso”, Pêcheux e Fuchs (In: GADET e HAK, 1997) reafirmam que a linguística é uma das regiões do conhecimento utilizada na articulação do quadro epistemológico geral da Análise Automática do Discurso (AAD). Nesse quadro, essa região é entendida “como teoria dos mecanismos sintáticos e dos processos de enunciação ao mesmo tempo.” (ibidem, p. 163) As outras duas regiões são o materialismo histórico e a teoria do discurso. Todas elas são articuladas e atravessadas por uma teoria da subjetividade de natureza psicanalítica.

Nesse texto, o recurso à Psicanálise para intervir no quadro epistemológico da AAD permite aos autores a reformulação da questão do efeito leitor como constitutivo da subjetividade. Em outras palavras, conforme nos encaminha Leite:

O recurso à Psicanálise se faz, neste momento, sob o signo de uma resposta à questão fundamental de como se constitui a ilusão subjetiva, possibilitando, deste modo, a relação do ideológico com o discursivo e deste com o linguístico. Mais ainda, a teoria psicanalítica se apresenta como o dispositivo

teórico científico capaz de garantir o atravessamento do efeito-sujeito.(LEITE,1994, p. 138)

Entretanto, se na psicanálise os autores encontram fundamentação para analisarem a constituição da subjetividade na língua, o que se evidencia através da noção da AAD de esquecimento número 1, é na linguística que encontram fundamentação para analisarem as formas subjetivas da realização dessa constituição, o que se evidencia em outra noção, a de esquecimento número 2.

Sabendo do lugar da linguística na AAD delineado no número 37 de *Langages*, interessa-nos analisar a relação entre tais áreas de conhecimento, o que implica em uma abordagem sobre Semântica e Enunciação.

2.2.2 Análise Automática do Discurso e Semântica

Em “A propósito da Análise Automática do Discurso(...)”, é apresentado um problema central na relação entre linguística e Análise Automática do Discurso, que é o “lugar” da semântica na análise linguística.

O dispositivo da AAD pressupõe uma fase de análise linguística, já que ele parte de *corpus* discursivo para evidenciar os traços dos processos discursivos, e este *corpus* está, é claro, em língua natural. Obviamente, a escolha da prática de análise linguística define previamente a natureza e o papel da língua. Na perspectiva da teoria do discurso, a língua é entendida em sua relação com os processos discursivos. Sobre isso, os autores afirmam que: (...) estando os processos discursivos na fonte de produção dos efeitos de sentido, a língua constitui o *lugar material* onde se realizam estes efeitos de sentido. Esta materialidade específica da língua remete à ideia de “funcionamento” (no sentido saussuriano), por oposição à ideia de função. A caracterização desta materialidade constitui todo o problema da linguística. (Pêcheux e Fuchs In: GADET e HAK, 1997, p. 172) (grifo dos autores)

Entretanto, a fase de análise linguística, pressuposta pela AAD para sua análise não-subjetiva dos efeitos de sentido, apresentava problemas. É neste ponto que a semântica entra em foco, já que “*a questão gira em torno do papel da semântica na análise lingüística.*” (ibidem, p. 172) (grifo dos autores)

Um dos problemas era o fato de a análise linguística da AAD ser de natureza morfossintática, permitindo, assim, a des-linearização especificamente linguística dos textos, mas as condições desta análise estavam definidas sem clareza, e o recurso a um semantismo implícito sempre estava presente na análise. Outro problema era considerar que sintaxe e semântica, de um lado, e léxico e gramática, de outro, constituíam níveis distintos, quando, por exemplo, regras sintáticas aplicadas na fase linguística da AAD recorriam a recursos não controlados de sentido. Ao reavaliarem tais problemas, os autores nos dizem que:

O que falta atualmente é uma *teoria do funcionamento material da língua em sua relação consigo própria*, isto é, uma sistematização que não se opõe ao não sistemático (língua/fala), mas que se articula em processos. Se convencionamos chamar

“semântica formal” à teoria deste funcionamento material da língua, pode-se dizer que o que falta à análise linguística é precisamente essa semântica formal que não coincide de modo nenhum com a “semântica discursiva” (...). A expressão “semântica formal” (...), que definiremos adiante como o último nível de análise linguística, atingiria, neste sentido, o lugar específico da língua, que corresponde à construção do efeito-sujeito. (ibidem, p. 173-4)

Como a AAD pretende “atravessar o efeito-sujeito”, caberia a ela aferir onde se dá esse atravessamento na língua. Isto remete necessariamente a um problema, a questão da enunciação, o que mantém a semântica em foco.

2.2.3 A Enunciação

Para Pêcheux e Fuchs, a dificuldade das teorias de enunciação está na reprodução por elas da “ilusão necessária construtora do sujeito”, ou seja, “elas se contentam em *reproduzir no nível teórico esta ilusão do sujeito*, através da ideia de um sujeito enunciador portador de escolhas, intenções, decisões etc” (ibidem, p. 175) (grifo dos autores). Tal abordagem é encontrada nos trabalhos de Bally, Jakobson e Benveniste. Nessa perspectiva, a enunciação é entendida como a relação necessariamente presente entre enunciador e seu enunciado.

Contra essa abordagem, os autores reformulam o conceito de enunciação e introduzem modificações na concepção de língua. Para eles, (...) os processos de enunciação consistem em uma série de determinações sucessivas pelas quais o enunciado se constitui pouco a pouco e que têm por característica colocar o “dito” e em consequência rejeitar o “não dito”. A enunciação equivale pois a colocar fronteiras entre o que é “selecionado” e tornado preciso aos poucos (através do que se constitui o “universo do discurso”), e o que é rejeitado. (ibidem, p. 176)

Assim, o estudo das marcas de enunciação, que deve constituir uma etapa importante da fase linguística, nos conduz a uma concepção de língua em que:

* o léxico não é simplesmente um “estoque de unidades lexicais”, mas um “conjunto estruturado de elementos articulados sobre a sintaxe”.

* a sintaxe não é o domínio neutro de regras formais, mas o modo de organização dos traços das referências enunciativas.

Além disso, o estatuto da enunciação é definido também através da “teoria dos esquecimentos” elaborada pelos autores, conforme verificaremos a seguir.

2.2.4 A teoria dos esquecimentos

Pêcheux e Fuchs (ibidem) apresentam, nesse artigo, dois tipos de esquecimentos. O esquecimento número 1 refere-se à “ilusão subjetiva”, ou seja, ao fato de o sujeito falante acreditar que, por ser consciente, ele é a origem dos sentidos de sua produção verbal. A construção dessa ilusão relaciona-se com uma definição de enunciação, conforme nos mostram os autores:

Se definirmos a enunciação como a relação sempre necessariamente presente do sujeito enunciador com o seu enunciado, então aparece claramente, no próprio nível da língua, uma nova forma de ilusão segundo a qual o sujeito se encontra na fonte do sentido ou se identifica à fonte do sentido. (ibidem, p. 174)

No entanto, para os autores a subjetividade na língua é constituída pelo esquecimento número 1, uma zona inacessível ao sujeito. Em outras palavras, a subjetividade é fundada em um recalque daquilo que a constitui, e esse recalque é de natureza inconsciente, “no sentido em que a ideologia é constitutivamente inconsciente dela mesma.” (ibidem, p. 177) Tal recalque possui, ao mesmo tempo, o processo discursivo e o interdiscurso como seus objetos. A esse último objeto, o interdiscurso, o esquecimento número 1 articula-se por relações de contradição, submissão ou de usurpação. O interdiscurso é definido, em uma nota, como “o exterior específico” de um processo discursivo determinado (...), isto é, os processos que intervêm na constituição e na organização deste último.” (ibidem, p. 239, nota 29)

Acreditamos que o esquecimento de que se trata na noção de “esquecimento número 1” refere-se a uma exterioridade jamais conhecida pelo sujeito, que por isso mesmo não pode ser produzida verbalmente. Isso

relaciona tal noção à noção psicanalítica de real. Essa é, por exemplo, a compreensão de Leite a respeito da questão, conforme mostramos a seguir:

O termo esquecimento, conforme apontado em nota de rodapé no texto de 75, não remete a um problema de memorização, de ordem individual. O autor [Pêcheux] faz notar que ele designa paradoxalmente “aquilo que jamais foi sabido”, apontando, deste modo, para a dimensão de um saber impossível. Mais ainda, o autor comenta que o sujeito “falante” mantém com este saber uma relação de “estranha familiaridade”, típica da relação que mantém com as causas que o determinam, em toda ignorância de causas. Este esclarecimento faz coincidir o esquecimento com a definição mesma de inconsciente no seu estatuto de real. (LEITE, 1994, p. 145)

Assim, o interdiscurso, objeto do esquecimento número 1, seria afetado por um saber impossível, ou seja, a exterioridade dos processos discursivos que os determina se articularia a uma exterioridade de um saber impossível.

Conforme Pêcheux e Fuchs, o esquecimento número 1 regula as relações estabelecidas no “esquecimento número 2”. Além disso, é neste último que se situam as formas subjetivas, materializadas em língua, que possibilitam a realização da existência (não subjetiva) da ilusão subjetiva, sobre a qual já nos referimos na abordagem da noção de esquecimento número 1.

Para os autores, o esquecimento número 2 diz respeito ao efeito de ocultação parcial do “não dito” em relação ao “dito” pelo sujeito, o que faz ele pensar que sabe exatamente o que diz. Assim, essa zona de número 2 é a dos processos de enunciação, sobre a qual já abordamos. Isso significa que é nesta zona que se pode realizar o trabalho de análise linguística, a fim de constatar marcas na língua do atravessamento do efeito-sujeito. Ao contrário do que ocorre no esquecimento número 1, o sujeito pode penetrar conscientemente na zona de número 2, por meio de reformulações.

A oposição entre os dois tipos de esquecimento, segundo os autores, relaciona-se à oposição entre situação empírica concreta do sujeito, marcada pela identificação imaginária do “eu”, em que o outro, inclusive, é um outro “eu”, e o processo de interpelação-assujeitamento do sujeito, que se dá por meio do “Outro”, na concepção lacaniana do termo. Leite, a respeito dessa oposição, nos encaminha a uma compreensão de que:

(...) a diferenciação dos tipos de esquecimento, bem como a tentativa de articulá-los, é correlativa da distinção entre o plano de assujeitamento inaugural (condição de existência) e o plano das atualizações de subjetividades constituídas. Com isto apontamos que aquilo que Pêcheux denominou de esquecimento nº 1 corresponde ao que na teoria psicanalítica recobre o conceito de recalque originário, o qual está indissociavelmente ligado ao recalque secundário ou retorno do recalçado, que na teoria do discurso remete ao esquecimento número 2. (LEITE, 1994, p. 146)

As atualizações e reelaborações feitas no artigo *A propósito da Análise Automática do Discurso: atualizações e perspectivas (1975)* interessam-nos para compreendermos a construção do “efeito-sujeito”, que se realiza na língua.

2.3 O DISCURSO

O discurso é efeito de sentidos produzido entre sujeitos em contexto situacional e histórico determinado. Pêcheux (In: GADET e HAK, 1997, cap. 3, p. 82) já havia formulado esse conceito como “um ‘efeito de sentido’ entre os pontos A e B”, na publicação de *Análise Automática do Discurso (1969)*, texto fundador da *Análise do Discurso (AD)*. Para ele, o discurso não funciona necessariamente na transmissão de informação, como é compreendida a mensagem para a teoria da comunicação. Assim, o discurso ultrapassa os limites do esquema de comunicação, em que um *emissor* envia uma *mensagem* a um *receptor*, formulada em um *código*, referindo-se a algum elemento da realidade – o *referente*. Na verdade, o autor critica tal esquema, considerando as suas limitações na abordagem do uso da linguagem, considerada aí como algo que deve ser sempre transparente para um bom funcionamento.

No esquema de comunicação, tudo acontece de forma linear e serializada. Primeiro o *emissor* codifica uma mensagem, a partir do seu conhecimento no *código* e de suas intenções¹². A *mensagem* é enviada pelo

¹² “Intenção” do sujeito é um termo questionado pela *Análise do Discurso*, já que sugere um sujeito plenamente consciente, ou que pode alcançar tal estágio.

emissor por um *canal*. Ao receber a *mensagem*, o *receptor* terá de decodificá-la, a partir de seu conhecimento no *código*, para descobrir as intenções do *emissor*. Assim se realiza o processo de comunicação. Nesse esquema, o *código* é social, no sentido de que é produzido por uma sociedade para o seu próprio uso. E a mensagem é conteúdo, bastando apenas decodificá-la para desvendá-lo.

Entretanto, compreender o discurso como efeito de sentidos é considerar que eles sempre estão em processo, em relações de conflito, aproximação, identificação etc. Portanto, o efeito de sentidos é sempre múltiplo e variado. Além disso, os sentidos são constituídos e são constituintes, ou seja, ao mesmo tempo em que eles constituem os sujeitos, os sentidos também são constituídos pelos próprios sujeitos. Outra característica da concepção de sentidos para a AD é que eles são afetados pela língua e pela história. Isso significa que a base para a produção de sentidos é a língua em sua relação com as condições de produção, que são históricas.

Em síntese, as relações de sentidos e de sujeitos são as relações de linguagem, que serve para comunicar, para não comunicar, para punir, para absolver, para ludibriar, para convencer, para reproduzir, para transgredir...

Na perspectiva de Foucault:

O discurso, em nossa cultura (e, sem dúvida, em muitas outras), não era originalmente um produto, uma coisa, um bem; era essencialmente um ato – um ato que estava colocado no campo bipolar do sagrado e do profano, do lícito e do ilícito, do religioso e do blasfemo. Ele foi historicamente um gesto carregado de riscos antes de ser um bem extraído de um circuito de propriedades. (FOUCAULT, 2006, p. 275)

O autor (ibidem, p. 286) sugere uma análise histórica dos discursos. Para ele, os discursos não deveriam ser estudados considerando apenas seu valor expressivo ou suas transformações formais, mas deveriam ser estudados nas formas em que existem:

(...) os modos de circulação, de valorização, de atribuição, de apropriação dos discursos variam de acordo com cada cultura e se modificam no interior de cada uma; a maneira com que eles se articulam nas relações sociais se decifra de modo, parece-

me, mais direto no jogo da função autor e em suas modificações do que nos temas ou nos conceitos que eles operam. (idem)

O discurso também não deve ser compreendido como fala. A relação entre discurso e língua não é uma continuidade da dicotomia língua/fala, cuja formulação é atribuída a Saussure (2000) no *Curso de Linguística Geral*. Nessa dicotomia, a língua é um sistema abstrato fechado, de natureza social, realizado individualmente pela fala, que é variável e concreta. Já na relação discurso e língua, nem o discurso é totalmente livre de condicionantes linguísticos e sócio-históricos, nem a língua é um sistema fechado em si próprio. Assim, a língua é condição para que o discurso se realize.

Orlandi (2003a), considerando os modos de funcionamentos discursivos, os elementos constitutivos das condições de produção do discurso e a relação dele com seus efeitos, distingue:

- a. Discurso autoritário: aquele em que a polissemia é contida, o referente está apagado pela relação de linguagem que se estabelece e o locutor se coloca como agente exclusivo, apagando também sua relação com o interlocutor;
- b. Discurso polêmico: aquele em que a polissemia é controlada, o referente é disputado pelos interlocutores, e estes se mantêm em presença, numa relação tensa de disputa pelos sentidos;
- c. Discurso lúdico: aquele em que a polissemia está aberta, o referente está presente como tal, sendo que os interlocutores se expõem aos efeitos dessa presença inteiramente não regulando sua relação com os sentidos. (ibidem, p. 86)

No entanto, para a autora (idem), não existe discurso puro, ou seja, apenas autoritário, polêmico ou lúdico. Em cada discurso o que há são misturas e articulações, mas existindo, sim, dominância de um tipo. Para ela, em uma sociedade como a nossa, pensando no conjunto de suas práticas, a tendência é produzir a dominância do discurso autoritário, por exemplo. É o que verificamos no discurso das masculinidades, cujos sentidos se apresentam como libertários, todavia “a polissemia é contida” e a masculinidade é compreendida, de forma hegemônica, como algo plural.

2.3.1 Língua e história

O conceito de língua é um dos conceitos fundamentais para a AD, pois esta constitui a condição de realização do discurso, o que quer dizer que a língua funciona como base material para que o discurso se realize. Como base material, ela é um sistema que pode ser representado e formalizado. No entanto, é um sistema heterogêneo, sujeito a falhas e equívocos. Nessa perspectiva, toda enunciação produzida através da língua pode tornar-se outra, ou seja, pode se deslocar de seu sentido. Além disso,

(...) em matéria de linguagem, *não se pode dizer tudo*. Lacan formulou-o a seu modo na expressão “o dizer é da ordem do não-tudo”. Esse “não-tudo”, suportado pela língua, vem constituir o seu “real”(...) O termo *real da língua*, vindo da psicanálise e desenvolvido na lingüística, sobretudo por Milner, é tratado em francês como *lalangue*, o que em português corresponderia a “alíngua”. (grifos da autora) (FERREIRA, 2000, p. 26)

O real da língua é o lugar em que se diz aquilo que não pode ser dito, ou seja, é um impossível estruturado na própria língua. Em outras palavras, o real da língua é algo de uma dimensão distinta da estrutura da língua, mas que, ao escapar do inconsciente, encontra um significante e cai nessa estrutura, marcando inicialmente uma “singularidade”. O real é sintoma de que a língua é constituída também pela ausência, imperfeição, insuficiência e pelo defeito. Mas é importante ressaltar que na AD o conceito de real se relaciona à ideologia, conceito-chave para tal teoria, e não apenas ao inconsciente.

Dessa forma, “a fuga dos enunciados”, as suas “brechas” e “deslizes” constituem traços específicos à organização própria da língua, que inclui nela mesma aquilo que escapa a suas leis de formação. Ou seja, a falta ou o excesso na língua são fatos da língua, constitutivos de sua estrutura e incontornáveis, por isso não devem ser atribuídos a mau desempenho no domínio linguístico (ibidem, p. 94-5).

A língua é também marcada pela história. Só há sentidos para a língua porque a história intervém. Os conceitos de língua e história assumem uma especificidade própria na área da AD:

- a) a língua é concebida como corporalidade, como materialidade, que é de natureza lingüística e histórica simultaneamente (donde a pertinência em se falar de formas materiais);
- b) a história tem relação direta com o sentido e nada a ver com a evolução ou cronologia. Como diz Henry (1984), não há fato ou acontecimento histórico que não faça sentido, que não reclame interpretação. É precisamente nisto que consiste a história, nesse fazer sentido. (FERREIRA, 2000, p. 29)

Para Orlandi (2003a, p. 68), historicidade não se refere à história refletida no texto, mas ao acontecimento do texto como discurso, ou seja, ao trabalho de sentidos que nele ocorre. “Sem dúvida, há uma ligação entre a história externa e a historicidade do texto (...) mas essa ligação não é direta, nem automática, nem funciona como uma relação de causa-e-efeito. (idem)

Outra característica da língua para a AD é que ela possui autonomia relativa, o que significa que, embora o seu sistema possua leis internas e um funcionamento específico, que são objeto da linguística, esse próprio sistema é heterogêneo, porque sofre influências da história. Sobre esse sistema, que constitui uma base material, os efeitos de sentido são produzidos, ou seja, os processos discursivos são realizados. Assim, língua e discurso não se opõem, mas se distinguem.

2.4 O DISCURSO DAS MASCULINIDADES

O discurso das masculinidades é uma complexa rede de efeitos de sentido relacionados a um conjunto de práticas diversas de criação e/ou “colonização” de novas e/ou diferentes formas de masculinidade, bem como de abordagens sobre tais formas, o que produz o sentido de uma pluralização de formas de identificação masculina, em contraposição à sustentação de uma masculinidade homogênea.

Compreendemos as “masculinidades”, em tal discurso, como posições de sujeito marcadas pela ideologia do que é ser masculino, ou seja, inscrições de indivíduos na linguagem regidas por relações simbólicas e/ou imaginárias referentes ao que é ser homem. Essas posições são predominantemente

assumidas por homens, embora mulheres possam ocupá-las também, conforme veremos neste capítulo.

A pluralização construída nesse discurso busca romper com a categorização da masculinidade como algo homogêneo. Entretanto, essa homogeneização é uma produção do discurso das masculinidades, que nesse sentido se filia aos estudos de gênero em geral. Além disso, acaba seguindo a mesma lógica de tentativa de fixação de sentidos na homogeneização, embora de forma diferente: em vez de encapsular “um”, acaba encapsulando múltiplos tipos masculinos. Assim, acaba reproduzindo a lógica de controlar sentidos, que na verdade são fluidos, conforme abordaremos nessa pesquisa. No caso das masculinidades, essa lógica de tentativa de fixação de sentidos produz o que os estudos de gênero chamam de “identidade”.

Identificamos, como algumas das práticas do discurso das masculinidades, discursos de militância, promovidos por movimentos sociais, a exemplo do movimento gay e do movimento da diversidade sexual; discursos midiáticos, promovidos pelos diversos segmentos da publicidade e propaganda; discursos científicos, produzidos principalmente pelas ciências sociais; discursos da arte; e discursos de políticas públicas, promovidos por entidades não-governamentais e pelo Governo e relacionados principalmente a questões de direitos e deveres civis, saúde e segurança pública. Cada um desses setores de atuação possui sua(s) prática(s) específica(s), além de outras especificidades, como também finalidades diferentes uns dos outros, numa relação de simetria e dissimetria constante.

Um dos importantes acontecimentos do discurso das masculinidades é o surgimento, na década de 1990, dos estudos das masculinidades. Como uma produção acadêmico-científica, tais estudos assumem um papel relevante na produção, propagação, consolidação e/ou manutenção de uma realidade considerada “nova”, já que a ciência funciona, em geral, como um território de institucionalização de sentidos que fundamenta e sustenta, por exemplo, ações políticas de diversas ordens, inclusive do poder público governamental. Isso acontece pelo valor simbólico da ciência em nossa sociedade contemporânea.

Os estudos das masculinidades funcionam, inclusive, como uma síntese do próprio discurso das masculinidades. Assim, analisar esse discurso é

analisar a própria história desses estudos. Neste trabalho, objetivamos essa análise a partir da perspectiva da Análise do Discurso, como já dissemos.

Nesse sentido, antes mesmo dos estudos das masculinidades algo já acontecia a respeito da pluralização do masculino. Nas décadas de 1980 e 1990, práticas como os discursos de militância, a exemplo do movimento gay e do movimento da diversidade sexual, prepararam o terreno para o surgimento desses estudos e a conseqüente consolidação do discurso das masculinidades. No final da década de 1990, esse discurso praticamente estava consolidado, já existindo o vocábulo “masculinidades”, no plural, referindo-se a uma multiplicidade masculina. Para essa ação, esses estudos contribuíram fortemente, produzindo o vocábulo que facilmente se institucionalizaria, devido, em grande parte, à existência de uma ideologia do multiculturalismo¹³. Mas é na década de 2000 que o discurso das masculinidades ganha realmente força e vigor, como veremos neste trabalho.

O discurso das masculinidades, no Brasil, parece estar filiado a um discurso que pode ser identificado inicialmente nos Estados Unidos da América e na Inglaterra, já que práticas fundadoras desse discurso no Brasil por nós identificadas surgem, ou inicialmente ganham força, naqueles dois países, como a *busca da ressignificação positiva da identidade homossexual*, empreendida inicialmente pelo movimento gay estadunidense e inglês, o *surgimento da identidade metrosssexual*, na Inglaterra, e a *institucionalização do vocábulo masculinidades* pelos estudos das masculinidades, que surgem nos EUA.

A nossa constatação da existência de um discurso das masculinidades baseia-se na noção de discurso como “efeito de sentidos entre locutores” (PÊCHEUX, 1988). Baseia-se também na noção de masculinidades como processos variados e fluidos de constituição de sujeitos, baseados em atributos simbólica e imaginariamente relacionados ao homem, seja no que diz respeito à sua construção de gênero e/ou sexualidade, seja no que diz respeito a seu corpo e/ou sua formação biológica, em oposição aos atributos simbólico e imaginariamente relacionados à mulher.

¹³ A ideologia do Multiculturalismo é abordada, por exemplo, por Zizek (In: DUNKER e PRADO, 2005), conforme abordamos no primeiro capítulo.

2.5 OS ESTUDOS DAS MASCULINIDADES: DISCURSO FUNDACIONAL

Conforme abordamos no primeiro capítulo, os estudos das masculinidades surgem nos Estados Unidos com a etiqueta *men's studies*, e são determinantes nos estudos sobre o masculino no mundo ocidentalizado, inclusive no Brasil. Esses estudos caracterizam-se como investigações sobre a pluralidade do masculino. Por meio deles, a masculinidade é interpretada como um objeto de estudo científico. Dessa forma, a partir do lugar da ciência, o masculino é definido, teorizado e analisado em práticas sociais.

No Brasil, os estudos das masculinidades surgem na década de 1990, como já mencionamos. Vale lembrar que chamamos de estudos das masculinidades no Brasil toda a produção acadêmico-científica publicada, resultante de investigações feitas e/ou organizadas por pesquisadores de diversas áreas e vinculados a instituições brasileiras, e que aborda a heterogeneidade da masculinidade. No “google acadêmico”, por exemplo, que filtrou a pesquisa buscando apenas as publicações acadêmicas no Brasil, em 14.05.2015 havia aproximadamente 13.800 resultados para o termo “masculinidades”, conforme verificamos na primeira página da busca, reproduzida a seguir:

masculinidades **Pesquisa avançada do Google Acadêmico**

Acadêmico

Aproximadamente 13.800 resultados (0,06 s)

Dica: Pesquisa para resultados somente em **português (Brasil)**. Você pode especificar seu idioma para pesquisa em [Configurações do Acadêmico](#)..

[\[LIVRO\] Homens e masculinidades: outras palavras](#)

[SGU Ridenti, B Medrado - 1998 - books.google.com](#)

Mito ou fato, presenciamos hoje, especialmente na mídia, uma série de especulações sobre a atual insegurança masculina diante da mulher independente, sobre a presença de um "novo homem", de um "novo pai", anunciando, inclusive, a organização de um movimento" ...

Citado por 128 Artigos relacionados Todas as 2 versões Citar Salvar Mais

[CITAÇÃO] A produção simultânea de **masculinidades** hegemônicas e subalternas

MS Kimmel - Horizontes antropológicos, 1998 - Instituto de Pós-Graduação de ...

Citado por 146 Artigos relacionados Citar Salvar Mais

[PDF] de scielosp.org

[PDF] Necessidades de saúde e **masculinidades**: atenção primária no cuidado aos homens Health needs and masculinities: primary health care services for men

LB Schraiber, W dos Santos Figueiredo... - Cad. Saude ..., 2010 - SciELO Public Health

Abstract This study deals with the relations between masculinities and health care, approaching the recognition of health needs among male users of primary health care and the responses by the services. The study is part of a larger research project in four ...

Citado por 102 Artigos relacionados Todas as 12 versões Citar Salvar Mais

[PDF] de scielo.br

[PDF] Reprodução e gênero: e produção e gênero: paternidades, **masculinidades** e teorias da concepção

RG Costa - Estudos feministas, 2002 - SciELO Brasil

Resumo: Trata-se de uma discussão sobre reprodução e gênero, a partir de uma pesquisa realizada com homens que procuravam um ambulatório de reprodução humana na cidade de Campinas (SP) em busca de tratamento para esterilidade ou de informações e ...

Citado por 78 Artigos relacionados Todas as 9 versões Citar Salvar Mais

[CITAÇÃO] **Masculinidades**: uma revisão teórica

MP GROSSI - Antropologia em primeira mão, 2004

Citado por 77 Artigos relacionados Citar Salvar Mais

[PDF] de scielo.br

[PDF] Por uma matriz feminista de or uma matriz feminista de gênero para os estudos sobre homens e **masculinidades**

B Medrado, J Lyra - Revista Estudos Feministas, 2008 - SciELO Brasil

Resumo: Este artigo tem o objetivo de contribuir para os estudos e pesquisas sobre homens e **masculinidades**, apresentando um marco conceitual de gênero, a partir de uma matriz que dialoga com produções feministas e se organiza em quatro eixos: 1) o sistema sexo/ ...

Citado por [55 Artigos relacionados](#) [Todas as 5 versões](#) [Citar](#) [Salvar](#) [Mais](#)

[CITAÇÃO] **Masculinidades** e violências: gênero e mal-estar na sociedade contemporânea

LZ Machado - *As várias dimensões do masculino: traçando itinerários ...*, 2004

Citado por [44 Artigos relacionados](#) [Citar](#) [Salvar](#) [Mais](#)

[CITAÇÃO] O estudo crítico das **masculinidades**

D Sabo, M Adelman... - *Coletânea gênero plural*, 2002 - Editora UFPR Curitiba

Citado por [50 Artigos relacionados](#) [Citar](#) [Salvar](#) [Mais](#)

Intrincada trama de **masculinidades** e feminilidades: fracasso escolar e meninos

RS Brito - *Cadernos de Pesquisa*, 2006 - scientificcircle.com

Resumo: Estudo de caso sobre o fracasso sistemático de meninos no ensino fundamental, inspirado na etnografia educacional. O trabalho refuta as primeiras explicações dadas na literatura educacional, que tendiam a identificar como causa do problema a socialização ...

Citado por [29](#) [Citar](#) [Salvar](#) [Mais](#)

[PDF] de unicamp.br

[PDF] **Masculinidades** e gênero: discursos sobre responsabilidade na reprodução

MMA SILVA - 1999 - pagu.unicamp.br

RESUMO O mais importante documento recente relativo à vida reprodutiva, o Programa de Ação da Conferência Internacional de População e Desenvolvimento, realizada no Cairo em 1994 sob os auspícios da ONU, está pontilhado de exortações e recomendações no ...

Citado por [42 Artigos relacionados](#) [Citar](#) [Salvar](#) [Mais](#)

Como efeito desses estudos, surgem publicações de livros e outros tipos de texto sobre o assunto, bem como páginas de internet; criam-se linhas e grupos de pesquisa nas universidades brasileiras sobre a questão, assim como disciplinas; aborda-se o tema em encontros acadêmicos e até mesmo se realizam eventos sobre ele. Vejamos alguns exemplos:

a) Livro:



(SCHPUN, M. R.(org). *Masculinidades*. São Paulo: Boitempo Editorial; Santa Cruz do Sul, Edunisc, 2004.)

b) Página na internet:

Grupo público no facebook intitulado “Rede brasileira de masculinidades”, com 1.476 membros em 14.05.2015.

<https://www.facebook.com/groups/213961658635218/?fref=ts> (link de acesso ao grupo)

Assim o grupo se apresenta:

“A partir da revolução feminista e a transformação no lugar das mulheres na sociedade, os homens foram levados à refletir sobre o que é “Ser um Homem de Verdade”, percebendo que não há uma só forma de exercer o masculino, mas MASCULINIDADES, com pontos comuns, contudo, coerentes com a singularidade de cada homem.

Este é um espaço dialógico para troca de informações, debates, parcerias, movimentos, em direção à compreensão do “Novo Homem” e à igualdade e

solidariedade entre homens e mulheres, para o surgimento de uma sociedade mais justa e capaz de enfrentar os desafios planetários.” (sic)

c) Evento:

Governo do Estado de São Paulo, Secretaria de Cultura, SP Escola de Teatro e a MOÇARRA PERFORMA convidam para:

moçarra performada

MASCULINIDADES CONTEMPORÂNEAS



01 DE ABRIL | 20H
Masculinidades contemporâneas I
HOMENES NÃO CHEGAM

Realização:
 Marcio Tiburi e Paulo César Peixoto
 Mediadora:
 Beth Néspoli

Atividade proposta pelo grupo **A Moçarra Performada**. Intitulado masculinidades contemporâneas o homem não chegam e masculinidades contemporâneas II, ante a banalidade e o falácio, abordado o tema de gênero, com foco nas masculinidades no contexto contemporâneo, visando a pluralidade de vozes de masculino. Os homens contemporâneos, apesar de desestabilizados pelas revoluções de gênero do século XX, ainda é observado acobertado um comportamento consistente com um ideal heteronormativo de masculinidade e uma gama de ações que reafirmam seu poder competitivo financeiro, político e sexual. Quais os limites de um tormento?

Inscrição: SP ESCOLA DE TEATRO - Praça Roosevelt, 310 - República - São Paulo | SP | tel: 11 3273.8200

Sejam gente! (Siga e torça) [@moçarraperformada](#)



Antes desses estudos, as posições de sujeito masculinas, consideradas em sua diversidade e multiplicidade, eram praticamente silenciadas *na ciência*, pois o que nela estava em foco sobre essa questão era o combate à construção masculina hegemônica no que diz respeito à sua dominação em relação aos considerados “grupos minoritários”. Mesmo assim, alguns investigadores, principalmente na área da psicologia, abordaram as chamadas subjetividades masculinas, rompendo um pouco com esse silenciamento, ao apontarem para uma “crise do masculino”, conforme veremos a seguir.

2.5.1. A crise do masculino

Filiados à discussão sobre uma “crise do masculino”, os estudos das masculinidades delimitam o masculino, seu objeto de investigação, como uma categoria de gênero, que é construída como uma identidade plural, contrastando uma masculinidade hegemônica a outros tipos de masculinidades. Acreditamos que um dos motivos de essa categoria surgir dessa maneira é o fato de esses estudos filiarem-se aos estudos feministas, que na década de 1990 já abordavam criticamente, dentre outras coisas, a categoria “mulher” enquanto unidade coerente, assim como aos estudos da homossexualidade, que também abordavam criticamente a categoria de “homem” e “masculino” como unidade coerente e hegemônica. Nesse sentido, os estudos das masculinidades seguem uma tendência dos estudos de gênero e sexualidade contemporâneos a eles. Na verdade, parece-nos que essa tendência de investigar as chamadas categorias de gênero considerando, inclusive, sua própria pluralidade é uma tendência contemporânea dos chamados estudos das identidades, o que nos mostra a sua relação com o multiculturalismo e com a política das identidades, conforme vimos no primeiro capítulo deste trabalho.

2.5.2. Masculinidades e seu discurso fundacional

Foi nos estudos das masculinidades que, inicialmente, a palavra “masculinidades” entrou em um processo de historicização e institucionalização. Desse modo, produz-se a aparência de uma transfiguração do sem-sentido para o sentido de pluralidade do masculino. Assim, compreendemos que enunciados dos estudos das masculinidades funcionam

como um discurso fundacional¹⁴ a respeito das masculinidades. Para Zoppi-Fontana:

Na relação de sentido que estabelece com seu interdiscurso, um discurso que se pretende “fundacional” precisa produzir, como efeito do seu funcionamento enunciativo, uma *ilusão de corte* ou *ruptura* com os processos de sentido sedimentados como memória discursiva. (grifos da autora) (ZOPPI-FONTANA, In: ORLANDI, 2003b, p. 133)

Enquanto o discurso fundacional produz uma ilusão de corte, o discurso fundador produz um corte. Segundo Orlandi (2003b, p. 08), “Sem defini-lo [o discurso fundador] categoricamente, procuramos pensá-lo como a fala que transfigura o sem-sentido em sentido”.

Foucault também aborda a noção de discurso fundador. Para ele (2006, p. 280), foi durante o século XIX, na Europa, que apareceram tipos de autores bastante peculiares, os fundadores de discursividade, que não deviam ser confundidos com os grandes autores literários, nem com os autores de textos religiosos canônicos, nem com os fundadores da ciência.

Esses autores têm de particular o fato de que eles não são somente os autores de suas obras, de seus livros. Eles produziram alguma coisa a mais: a possibilidade e a regra de formação de outros textos. Nesse sentido, eles são bastante diferentes, por exemplo, de um autor de romances que, no fundo, é sempre o autor do seu próprio texto. Freud não é simplesmente o autor da *Traumdeutung* ou de *O chiste*; Marx não é simplesmente o autor do Manifesto ou do *Capital*: eles estabeleceram uma possibilidade infinita de discursos.

(...) quando falo de Marx ou de Freud como “instauradores de discursividade”, quero dizer que eles não tornaram apenas possível certo número de analogias, eles tornaram possível (e tanto quanto) um certo número de diferenças. Abriram espaço para outra coisa diferente deles e que, no entanto, pertence ao que eles fundaram. Dizer que Freud fundou a psicanálise não quer dizer (isso não quer simplesmente dizer) que se possa encontrar o conceito de libido, ou a técnica de análise dos sonhos em Abraham ou Melanie Klein, é dizer que Freud tornou possível um certo número de diferenças em relação aos seus textos, aos seus conceitos, às suas hipóteses, que dizem todas respeito ao próprio discurso psicanalítico. (ibidem, p. 280-2)

¹⁴ O discurso fundacional é uma elaboração de Zoppi-Fontana (In Orlandi, 2003b)

Foucault (ibidem, p. 282) não considera que deva ser chamada de fundadora toda transformação introduzida pela ciência. Ele acredita que há uma diferença notável entre a cientificidade e a instauração de uma discursividade, embora na cientificidade possa haver a abertura para novas formulações a partir das já existentes, tornando possível algo bastante diferente daquilo que é o ponto de partida.

De fato, no caso de uma cientificidade, o ato que o funda está no mesmo nível de suas transformações futuras; ele faz, de qualquer forma, parte do conjunto das modificações que ele torna possíveis. Essa dependência, certamente, pode tomar várias formas. O ato de fundação de uma cientificidade pode aparecer, no curso das transformações posteriores dessa ciência, como sendo afinal apenas um caso particular de um conjunto mais geral que então se descobre. Pode aparecer também contaminado pela intuição e pelo empirismo; é preciso então formalizá-lo de novo, e fazer dele o objeto de um certo número de operações teóricas suplementares que o funda mais rigorosamente etc. Enfim, ele pode aparecer como uma generalização apressada, que é preciso limitar e da qual é preciso retraçar o campo restrito de validade. (idem)

Dessa forma, conforme o autor, sempre existe a possibilidade de reintrodução do ato de fundação de uma cientificidade no interior da estrutura das próprias transformações que derivam dele. De modo diferente à fundação de uma ciência, a fundação de um discurso não faz parte das transformações ulteriores relacionadas a essa instauração discursiva.

Ora, acredito que a instauração de uma discursividade é heterogênea às suas transformações ulteriores. Desenvolver um tipo de discursividade como a psicanálise, tal como ela foi instaurada por Freud, não é conferir-lhe uma generalidade formal que ela não teria admitido no ponto de partida, é simplesmente lhe abrir um certo número de possibilidades de aplicações. Limitá-la é, na realidade, tentar isolar no ato instaurador um número eventualmente restrito de proposições ou de enunciados, aos quais unicamente se reconhece valor fundador e em relação aos quais tais conceitos ou teoria admitidos por Freud poderão ser considerados como derivados, secundários, acessórios. (...) Falando de uma maneira bastante esquemática: a obra desses instauradores não se situa em relação à ciência e no espaço que ela circunscreve; mas é a ciência ou a discursividade que se relaciona à sua obra como as coordenadas primeiras. (ibidem, p. 283)

Nessa perspectiva, o autor (ibidem, p. 283-4) considera como uma necessidade das discursividades fundadoras a exigência de um “retorno à origem”, que não deve ser confundida com os fenômenos de “redescoberta” e “reatualização”, característicos das ciências. Como redescoberta, ele entende os fenômenos de analogia ou de isomorfismo, que permitem a percepção de “uma figura que foi embaralhada, ou que desapareceu”, a partir de formas de saber contemporâneas. Por reatualização ele entende “a reinserção de um discurso em um domínio de generalização, de aplicação ou de transformação que é novo para ele.”

Por “retorno a”, o que se pode entender? Acredito que se pode designar dessa maneira um movimento que tem sua própria especificidade e que caracteriza justamente as instaurações de discursividade. Para que haja retorno, de fato, é preciso inicialmente que tenha havido esquecimento, não esquecimento acidental, não encobrimento por alguma incompreensão, mas esquecimento essencial e constitutivo. (...) Por outro lado, esse retorno se dirige ao que está presente no texto, mais precisamente, retorna-se ao próprio texto, ao texto em sua nudez e, ao mesmo tempo, no entanto, retorna-se ao que está marcado pelo vazio, pela ausência, pela lacuna no texto. (ibidem, p. 284)

Para o autor, o resultado desse retorno não é um acréscimo que se uniria à própria discursividade, mas é um trabalho necessário de modificação da discursividade. Assim, o reexame de textos de Freud modificaria a própria psicanálise; o reexame dos de Marx modificaria o marxismo.

Como discurso fundacional, e não como discurso fundador, os estudos das masculinidades constituem-se como um acontecimento. É nessa perspectiva que esses estudos, através de um trabalho ideológico, organizam sentidos como “novos”. Para isso, constroem limites e domínios, e possibilitam novos gestos de interpretação.

Como acontecimento, esses estudos instauram um presente, ao mesmo tempo em que instauram um passado e um futuro. É a temporalidade desse acontecimento que nos aponta para a compreensão de um discurso das masculinidades.

E o que é esta temporalidade? De um lado ela se configura por um presente que abre em si uma latência de futuro (uma futuridade), sem a qual não há acontecimento de linguagem, sem a qual nada é significado, pois sem ela (a latência de futuro) nada há aí de projeção, de interpretável. O acontecimento tem como seu um depois incontornável, e próprio do dizer. Todo acontecimento de linguagem significa porque projeta em si mesmo um futuro.

Por outro lado este presente e futuro próprios do acontecimento funcionam por um passado que os faz significar. Ou seja, esta latência de futuro, que, no acontecimento, projeta sentido, significa porque o acontecimento recorta um passado como memorável. (GUIMARÃES, 2005, p. 12)

Nessa perspectiva, os estudos das masculinidades não instauram um discurso fundador, mas instauram um discurso, o das masculinidades. Desse modo, a partir dessa disciplina, outros textos e outros autores podem colocar-se, configurando uma transdiscursividade. No entanto, como esse discurso instaurado produz a ideia de corte e ruptura com um passado, podemos compreendê-lo como um discurso fundacional.

2.6 HISTORICIZAÇÃO E INSTITUCIONALIZAÇÃO DAS MASCULINIDADES NO BRASIL

São os estudos das masculinidades que produzem um discurso fundacional sobre as masculinidades, bem como a própria noção de masculinidades, através de enunciados aí produzidos que reverberam e ecoam efeitos principalmente em discursos científicos e em discursos de políticas públicas, mas também em discursos de militância, em discursos midiáticos e inclusive no nosso dia a dia. Chegamos a essa interpretação através de uma análise discursiva desses estudos. Para isso, constituímos um *corpus* e analisamos sua materialidade linguístico-discursiva, como mostraremos a seguir.

2.6.1 O *corpus*

Para uma análise discursiva, a constituição do *corpus* é determinante e se constitui como um dos primeiros pontos a ser considerado (ORLANDI, 1988). Nessa forma de análise, não interessa a quantidade exaustiva de dados, nem a sua completude, o que, inclusive, é impossível alcançar. Interessa, na verdade, aquilo que pode ser retirado em relação aos objetivos da análise e, obviamente, sua temática (ORLANDI, 2003a).

Assim, a construção do corpus e a análise estão intimamente ligadas: decidir o que fazer parte do corpus é decidir acerca de propriedades discursivas. Atualmente, considera-se que a melhor maneira de atender à questão da constituição do corpus é construir montagens discursivas que obedecem critérios que decorrem de princípios teóricos da análise do discurso, face aos objetivos da análise, e que permitam chegar à sua compreensão. Esses objetivos, em consonância com o método e os procedimentos, não visa a demonstração mas a mostrar como um discurso funciona produzindo (efeitos de) sentidos. (ibidem, p. 63)

Nesse sentido, distingue-se o texto do discurso. O texto são as montagens discursivas feitas pelo analista. Orlandi nos diz que:

O texto é a unidade que o analista tem diante de si e da qual ele parte. O que faz ele diante de um texto? Ele o remete imediatamente a um discurso que, por sua vez, se explicita em suas regularidades pela sua referência a uma ou outra formação discursiva que, por sua vez, ganha sentido porque deriva de um jogo definido pela formação ideológica dominante naquela conjuntura. (ibidem, p. 63)

A análise discursiva parte do próprio estabelecimento do *corpus*, que resulta em grande medida de uma construção do analista. O *corpus* é organizado a partir da natureza do material e de sua(s) pergunta(s) norteadora(s).

Uma das dificuldades da análise está no fato de que não existe um contato inaugural com o discurso, que é o objeto de investigação. Isso implica dizer que ele não é algo pronto e acabado, mas algo construído pelo analista

através do seu gesto de interpretação, inclusive. “Consequentemente, também não dizemos da análise que ela é objetiva, mas que ela deve ser o menos subjetiva possível, explicitando o modo de produção de sentidos do objeto em observação.” (ibidem, p. 64)

Nessa perspectiva, as perguntas apresentadas a seguir nos orientaram na construção do nosso *corpus*. São elas: “onde” a noção de masculinidades foi produzida? Como e por que isso aconteceu? O que sustenta tal produção? Como a construção do sentido de masculinidades constrói um presente, recortando um passado e instaurando uma futuridade? Quais os efeitos da construção desse sentido? Como ocorreu a historicização e a institucionalização das masculinidades no Brasil? O que não é dito sobre o masculino na abordagem sobre as masculinidades? A partir desses questionamentos, construímos um *corpus*, do qual fizemos recortes para análise.

Nesse capítulo o *corpus*, cuja análise aponta para o ato fundacional do discurso das masculinidades e para a identificação dos seus sujeitos – ou seja, para o seu presente-, foi constituído de três livros que possuem em comum o fato de abordarem as masculinidades e de terem sido publicados originalmente no Brasil.¹⁵ Além disso, seus autores ou organizadores são importantes pesquisadores sobre o tema em nosso país.

Um desses livros é *Violência e estilos de masculinidade*, de Cecchetto (2004). Sua primeira publicação foi em 2004. Nessa obra, a autora aborda a masculinidade como uma construção histórica e social, buscando entender a ligação entre o gênero masculino e a violência. São investigados freqüentadores de bailes charme, galeras *funk* e gangues de lutadores de jiu-jítsu, incluindo homens de classe média, moradores da Zona Sul e dos subúrbios e favelas do Rio de Janeiro, brancos e não brancos, adolescentes até adultos. O livro pertence à área das ciências sociais e utiliza a metodologia etnográfica de investigação. De acordo com sua autora, “é uma contribuição a mais à discussão sobre violência na cidade do Rio de Janeiro” (ibidem, p. 45), já que ela trabalhou com esse tema em sua dissertação de mestrado. Além disso, a obra aborda o tema da masculinidade através dos estudos

¹⁵ Em algumas outras etapas analíticas desta pesquisa, consideramos outros textos para análise.

contemporâneos sobre o masculino, ou seja, através de uma abordagem sobre a heterogeneidade masculina, o que nos faz compreendê-la como uma obra dos estudos das masculinidades no Brasil.

Outro livro é *Identidades fragmentadas: a construção discursiva de raça, gênero e sexualidade em sala de aula*, de Moita Lopes (2002). Sua primeira publicação é de 2002. O livro pertence à área da linguística aplicada, dialogando com a produção da Análise Crítica do Discurso, com teorias socioconstrucionistas do discurso e da identidade social e com investigações dos “novos estudos de letramento”. Organizado em três partes, é na sua segunda parte que é abordada “a construção de masculinidades escolares” (ibidem, p. 19), o que nos faz compreender relações do livro com a produção dos estudos das masculinidades no Brasil. Nessa parte da obra, são investigados alunos de uma escola da rede pública da cidade do Rio de Janeiro.

O terceiro livro é *Masculinidades*, publicado em 2004 e organizado por Schpun (2004). A obra, que se filia a teorias feministas inclusive, é uma coletânea de artigos de pesquisadores de diversas áreas (antropologia, sociologia e história) e de diversos países. Os seus textos abordam de formas variadas a masculinidade como um objeto plural, daí considerarmos o livro como uma produção dos estudos das masculinidades no Brasil.

2.6.2. Propriedades discursivas

Na análise do discurso, buscam-se no texto os indícios de processos de significação inscritos na materialidade discursiva. O analista deve partir desses indícios.

Diferencia-se [a análise do discurso] da Linguística, porque não trabalha com as marcas (formais) mas com propriedades discursivas (materiais) que referem a língua à história para significar (relação língua-externalidade). Em uma palavra, a análise de discurso trabalha com as formas materiais que reúnem forma-e-conteúdo. As marcas formais, em si, não interessam diretamente ao analista. O que lhe interessa é o

modo como elas estão no texto, como elas se “encarnam” no discurso. Daí o interesse do analista pela forma-material que lhe permite chegar às propriedades discursivas. (ORLANDI, 2003a)

Seguindo essa perspectiva, nos estudos das masculinidades identificamos propriedades discursivas que funcionam na historicização e institucionalização das masculinidades no Brasil. Para analisar tais propriedades, recortamos os seguintes fragmentos do *corpus* já apresentado:

- 1) Ouvir a diversidade das vozes masculinas e atentar para a importância da desconstrução crítica da homologia masculino/público/político, ou seja, de uma masculinidade hegemônica, tem sido a tônica dos trabalhos sobre os homens a partir do enfoque da “construção social da masculinidade”. (CECCHETTO, 2004, p. 56)
- 2) O modo como entendemos a masculinidade, por exemplo, só pode ser compreendido se for considerado de que homem se fala: onde vive, qual é sua classe social, como expressa sua sexualidade, qual é a sua raça, em que momento da história e em que instituição está sendo focalizado etc. Daí, falar-se hoje em dia em masculinidades(...) (MOITA LOPES, 2002, p. 16)
- 3) Composta por estudos antropológicos, sociológicos e históricos ligados a contextos e problemáticas os mais variados, esta antologia confirma a pluralidade indicada no título *Masculinidades*. A construção do masculino não é una, monolítica ou a-histórica; os seus múltiplos desdobramentos dependem de contextos, atores sociais e abordagens diversos. (SCHPUN, 2004, contracapa)

A partir desses recortes, identificamos algumas propriedades discursivas, conforme abordaremos a seguir:

- a) aparência de uma transfiguração do sem-sentido em sentido

Como é possível observar, tanto no fragmento 2 quanto no fragmento 3 ocorre a *pluralização* do significante masculinidade. Na língua portuguesa, a formação de plural acontece através do acréscimo de um morfema flexional de plural à forma singular. Em geral, o morfema –s forma o plural, como na palavra em questão. Entretanto, embora sempre existisse na língua portuguesa do Brasil a possibilidade de pluralizar os nomes, como no caso do vocábulo masculinidade, inclusive seguindo a regra geral de formação de plural para esta palavra, esse significante historicamente sempre era empregado apenas no singular.

O emprego da forma masculinidade sempre no singular possui seu funcionamento próprio. Isso se refere à interpretação de processos de identificações simbólica e imaginária relativos ao masculino e significados como um gênero homogêneo e unívoco. Essa interpretação do masculino aponta para um homem heterossexual e dominador, característico no imaginário de sociedades ocidentalizadas, patriarcais e machistas. Por outro lado, a *pluralização* do significante masculinidade também possui um sentido, o de oposição a sua forma singular, que já existia, inclusive como verbete dicionarizado, ou seja, o de oposição à interpretação do masculino como algo singular e único.

Foram os estudos das masculinidades que empregaram e propagaram o termo masculinidade no plural, referindo-se a uma diversidade de possibilidades de construção do masculino. Compreendemos esse emprego e difusão como um acontecimento, isto é, como algo que está sujeito à interpretação e que possibilita novos gestos interpretativos, à medida que constrói limites, desenvolve domínios e produz territórios de significância. Esse acontecimento configura-se como o presente do discurso fundacional das masculinidades. Desse modo, foram esses estudos que historicizaram o significante masculinidades. É importante ressaltar que, quando nos referimos à historicização, estamos fazendo referência ao processo de “fazer sentido de um acontecimento”, conforme nos aponta Orlandi:

Quando falamos em historicidade, não pensamos a história refletida no texto mas tratamos da historicidade do texto em sua materialidade. O que chamamos historicidade é o acontecimento do texto como discurso, o trabalho dos sentidos nele. Sem dúvida, há uma ligação entre história externa e a historicidade do texto (trama de sentidos nele) mas essa ligação não é direta, nem automática, nem funciona como uma relação de causa-e-efeito. (ORLANDI, 2003a, p.68)

Nesse sentido, observamos a produção da aparência de uma transmutação do sem-sentido para o sentido. Isso significa que não ocorreu essa transmutação, o que caracterizaria um discurso fundador¹⁶, mas ocorreu a produção de certos apagamentos do passado, para configurar como novos determinados sentidos que já existiam, o que caracteriza o discurso fundacional. Assim, a historicização do significante masculinidades tem como efeito a produção de sentido de uma ruptura com uma história em que o masculino era visto apenas como algo homogêneo e unitário, para instalar o sentido de que o masculino é plural.

Entretanto, embora não se falasse em masculinidades, o masculino já era interpretado na história de forma diferente do que se considerava como masculinidade padrão. É o caso do homem romântico do século XIX, por exemplo:

Diz Ortega y Gasset que, antes do Romantismo, costumava o homem envergonhar-se das suas emoções, tão orgulhoso se sentia das suas ideias. A razão era, com efeito, um dique maciço e irremovível a conter a manifestação dos sentimentos, ainda os mais legítimos. O homem romântico dinamitou esse dique, para se deixar arrastar pelas mais violentas emoções.

A este esbracejar contra a opressão das leis costuma chamar-se titanismo. Com frequência são chamados a encarnar o ideal do titanismo Satã, Caim, o D. João, o pirata, o cigano, todos os que vivem à margem da sociedade. (PSICOLOGIA DO HOMEM ROMÂNTICO, 29/12/2009)

Outro exemplo, também do século XIX, é o dândi:

¹⁶ ORLANDI, 2003b.

Para Queila Ferraz, professora de História da Indumentária da Faculdade Belas Artes, o dandismo pode ser considerado um dos primeiros estereótipos dissonantes do comportamento masculino, precursor de movimentos como os emos ou metrossexuais. “Os dândis são o que chamavam de snob - sem nobreza. Essa palavra era colocada na porta dos quarto (sic) dos alunos de Cambridge. Eles não tinham sobrenomes aristocráticos, porém, frequentavam a sociedade juntamente com poetas, músicos, artistas, se espelhando na aparência destes. Assim, acabaram por criar um novo arquétipo pop”, analisa a professora.

Combinando em proporções iguais o requinte e o exotismo, os dândis foram bastante associados (muitas vezes corretamente) ao homossexualismo, o que tornou o estilo ainda mais polêmico. Talvez o maior exemplo do dândismo tenha aparecido na Irlanda, na figura do escritor Oscar Wilde. Dotado de senso de humor corrosivo, tendência ao paradoxo, neste caso superioridade aristocrática, e vestuário espalhafatoso, Wilde se tornou ilustre pela maneira como retratou a sociedade britânica, além de traçar algumas das mais valiosas considerações literárias a respeito da juventude, das paixões e do amor. (QUER SER UM DÂNDI?, 29/12/2009)

Apesar das simbolizações do homem romântico e do dândi, por exemplo, os estudos das masculinidades nos mostram que a discussão sobre a pluralidade do masculino é algo contemporâneo. Observemos que no trecho 2 há uma referência explícita às masculinidades como algo recente:

Daí, falar-se hoje em dia em masculinidades(...)

Essa sentença, que se caracteriza como um enunciado do discurso das masculinidades, marca a oposição entre um período atual, presente, e um período anterior. Se o que caracteriza o período atual (“hoje em dia”) é falar em masculinidades, isso também nos diz (pela ausência, pelo não dito do contexto em que o enunciado foi produzido), que não se falava em masculinidades anteriormente.

Na análise do discurso, há noções que encampam o não-dizer: a noção de interdiscurso, a de ideologia, a de formação discursiva. Consideramos que há sempre no dizer um não-dizer necessário. Quando se diz “x”, o não-dito “y” permanece como uma relação de sentido que informa o dizer de “x”. Isto é, uma formação

discursiva pressupõe uma outra (...) Além disso, o que já foi dito mas já foi esquecido tem um efeito sobre o dizer que se atualiza em uma formulação. Em outras palavras, o interdiscurso determina o intradiscurso: o dizer (presentificado) se sustenta na memória (ausência) discursiva. (ORLANDI, 2003a)

Portanto, os estudos das masculinidades tentam nos mostrar a fundação de um discurso sobre as masculinidades. Dessa forma, esse enunciado apaga o conflito existente no passado entre uma interpretação do masculino como algo homogêneo e uma interpretação de tipos diversos do masculino, o que tem como efeito a produção de uma ruptura com um passado idealizado onde a masculinidade era homogênea, e a conseqüente fundação de um presente em que o masculino é visto em sua multiplicidade. Assim, ao apagar o conflito do passado, ele é trazido para o presente.

Se considerarmos que a significação de uma homogeneização do masculino se filia a uma formação discursiva específica (que chamaremos aqui de FD 1), e a significação das masculinidades filia-se a uma outra (FD 2), o discurso fundacional das masculinidades constrói um passado constituído apenas pela FD 1, e coloca o conflito entre elas na contemporaneidade.

As formações discursivas podem ser vistas como regionalizações do interdiscurso, configurações específicas dos discursos em suas relações. O interdiscurso disponibiliza dizeres, determinando, pelo já-dito, aquilo que constitui uma formação discursiva em relação a outras. Dizer que a palavra significa em relação a outras, é afirmar essa articulação de formações discursivas dominadas pelo interdiscurso em sua objetividade material contraditória.

(...) No entanto, é preciso não pensar as formações discursivas como blocos homogêneos funcionando automaticamente. Elas são constituídas pela contradição, são heterogêneas nelas mesmas e suas fronteiras são fluidas, configurando-se e reconfigurando-se continuamente em suas relações. (ORLANDI, 2003a)

Além disso, o verbo falar desse enunciado (“Daí, falar-se hoje em dia...”) aponta-nos para o emprego contemporâneo do significante masculinidades, ou seja, não estamos falando somente da construção de novos sentidos, mas também de um novo uso de uma forma na história e na língua portuguesa do Brasil, através de um recurso da própria língua, a formação de plural. Assim, os

estudos das masculinidades apontam-nos para historicização do significante masculinidades. Esse novo uso é um funcionamento discursivo pertinente para a produção do sentido de ruptura do discurso fundacional das masculinidades.

Em síntese, podemos interpretar que a oposição entre antigo e contemporâneo feita nesse enunciado é a oposição entre aquilo que o singular e o plural nos mostram sobre as masculinidades. Esse singular também é construído nesse discurso fundacional como o seu passado, que é recortado, mas nesse caso é recalcado.

Observamos também esse recalque produzido pelo discurso fundacional das masculinidades através da negação explícita do sentido de uma masculinidade hegemônica, como na sentença mostrada a seguir do fragmento 3, que também se constitui como um enunciado do discurso das masculinidades:

A construção do masculino não é una, monolítica ou a-histórica;[ou seja, ela é plural] (...)

Nesse enunciado, ao se negar que a construção do masculino é una, monolítica ou a-histórica, está se afirmando, por uma oposição implícita (através da ausência, do não dito do contexto de enunciação), que a construção do masculino é plural.

Nessa perspectiva, o discurso fundacional das masculinidades constrói novas possibilidades de dizer a respeito do masculino, trabalhando no apagamento do sentido já estabelecido de uma masculinidade una e homogênea e construindo um passado onde a masculinidade era apenas interpretada dessa forma, negando a história, à medida que apaga o conflito entre simbolizações de uma masculinidade padrão e de outras formas do masculino já-ditas.

Efetivamente, o grande paradoxo de um discurso que se diz “fundacional” é que ele se inscreve na história, negando-a. Dito de outra maneira, o caráter “fundacional” de um discurso não é mais do que o efeito de sentido produzido pela transmutação da dimensão temporal do acontecer histórico em mera

representação do tempo, sob a forma de um relato ou narração histórica. (ZOPPI-FONTANA, In: ORLANDI, 2003b, p. 133)

Nessa ilusão da produção de um corte ou ruptura feita pelo discurso fundacional das masculinidades, acreditamos que o discurso do movimento de gays, lésbicas e seus desdobramentos, o discurso da diversidade sexual, o surgimento do metrosssexual, ao abordarem novas/outras possibilidades de construção do masculino em relação à considerada construção hegemônica, conforme abordaremos nesse trabalho, possibilitaram o dizer a respeito das masculinidades. Em outras palavras, algo que já havia sido dito, em outro lugar, em outra circunstância, a respeito do assunto, é recuperado pelo discurso fundacional das masculinidades. Nesse processo de instalação de sentidos, ou seja, nesse acontecimento, isso que já havia sido dito, mas é recortado da memória e retomado nesse discurso fundacional, constitui-se como o seu passado também. Esse passado, entretanto, é construído como uma gênese do discurso das masculinidades.

Nesse sentido, a designação masculinidades evidencia, ou procura tornar evidente, uma “nova” realidade, a de compreender o masculino em sua diversidade. Desse modo, acreditamos que um dos mais importantes efeitos dos estudos das masculinidades foi o de organizar e “contemporaneizar” sentidos de um saber que pluraliza o masculino, através de um processo de designação das masculinidades. Aliás, o significante masculinidades funciona como um significante mestre no discurso das masculinidades. A organização de sentidos a que nos referimos ocorre principalmente pela historicização do vocábulo “masculinidades”, no plural. Assim, embora já existissem práticas que construía e/ou exploravam formas diversas de ser homem, como a ressignificação da homossexualidade empreendida inicialmente pelo movimento gay, ou a criação de novas formas de um homem consumidor feita pela publicidade, foram os estudos das masculinidades que engendraram o termo masculinidades e o desenvolveram.

O emprego e permanência desse termo na memória discursiva contribuem de forma decisiva para atar sentidos em um mesmo conjunto, o da realidade de construção, abordagem e/ou exploração de formas do masculino, ou seja, do discurso das masculinidades. Isso significa que a memória passou

a dispor de um léxico que remete diretamente à realidade que estamos abordando, como se tivesse um dispositivo que fizesse isso explicitamente. Em outras palavras, isso significa que os estudos das masculinidades funcionam como a máquina que costurou o discurso das masculinidades – máquina de poder nesse contexto.

b) Reprodução do equívoco

Outro equívoco do discurso das masculinidades no processo de sua historicização é a afirmação da existência de uma masculinidade hegemônica, mesmo questionando a masculinidade como algo unitário. Para Connell e Messerschmidt:

A masculinidade hegemônica se distinguiu de outras masculinidades, especialmente das masculinidades subordinadas. A masculinidade hegemônica não se assumiu normal num sentido estatístico; apenas uma minoria dos homens talvez a adote. Mas certamente ela é normativa. Ela incorpora a forma mais honrada de ser um homem, ela exige que todos os outros homens se posicionem em relação a ela e legitima ideologicamente a subordinação global das mulheres aos homens. (CONNELL e MESSERSCHMIDT: 2013)

Assim, entende-se como “masculinidade hegemônica” “uma” norma, adotada pela minoria dos homens, que orienta uma construção de masculinidade que tanto subordina as outras masculinidades, quanto subordina as mulheres. O problema é que, em termos de sentido, uma norma nunca é unívoca, atemporal e sem opacidade.

Na perspectiva da masculinidade hegemônica, há um grupo minoritário de homens que historicamente domina por meio de processos ideológicos e de outras relações de poder. Tais homens dominadores são, tradicionalmente, brancos, heterossexuais e de bom (ou excelente) poder aquisitivo.

A questão é que as relações de dominação estão diretamente relacionadas aos contextos e às estratégias ideológicas e de poder em que funcionam. Desse modo, os dominadores não seriam sempre os mesmos em todos os contextos situacionais, embora o contexto histórico produza uma imagem específica de homem dominador, a que é atribuída à masculinidade hegemônica.

Além disso, os chamados “homens dominadores” também são “assujeitados”, embora sejam com nuances diferentes das formas de “assujeitamento” dos outros, ao mesmo sistema de opressão, que inclusive os oprime, porque os orienta com rigidez a um tipo de trabalho cuja finalidade é produzir lucros, e não alcançar satisfação pessoal. Também há uma sobrecarga de exigências para manterem-se no poder, em suas diversas instâncias, e uma carência de vivência e expressão de afeto. O efeito disso é que os “homens dominadores”, ao invés de realmente gozarem, desperdiçam gozo.

A questão para a qual chamamos atenção agora é o processo ideológico de dissimulação da opressão que o próprio dominador vivencia. Um dos motivos para que isto ocorra é o fato da dominação exercer um efeito de alta valorização do “eu” dominador, a ponto de apagar traços da posição de objeto que este sujeito ocupa ou pode ocupar.

Por tudo isso, no mundo contemporâneo as posições de sujeito consideradas “dominadas” – e são muitas – buscam ressignificação, a fim de serem construídos sentidos positivos sobre si mesmas e, conseqüentemente, buscam legitimação da sociedade. Enquanto isso, os “dominadores” reclamam de algo que ainda não sabem exatamente o que é, ou não querem nomeá-lo: a opressão ao sistema que, ao colocá-los no poder, apagam a informação de quem ou do que realmente “manda no pedaço”.

c) Paráfrase e institucionalização

Além de trabalharem na historicização das masculinidades, esses estudos também trabalharam na sua institucionalização. Com isso queremos dizer que eles colocaram as masculinidades no campo do poder, ou seja, colocaram-nas no campo das pesquisas científicas, das abordagens acadêmicas, enfim, dentro da universidade.

À medida que o significante masculinidades se historiciza e se institucionaliza, obviamente surgem paráfrases do mesmo, como observamos no texto 1:

diversidade das vozes masculinas

Esse sintagma nos mostra como os estudos das masculinidades estão falando do assunto por meio de diferentes formulações linguísticas, num processo de construção e manutenção de uma realidade que se apresenta como nova.

d) evidenciamento das masculinidades

Através do processo de indeterminação do sujeito, os estudos das masculinidades buscam tornar evidente que a discussão sobre as masculinidades na contemporaneidade é algo usual, conforme nos mostra a seguinte sentença do fragmento 2:

Daí, falar-se hoje em dia em masculinidades(...)

Assim, essa sentença também nos mostra que os estudos das masculinidades apagam o fato de serem sujeitos da produção e emprego do significante masculinidades. “Falar-se hoje em dia em masculinidades” não

possui um sujeito determinado, não se sabe exatamente quem fala, mas parece se evidenciar aí que falar disso na atualidade é algo comum, “de todos” e “para todos”.

Outro procedimento de evidenciamento das masculinidades é a explicitação de diferentes posições de inscrição da masculinidade, que aponta para o seu sentido plural, conforme observamos no recorte 2:

O modo como entendemos a masculinidade, por exemplo, só pode ser compreendido se for considerado de que homem se fala: onde vive, qual é sua classe social, como expressa sua sexualidade, qual é a sua raça, em que momento da história e em que instituição está sendo focalizado etc.

Nesse caso, são as diferentes posições (consideração do lugar onde o homem vive, sua classe social etc) que nos falam em pluralidade do masculino, apontando assim para uma diversidade dos sujeitos masculinos.

A textualidade dos estudos das masculinidades também nos aponta para a utilização e reiteração de nomes, adjetivos e determinantes de um específico campo semântico, o da noção de multiplicidade, para reforçar a ideia contida no significante masculinidades, como verificamos a seguir:

(...) diversidade das vozes masculinas (...) (fragmento 1)

(...) esta antologia confirma a pluralidade indicada no título Masculinidades. (fragmento 3)

(...) os seus múltiplos desdobramentos [das masculinidades] dependem de contextos, atores sociais e abordagens diversos. (fragmento 3)

Assim, essas palavras e expressões funcionam direcionando a interpretação do significante masculinidades. Elas apontam para a sua

compreensão como “diversidade, pluralidade, desdobramento, multiplicidade do masculino”.

e) processo de desconstrução:

Se, por um lado, observamos a aparência de uma transfiguração do sem-sentido em sentido e o evidenciamento das masculinidades, por outro, observamos um caminho diferente, mas complementar: o da desconstrução do masculino como algo singular e homogêneo, conforme observamos no fragmento 3:

(...) e atentar para a importância da desconstrução crítica da homologia masculino/público/político, ou seja, de uma masculinidade hegemônica.

A busca dessa desconstrução pelos estudos das masculinidades ao mesmo tempo em que produz e/ou reitera a noção de uma masculinidade hegemônica, também abre espaço para o esvaziamento desse sentido, já estabelecido na memória, possibilitando assim a construção de novos sentidos. No caso, é o sentido da pluralidade do masculino como algo contemporâneo que aí se busca instalar.

2.7 OS SUJEITOS DAS MASCULINIDADES

Todos esses procedimentos discursivos, que produzem a aparência de uma transfiguração do sem-sentido para o sentido, evidenciam as masculinidades, ou buscam torná-las evidentes e buscam a desconstrução de uma masculinidade homogênea, sustentam o dizer a respeito dos seus sujeitos e criam novas possibilidades de significar. Assim, muitos modos ou estilos de vida culturais masculinos são capturados ou produzidos no discurso

fundacional das masculinidades. Alguns desses “modos ou estilos” alcançaram visibilidade e/ou positividade, outros são criticados e combatidos.

Dessa maneira, em um grupo podemos reunir os sujeitos historicamente considerados marginalizados, como o gay, o imigrante, o negro, o presidiário, o ex-presidiário etc. Em outro, os sujeitos de novas posições masculinas, como o metrossexual, o überssexual, o tecnossexual etc. Em um terceiro grupo, os sujeitos marcadamente construídos numa posição masculina tradicional e hegemônica, que, por conta disso, apresentariam problemas considerados tipicamente masculinos, decorrentes do seu lugar de poder e dominação. Tais “modos” ou “estilos” também podem ser cruzados, ou combinados com outras categorias, como por exemplo: o jovem pobre de torcida organizada de futebol; o adolescente negro e pobre das favelas; homem branco de classe média, lutador de jiu-jítsu e integrante de gangs violentas etc.

É importante ressaltar que o sujeito, para a Análise do Discurso, não é um indivíduo concreto, de carne e osso, consciente do seu dizer e fazer. Tampouco é uma idealização, buscando testar hipóteses de um arcabouço teórico. O sujeito do discurso é uma posição constituída na/pela linguagem, na qual o indivíduo se identifica, através de processos inconscientes (esquecimento número 1) e processos que podem ser conscientes ou não (esquecimento número 2). Não há identificação por meio de apenas um esquecimento. Além disso, cada uma dessas posições é atravessada pela ideologia, que funciona mascarando o seu próprio fazer, como acontece com o inconsciente.

Os sujeitos, nesta perspectiva, nunca estão concluídos nem são transparentes; são opacos, como a linguagem e estão permanentemente em processos de estabilização e desestabilização, assujeitamento e fuga para “outros” sentidos. O “outro” constitui o sujeito, mas também é constituído por ele. Nesses processos de constituição, há relações de poder demarcando fronteiras, aproximando-as e reconstruindo-as.

Dessa maneira, muitas dessas posições de masculinidade foram produzidas pelo que chamamos nesse trabalho de discurso da diversidade sexual. Através da memória, conforme veremos no próximo capítulo, tais posições relacionadas ao masculino retornam, sob a forma do pré-construído, e

são ressignificadas no discurso das masculinidades. Assim, tanto os sujeitos dos discursos de militância, como o gay, o bissexual, o travesti, o transexual, o transgênero, o intersexual, a drag-queen etc, quanto os sujeitos ligados a uma “lógica de mercado”, como o gay, o simpatizante, a *barbie* etc, surgem no discurso das masculinidades como tipos do masculino.

Há várias formas de funcionamento dessa retomada. No artigo “TRILHAS URBANAS, ARMADILHAS HUMANAS: a construção de territórios de prazer e de dor na vivência da homossexualidade masculina no Nordeste brasileiro dos anos 1970 e 1980” (ALBUQUERQUE JR. e CEBALLOS, In: SCHPUN, 2004, p. 134), por exemplo, verificamos nomeações já-ditas nos movimentos de militância, conforme apresentamos a seguir:

- 4) O próprio jornal, com sua campanha sistemática pelo “se assumir” – “sair do armário” -, contribui para a emergência de uma nova subjetividade homossexual, disposta a se revelar publicamente, deixando marcas visíveis de sua presença no espaço urbano. (ALBUQUERQUE JR. e CEBALLOS, In: SCHPUN, 2004, p. 134)
- 5) Num momento em que várias práticas e discursos clamam por revelação dos segredos dos porões da ditadura, uma nova sensibilidade emerge nas comunidades homossexuais de algumas das principais cidades do país. (ibidem, p. 134)
- 6) Não se trata, entretanto, de discursos e experiências do mundo urbano em que possamos ler qualquer reivindicação ligada à criação de guetos, de bairros ou espaços segregados para à vivência homossexual. Busca-se, ao contrário, a conquista das cidades como um todo, a aceitação em quaisquer espaços. Opondo-se à experiência americana, no Brasil o movimento homossexual, assim como os sujeitos homossexuais, não visaram a construção de espaços urbanos à parte. (ibidem, p. 134-5)

- 7) Em artigo mais recente, o jornalista José Manoel Jr., do *Jornal do Commercio do Recife*, faz uma história da vida homossexual nessa cidade. (ibidem, p. 135)
- 8) Embora os grupos de militância homossexual tenham surgido em apenas algumas capitais do país, notadamente no Centro-Sul, em cidades mais facilmente ligadas à modernidade, as cartas em questão falam do desabrochar de novas vivências urbanas em todas as regiões. (ibidem, p. 136)
- 9) Esta conexão entre o desenvolvimento da vida urbana na região Nordeste e a emergência da homossexualidade, enquanto novo modelo de subjetividade, já aparece em todo o romance regional dos anos 1930. (ibidem, 2004, p. 137)

Nesses recortes, há uma série de nomeações que costuram sentidos para o homossexual, como “nova subjetividade homossexual”, “nova sensibilidade emerge nas comunidades homossexuais”, “vivência homossexual”, “o movimento homossexual”, “sujeitos homossexuais”, “vida homossexual”, “grupos de militância homossexual”, “novas vivências urbanas”, “emergência da homossexualidade, enquanto novo modelo de subjetividade”, “jovens homossexuais”, “público homossexual”, “sociabilidade homossexual”, “circuitos de frequência homossexual marginais e invisíveis” etc. Estas nomeações constituem já-ditos de discursos de militância a respeito do assunto. Entretanto, elas são retomadas aqui em um artigo que compõe uma antologia sobre masculinidades, intitulada inclusive de “Masculinidades”, configurando assim um acontecimento. Desse modo, o título dessa antologia nos orienta para a compreensão, no artigo em questão, do homossexual como um tipo de masculinidade. Nesse sentido, o artigo também nos aponta para a compreensão das diferentes “categorias” de homossexuais como vários tipos de masculinidade, como observamos nos fragmentos a seguir:

10) A maioria das cartas é claramente escrita por jovens homossexuais de classe média, que vêm com muito preconceito não só a “bicha pobre” ou “barra pesada”, mas também as “tias”, a “bicha pintosa” e o travesti. (ALBUQUERQUE JR. e CEBALLOS, In: SCHKUN, 2004, p. 143)

...

“Bicha barra pesada”: refere-se a homossexuais que, ocupando uma posição social marginal, aproximam-se da ilegalidade e violência; refere-se, de forma corrente, àqueles que freqüentam locais tidos como perigosos, se mostram violentos e tendem a brigar em público.

“Tia”: expressão usada no meio homossexual em referência a homossexuais de meia-idade ou de idade avançada que mantêm romances com jovens, a quem chamam sobrinhos.

“Bicha pintosa”: refere-se ao homossexual que se esmera em fazer trejeitos femininos, muitos se considerando “uma mulher” ou “uma lady”. (ibidem, p. 143, nota de roda-pé 28, 29 e 30)

11) Ao mesmo tempo, os locais de consumo e de lazer, quer sejam especificamente voltados ao público homossexual, quer não, servem de suporte para diferenças entre homossexuais chiques – ou “modernos”-, que os freqüentam, e outros, “cafonas” – ou “por fora” -, que não podem ou não gostam de freqüentá-los. Assim, a segmentação não segue um critério exclusivamente econômico, mas revela também a existência de modalidades diversas – e desiguais – de sociabilidade homossexual. (ibidem, p. 144)

12) Enfim, os textos em questão revelam ainda a existência de circuitos de freqüentação homossexual marginais e invisíveis, que resistem ao movimento geral de ocupação da cena urbana. (ibidem, p. 149)

Nesses recortes, os autores retomam nomeações utilizadas nas cartas por eles selecionadas, publicadas no jornal *Lampião da Esquina*, como “bicha pobre”, “bicha barra pesada”, “tias”, “travesti”, “homossexuais chiques – ou ‘modernos’”, “homossexuais cafonas – ou ‘por fora’”, e analisam

segmentações do “público homossexual”. Todas essas categorizações do homossexual podem ser compreendidas, no contexto em questão, como tipos de masculinidade, já que o título da obra nos orienta para isso.

Por fim, no artigo há também nomeações, encontradas em discursos sobre o homossexual, muito ligadas a uma lógica de mercado, conforme observamos a seguir:

13) Estas cartas falam também de um bom número de bares exclusivamente gays como (...) (ALBUQUERQUE JR. e CEBALLOS, In: SCHPUN, 2004, p. 132)

14) Quando a cidade não dispunha de uma boate gay, (...), o jeito era freqüentar as casas “caretas” (...) (ibidem, p. 132)

15) As cartas também falam de um fenômeno que anunciam como novo: o crescimento do número de locais – e de pessoas – chamados de “entendidos”. Trata-se de espaços – e de seus freqüentadores – que, embora não se identifiquem como homossexuais, permitem o convívio, a aproximação e até a construção de relações mais íntimas entre heterossexuais e homossexuais. (ibidem, p. 145)

Nesses fragmentos, observamos que os ambientes de consumo destinados ao “público homossexual” são normalmente adjetivados como gay: bar gay, boate gay... Assim, constrói-se um sentido específico para o gay, o de homossexual consumidor. Há também a criação de um termo para categorizar heterossexuais que frequentam e gostam desses lugares, o entendido. Tanto o gay significado como consumidor quanto o entendido também podem ser compreendidos como tipos de masculinidade.

A resignificação do(s) sujeito(s) homossexual(is)” como formas de masculinidade é também, em outras obras dos estudos das masculinidades, construída de forma mais direta, através do uso de novas formas de dizer, constituindo assim um acontecimento, como vemos a seguir:

- 16) Nesse sentido, deve-se notar que o único outro modo de viver a masculinidade nesse contexto, isto é, masculinidade gay, é totalmente desconsiderado pelas histórias analisadas aqui... (MOITA LOPES, 2002, p. 183)
- 17) Se for considerado o potencial que as histórias têm para envolver os alunos em reflexão, é possível que se possa abrir espaço para outros tipos de masculinidades: a) ao permitir que outras histórias (sobre homens pobres, negros, indígenas, budistas, bissexuais, gays etc.; muitas vezes envolvendo essas identidades sociais ao mesmo tempo) entrem na sala de aula; (ibidem, p. 16)
- 18) Segundo Kimmel, o desafio à concepção de masculinidade hegemônica surgiu de homens cujas masculinidades são vistas como desviantes: os homens negros e os homens homossexuais, que desde a virada do século têm fornecido visões clássicas de identidade subalterna. (CECCHETTO, 2004, p. 66)

Nesses recortes, fala-se explicitamente de uma “masculinidade gay” e de “outros tipos de masculinidade”, incluindo aí “o gay”, “o bissexual” e “o homem homossexual”. Aqui observamos claramente a retomada e ressignificação de sujeitos dos discursos de militância. Assim, gay e homossexual são significados como tipos de masculinidade.

Todos esses modelos identitários retomados dos discursos de militância e ressignificados como tipos de masculinidade instauram um presente, o de compreender o masculino como algo plural, funcionando no gesto fundacional do discurso das masculinidades, configurando seu acontecimento. É esse presente que recorta um passado, o dos discursos de militância, que funcionam como o já-dito em outro lugar, de forma diferente.

O acontecimento de que falamos há pouco, todavia, não consiste em apenas significar o(s) sujeito(s) homossexual(is) como tipo(s) de

masculinidade. Consiste também em usar novas formas de dizer a respeito do assunto, construindo assim uma futuridade do discurso das masculinidades, conforme verificamos nos fragmentos a seguir:

19) Contudo, há evidências nos dados discutidos no capítulo 3 e acima de que a masculinidade homoerótica ameaça a heterossexualidade ao desequilibrar as fronteiras entre os gêneros e sexualidade. (MOITA LOPES, 2002, p. 184)

20) Entre 1978 e 1981, foi aí publicada uma série de cartas de leitores falando de um mundo subterrâneo da homossexualidade, de territórios de vivências homoeróticas que estariam se revelando e vindo à tona em diversas cidades. (ALBUQUERQUE JR. e CEBALLOS, In: SCHPUN, 2004, p. 131)

21) As ruas, praças, banheiros públicos, praias e becos também são descritos como lugares onde os homossexuais estariam construindo seus espaços de sociabilidade e de vivência do homoerotismo, utilizando para isso estratégias e táticas ensaiadas e aprendidas no cotidiano, na batalha. (ibidem, p. 133)

Nesses fragmentos, verificamos a utilização de uma nova forma de nomear experiências sexo-afetivas entre homens, como “masculinidade homoerótica”, “vivências homoeróticas” e “homoerotismo”. Tais formas trazem algo de novo, em comparação com a homossexualidade, pois enquanto esta coloca em foco a sexualidade, aquelas parecem colocar em foco a afetividade.

Em relação ao(s) sujeito(s) homossexual(is), um dos grandes equívocos do discurso das masculinidades é justamente categorizá-lo(s) como “identidade masculina”. Quando um sujeito de sexo masculino, considerando as relações simbólicas, reivindica legitimação para poder se vestir como mulher, falar como mulher, andar como mulher, enfim, comportar-se como mulher, inclusive usando banheiros destinados a mulheres, por exemplo, o que está em foco são

as relações imaginárias que tentam demarcar o que é masculino e o que é feminino. Se o sujeito é constituído imaginariamente no feminino, como pode ser o caso de muitos homens homossexuais, e é predominantemente o caso de homens travestis e transexuais, por exemplo, por que tais posições são categorizadas no discurso das masculinidades como “tipos de masculinidade”, quando na verdade são construções de feminilidade? Há inclusive a reivindicação – com alguns resultados, como veremos abaixo – de o sujeito que possui um nome masculino, por exemplo, ser registrado em instituições, nas quais ingresse oficialmente, pelo seu nome “social” feminino, ou o contrário, é claro.

Samanda [vice-presidente do Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (CNCD/LGBT), órgão vinculado à Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República] destaca que muitos avanços já foram feitos para atender aos estudantes nesta questão de identidade de gênero. O Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) do ano passado já permitiu ao candidato ser identificado pelo nome social. Em 23 universidades federais o nome pelo qual o aluno se identifica também já está sendo usado, entre elas a UFPE, UFSCar, UFRB, UFJF, UFRJ. "Além disso, 15 conselhos estaduais de educação já soltaram resoluções neste sentido", afirma.

Segundo o CNCD, a procura dos alunos pelo direito de usar o nome social é mais frequente no ensino médio e nas universidades. "No caso dos adolescentes, a recomendação é que os pais façam esta solicitação", destaca.

Caso a escola não atenda ao pedido do aluno, a vice-presidente do Conselho aconselha que a família busque o diálogo com a instituição. "É uma política muito nova no Brasil. Temos tido avanços, a resolução reconhece isso. O jeito é buscar o diálogo até que o Congresso Nacional aprove lei neste sentido. (Aluno transgênero poderá escolher o banheiro e o tipo de uniforme escolar. In: G1 Educação. Acessado em 15.05.2015)

Quando se categoriza sujeitos homens que se inscrevem em posições femininas - que guiam as suas vidas - como “tipos de masculinidade”, há um

equivoco: uma saída brusca das relações imaginárias, determinantes nas reivindicações em busca da aceitação de “gênero”, para o sexo, o corpo. Ou seja, aquilo que se quer ultrapassar, faz presença disfarçada de ausência. Há um não dito aí silenciado.

O discurso das masculinidades, no entanto, não se filia apenas aos discursos de militância relacionados à sexualidade e ao gênero, ele também se filia a outros discursos de militância, relacionados à defesa de construções masculinas consideradas fortemente marginalizadas ou significadas negativamente na sociedade, como verificamos nos recortes a seguir:

22) Se for considerado o potencial que as histórias têm para envolver os alunos em reflexão, é possível que se possa abrir espaço para outros tipos de masculinidades: a) ao permitir que outras histórias (sobre homens pobres, negros, indígenas, budistas, bissexuais, gays etc.; muitas vezes envolvendo essas identidades sociais ao mesmo tempo) entrem na sala de aula; (MOITA LOPES, 2002, p. 184-5)

23) Segundo Kimmel, o desafio à concepção de masculinidade hegemônica surgiu de homens cujas masculinidades são vistas como desviantes: os homens negros e os homens homossexuais, que desde a virada do século têm fornecido visões clássicas de identidade subalterna. (CECCHETTO, 2004, p. 66)

Dessa forma, homens pobres, negros, indígenas, budistas são considerados como tipos de masculinidade.

Além disso, as chamadas “novas identidades masculinas”, cujo exemplo mais bem sucedido é o metrosssexual, através da memória também retornam, sob a forma de pré-construído, e são ressignificadas no discurso das masculinidades como tipos de masculinidade.

No artigo “Homens: gênero e identidade em grupos tradicionais, metrosssexuais e homossexuais no Brasil” (BONOMO, BARBOSA e TRINDADE, 2009), observamos a significação do metrosssexual como um tipo

de masculinidade, distinguindo-se do “homem tradicional” e do “homossexual”, considerados como outros tipos:

24)Tendo em vista as diversas masculinidades, buscamos entrevistar grupos empíricos nos quais pudéssemos encontrar a expressão da tal multiplicidade. Desta forma, participaram deste estudo 15 homens, sendo 5 identificados como homens tradicionais, 5 como homens metrossexuais e 5 como homens homossexuais.(...)

Utilizamos como critério de seleção dos participantes que o seu grupo de convivência os identificasse segundo as categorias anteriormente mencionadas. Nesse sentido, para o grupo tradicional, o critério foi que esses sujeitos expressavam, em seu discurso ou prática, preconceito em relação ao que fugia ao modelo hegemônico de masculinidade, enquanto para os metrossexuais, o critério era justamente a vivência deste não enquadramento. Os homens homossexuais foram contatados através de uma rede de sujeitos conhecidos pelos pesquisadores. (BONOMO, BARBOSA, TRINDADE, 2008, p. 04)

Nesse recorte, o acontecimento do discurso das masculinidades também instaura como seu passado discursos midiáticos, promovidos por diversos segmentos da publicidade e propaganda, que criaram e divulgaram o termo metrossexual.

O discurso fundacional das masculinidades também categoriza construções masculinas consideradas problemáticas como tipos de masculinidade. Esses tipos são bastante investigados pelos estudos das masculinidades. No artigo “MASCULINIDADES E VIOLÊNCIAS Gênero e mal-estar na sociedade contemporânea” (MACHADO, In: SCHPUN, 2004), por exemplo, verificamos várias delas:

25)Será aqui privilegiada a escuta de prisioneiros apenados por crimes de estupro, de agressores acusados de violência física contra suas companheiras e de jovens infratores. Como entendo, tal modalidade de

se perguntar sobre as masculinidades contemporâneas supõe que a focalização em vivências fortemente problemáticas possa revelar os paradoxos das construções sociais de gênero – sem no entanto excluir tantas outras formas de abordagem -, mas sem que se constitua em qualquer estudo de formas “desviantes” das masculinidades. Estas são possibilidades não exclusivas, mas sempre inscritas no próprio modo de construção social da idéia de masculino. (ibidem, p. 35)

26) O fazer passar por consentido um ato sexual imposto parece exigir, daqueles que protagonizam a cena como estupradores, investimentos subjetivos muito similares àqueles mobilizados pelos “perversos”. (ibidem, p. 42)

27) Alguns estupradores se identificam como trabalhadores, outros como “malandros”. O malandro se constrói positivamente como aquele que rouba, assalta, mata, bebe e se droga, associando estas atividades à valorização positiva do macho: corajoso, dono de sua vontade e capaz de impô-la. A idéia de “macho” do campo da sexualidade, centrada no lugar simbólico do masculino como lugar da iniciativa, parece fundar a crença na idéia de “macho social”: sujeito que detém a iniciativa e impõe sua vontade no plano social. A inclusão do ato de estupro como uma das atividades legitimadas pela “moralidade do malandro” é a reintrodução no plano social da própria concepção prévia da sexualidade masculina. Trata-se da reafirmação da identidade de “macho social”, num mecanismo que refaz, reforçando, a associação de sentido entre dois campos, o da sexualidade e o da sociabilidade. O ato de estupro faz do “malandro” duas vezes homem: o macho social e o macho que se apodera do corpo da mulher, tomando-o para si. (ibidem, p. 45)

28) Em nome de pertença a um grupo de parentela é que surge a categoria de *homem honrado*. A categoria *homem bicho danado* invoca o pressuposto fundante de que o masculino está no lugar de poder ou não – segundo sua decisão de pertença e constituição de uma nova

parentela através do casamento ou do “juntar”, mas também segundo sua autonomia quanto à forma de tratamento dedicada a sua mulher. Os mesmos homens, dependendo de suas posições na rede de relações sociais, são *homens honrados* ou *bichos danados*. (ibidem, p. 57)

Nesses fragmentos, “prisioneiros apenados por crimes de estupro”, “agressores acusados de violência física contra suas companheiras”, “jovens infratores”, “estupradores”, “perversos”, “malandro”, “macho”, “trabalhadores”, “macho social”, “homem honrado”, “bicho danado”, dentre tantas outras categorizações presentes no artigo em questão, dizem sobre diversos tipos de masculinidade, o que inclusive nos é apontado pelo próprio título do artigo “Masculinidades e violências...”, bem como pelo título do livro em que o texto está inserido: “Masculinidades”. Nesse caso, o discurso das masculinidades filia-se a discursos jurídicos, nos quais algo já foi dito a respeito de “prisioneiros apenados por crimes de estupro”, “agressores acusados de violência física contra suas companheiras”, “jovens infratores”, “estupradores”, “perversos”, “trabalhadores”; filia-se a discursos médicos, de onde é retomada, por exemplo, a nomeação “perverso”; e filia-se também a discursos do cotidiano sobre homens e violência, de onde reaparecem nomeações como “malandro”, “macho”, “trabalhadores”, “macho social”, “homem honrado”, “bicho danado”. Assim, o acontecimento do discurso das masculinidades é tratar diversas “categorias” do masculino, que já foram ditas em outro lugar, de outro modo, como tipos de masculinidade.

Na obra *Violência e estilos de masculinidade* (CECCHETTO, 2004), observamos outras “categorizações do masculino”, relacionadas à violência também, sendo significadas como “estilos de masculinidade”, conforme mostramos a seguir:

29)O universo da pesquisa – galeras funk, gangues de lutadores de jiu-jítsu e freqüentadores de bailes charmes – despertou-me a curiosidade sobre a diversidade das masculinidades. Ainda que partindo de um estudo sobre a violência no lazer das camadas populares no Rio de Janeiro, a pesquisa também integra homens pertencentes aos segmentos

definidos como intermediários e inferiores da classe média, moradores da Zona Sul e dos subúrbios e favelas, brancos e não-brancos, compreendendo desde aqueles que se pode classificar como adolescentes até adultos. Um ponto em comum é que compartilham experiências ligadas ao lazer e ao esporte, e, eventualmente, às redes subterrâneas da criminalidade. (ibidem, p. 41)

30) Entre as denominações da masculinidade surgidas nas entrevistas com os lutadores, as mais freqüentes foram: “raçudo”, “casca-grossa” “pedreira”, usadas para referir-se aos homens que correspondem ao ideal de virilidade da luta. E “frouxo”, “fraquinho”, “boiola”, “bucha de canhão”, para denominar os homens que não conseguiam alcançar esse ideal. Entre os integrantes das galeras, verificou-se que as noções de masculinidade se referem ao “disposição”, ao “homi”, ao “neurótico”, “peidão”, ao “pilha fraca”, “bucha”. Entre os charmeiros, há os “elegantes”, os “charmosos”, os “cascudos”, os “cheirosos” e os “educados”. (ibidem, p. 212)

Nesses recortes, “sujeitos de galeras funk”, “lutadores de jiu-jítsu pertencentes a gangues” e “freqüentadores de bailes charmes”, além de todas as categorizações que eles utilizam para se definirem e definirem o outro, são significados como “estilos” de masculinidade. Daí o acontecimento do discurso das masculinidades, como vimos analisando.

Quando a questão é abordar problemas de construções masculinas, o discurso das masculinidades, como vimos, costuma concentrar-se em três áreas: violência, ao considerar práticas masculinas violentas; saúde, ao considerar, principalmente, que o homem cuida, em geral, menos da saúde que a mulher; e poder, ao considerar que os homens da “masculinidade hegemônica” predominantemente assumem posições de poder em relação a outros homens e às mulheres.

Toda essa análise sobre os sujeitos das masculinidades feita até agora nos encaminha para a compreensão de que os estudos das masculinidades significam uma enorme variedade de categorizações do masculino como tipos

de masculinidade. A princípio, podemos pensar que esse funcionamento está relacionado também à noção de gênero presente nesses estudos, conforme abordaremos a seguir.

2.8 OS ESTUDOS DAS MASCULINIDADES E A PERSPECTIVA DO CONSTRUTIVISMO DE GÊNERO

Conforme abordamos no primeiro capítulo, a concepção de gênero como construção social é recorrente nos estudos das masculinidades. Tal concepção ganhou força inicialmente no movimento feminista e nos estudos das ciências humanas sobre a mulher.

Um importante autor mobilizado no desenvolvimento da noção de gênero é Foucault, principalmente pela análise discursiva que fez de sexo, sexualidade e de uma *scientia sexualis*.

Mais recentemente, outra influente autora para o desenvolvimento da noção de gênero é Judith Butler, que se filia a muitas das questões desenvolvidas por Foucault sobre o assunto. Em seu livro *Problemas de gênero*, por exemplo, a autora afirma que a distinção sexo/gênero aponta para uma contestação da unidade do sujeito, pois compreende o gênero como interpretação múltipla do sexo. Essa distinção foi produzida *a priori* para questionar a condição do biológico como destino, ao considerar o gênero como culturalmente construído. Para ela tal distinção sugere uma descontinuidade entre corpos sexuais e gêneros culturalmente constituídos, resultando que a construção de “homens” não se refere necessariamente a corpos masculinos, bem como a construção de “mulher” não se aplica somente a corpos femininos; além disso, não há motivo, nesse sentido, para compreender que os gêneros sejam apenas em número de dois. Em síntese, ao se separar o gênero do sexo, o gênero torna-se fluido (BUTLER, 2003, p. 24).

Refazendo o conceito de gênero como uma unidade ou como efeito de um determinismo cultural que preenchesse a categoria “mulheres”, por exemplo, com os vários componentes já existentes, como raça, classe, idade,

etnia e sexualidade, Butler propõe para a interpretação do gênero “a incompletude por definição”. Nesse sentido, a autora defende a ideia de que não existe “identidade de gênero” anterior às próprias expressões de gênero. Assim, “essa identidade é performativamente constituída, pelas próprias “expressões” tidas como seus resultados” (ibidem, p. 48)

Como já dissemos, a concepção de masculinidade entendida como gênero, e a concepção de gênero como uma construção social são recorrentes nos estudos das masculinidades. A obra que influenciou bastante esses estudos, *Masculinities* (CONNELL, 2005), por exemplo, segue a tendência do construtivismo de gênero.

Talvez seja por seguir essa tendência que existam variadas categorizações do masculino sendo analisadas, nesses estudos, como tipos de masculinidades, configurando o masculino como algo plural. Isso que surge nesses estudos, instaurando o sentido de masculinidades, configurando um discurso fundacional, aparece em outras textualidades, como em um texto de um blog, conforme apresentamos a seguir:

31)O comportamento humano varia imensamente dentro dos grupos sociais. Mulheres possuem vários tipos de feminilidade, homens possuem vários tipos de masculinidade. Sejam heteros, lésbicas, gays ou transgêneros, muitas são as variações de comportamento sexual. Tenho pensado muito sobre o machismo de nossa sociedade, mas principalmente o machismo dos guetos gays. Em chats, sites de relacionamento, nas conversas usuais do dia-a-dia, nas piadas e abordagens, percebe-se o machismo gay operante."Homem discreto", "não afeminado", "macho quer macho", e por aí vai. A diversidade de termos e construções psicológicas de "tipos" é enorme. Para onde isso tudo nos leva? Primeiro argumento que, o padrão de masculinidade colocado ao homem brasileiro é excessivo, ele necessita da diminuição do status de masculinidade do homossexual para poder se afirmar, por si só não se basta nem se garante, já perceberam? A heterossexualidade para se afirmar como ideal também faz isso com a homossexualidade. Existem várias manifestações da masculinidade

entre os homens heterossexuais, bem como entre os homossexuais. Não há uma masculinidade acabada e fechada, mas masculinidades variadas. Quando delimitamos, ou melhor, adjetivamos nós e o outro como "discreto", "macho" e "não afeminado", estamos na verdade expressando como incutimos a norma heterossexual de masculinidade, essa norma excessiva, mesmo para o hetero, que alguns gays tomam pra si, sabe? Em que momento podemos dizer que um homossexual perde sua masculinidade por se assumir? Por ser gay? Nenhum gay que não seja transgênero sente que abandona sua masculinidade para expressar uma feminilidade. Gays apresentam também padrões diversos de masculinidade, só que menos rígidas e sofríveis que o padrão masculino que impera no nicho hetero. Ao menos na maioria dos casos. Aceitar as diferenças nos comportamentos sexuais é optar por abandonar o machismo que também cresce no gueto gay. A super valorização de si, para compensar uma situação de discriminação causada pela sociedade, a exacerbação dos comportamentos socialmente aprovados em si para ser mais aceito e adequado, só tem conduzido a uma frustração generalizada que tenho me cansado de ver e viver no gueto. Ser erótico, ser ativo, ser passivo; a masculinidade me agrada, e a sensibilidade não a desequilibra. Vislumbrar como critérios relevantes na escolha de um grupo, amigos ou parceiro amoroso, o nível sócio-econômico expresso no vestuário, no carro, ou a beleza e estética física; conduz à frustração de nunca encontrar adequação de si e nem do outro para conosco, pois sempre há estética, nível sócio-econômico e comportamento mais admirável do que o que se acha possuir ou ter encontrado. Busca interminável e sem preenchimento interior, pois na verdade, este preenchimento advem da empatia entre personalidades, da sensibilidade a traços subjetivos e objetivos do caráter. Enfim, ando cansado do machismo do gueto, da valorização da estética e da priorização do aparentar. A minha beleza se padroniza a partir daquilo que no outro me causa admiração. Braços, peitos, masculinidades não poderão dar conta das afetuosidades. (MACHISMO GAY, 2009)

É possível observarmos nesse recorte uma série de “tipos masculinos” sendo interpretados como masculinidades. Além dos “tipos” filiados a discursos dos movimentos sociais, como os da diversidade sexual, há também “tipos” encontrados “em chats, sites de relacionamento, nas conversas usuais do dia a dia, nas piadas e abordagens” (idem). Acreditamos que isso acontece porque, como o discurso fundacional das masculinidades nos possibilita dizer que a construção do masculino é múltipla, ele cria uma futuridade em que é possível aplicar esse novo sentido a uma infinidade de identificações sustentadas numa construção de sujeito considerada masculina. Dessa forma, as salas de bate-papo na internet são um bom exemplo disso. Nas de sexo, por exemplo, encontram-se homens dominadores, submissos, cornos, comedores, heterossexuais “punheteiros”, vovôs, maduros, evangélicos, homens de calcinha, gays, veados etc. A todas essas formas de identificações o discurso das masculinidades costuma chamar, atualmente, de formas de masculinidades.

Outra ilustração de uma textualidade que materializa o discurso das masculinidades, mas que não pertence aos estudos das masculinidades, é a matéria “Macho: uma espécie em revolução”, publicada em 18.06.2006 na Revista JT, um suplemento do Jornal da Tarde. A matéria, que faz parte de um conjunto de textos da revista sobre a “evolução do homem”, afirma, no *lead* : “**Cada tipo masculino** tem um representante de peso. Juntas, as variantes formam uma perfeita escala darwiniana.” (destaque da própria matéria). A seguir, mostramos tal escala:

• Cada tipo masculino tem um representante de peso. Juntas, as variantes formam uma perfeita escala darwiniana

MACHO: UMA ESPÉCIE EM REVOLUÇÃO

Dispostos lado a lado, os tipos masculinos formam uma perfeita escala darwiniana - aquela que retrata a evolução humana, do macaco ao *homo sapiens*. No começo da fila, está o exemplar que estacionou no tempo e ainda vive para o próprio hípcops. No outro extremo, calcando um belo salto alto, fica o tipo que evoluiu demais e acabou saindo da faixa.

Cada variante da espécie tem o seu grande representante. Autor de frases como "quem gosta de beleza inter-

na é decorador", o fortuna Alexandre Frota cai como luva à frente do grupo que abre a escala. Igualmente musculoso, mas muito mais preocupado com a família do que com a largura do tórax, o lutador Vitor Belfort é o primeiro passo da evolução.

O meio-termo, retrato do homem moderno, segundo a pesquisadora da FUC Bahia Brito Garboglio, é representado por Marcos Palmeira e seu personagem Gilberto, na novela *Beleza Bruta*. O dolepadão durão não deixa o coração de lado e é o

novo par da mocinha Vitória (Cláudia Abreu).

A partir dele, tem início a outra vertente da escala: a dos loucos por um crenídeo. Os playboys, como Luciano Huck, gastam fortunas para deixar o corpo e o cartão em dia, mas não admitem a "extravagância" nem sob trefura - coisa que metrossexuais como David Beckham fazem sem o menor constrangimento. Homens mais vaidosos e obcecados por auto-imagem do que os representantes deste último grupo só poderiam estar no fim da fila: os poderosos de hoje.

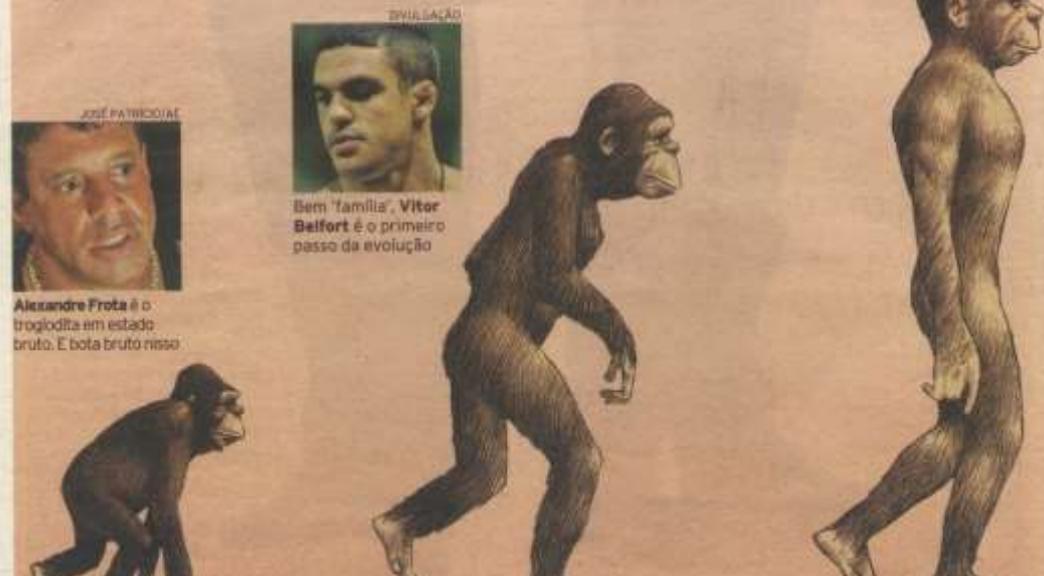
Márcio Oyama

TIPOS

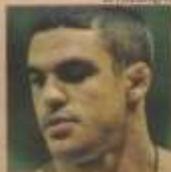
Alguns estacionaram no tempo. Outros evoluíram demais.



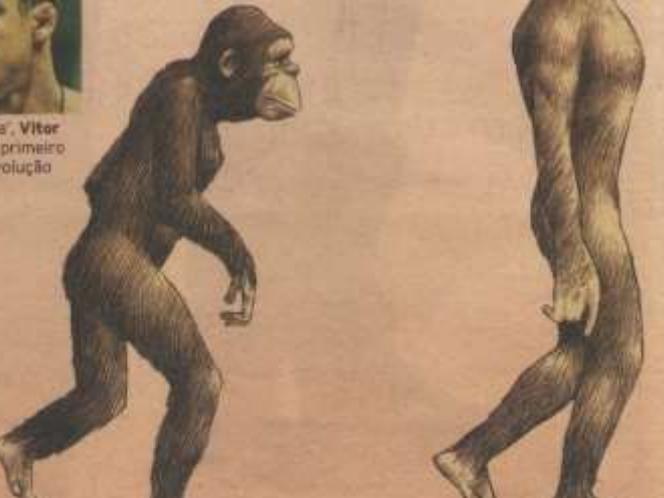
Com seu personagem Gilberto em *Beleza Bruta*, Marcos Palmeira é o meio-termo, retrato do homem mod-



Alexandre Frota é o troglodita em estado bruto. E bota bruto nisso.



Bem "familiar", Vitor Belfort é o primeiro passo da evolução.





Como é possível observar, a matéria utiliza expressões como “cada tipo masculino”, “as variantes [do masculino]”, “o troglodita em estado bruto”, “o metrosexual”, “as drags”, atualizando o discurso das masculinidades através da manutenção de seu “saber”. Um dado interessante da escala apresentada é que ela abrange, como tipos masculinos, tanto o “macho tradicional” (“o troglodita”, ou o tipo considerado mais “retrógado”), quanto “a drag”, uma negação daquele macho e o tipo considerado mais “evoluído” nessa escala. Como vimos anteriormente, neste capítulo, é necessário analisar melhor, a partir das relações simbólicas e imaginárias, o que é feminilidade e o que é

masculinidade; parece-nos que o sujeito “drag”, de um modo geral, é uma constituição no campo da feminilidade.

Queremos mostrar, com isso, a existência de uma realidade que sempre se refere ao masculino na perspectiva de uma fragmentação dessa categoria, ou seja, não como uma coisa una, mas sim como um conjunto de tipos, construindo, assim, um presente (da pluralidade do masculino), um passado (da unicidade do masculino) e uma ilusão de corte ou ruptura entre eles. Além disso, essa pluralidade do masculino não se refere necessariamente a novas formas de exercício da masculinidade, mas sim a uma diversidade de formas, que podem incluir tanto as “novas” quanto as “antigas”.

Todas as análises que fizemos até agora das categorizações do masculino, sendo interpretadas como tipos de masculinidade, parecem apontar-nos para o fato de que a masculinidade pode ser categorizada de qualquer forma, de qualquer maneira, resultando daí uma posição de sujeito. Entretanto, todos esses “tipos” parecem dizer respeito, de alguma forma, à sexuação do sujeito (ser homem, mulher, heterossexual, homossexual, bissexual, travesti, intersexual, macho, fêmea etc) e sua relação com o gozo fálico e seus desdobramentos (ser consumidor, ter dinheiro, ser forte, assumir um lugar de poder etc). E sobre essa questão a noção de gênero parece possuir limites. Na psicanálise lacaniana:

O corpo humano se divide entre duas anatomias; como ele fala, essa duplicidade, ainda necessária à sua reprodução, é interpretada em termos de diferença. Freud indicou bem depressa que essa diferença era representada por um significante único, o falo. Como no humano nenhum instinto é convocado para saber fazer com o sexo, resta apenas a linguagem para representar – com sua falta – o sujeito sexuado. O falo, portanto, serve para designar os dois sexos no inconsciente: o lado de tê-lo, mas com o risco de perdê-lo, e o lado de não tê-lo. (MACARY-GARIPUY e LAPEYRE, In: STYLUS, 2006, p. 62)

Desse modo, a questão das masculinidades, além de uma construção social e cultural, como nos indica a noção de gênero, não estaria girando em torno de algo do inconsciente, em termos de ser “mulher” ou ser “homem”, ou seja, em termos de não ter, o não todo (o lado da mulher) e ter, o todo, algo

que é chamado de falo (o lado do homem)? De qualquer forma, a psicanálise nos diz que: “O falo é um significante especial, já que determina todos ‘os efeitos de significado’. Na teoria lacaniana, o falo é o significante mestre, a ‘medida padrão’ que, ao orientar os significados, orienta a significação” (ibidem, p. 67).

Além disso, vale lembrar que, como já abordamos, na perspectiva do construtivismo de gênero, a construção de uma identidade reproduz mecanismos de poder e estratégias de controle e dominação para instituírem categorias. Isso acontece porque as identidades classificam e identificam o sujeito em categorias, o que de alguma forma o aprisionam, já que aquilo que é classificado e identificado diz respeito a um conjunto de características gerais, mas nunca recobre completamente os sentidos que cada sujeito constrói e reconstrói numa dada identidade.

Nesse sentido, o discurso das masculinidades falha na finalidade de contribuir na libertação “plena” dos sujeitos, o que parece ser uma de suas bandeiras. Isso acontece porque, se por um lado há nesse discurso uma crítica à construção masculina homogênea e “tradicional”, buscando assim o reconhecimento e valorização de outros sujeitos, por outro lado, a multiplicidade de identidades masculinas, cuja inclusão esse discurso reclama, reproduz algo de opressor, característico de qualquer identidade. Em outras palavras, o discurso das masculinidades reproduz a lógica de fixar identidades, da qual pretende se libertar.

Entendemos que esse problema referente à questão do sujeito se relaciona a uma questão da língua, pois o funcionamento do simbólico busca historicizar, instituir e naturalizar categorias, posições, através de estratégias de evidenciamento, que são estratégias de poder. Assim, esse funcionamento busca controlar a linguagem, ou seja, a língua como metáfora, como singularidade, tentando escamotear a atuação do real da língua. É por isso que nenhuma concepção de gênero existente conseguiria, na prática, contornar efetivamente o assujeitamento do indivíduo, que é a questão da lógica de aprisionamento da identidade.

Ainda sobre a questão dos sujeitos, é importante lembrar que, no discurso das masculinidades, as masculinidades são compreendidas como

uma construção social e/ou psíquica baseada em atributos “masculinos” relacionados ao homem, predominantemente, mas também à mulher, seja no que diz respeito a sua construção de gênero e/ou sexualidade, seja no que diz respeito a seu corpo e/ou formação biológica, em oposição ao feminino. Isso quer dizer que a diferença sexual está na base da definição das masculinidades, por conta da compreensão do que é feminino e masculino, embora elas possam se referir a um ou outro dos elementos dessa distinção. Assim, por exemplo, embora os estudos das masculinidades predominantemente se interessem pela construção plural do homem, eles podem investigar a mulher, quando esta possuir características tipicamente masculinas, entendendo esse típico como determinado social e historicamente, simbólico e imaginariamente.

Por fim, considerando que a divisão é causa de conflito, a pluralização das masculinidades a partir de categorizações do masculino institui uma multiplicidade de divisões, o que já instaura conflitos de alguma forma nas identificações do sujeito e nos seus laços sociais.

2.9 ESTUDOS DAS MASCULINIDADES E DISCURSO DAS MASCULINIDADES

Conforme analisamos, os estudos das masculinidades funcionam como um discurso fundacional do discurso das masculinidades. Mas eles são distintos, não possuindo nem as mesmas funções, nem a mesma cronologia, por exemplo. Entretanto, ambos estão ligados entre si por se sustentarem em um mesmo “saber”, no sentido foucaultiano da palavra:

Um saber é aquilo de que podemos falar em uma prática discursiva que se encontra assim especificada: o domínio constituído pelos diferentes objetos que irão adquirir ou não um *status* científico (...); um saber é, também, o espaço em que o sujeito pode tomar posição para falar dos objetos de que se ocupa em seu discurso (...); um saber é também o campo de coordenação e de subordinação dos enunciados em que os conceitos aparecem, se definem, se aplicam e se transformam (...); finalmente, um saber se define por possibilidades de

utilização e de apropriação oferecidas pelo discurso (...); (...) não há saber sem uma prática discursiva definida, e toda prática discursiva pode definir-se pelo saber que ela forma. (FOUCAULT, 2005, p. 204-5)

No entanto, enquanto o procedimento da “arqueologia” de Foucault encontra o ponto de equilíbrio de análise no saber, entendido como “um domínio em que o sujeito é necessariamente situado e dependente, sem que jamais possa ser considerado titular” (ibidem, p. 205), a nossa análise busca compreender “os efeitos de sentido” inerentes à atividade da linguagem, atividade determinada pelas atuações da língua, história e inconsciente. É na relação entre língua e história que situamos o saber foucaultiano.

O discurso das masculinidades aqui analisado se inscreve em uma formação discursiva, que chamamos de FD 2, caracterizada por significar a discussão sobre o masculino como algo contemporâneo e novo. Assim, esse discurso constrói fronteiras, opondo-se a uma formação discursiva em que a abordagem do masculino é significada pelo discurso das masculinidades como equivocada, desatualizada e antiga, que chamamos aqui de FD 1.

Nessa FD 2, há o sentido de considerar as práticas efetivas de exercício da masculinidade e de que essas práticas indicam a pluralidade da masculinidade, ou seja, há o sentido de que a interpretação das masculinidades decorre de uma análise e observação da realidade. Isso constrói uma fronteira com uma formação discursiva, a FD 1, significada pelo discurso das masculinidades como produtora de sentidos a-históricos, já que desconsidera tal realidade, produzindo sentidos que reproduzem a tradição e estratégias de dominação.

Além do “saber” compartilhado, outro ponto em comum entre o discurso das masculinidades e os estudos das masculinidades são os seus sujeitos locutores. Nos estudos das masculinidades, o sujeito que enuncia é o que se apresenta como cientista; no discurso das masculinidades, o sujeito que diz sobre as masculinidades é predominantemente o que se apresenta como cientista também, embora, sob o efeito desse discurso, outros sujeitos possam enunciar sobre esse saber, como o publicitário, o militante, o cidadão comum etc.

Em uma busca do vocábulo masculinidades no site Google Brasil, por exemplo, em outubro de 2009, encontramos aproximadamente 90.100 resultados. Desses, grande parte se refere a pesquisas científicas sobre o assunto, principalmente na área das ciências humanas. Ou seja, em grande parte das enunciações o sujeito é cientista.

É interessante observar que “quem” instaura um discurso sobre as masculinidades não é um autor, mas sim uma disciplina acadêmica, os estudos das masculinidades, que são obviamente filiados ao discurso científico, o da ciências humanas, mais precisamente o dos estudos de gênero. Segundo Foucault:

(...) os textos que chamaríamos de científicos, relacionando-se com a cosmologia e o céu, a medicina e as doenças, as ciências naturais ou a geografia, não eram aceitos na Idade Média e só mantinham um valor de verdade com a condição de serem marcados pelo nome do seu autor. “Hipócrates disse”, “Plínio conta” não eram precisamente as fórmulas de um argumento de autoridade; eram os indícios com que estavam marcados os discursos destinados a serem aceitos como provados. Um quiasmo produziu-se no século XII, ou no XVIII; começou-se a aceitar os discursos científicos por eles mesmos, no anonimato de uma verdade estabelecida ou sempre demonstrável novamente; é sua vinculação a um conjunto sistemático que lhes dá garantia, e de forma alguma a referência ao indivíduo que os produziu. A função autor se apaga, o nome do inventor servindo no máximo para batizar um teorema, uma proposição, um efeito notável, uma propriedade, um corpo, um conjunto de elementos, uma síndrome patológica. (FOUCAULT, 0000, p. 275-6)

Isso é o que ocorre com os estudos das masculinidades. Eles constituem, no conjunto dos estudos de gênero, um campo coerente que legitima a discussão em geral sobre a pluralidade do masculino, ou seja, eles instauram um discurso. Entretanto, essa instauração de um discurso sobre as masculinidades, com todas as suas especificidades, é sempre remetida a esses estudos. Do ponto de vista discursivo, não há um autor responsável por tal instauração. Na gênese do discurso das masculinidades, os autores são lembrados pela sua contribuição com algo para o desenvolvimento da teoria em questão, como é o caso de Connel, a quem se atribui a definição de masculinidades e feminilidades como “configurações de prática de gênero”.

Os estudos das masculinidades também são transdiscursivos, à medida que produzem um território onde outros discursos podem colocar-se. O discurso das masculinidades, portanto, reverbera e ecoa sentidos no nosso dia-a-dia, e encontramos o sentido de uma pluralização do masculino em blogs pessoais, em textos jornalísticos, onde os locutores são distintos dos locutores desses estudos.

2.10 CONCLUSÃO

A compreensão da masculinidade como algo plural, que abarca distintas e diversas possibilidades de construção masculina, incluindo tipos hegemônicos, mas também “marginais”, não é um sentido dominante em nossa sociedade. Exemplo disso são os dicionários, que apresentam as seguintes definições contemporaneamente:

Masculinidade mas.cu.li.ni.da.de sf (lat masculinitate) **1** Qualidade de masculino ou másculo **2** Virilidade (MICHAELIS, 2008c)

Masculinidade (...) Acepções: (substantivo feminino) qualidade de masculino ou de másculo (...) Antônimos: feminilidade (HOUAISS, 2008)

Conforme verificamos, a definição de masculinidade apresentada atualmente nos dicionários é a mesma de décadas atrás. Tal definição se refere a atributos de uma construção masculina idealizada e, principalmente, homogênea, como “virilidade” e “ másculo”. Certamente essa concepção também participa da imagem dominante que a sociedade contemporânea constrói dos homens, como já dissemos.

Parece-nos que não será por meio do discurso das masculinidades que a lei da masculinidade dominante será subvertida. Há algo dessa lei que insiste em retornar nesse discurso, e esse algo está na dimensão de um real da

língua. Conforme abordamos no primeiro capítulo sobre o tema da construção da masculinidade hegemônica e da vitimização das masculinidades não hegemônicas, há uma fantasia que estrutura o gozo dessas masculinidades naquela.

Entretanto, podemos pensar que o discurso das masculinidades, hoje em dia, não para de roçar a lei que produz e regula a chamada masculinidade hegemônica. Um exemplo de transformação que ainda não abordamos nesse trabalho são as políticas públicas a respeito das masculinidades. Elas são um dos importantes efeitos da historicização e institucionalização das masculinidades no Brasil, conforme abordaremos no quarto capítulo.

3 O DISCURSO FUNDACIONAL DAS MASCULINIDADES: já-dito, pré-construído, o dizível

*O que será? Que será?
Que todos os avisos
Não vão evitar
Porque todos os risos
Vão desafiar
Porque todos os sinos
Irão repicar
Porque todos os hinos
Irão consagrar
E todos os meninos
Vão desembestar
E todos os destinos
Irão se encontrar
E mesmo padre eterno
Que nunca foi lá
Olhando aquele inferno
Vai abençoar!
O que não tem governo
Nem nunca terá!
O que não tem vergonha
Nem nunca terá!
O que não tem juízo...*

(BUARQUE, Chico.O que será?, 2009)

3.1 INTRODUÇÃO

Algumas práticas do discurso das masculinidades, como *a busca da resignificação positiva da homossexualidade, a busca da afirmação da diversidade sexual e de gênero e o surgimento da identidade metrossexual* funcionam como sustentação dos dizeres dos estudos das masculinidades e na consolidação desse próprio discurso. Não queremos dizer, com isso, que elas tiveram o propósito de produzir uma realidade de visibilidade de uma pluralidade do masculino, mas que, quando essa realidade se consolidou, já existiam na memória tais práticas que, mesmo sem necessariamente se referirem explicitamente ao termo “masculinidades”, já tinham produzido, abordado e/ou colonizado específicos tipos masculinos.

Isso nos remete para a necessidade de abordarmos, nesse capítulo, a noção de “memória” em Análise do Discurso, antes mesmo de analisarmos essas práticas, o que faremos logo em seguida.

3.2 MEMÓRIA E INTERDISCURSO

Na Análise do Discurso, memória é um conceito-chave. Ele é abordado como equivalente a interdiscurso por muitos autores. Orlandi (2003a, p.31), por exemplo, afirma que a memória participa da produção do discurso e que é fundamental o modo como ela “ativa” as condições de produção. Para a autora, a memória relacionada ao discurso “é tratada como interdiscurso”. Ao abordar o interdiscurso, ela diz que:

Este é definido como aquilo que fala antes, em outro lugar, independentemente. Ou seja, é o que chamamos de memória discursiva: o saber discursivo que torna possível todo dizer e que retorna sob a forma do pré-construído, o já-dito que está na base no dizível, sustentando cada tomada da palavra. (ibidem, p. 31)

Como vimos, para a autora, memória, memória discursiva e interdiscurso podem designar a mesma coisa na Análise do Discurso. Utilizando os próprios conceitos de interdiscurso e memória, podemos afirmar que tudo o que já foi dito sobre eles pode significar no fragmento de texto destacado anteriormente.

O *já-dito* mencionado por Orlandi *já* é uma formulação de Pêcheux (In: GADET e HAK, 1997, cap. 3) na obra Análise Automática do Discurso (AAD-69). Na época da primeira publicação desse texto, ainda não havia uma teoria do discurso nem existia o conceito de interdiscurso, mas Pêcheux já refletia que:

Por oposição à tese “fenomenológica” que colocaria a apreensão perceptiva do referente, do outro e de si mesmo como condição pré-discursiva do discurso, supomos que a percepção é sempre atravessada pelo “já-ouvido” e o “já-dito”, através dos quais se

constitui a substância das formações imaginárias enunciadas (...) (ibidem, p. 86)

O *já-dito* de Pêcheux marca o início de uma longa reflexão na Análise do Discurso até chegar à formulação de interdiscurso/intradiscurso, como veremos aqui.

A partir de reflexões sobre a pressuposição, Pêcheux substitui esse termo filosófico e lógico, o *já-dito*, pelo termo *pré-construído*, desenvolvido por Paul Henry. Inscrito no novo terreno do discurso, portanto despido de qualquer sentido lógico, o *pré-construído* “permite pensar e apreender o interdiscurso, o conceito chave, ainda não formulado”, como nos diz Maldidier (2003, p. 36), “mas sem dúvida o mais fundamental de toda a construção teórica de Michel Pêcheux”, ainda conforme a autora (ibidem, p. 36).

É no livro *Semântica e discurso*, escrito por Pêcheux, que o conceito de interdiscurso é explorado. O autor propõe chamar de interdiscurso, baseando-se em Althusser,

(...) a esse “todo complexo com dominante” das formações discursivas, esclarecendo que também ele é submetido à lei de desigualdade- contradição- subordinação que (...) caracteriza o complexo das formações ideológicas. (PÊCHEUX, 1988, p. 162)

Isso é fundamental para compreender a interpelação do indivíduo em sujeito. Tal procedimento ocorre pela identificação do sujeito com a formação discursiva em que ele é constituído, ou seja, com aquela que o domina. A identificação sustenta-se no fato de que os elementos do interdiscurso (*pré-construído* e *processo de sustentação*) são reinscritos no discurso do próprio sujeito, instaurando sua unidade imaginária.

O conceito de interdiscurso é importante, também, ao focar a “lei da desigualdade- contradição- subordinação”, para a compreensão da “intricação” das formações discursivas nas formações ideológicas.

Associado ao conceito de interdiscurso, aparece, em *Semântica e discurso*, o conceito de intradiscurso, que é definido como:

(...) o funcionamento do discurso com relação a si mesmo (o que eu digo agora, com relação ao que eu disse *antes* e ao que eu direi *depois*; portanto, o conjunto dos fenômenos de “co-referência” que garantem aquilo que se pode chamar o “fio do discurso”, enquanto discurso de um sujeito. (ibidem, p. 166)

O intradiscurso é o lugar em que a forma-sujeito absorve/esquece o interdiscurso no intradiscurso. Em outras palavras, a formulação do sujeito absorve/esquece os sentidos já-ditos que a constituem.

Em síntese, Orlandi (2003a, p. 33) diz que “Todo dizer, na realidade, se encontra na confluência dos dois eixos: o da memória (constituição) e o da atualidade (formulação). E é nesse jogo que tiram seus sentidos.”

Segundo Pêcheux, o intradiscurso possui um funcionamento específico, que só é possível devido à própria especificidade da materialidade da língua: no texto, podem ser estabelecidas relações co-referenciais, de articulação e de encaixamento, por exemplo. Nesse ponto, talvez se apresente uma importante questão: à medida que se tornam equivalentes memória e interdiscurso, as possibilidades de formulação da memória encontram-se no terreno do intradiscurso, mas uma série de registros da memória conduzem-na a outros territórios: fotografia, dança, arquitetura etc. Assim, um entrecruzamento entre verbal e não-verbal não deixa de colocar em tensão a noção de intradiscurso.

Pêcheux (In: ACARD et al., 1999, cap. 4) aborda a relação entre verbal e não-verbal no artigo “Papel da memória”. Considerando o entrecruzamento dos objetos texto e imagem, e de suas memórias, Pêcheux aponta uma dificuldade para a AD: a de tanto se referir explicitamente à linguística quanto ao simbólico no sentido geral. É interessante observar que o autor, nesse texto, não utiliza o termo interdiscurso, mas utiliza o termo memória, cuja definição apresentamos a seguir:

(...) a memória seria aquilo que, face a um texto que surge como acontecimento a ler, vem restabelecer os “implícitos” (quer dizer, mais tecnicamente, os pré-construídos, elementos citados e relatados, discursos-transversos, etc.) de que sua leitura necessita: a condição do legível em relação ao próprio legível. (ibidem, p. 52)

O autor questiona o conceito de memória ao interrogar onde se situariam os “implícitos”, elementos “ausentes por sua presença” na sequência lida. Também questiona ao perguntar por que a AD “não dirigiria seu olhar sobre (...) os procedimentos de montagem e as construções antes que sobre as significações” (ibidem, p. 52).

Ao abordar a imagem, Pêcheux (ibidem, p. 55) considera que o “discurso a atravessa e a constitui”, portanto ela é opaca e muda, “aquela da qual a memória ‘perdeu’ o trajeto de leitura”, e não mais a imagem transparente.

Uma pergunta finaliza a questão da relação entre imagem e o texto nesse artigo de Pêcheux: “(...) no entrecruzamento desses dois objetos [imagem e texto], onde estamos tecnologicamente e teoricamente, hoje, com relação a esse problema que, após Benveniste, Barthes designou com o termo ‘significância’?” (ibidem, p. 55)

Parece que à medida que o autor vai considerando um entrecruzamento entre verbal e não-verbal, o conceito de intradiscurso vai saindo de foco, o que favorece a uma equivalência entre os conceitos de interdiscurso e memória. Por outro lado, o autor valoriza a análise dos “procedimentos de montagem” e das “construções”, terreno no qual o intradiscurso habita.

A partir de toda essa discussão sobre memória, analisaremos a seguir algumas práticas do discurso das masculinidades, como *a busca da ressignificação positiva da homossexualidade, a busca da afirmação da diversidade sexual e de gênero e o surgimento da identidade metrosssexual*, que funcionam como sustentação do dizer dos estudos das masculinidades e na consolidação desse próprio discurso.

3.3 SIGNIFICAÇÃO E RESSIGNIFICAÇÃO DA IDENTIDADE HOMOSSEXUAL

O homossexual é uma das posições de sujeito simbolizada positivamente, que historicamente problematiza a posição de uma masculinidade heterossexual considerada hegemônica e é retomada no discurso fundacional das masculinidades. Nos discursos de militância, essa simbolização ganhou força inicialmente no movimento gay, que surgiu entre o final da década de 1970 e o início de 1980, no Brasil e no mundo.

Tal movimento problematizava uma “masculinidade hegemônica” ao questionar, por exemplo, uma heterossexualidade compulsória para os seres do sexo biológico masculino, os homens. Assim, o movimento reivindicava a legitimidade da homossexualidade masculina. Isso colocou no campo do político a busca pela inclusão de uma forma “legítima” de ser homem, contrária à norma de uma tradição cultural contemporânea.

O movimento gay brasileiro filia-se aos movimentos de contracultura, que tiveram sua origem na Inglaterra e nos Estados Unidos. Para Ferrari,

De forma consciente, o movimento gay surgiu a partir de uma preocupação com o entendimento do mundo, com a tentativa de esclarecer e dominar os parâmetros de sua organização e de classificação da homossexualidade, e com a demanda de *desconstruir as identidades homossexuais cristalizadas em busca de novas possibilidades de vivências mais positivas*. (grifo nosso) (FERRARI, 2008, p. 107)

A questão da construção da homossexualidade como uma “identidade” ao longo da história foi abordada por Foucault (1988). Segundo o autor, a partir do século XVIII podem ser identificados quatro grandes conjuntos estratégicos, responsáveis por desenvolver dispositivos de saber e poder sobre o sexo. São eles: *histerização do corpo da mulher; Pedagogização do sexo da criança; Socialização das condutas de procriação; e Psiquiatrização do prazer perverso*. Foi por meio desse último que a homossexualidade entrou no discurso, na perspectiva foucaultiana. E nessa perspectiva, o discurso possui sentido específico:

(...) não mais tratar os discursos como conjuntos de signos (elementos significantes que remetem a conteúdos ou a representações), mas como práticas que formam sistematicamente os objetos de que falam. Certamente os discursos são feitos de signos; mas o que fazem é mais que utilizar esses signos para designar coisas. É esse *mais* que os torna irreduzíveis à língua e ao ato da fala. É esse “mais” que é preciso fazer aparecer e que é preciso descrever. (FOUCAULT, 2005, p. 55)

Segundo Foucault (1988), o século XIX intensificou tal preocupação com o sexo. A respeito da *Psiquiatrização do prazer perverso*, ele nos informa que a busca empreendida, nesse período, pelas sexualidades periféricas, apoiada no entrecruzamento dos procedimentos de confissão e da discursividade científica, produziu a “incorporação das perversões” e uma nova “especificação dos indivíduos”. Nesse contexto, o homossexual foi significado como uma “identidade perversa” específica.

A sodomia – a dos antigos direitos civil e canônico – era um tipo de ato interdito e o autor não passava de seu sujeito jurídico. O homossexual do século XIX torna-se uma personagem: um passado, uma história, uma infância, um caráter, uma forma de vida; também é morfologia, com uma anatomia indiscreta e, talvez, uma fisiologia misteriosa. Nada daquilo que ele é, no fim das contas, escapa à sua sexualidade (ibidem, p. 43)

O autor nos diz que a transferência da prática da sodomia para uma espécie de “androgenia interior”, um “hermafroditismo da alma” aconteceu com o surgimento da homossexualidade como uma das figuras da sexualidade: enquanto o sodomita era caracterizado como um reincidente, o homossexual era uma espécie.

Para Foucault, o século XIX foi um período em que a “medicina das perversões” e os “programas de eugenia” se constituíram como duas grandes inovações no dispositivo da sexualidade, que colocaram a homossexualidade em discurso:

Inovações que se articulavam facilmente, pois a teoria de “degenerescência” permitia-lhe referirem-se mutuamente num

processo sem fim; ela explicava de que maneira uma hereditariedade carregada de doenças diversas -orgânicas, funcionais ou psíquicas, pouco importa- produzia, no final das contas, um perverso sexual (*faça-se uma busca na genealogia de um exibicionista ou de um homossexual e se encontrará um ancestral hemiplégico, um genitor tísico ou um tio com demência senil*): mas explicava, também, de que modo uma perversão sexual induzia um esgotamento da descendência- raquitismo dos filhos, esterilidade das gerações futuras. (grifo nosso) (ibidem, p.112)

O autor considera o conjunto perversão-hereditariedade-degenerescência como o núcleo sólido das novas tecnologias. Nelas, durante a segunda metade do século XIX, a família assumiu um papel preponderante, pois foi um dos componentes estratégicos mais importantes no dispositivo da sexualidade. Embora tal dispositivo tenha primeiro se desenvolvido às margens das instituições familiares, progressivamente ele reencontrou-as:

Os pais, os cônjuges, tornaram-se, na família, os principais agentes de um dispositivo da sexualidade que no exterior se apóia nos médicos e pedagogos, mais tarde nos psiquiatras, e que, no interior, vem duplicar e logo “psicologizar” ou “psiquiatrizar” as relações de aliança. Aparecem, então, estas personagens novas: a mulher nervosa, a esposa frígida, a mãe indiferente ou assediada por obsessões homicidas, o marido impotente, sádico, perverso, a moça histérica ou neurastênica, a criança precoce ou já esgotada, *o jovem homossexual que recusa o casamento ou menospreza sua própria mulher*. (grifo nosso) (ibidem, p. 104)

Entretanto, a homossexualidade colocada em discurso pelo dispositivo da sexualidade sofreu alterações a favor de sua legitimação, levando-nos a compreender Foucault quando ele afirma que nem os discursos, nem os silêncios estão totalmente submetidos ou opostos ao poder. Como os discursos, assim como os silêncios, funcionam em um jogo complexo e instável, eles podem ser tanto instrumentos e efeitos de poder simultaneamente, quanto obstáculo, ponto de resistência e partida a uma estratégia oposta, conforme vemos a seguir, em relação à homossexualidade:

A extrema discrição dos textos sobre a sodomia - essa categoria tão confusa; a reticência quase geral no falar dela admitiu, por muito tempo, um duplo funcionamento: por um lado, a extrema

severidade (pena de fogueira ainda aplicada no século XVIII, sem que se formulasse nenhum projeto importante, até a metade do século) e, por outro lado, a tolerância seguramente bem ampla (que se deduz, indiretamente, a partir das raras condenações judiciais e que se pode perceber mais diretamente através de certos testemunhos sobre as sociedades masculinas que podiam existir no exército e nas cortes. Ora, o aparecimento, no século XIX, na psiquiatria, na jurisprudência e na própria literatura, de toda uma série de discursos sobre as espécies e subespécies de homossexualidade, inversão, pederastia e “hermafroditismo psíquico” permitiu, certamente, um avanço bem marcado dos controles sociais nessa região de “perversidade”; mas, também, possibilitou a constituição de um discurso “de reação”: a homossexualidade pôs-se a falar por si mesma, a reivindicar sua legitimidade ou sua “naturalidade” e muitas vezes dentro do vocabulário e com as categorias pelas quais era desqualificada do ponto de vista médico. (ibidem, p. 96)

É neste ponto, o da reivindicação da legitimidade da homossexualidade, que encontramos, como já dissemos, um questionamento de uma “identidade masculina coesa e unitária”. Tal questionamento, como também já dissemos, ganhou força política e histórica inicialmente no “movimento gay”, segundo muitos dos estudos de homossexualidade.

Esse trabalho de busca da resignificação positiva da “identidade homossexual masculina” participa, contemporaneamente, de um discurso fundacional que historiciza o masculino como algo plural e, com isso, apresenta-se como fundador. Assim, a princípio, já podemos pensar, partindo desse resignificar, que homens podem ser, no mínimo, heterossexuais ou homossexuais.

Nesse sentido, todas as práticas de reivindicação da legitimidade da homossexualidade, nas quais estão envolvidos o movimento gay, os estudos de homossexualidade, alguns segmentos da mídia, determinadas vivências cotidianas de indivíduos comuns, alguns segmentos do turismo etc., configuram-se como elementos disponíveis da memória que podem ser retomados no discurso das masculinidades, à medida que se constituem como um dizer anterior a respeito da homossexualidade, mas que pode ser atualizado no que se diz agora em relação às masculinidades.

Nessa perspectiva, compreendemos que essas práticas não possuem/íram necessariamente o propósito de participar do funcionamento do

discurso das masculinidades, embora mesmo assim o tenham feito. Acreditamos que isso aconteceu, inclusive, porque vivemos na época do “Capitalismo tardio”, cuja ideologia é a do multiculturalismo, na qual cada “modo de vida” é passível de ser colonizado, conforme afirmáramos. E é justamente a memória de um mundo multicultural que sustenta o engendramento do masculino como um modo de vida, produzindo, capturando, articulando, hierarquizando práticas dispersas que, em conjunto e sob relações de poder, constituem o discurso das masculinidades, um efeito da ideologia do multiculturalismo. Quando falamos de memória de um mundo cultural, é importante lembrar que estamos nos referindo à memória discursiva, ou seja, “O saber discursivo que torna possível todo dizer e que retorna sob a forma do pré-construído, o já-dito que está na base do dizível, sustentando cada tomada da palavra” (ORLANDI, 2003a, p. 31), conforme já abordamos.

Essas práticas foram capturadas, de certa forma, por relações de poder sustentadas na ideologia do multiculturalismo, resultando na produção de uma realidade específica, a do discurso fundacional das masculinidades. Com a sua existência, parece que elas sempre pertenceram a tal discurso, a ponto de acharmos que elas nasceram nele, quando na verdade isso é mais um efeito ideológico, que naturaliza os sentidos.

Dessa forma, podemos analisar alguns pontos de tensão na busca da ressignificação positiva da “identidade homossexual”

Um deles relaciona-se à questão da “identidade”, pois ela, mesmo buscando reconstruir-se positivamente, não consegue contemplar todas as singularidades dos sujeitos no que diz respeito a essa sexualidade específica. A “identidade homossexual” contempla determinadas características dos sujeitos pertencentes a esse grupo e exclui outras. Ou seja, à medida que busca ser “libertária”, paradoxalmente é limitante também, porque fixa determinados sentidos. Ser “gay”, por exemplo, pode significar para o movimento gay ser consciente de sua condição sexual e lutar pelos seus direitos; por outro lado, pode significar, para gays urbanos de classe média alta, por exemplo, ter bom gosto, cuidar da beleza e sempre estar na moda. Assim, o efeito da construção da identidade é estabilizar o sentido através da evidenciação por meio da ideologia. Em outras palavras, o efeito dessa

construção é aprisionar o sentido, escamoteando, assim, o caráter metafórico da linguagem, que é possibilitado pela atuação do sujeito, por exemplo.

É comum que a homossexualidade, assim como qualquer outra sexualidade, se sustente na definição do “desejo sexual” do indivíduo. Todavia, mesmo assim, como interpretar e categorizar tal desejo? Além disso, a noção de “desejo sexual” pressupõe as categorias de sexo e gênero. E para tais categorias, obviamente, também existe o problema com a questão do sujeito.

A respeito da discussão da unidade na “identidade de gênero”, Butler (2003) apresenta uma abordagem antifundacionista de uma política de coalizões para a categoria “mulheres”, mas que pode iluminar as reflexões sobre outras categorias também. A autora nos diz que:

Sem a pressuposição ou o objetivo da “unidade”, sempre instituído no nível conceitual, unidades provisórias podem emergir no contexto de ações concretas que tenham outras propostas que não a articulação da identidade. (ibidem, p. 36)

Na perspectiva de Butler, a noção de “atos performativos” funcionaria mais adequadamente que a própria noção de identidade. Assim, o indivíduo se construiria em cada performance sua, num jogo entre ser e devir.

Também ligada ao problema da identidade, outra questão é o fato de a homossexualidade partir da diferença sexual entre homens e mulheres e entre masculino e feminino. O gay, por exemplo, é o homossexual masculino, ou seja, uma possibilidade de construção do homem. Já a lésbica é o homossexual feminino, ou uma possibilidade de construção da mulher. O travesti pode ser considerado como um homem com corpo de mulher. O transexual masculino como um homem que se sente mulher. Enfim, qualquer interpretação se baseia numa certa diferença sexual. Todavia, a diferença sexual, como a conhecemos, já é em si mesma um problema, pois é um “impossível” de ser estruturado em linguagem. Assim, a “identidade da homossexualidade masculina”, como toda e qualquer identidade, está sempre fadada a falhar, porque sempre existirão práticas que instalarão o equívoco nas definições identitárias, sendo impossível diferenciar precisamente tanto

homens de mulheres, quanto homossexuais de heterossexuais, por exemplo, mas sendo impossível também não partir dessa distinção primária.

Para Butler, o *status* da *proibição* primária, na teoria lacaniana, opera de forma mais eficiente na compreensão do binário oposicional dos sexos:

Em Lacan, como na reformulação pós-lacaniana de Freud por Irigaray, a diferença sexual não é um binário simples que retém a metafísica da substância como sua fundação. O “sujeito” masculino é uma construção fictícia, produzida pela lei que proíbe o incesto e impõe um deslocamento infinito do desejo heterossexualizante. O feminino nunca é uma marca do sujeito; o feminino não pode ser o “atributo” de um gênero. Ao invés disso, o feminino é a significação da falta, significada pelo simbólico, um conjunto de regras lingüísticas diferenciais que efetivamente cria a diferença sexual. A posição lingüística masculina passa pela individuação e heterossexualização exigidas pelas proibições fundadoras da lei Simbólica, a lei do Pai. O incesto, que separa o filho da mãe e portanto instala a relação de parentesco entre eles, é uma lei decretada “em nome do Pai”. Semelhantemente, a lei que proíbe o desejo da menina tanto por sua mãe como por seu pai exige que ela assuma o emblema da maturidade e perpetue as regras de parentesco. Ambas as posições, masculina e feminina, são assim instituídas por meio de leis proibitivas que produzem gêneros culturalmente inteligíveis, mas somente mediante a produção de uma sexualidade inconsciente, que ressurgue no domínio do imaginário. (BUTLER, 2003, p. 52)

Nesse sentido, o inconsciente, funcionando como o lugar de produção da sexualidade recalcada, ressurgue na fala do sujeito, fazendo com que o sentido se produza no *non-sens*, o que marca a própria impossibilidade de coerência e unidade absolutas para uma “identidade de gênero”, sempre fadada ao fracasso. Por identidade de gênero compreendemos, conforme nos aponta Butler (*ibidem*, p. 39), “uma relação entre sexo, gênero, prática sexual e desejo”, constituída no/pelo discurso. É por isso que discutir a homossexualidade, desta perspectiva, é também discutir gênero.

Como se pode observar, historicamente a homossexualidade foi, e ainda é, interpretada pelos estudos de gênero e suas especificidades como uma “identidade”. Entretanto, análises críticas a essa perspectiva buscam romper com essa categoria, na tentativa de não aprisionar o sentido, como é o exemplo da noção de “performance”. A noção de sujeito do discurso e de

sujeito do inconsciente, embora citadas, costumam não ser consideradas na análise dos estudos de gênero.

Entretanto, entendemos a homossexualidade como uma forma de identificação, portanto ela é discursiva, no sentido em que compreendemos discurso. Assim, na homossexualidade a identificação sustenta-se no fato de que os elementos do interdiscurso (pré-construído e processo de sustentação) são reinscritos no discurso do próprio sujeito, instaurando sua unidade imaginária.

Também entendemos que a busca da resignificação positiva da homossexualidade é um efeito de sentidos e que participa do funcionamento do discurso das masculinidades. Ironia do poder, já que não há como se libertar do paradoxal quando se trata de linguagem humana. Neste caso, o paradoxal se reescreve da seguinte forma: à medida que a busca da resignificação positiva da “identidade homossexual masculina” com finalidades libertárias promove deslocamentos numa estrutura ideológica marcada pela heterossexualidade compulsória e dominação do homem heterossexual, ao mesmo tempo reproduz algo disso que repudia, como, por exemplo, a noção de identidade e de diferença sexual, fixando processos de identificação de sujeitos.

Outro ponto problemático na busca da resignificação positiva da homossexualidade é o fato de essa posição ter sido capturada pela “lógica do consumo”. Nessa lógica, o homossexual “valorizado”, através de uma imagem estereotipada, distingue-se do heterossexual não apenas por causa da sexualidade, mas também por ser um sujeito diferenciado: veste-se de acordo com a moda gay, viaja, frequenta bons lugares etc., ou seja, é um sujeito gay consumista. Essa posição, presente na mídia em geral, age no silenciamento do conteúdo político de reconstrução da “identidade homossexual” empreendida pelo movimento gay, por exemplo. Além disso, possivelmente ela incide na construção do metrossexual, embora não sejam a mesma coisa, conforme abordaremos nesse trabalho.

Um dos efeitos indesejáveis da captura da posição homossexual masculina pela “lógica do consumo” é criar uma cisão específica no chamado “mundo gay”, contrapondo alguns incluídos a muitos excluídos, através de

fantasias sustentadas em itens como beleza, recursos econômicos, formação cultural, procedência etc, o que tem como efeito a produção da ditadura da beleza e da riqueza para o grupo em questão. Assim, surgem cisões, por exemplo, entre gente bonita e seu oposto, gays que se cuidam (quanto a sua estética) e os que não fazem isso, ricos e pobres, cosmopolitas e provincianos, reproduzindo, na verdade, os valores da “lógica do consumo” em geral.

Além disso, percebemos um grande equívoco na apropriação da posição de sujeito homossexual masculino pelo discurso das masculinidades, que costuma tratar tal posição como um tipo identitário de masculinidade, conforme já comentamos e observamos a seguir:

Nesse sentido, deve-se notar que o único outro modo de viver a masculinidade nesse contexto, isto é, masculinidade gay, é totalmente desconsiderado pelas histórias analisadas aqui... (MOITA LOPES, 2002, p. 183)

Se for considerado o potencial que as histórias têm para envolver os alunos em reflexão, é possível que se possa abrir espaço para outros tipos de masculinidades: a) ao permitir que outras histórias (sobre homens pobres, negros, indígenas, budistas, bissexuais, gays etc.; muitas vezes envolvendo essas identidades sociais ao mesmo tempo) entrem na sala de aula; (ibidem, p. 16)

Segundo Kimmel, o desafio à concepção de masculinidade hegemônica surgiu de homens cujas masculinidades são vistas como desviantes: os homens negros e os homens homossexuais, que desde a virada do século têm fornecido visões clássicas de identidade subalterna. (CECCHETTO, 2004, p. 66)

A homossexualidade do homem, no discurso das masculinidades, costuma ser vista como um tipo de masculinidade, desconsiderando que a posição de sujeito homossexual, mesmo tendo anatomia masculina, pode ser feminina.

A busca da resignificação positiva da “identidade homossexual” abriu espaço, juntamente com outras práticas, obviamente, para o discurso da diversidade sexual, que se constitui como uma realidade que também funciona

como sustentação do dizer do discurso fundacional das masculinidades, conforme abordaremos a seguir.

3.4 A DEFESA DA DIVERSIDADE SEXUAL

No Brasil, desde o final da década de 1970, havia práticas marcadas ideologicamente pela busca da valorização de sexualidades e gêneros considerados marginalizados. A história do movimento gay no país produzida pelos estudos da homossexualidade comprova-nos essa afirmação. Segundo Fry e MacRae:

A peculiaridade dos primeiros grupos do movimento homossexual é que resolveu rejeitar tanto “entendido” como “gay”, preferindo ficar com o velho termo “bicha”. Propondo uma nova “bicha”, militante e consciente, a idéia era de conseguir esvaziar, tanto a palavra quanto o conceito que representava de suas conotações negativas. (...) Mais tarde, viriam a adotar outras estratégias, como é o caso do Grupo Gay da Bahia, que adotou o termo americano. (FRY e MACRAE, 1985, p. 24-5)

A partir da década de 1990 se utilizou, produziu-se e/ou se ressignificou uma proliferação de nomeações de sexualidades e gêneros considerados marginalizados. Tais nomeações foram (re)ativadas na memória e, principalmente, organizadas em um mesmo conjunto. Isso aconteceu, inicialmente, nas chamadas “lutas políticas” do movimento de gay, lésbicas e todos seus derivados. A organização em um mesmo conjunto se materializou na língua através da produção de siglas, que foi fundamental para a historicização do sintagma que as representou, ou seja, o sintagma “diversidade sexual”. França e Facchini situam cronologicamente o surgimento destas siglas e expressões na década de 1990, como verificamos a seguir:

Multiplicam-se as categorias nomeadas como sujeitos políticos do movimento [Gay]: em 1993, surge a expressão 'Movimento de Gays e Lésbicas'; em 1995, temos o movimento 'GLT' (Gays, Lésbicas e Travestis); e finalmente, em 1999, adota-se em parte do movimento, a partir de São Paulo, a expressão GLBT (Gays, Lésbicas, Bissexuais e Transgêneros). (FRANÇA, I. L. e FACCHINI, R., no prelo, In ORTELLADO (org.), APUD: FRANÇA, 2006)

A seguir abordaremos as principais categorias do discurso da diversidade sexual.

3.4.1 O bissexual

Como vimos, em 1999 aparece uma referência à bissexualidade na sigla GLBT, a partir do movimento da diversidade sexual em São Paulo. Nos estudos de gênero e no próprio movimento, a bissexualidade é uma categoria pouco estudada e sem grandes preocupações com sua visibilidade, respectivamente, mesmo sendo citada.

Entretanto, a referência à bissexualidade aparece, por exemplo, em um texto de Freud (1996), publicado pela primeira vez em 1925. Para o autor,

(...) todos os indivíduos humanos, em resultado de sua disposição bissexual e da herança cruzada, combinam características tanto masculinas quanto femininas, de maneira que a masculinidade e a feminilidade puras permanecem sendo construções teóricas de conteúdo incerto. (ibidem, p. 286)

Para Freud, a criança possui um desejo polimorfo perverso, pois não tem objeto de desejo sexual definido. Com a castração simbólica e a passagem pelo complexo de Édipo, instaura-se o superego e se define um objeto de desejo sexual. Esse processo, entretanto, define uma posição de sujeito

(masculino ou feminino), sem necessariamente excluir completamente traços da outra; o que ocorre é a predominância de uma delas, e a construção imaginária do sujeito em torno de tal posição.

Todavia, o sujeito pode ficar preso às duas posições, seja através da identificação, seja através da fantasia ou do delírio, por exemplo, como efeito do não recalque satisfatório de uma delas.

No movimento GLBT, a bissexualidade refere-se à “identidade” que é caracterizada pelo desejo sexual de um indivíduo por ambos os sexos.

3.4.2 Os travestismos: travesti, transexual e homens que se vestem de mulher

Em 1995, como também vimos, aparece a designação travesti no movimento GLT de São Paulo. De um modo geral, tal significante se refere a uma “construção de gênero” oposta ao que é designado tradicionalmente e compulsoriamente aos sexos; um exemplo é um homem que “vive” como uma mulher, do ponto de vista de sua aparência, hábitos e comportamentos. Além disso, o travesti é marcado socialmente pelo estigma de ser relacionado à prostituição.

Na psicanálise seguidora de Freud e Lacan, há estudos sobre o “travestismo”, principalmente do travesti e do transexual. Seguindo Lacan, em geral, o primeiro, o do travesti, é associado à estrutura psíquica da perversão, em que o sujeito, mesmo passando pela castração simbólica, não a reconhece, desprezando-a e buscando criar a sua própria lei. Já o segundo, o do transexual, é associado à estrutura psíquica da psicose, em que o sujeito, por não passar pela castração simbólica, fica à deriva quanto à identificação a um objeto de desejo, sustentando-se apenas em relações imaginárias.

Sobre o transexual, colhemos um comentário de Lacan:

Visto que estou recomendando um livro, para variar, isso fará aumentar sua tiragem. Chama-se *Sex and Gender* [*Sexo e Gênero*], de um certo Stoller¹⁷. É muito interessante de ler, primeiro porque desemboca num assunto importante – o dos transexuais, com um certo número de casos muito bem observados, com seus correlatos familiares. Talvez vocês saibam que o transexualismo consiste, precisamente, num desejo muito enérgico de passar, seja por que meio for, para o sexo oposto, nem que seja submetendo-se a uma operação, quando se está do lado masculino. No livro vocês certamente aprenderão muitas coisas sobre esse transexualismo, pois as observações que se encontram ali são absolutamente utilizáveis.

Aprenderão também o caráter completamente inoperante do aparato dialético com que o autor do livro trata essas questões, o que o faz deparar, para explicar os casos, com enormes dificuldades, que surgem diretamente diante dele. Uma das coisas mais surpreendentes é que a fase psicótica desses casos é completamente eludida pelo autor, na falta de qualquer referencial, já que nunca lhe chegou aos ouvidos a forclusão lacaniana, que explica prontamente e com muita facilidade a forma desses casos. (LACAN, 2009, p. 30)

Ainda na perspectiva freudiana e lacaniana, o travestismo também pode ser atualizado por meio de fantasias do homem que se apresenta como heterossexual. É o que analisamos nas práticas dos homens, que se vestem de mulher, do bloco “As Muquiranas”.

“As Muquiranas” é o primeiro bloco de homens vestidos de mulher no Carnaval de Salvador. Foi criado em 1965 por Lindolfo Araújo de Carvalho, mais conhecido como Charita.

Charita fazia parte do bloco de Carnaval “A Nega Maluca”, no qual apenas um homem se vestia de mulher. Após a morte de um dos diretores, “A Nega Maluca” se desfez, e então Charita deu continuidade à folia, montando um bloco onde ele e os amigos saíam na rua para brincar o Carnaval, vestidos de mulher. Pouco depois, eles denominaram o bloco de ‘**As Muquiranas**’. (asmuquiranas.com.br, acessado em 30.04.2013)

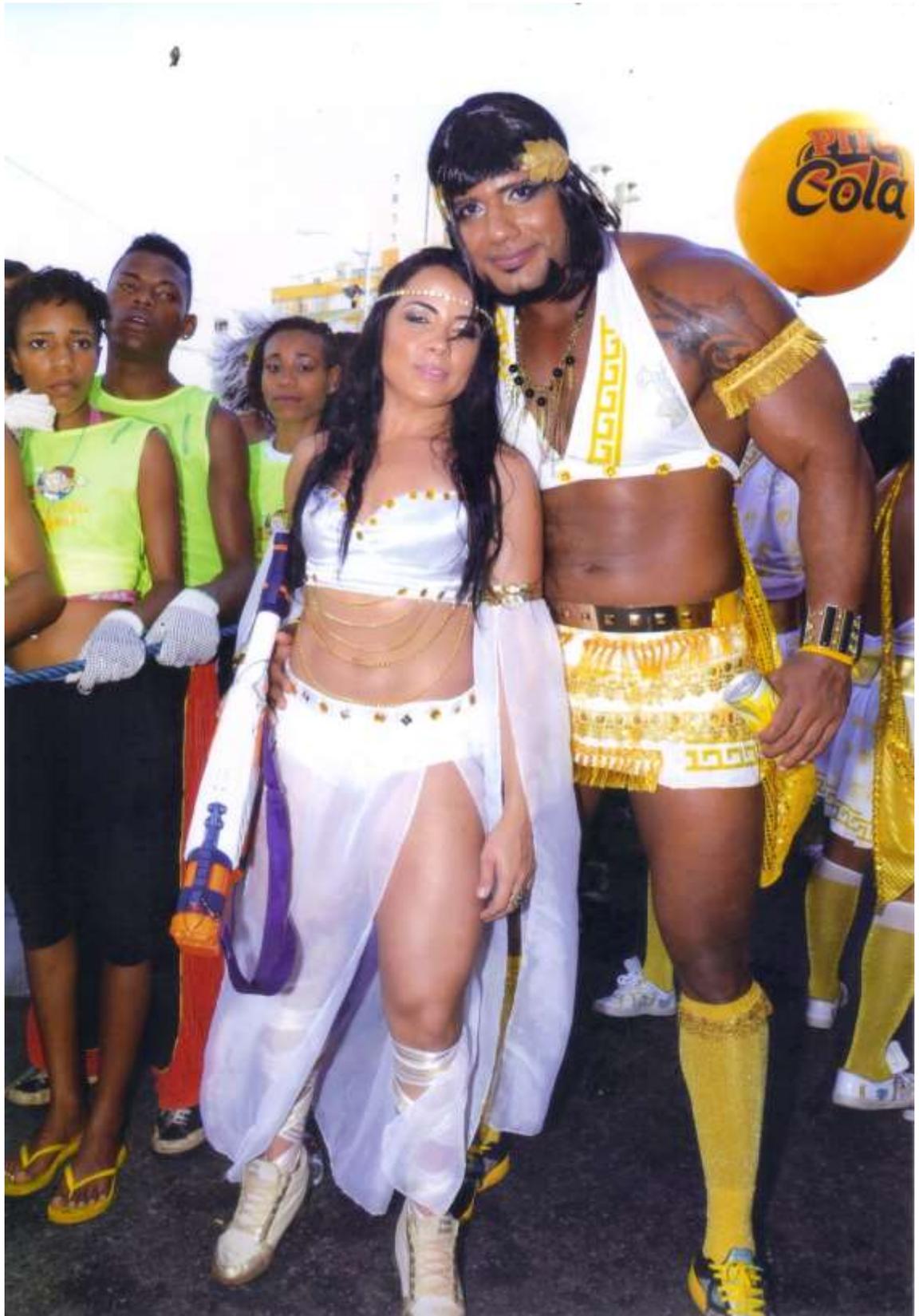
¹⁷ *Sex and Gender*, de Robert J. Stroller, foi publicado em 1968 em Nova York, pela editora Science House.

Os homens que participam desse bloco, em sua maioria, são homens com um semblante masculino:

- corpos tipicamente masculinos, inclusive alguns musculosos;
- o andar, gestual e voz característicos de homem;
- muitos usando barba, bigode, cavanhaque;
- pelos no corpo.

Além disso, são homens que se comportam predominantemente de forma masculina, paquerando e namorando mulheres ao longo do percurso do bloco. Vejamos uma foto de um membro desse bloco no carnaval de 2013¹⁸:

¹⁸ Todas as fotos do bloco “As Muquiranas” aqui apresentadas são de autoria do fotógrafo Lázaro Marrom. Tais fotos foram expostas e vendidas na Exposição de Fotos do Carnaval 2013 do Shopping Center Lapa, Salvador - BA.



O conjunto dessas características diferencia tais homens de padrões típicos de descrição de gays, travestis e transexuais homens. Se há diferença entre aqueles e estes, como o travestismo de “As Muquiranas” pode ser interpretado?

Para tal interpretação, é necessário considerarmos que esses homens se fantasiam de mulher como parte de uma brincadeira, e não como uma conduta marginalizada socialmente que contemporaneamente reivindica legitimação. Como brincadeira, essa prática costuma ser legitimada pelos amigos, vizinhos, esposas e namoradas, filhos, pais, enfim, pelos que estão próximos afetivamente e pela sociedade em geral, ou boa parte dela. O que nos interrogamos é o que do inconsciente escapa nessa considerada brincadeira.

Também é importante levar em conta que nessa “performance” não se pretende imitar uma mulher real, não se pretende parecer fielmente a uma mulher. O que há são traços que remetem ao feminino, como:

- uso de acessórios tipicamente femininos: bolsa, pulseiras, tiara, anéis, correntes etc.
- uso de peças do vestuário feminino: sutiã, meia-calça, calcinha etc.
- uso de maquiagem como batom, sombra.
- unhas pintadas.
- uso de perucas.

As imagens a seguir nos mostram isso:



Assim, ao contrário do travestismo típico, como o do travesti e do transexual, em que a referência à mulher se dá através de um processo de

condensação, em “As muquiranas” a referência à mulher é feita por processos de deslocamento: são objetos que remetem à mulher. O resultado disso é uma fragmentação, pois não se tem uma unidade imaginária de uma mulher, mas fragmentos dessa imagem.

O que temos aqui como síntese é um homem que se apresenta como heterossexual, em sua grande maioria, brincando de ser mulher, ou seja, brincando com a diferença sexual, utilizando para isso a fantasia. Mas de que fantasia se trata? Em psicanálise:

O fantasma é, ao mesmo tempo, efeito do desejo arcaico inconsciente e matriz dos desejos atuais, conscientes e inconscientes.

Prosseguindo Freud, J. Lacan destacou a natureza essencialmente linguageira do fantasma. Também demonstrou que seus personagens valiam nele muito mais por certos elementos isolados (palavras, fonemas e objetos associados, partes do corpo, traços de comportamento etc.) que por sua totalidade. (CHEMAMA & VANDERMERSCHI, 2007)

Uma hipótese que formulamos, e é bom frisar que se trata de uma hipótese, é que para o sujeito dessa fantasia há um retorno de algo recalcado na fase de estruturação dos sujeitos neuróticos: a mãe fálica. Como podemos acompanhar em Lacan, há um tempo lógico antes da castração e, portanto, antes da saída do complexo de Édipo do menino, em que a criança deseja ser o objeto de desejo da mãe: “É desejo de desejo” (LACAN, 1999, p. 205)

Vocês têm num primeiro tempo [primeiro tempo do Édipo], portanto, como lhes disse, a relação da criança não com a mãe, como se costuma dizer, mas com o desejo da mãe. É um desejo de desejo. Tive a oportunidade de me dar conta de que essa não era uma fórmula muito usual, e de que algumas pessoas tinham certa dificuldade de se acertar com a idéia de que é diferente desejar alguma coisa ou desejar o desejo do sujeito. O que cabe compreender é que esse desejo de desejo implica que estejamos lidando com o objeto primordial que é a mãe, com efeito, e que tenhamos constituído de tal maneira que seu desejo possa ser desejado por um outro desejo, o do filho, nomeadamente. (LACAN, 1999, p. 205)

Como o desejo da mãe é o falo, a criança deseja ser o falo da mãe e a mãe é constituída como fálica. O efeito disso é que a criança vai assumindo o desejo da mãe em estado bruto, inscrevendo-se no lugar de metonímia da mãe, ou seja, transformando-se em seu assujeito. Isso possibilita o segundo tempo do Édipo, em que o pai se faz presente como proibidor, intervindo a título de mensagem para a mãe:

Essa mensagem não é simplesmente o *Não te deitarás com tua mãe*, já nessa época dirigido à criança, mas um *Não reintegrarás teu produto*, que é endereçado à mãe. Assim, são todas as conhecidas formas do chamado instinto materno que deparam aqui com um obstáculo. (LACAN, 1999, p. 210)

Com a proibição paterna, tudo é questionado, abalando a condição de assujeito da criança. A criança saíra do complexo de Édipo após passar pelo seu terceiro tempo lógico, no qual se efetiva a castração.

Parece que a fantasia dos homens que se vestem de mulher no bloco “As Muquiranas” está relacionada ao assujeitamento da criança, ou seja, à fase em que ela desejava ser o falo da mãe. Freud, no artigo “Un enfant est battu” (Bate-se em uma criança), já associava a fantasia à origem da sexualidade e à origem da diferença sexual:

Freud distingue, enfim, certos fantasmas que chama de “originários”, designando assim os fantasmas relativos à origem do sujeito, a saber: sua concepção (por exemplo, os fantasmas da cena primitiva ou ainda as novelas familiares), a origem de sua sexualidade (por exemplo, os fantasmas de sedução) e, enfim, a origem da diferença dos sexos (por exemplo, os fantasmas de castração). (CHEMAMA & VANDERMERSCHI, 2007, p.145)

À medida que a perda da mãe fálica precisou ser recalçada para o neurótico, por algum motivo isso pode retornar na vida dos sujeitos, por meio da fantasia. Sobre o recalçamento, podemos dizer que:

É essa a mola do mecanismo analítico do recalque. Se o sujeito reconhecesse o recalçado, ele seria forçado a reconhecer, ao mesmo tempo, uma série de outras coisas, as quais lhe são propriamente intoleráveis, o que constitui a fonte do recalçado. O recalçado só pode ser concebido como ligado a uma cadeia significante articulada. Toda vez que vocês têm um recalque na neurose, é na medida em que o sujeito não quer reconhecer alguma coisa que necessitaria ser reconhecida, e esse termo, necessitaria, sempre comporta um elemento de articulação significante que não é concebível senão numa coerência discursiva. (LACAN, 1999, p. 242)

Assim, a fantasia da mãe fálica encobriria a perda pela criança de seu objeto primordial: a mãe. De fato, se o menino conseguiu passar pela castração, sair do complexo de Édipo, identificar-se a um sexo e construir o seu ideal do Eu, a criança se desloca de seu objeto primordial do desejo, cabendo a ela endereçar seu desejo a outro(s) objeto(s).

Há outros elementos que nos fazem interpretar o travestismo de “As Muquiranas” como a fantasia da mãe fálica: a “performance” desses homens nos remete a um universo infantil, inclusive pela brincadeira quase generalizada do uso de um brinquedo – a pistola de água -, mas também pelo brincar com bonecas em forma de bebês, que alguns homes carregam durante o percurso nos braços ou até em carrinho de bebê, conforme vemos a seguir:



Há também referências mais diretas a uma mulher fálica: homens vestidos de mulher levando pênis artificiais de diversos tamanhos, como o que vemos na imagem apresentada a seguir:



Esse percurso nos faz pensar que a fantasia da mulher fálica parece comportar esse papel, o de uma satisfação imaginária para o sujeito.

Que o fantasma se componha de elementos que dependem dos universos simbólico e imaginário do sujeito, e que ele esteja em relação de obturação com seu real, isso também está expresso em Lacan: $\$ \Delta a$. Esse matema escreve a estrutura de base do fantasma. Nele se reencontra o universo simbólico, sob a forma da barra que figura o nascimento e a divisão do sujeito, consecutivos à sua entrada na linguagem. Nele também se encontra o objeto a , enquanto perdido, lugar vazio, hiância que o sujeito vai tentar obturar, por toda a vida, com diversos objetos a imaginários que a particularidade de sua história (e sobretudo seu encontro com os significantes marcantes e os objetos do fantasma dos Outros concretos parentais) terá levado a privilegiar. Pode-se ler nele, enfim, tanto a função de enodamento (Δ) do simbólico ($\$$), do imaginário (a) e do real (a), operada pelo fantasma, como a dupla função de proteção. De fato, ele protege o sujeito não apenas do horror do real, mas também dos efeitos de sua divisão, consequência da castração simbólica. Dito de outra forma, ele o protege de sua dependência

radical em relação aos significantes. (CHEMAMA & VANDERMERSCHI, 2007, pag. 146)

Além disso, o “travestismo” no bloco “As Muquiranas” pode relacionar-se a um anseio masculino de tornar a mulher em um ser todo fálico:

Eis aí o ponto ao qual, começando essa jornada, eu queria conduzi-los. Por que um homem é uma devastação para uma mulher? Vamos!... Por quê?

Pois bem, justamente porque seu anseio profundo é o de que ela seja toda fálica, que ela seja A mulher e que, assim, ele possa, enfim, viver com um bom companheiro. É o grande problema dessa estranha vontade homossexual que há nos homens. E devo dizer que há, é claro, muito do comportamento feminino em tentar responder a essa exigência do homem, em tentar lhe fazer esquecer que ela é uma Outra e, portanto, lhe fazer crer que ela é da ordem de um tal falicismo, que o universal lhe obedece e que uma mulher é apenas uma variante da virilidade. (MELMAN)

Haveria aí, portanto, uma fantasia em desconsiderar a diferença sexual? Fica a pergunta.

3.4.3. Os transgêneros

A palavra transgênero aparece em 1999 no movimento da diversidade sexual, como também vimos. É um sintagma que não está dicionarizado na língua portuguesa. Na sigla do movimento GLBT, refere-se às “construções de gênero” historicizadas e consideradas como “um além” da “identidade gay, da lésbica e da bissexual”, a exemplo do travesti, do transexual, do andrógono, do intersexual, das drag-queens etc. Em outras palavras, é uma tentativa de inclusão de “todas” as posições de sujeito relacionadas ao sexo e à sexualidade e consideradas marginalizadas, mas se distinguindo do gay, da

lésbica e do bissexual, já que na sigla GLT apenas o travesti do grupo dos transtêneros estava contemplado. Por ser um termo bastante elástico e generalizante, há um debate interminável e incansável dentro do próprio movimento para o estabelecimento das suas subclassificações.

Os estudos de gênero nos mostram que a sigla GLBT foi, e parece ainda ser, a mais utilizada pelos movimentos sociais que se consideram em defesa da diversidade sexual, conforme podem ser interpretados contemporaneamente. Essa sigla, que já apontava para o sentido de diversidade sexual, com o passar dos anos foi incorporando novas designações, à medida que “identidades específicas” requeriam representação exclusiva nas siglas, como transexual (GLBTT), queer (GLBTQ), interssexual (GLBTI) e aliado, por exemplo, o que nos revela uma verdadeira pluralização identitária da sexualidade e do gênero.

A designação intersexual é contemporânea e refere-se à noção “antiga” de hermafrodita.

“Intersex” is a general term used for a variety of conditions in which a person is born with a reproductive or sexual anatomy that doesn't seem to fit the typical definitions of female or male. For example, a person might be born appearing to be female on the outside, but having mostly male-typical anatomy on the inside. Or a person may be born with genitals that seem to be in-between the usual male and female types—for example, a girl may be born with a noticeably large clitoris, or lacking a vaginal opening, or a boy may be born with a notably small penis, or with a scrotum that is divided so that it has formed more like labia. Or a person may be born with mosaic genetics, so that some of her cells have XX chromosomes and some of them have XY. (WHAT IS INTERSEX?, 2010)

Queer designa uma teoria, uma cultura, uma forma de arte. É uma metáfora e uma categoria analítica que busca se referir a toda e qualquer “prática de gênero” considerada marginalizada, na tentativa de não fixar o sujeito em uma “identidade”. Nesse sentido, tenta dar conta inclusive das “construções identitárias” consideradas à margem dentro do próprio mundo gay, por exemplo. Além disso, busca ultrapassar o binarismo da diferença

sexual, como forma de interpretar “práticas de gênero” ainda invisíveis e possibilitar a multiplicidade cada vez maior dessas práticas. No movimento da diversidade sexual, entretanto, acabou referindo-se às “identidades” consideradas extravagantes, como as bichas e as *drag-queens*, por exemplo.

Aliado refere-se ao heterossexual que participa das chamadas lutas políticas do movimento da diversidade sexual ou colabora com elas, em alguma instância. É uma transformação do termo simpatizante, que está muito ligado à lógica de consumo, significando o heterossexual que simpatiza com o mundo gay, frequentando seus bares, boates e festas e relacionando-se amigavelmente com o seu público.

3.4.4. O discurso da diversidade sexual

Conforme vimos, não foi difícil se produzir, estabilizar-se e se proliferar o sentido de diversidade sexual dentro do movimento de gays, lésbicas e seus derivados, principalmente se considerarmos a afirmação de Žižek de que o multiculturalismo é a ideologia da nossa era, a era do capitalismo global.

As práticas discursivas de incorporação de várias posições de sujeito no discurso da diversidade sexual indicam-nos uma tensão entre o mesmo e o diferente, ou seja, entre processos parafrásticos e processos polissêmicos da linguagem. Segundo Orlandi:

Os processos parafrásticos são aqueles pelos quais em todo dizer há sempre algo que se mantém, isto é, o dizível, a memória. A paráfrase representa assim o retorno aos mesmos espaços do dizer. Produzem-se diferentes formulações do mesmo dizer sedimentado. A paráfrase está do lado da estabilização. Ao passo que, na polissemia, o que temos é deslocamento, ruptura do processo de significação. Ela joga com o equívoco. (ORLANDI, 2003a, p. 36)

A reiteração da matriz GLBT atesta a manutenção de algo do mesmo, enquanto que a incorporação de novas letras, indicando a inclusão de novas posições de sujeito, atesta uma desestabilização que incorpora o “novo”. Esse jogo entre o mesmo e o diferente é indício de uma tensão entre o simbólico e o político. Assim, podemos pensar que o discurso desses movimentos, interpretado por nós a partir dos estudos de gênero, aponta para um jogo incessante entre unidade e ruptura. Mas é importante refletir sobre a própria ruptura como algo que não se desvincula totalmente do que rompe. Na política de inclusão das diferenças, por exemplo, que pretende se opor à política do consenso, há algo da própria lógica consensual, conforme analisa Orlandi e Rodríguez-Alcalá:

A lógica consensual funciona assim de modo articulado à lógica segregacionista, ou melhor, a segregação é seu *avesso*, seu *rastro*: na medida em que aquela pressupõe uma “concordância geral de pensamento e sentimentos”, os que “pensam e sentem” diferente ficam situados do lado de fora, excluídos do vínculo social, *separados*; cabe às políticas tentar “juntá-los” posteriormente. E eis aí a vez das políticas de “inclusão”, de “direito à identidade”, que trabalham nessa lógica e a complementam, ao pressuporem a existência de uma “identidade separada” dos grupos sociais, baseada em suas “diferenças”, desconhecendo que mecanismos de identificação social são produzidos num mesmo processo *integrado*, embora opaco e contraditório, que atravessa a sociedade como um todo, determinando a cada um seu lugar nela. (ORLANDI e RODRÍGUEZ-ALCALÁ, In: RODRÍGUEZ-ALCALÁ (org.), 2004, p. 17)

A década de 1990 também conheceu a expressão GLS, quando tal sigla entrou para a memória de nossa língua, referindo-se a gays, lésbicas e simpatizantes. Por “simpatizantes”, entende-se o heterossexual que “simpatiza” com gays e/ou lésbicas e/ou seus respectivos “mundos”. A sigla é principalmente utilizada para a definição de um público consumidor. Assim, a sua utilização está fortemente veiculada a uma lógica de mercado.

Como vimos através dos estudos de gênero, o movimento de gays, lésbicas e seus desdobramentos empreendeu uma verdadeira “colonização” da

sexualidade e do gênero, no sentido de multiplicá-los (produzindo, ressignificando), historicizá-los e ploriferá-los. Assim, surgiram ou foram ressignificadas posições como: gay, lésbica, simpatizante, bissexual, travesti, transexual, transgênero, intersexual, queer, aliado, drag-queen etc., compondo o que se chama de “sopa de letrinhas”. Através da memória, tais posições podem ser retomadas no discurso das masculinidades como tipos do masculino.

A expressão “sopa de letrinhas” foi criada pela imprensa, mas atualmente é empregada no interior desses movimentos e/ou por pesquisadores dos estudos de gênero em geral. Essa expressão interpreta bem o que chamamos aqui de discurso da diversidade sexual, pois faz referência a um agrupamento de posições que continuamente é remexido, reconfigurando sua materialidade, ou que está permanentemente aberto à reconfiguração, como na fluidez de uma sopa.

Essa reconfiguração de materialidade, ou seja, do significante e do sentido na história, é marcada pela questão do real de qualquer posição de sujeito, ou seja, como impossível, mas nos apropriando de uma especificação que Milner faz dessa noção, a de real da língua, o que nos encaminha para uma outra noção formulada por Žižek, a de real do simbólico.

Isso significa dizer que uma “identidade” é um conjunto de características cujos sentidos jamais são absolutamente estabilizados. No plano do simbólico, tal estabilização é real, é da ordem do impossível. Em outras palavras, o fato de uma “identidade” jamais contemplar todos os sentidos pelos quais os sujeitos discursivos a interpretam e/ou se identificam a ela, abre espaço para o equívoco, permitindo que, através do funcionamento poético da língua, sentido(s) novo(s) que circula(m) se instaure(m).

Sobre a questão do equívoco, Pêcheux afirma que a consideração do poético da língua:

(...) obriga a pesquisa lingüística a se construir procedimentos (modos de interrogação de dados e formas de raciocínio) capazes de abordar explicitamente

o fato lingüístico do equívoco como fato estrutural implicado pela ordem do simbólico. Isto é, a necessidade de trabalhar no ponto em que cessa a consistência da representação lógica inscrita no espaço dos “mundos normais”. (PÊCHEUX, 2002, p. 51)

As constantes reconfigurações das siglas às quais nos referimos apontam para a existência do equívoco na construção das “identidades” e, conseqüentemente, da própria noção de diversidade sexual. Tais reconfigurações parecem ser também uma tentativa de “cobrir” o real. Identificar essas questões, todavia, é um trabalho ao qual um analista de discurso deve estar atento. Para Pêcheux

Uma descrição (...) não é uma apreensão fenomenológica ou hermenêutica na qual descrever se torna indiscernível de interpretar: essa descrição supõe ao contrário o reconhecimento de um real específico sobre o qual ela se instala: o real da língua (cf. J. Milner, especialmente em *L'Amour de la Langue*). Eu disse bem: a língua. Isto é, nem linguagem, nem fala, nem discurso, nem texto, nem interação conversacional, mas aquilo que é colocado pelos lingüistas como a condição de existência (de princípio), sob a forma da existência do simbólico, no sentido de Jakobson e de Lacan. (PÊCHEUX, 2002, p. 50)

Ademais, tais “identidades” referem-se às sexualidades e gêneros. Entretanto, não são quaisquer posições de sexualidade e gênero, são aquelas consideradas marginalizadas por esses movimentos. Nessa perspectiva, há duas “identidades” matrizes nesses movimentos: gays e lésbicas. Consideramos matrizes porque, por um lado, elas funcionaram como a base primária do dizível à respeito da diversidade sexual, ou seja, as suas falhas constitutivas abriram espaço para a produção do novo; por outro lado, essas categorias são mantidas sempre.

Dessa forma, parece-nos que esses movimentos trabalharam na organização de sentidos que puderam ser interpretados como constitutivos de uma realidade específica, a do discurso da diversidade sexual. Isso se deu através do processo de uma pluralização de posições de sexualidades e

gêneros, materializada por meio de nominalizações, ao lado do processo de organização de tais posições em identidades num mesmo conjunto, materializada por meio de siglas.

Há diferentes interpretações para a gênese da diversidade sexual. Para França, por exemplo:

Também há a iniciativa, mais recente, de utilização da fórmula 'diversidade sexual', no intuito de criar um termo que passe ao largo das disputas de identidade, encampada fortemente nos últimos anos por um incipiente movimento que se situa nas intersecções entre movimento estudantil e movimento homossexual. (FRANÇA, 2006)

Nesse recorte, o que se diz a respeito da diversidade sexual pode ser considerado como o dizer de um sujeito que situa a diversidade sexual fora do campo das disputas de identidade. Assim, o presente do acontecimento desse fragmento é o tempo em que o seu sujeito distancia a diversidade sexual das disputas de identidade, que se apresentam como um passado nesse acontecimento, fazendo significar de um modo específico, e não de outro, o fragmento em questão. O que se rememora aqui para a construção do sentido de diversidade sexual, em relação ao presente instaurado, o de distanciar a diversidade sexual das disputas de identidade, faz essa designação projetar o sentido de que a diversidade sexual tem o intuito de eliminar a particularização de lutas de diversas posições de sexualidade e gênero, buscando promover uma única bandeira que representaria o todos em questão.

Também há autores que compreendem que o movimento homossexual no Brasil se transformou em um movimento da diversidade sexual, como Sérgio Carrara, por exemplo, que diz em uma entrevista:

São trinta anos do movimento LGBT – que nasceu movimento homossexual brasileiro e depois foi sendo realinhado na medida em que as diferentes identidades iam se constituindo no plano político e se diferenciando, fazendo com que a

homossexualidade se transformasse em diversidade sexual e de gênero. (CLAM, 2009)

Nesse recorte, o dito sobre a diversidade sexual pode ser compreendido como o dizer de um sujeito que situa a diversidade sexual como o resultado de uma transformação do movimento homossexual brasileiro, ao se realinhar para incorporar diferentes posições que foram se constituindo nos chamados movimentos de luta política a respeito da sexualidade e gênero. Dessa forma, o presente do acontecimento desse fragmento é a diversidade sexual como resultado dessa transformação. E os “trinta anos” citados de tal transformação constituem-se como um passado nesse acontecimento, fazendo o fragmento em questão funcionar de maneira específica. O rememorado aqui para a construção do sentido de “diversidade sexual”, em sua relação com o presente instaurado, faz a designação em questão projetar o sentido de que a diversidade sexual é a reunião de diferentes posições de sexualidade e gênero de movimentos sociais que foram se constituindo a partir do movimento homossexual, ou seja, seria a representação de cada um no todos.

Em ambos os recortes, no entanto, o rememorado projeta o sentido de que a diversidade sexual é um termo novo que aponta para uma nova forma de pensar os movimentos sociais em defesa da sexualidade e gênero. Nos dois enunciados em questão, também há uma mesma posição de sujeito, que é a de cientista dos estudos de gênero, embora os enunciadores falem a partir de gêneros textuais distintos, ou seja, um texto científico e uma entrevista.

Nesses movimentos o sentido de sexualidades e gêneros marginalizados refere-se, de forma geral, às “grandes” posições-sujeito presentes nas siglas. Isso significa que outras posições, surgidas fora desses movimentos, não são necessariamente representadas por eles, embora pertençam ao discurso da diversidade sexual. Consideramos tratar-se dessas outras posições, por exemplo, os seguintes subgrupos, citados a seguir por França:

Além das grandes categorias presentes na sigla GLBT, há também subgrupos, incentivados pela proliferação de fóruns e listas de discussão na internet e pertencentes principalmente ao segmento dos gays, como o grupo dos ursos, judeus gays, universitários, advogados gays, *barbies*, jovens homossexuais etc. (FRANÇA, 2006)

Esses sujeitos também são retomados no discurso fundacional das masculinidades, através da memória, como formas do masculino.

A reivindicação de valorização de todas essas posições pelo discurso da diversidade sexual é um bom exemplo de que o político é incontornável à linguagem. Para Guimarães:

O político, ou a política, é (...) caracterizado pela contradição de uma normatividade que estabelece (desigualmente) uma divisão do real e a afirmação de pertencimento dos que não estão incluídos. Deste modo, o político é um conflito entre uma divisão normativa e desigual do real e uma redivisão pela qual os desiguais afirmam seu pertencimento. (GUIMARÃES, 2007, p. 16)

Dessa forma, o político aqui é a afirmação de pertencimento das diversas sexualidades e gêneros, em conflito com a sua negação de um dizer normatizado que divide desigualmente o real, para fazer nova divisão em nome da inclusão de todos no todos.

No discurso fundacional das masculinidades, o discurso da diversidade sexual é construído como o seu passado, ou seja, como uma prática que possibilita o surgimento de uma abordagem sobre a pluralidade do masculino. Dessa forma, ele é retomado e ressignificado. Nesse caso, o gesto fundacional consiste em apagar da história o fato de que muitos dos sujeitos do discurso da diversidade sexual *já* são formas contrárias à masculinidade considerada padrão. Ao retomar essas posições, o discurso fundacional das masculinidades significa-as como categorias de gênero e sexualidade, para ressignificá-las como tipos do masculino dentro de seu campo de atuação, como se fossem

coisas diferentes. Daí, falar em masculinidades tem a aparência de interpretar sentidos novos.

Como passado do discurso das masculinidades, o discurso da diversidade sexual também é interpretado como algo que faz um corte na história, à medida que constrói uma época anterior de homogeneização da sexualidade e do gênero, em oposição a um presente de interpretação da heterogeneidade dessas categorias, a partir de uma compreensão do surgimento de novas práticas possibilitadas por novos contextos sócio-históricos.

3.5 O SURGIMENTO E A PROPAGAÇÃO DO METROSSEXUAL

O surgimento da chamada “identidade metrossexual”, na Inglaterra e nos Estados Unidos da década de 1990, bem como a sua propagação, na década de 2000, são práticas retomadas pelo discurso fundacional das masculinidades e construídas como seu passado. Tais práticas buscam tornar evidentes sentidos como “novo homem”, “homem do século XXI”, “liberação dos homens”, “identidade libertária” etc., conforme abordaremos nesta seção.

O tema do metrossexual foi abordado pela primeira vez num texto impresso em 15 de novembro de 1994, no artigo do jornalista britânico Mark Simpson “Here come the mirror men” (Aí vem os homens do espelho), publicado originalmente no jornal inglês *The Independent*. Mas foi em 2002, quando o jornalista abordou o tema novamente no texto “Meet the metrosexual” (Conheça o metrossexual), na revista *on line* “Salon”, dentre outros textos, que o assunto ganhou repercussão. No Brasil, é justamente na década de 2000 que o metrossexual é abordado e/ou explorado como “identidade”.

O metrossexual normalmente é relacionado a um tipo de homem heterossexual, mas é curioso lembrar que, para o criador do termo Mark Simpson, não há tal relação. Segundo ele:

O metrossexual pode ser gay, bissexual ou heterossexual, mas isso é absolutamente desimportante, já que ele tem a si mesmo como seu objeto de amor. Ele é o narcisista dos novos tempos. A idéia de que o metrossexual é sempre hétero e que seu cuidado com a aparência tem o objetivo de atrair as mulheres é uma invenção da publicidade. (...) A identidade dos metrossexuais não se baseia na orientação sexual e, do ponto de vista cultural-comercial, é irrelevante (EU ME AMO, EU ME AMO..., 2008)

Não nos parece que a relação entre gênero (metrossexual) e sexualidade (heterossexual) seja tão sem importância assim, como afirma Simpson. Desde sempre, o metrossexual tornou-se conhecido como uma “identidade” que define um “novo tipo de homem”, caracterizado por hábitos comportamentais (principalmente de consumo) associados historicamente ao feminino e ao mundo *gay*. Dessa forma, qualquer prática de consumo “tipicamente” feminina pode ser assumida por esse “novo homem”, por exemplo, sem necessariamente lhe indicar a homossexualidade, conforme observamos na definição popular apresentada a seguir:

Metrossexual é um termo originado nos finais dos anos 90, pela junção das palavras [metropolitano](#) e [heterossexual](#), sendo uma gíria para um homem heterossexual urbano excessivamente preocupado com a aparência, gastando grande parte do seu tempo e dinheiro em cosméticos, acessórios e roupas de marca. (grifo nosso) (WIKIPÉDIA, 2007)

O metrossexual, na posição de sujeito de “novo homem”, é muitas vezes abordado como uma possibilidade libertária da construção hegemônica do masculino. Em outras palavras, é em relação de “oposição” ao homem “macho” e de “aproximação” à mulher e ao *gay* que o metrossexual se constrói como uma “novidade”, conforme as seguintes definições:

De forma nada “metrossexual”, dá para definir o metrossexual como sendo um heterossexual com gestos e hábitos homossexuais. (METROSSEXUAL, 2005)

METROSSEXUAL adj. (...) 4: Homem disposto a assumir seu lado feminino. (FLOCKER, 2004, p. 1)

A distância entre os papéis de homens e mulheres diminuiu consideravelmente nos últimos anos. É notório aos olhos de todos um posicionamento muito mais flexível dos homens com relação ao que consiste o papel masculino. Outrora, os homens escondiam-se por trás do conceito de “macho” e “brucutu” e não cogitariam a possibilidade de tratar suas mulheres de igual pra igual porque acreditavam serem superiores a elas e desse modo, tudo que fizesse parte do mundo feminino era proibido para um homem heterossexual. (TENÓRIO e PINTO, 2007, p. 4-5)

Todavia, como já dissemos, o “novo” associado ao metrossexual é efeito ideológico. O metrossexual não deixa de atestar, por exemplo, a manutenção da lei que distingue simbolicamente homens de mulheres, como também heterossexuais de homossexuais. Na verdade, o que ocorreu foi a criação de uma posição masculina, em que homens heterossexuais pudessem consumir como mulheres e *gays*, sem se confundirem necessariamente com eles. Nesse sentido, queremos chamar a atenção para o que esta “nova forma de ser homem” mantém do sistema hegemônico de poder.

Dito de outra maneira, a posição do metrossexual mantém o real do qual não pode escapar, o impossível do qual não consegue libertar-se. Com isso, afirmamos que a distinção sexual, conforme já foi abordada, é o real de um simbólico produzido pelo poder dominante, e reproduzido inclusive pelas tentativas de ruptura desse simbólico. Nesse sentido, a ideologia falha. E é importante lembrar aqui que, segundo Lacan (1988, p. 27), “(...) só existe causa para o que manca”, conforme nos lembra Pêcheux.

Além disso, o sentido de “novo homem” incorporado ao metrossexual busca silenciar características frequentemente associadas ao “antigo homem macho tradicional”, como ausência de sensibilidade e cuidados precários com sua própria beleza, tentando tornar evidente uma separação radical entre ambos, em que este último é visto como retrógado e aquele como contemporâneo. Isso acontece por causa de um efeito ideológico, em que o adjetivo da expressão “*novo* homem” parece produzir algo de absolutamente inédito, quando, na verdade, refere-se a características muito específicas, como tipos de consumo e de comportamento, inclusive já encontradas em práticas de homens *gays* contemporâneos e do dândi do século XIX, por exemplo.

O que queremos enfatizar aqui é a manutenção de estratégias de poder do simbólico, da qual as práticas que pretendem ser inovadoras não conseguem libertar-se totalmente. Também o “antigo” que esse “novo” pode trazer, como a homofobia, mas que é apagada por um efeito ideológico de evidência de sentidos. Além disso, a construção desse “novo” como um gesto fundacional de apagamento da história.

Outro ponto importante é que esta “nova forma” parece ser uma especificação da forma histórica do sujeito contemporâneo, ou seja, o consumidor. Assim, acreditamos que a produção e manutenção do metrosssexual são alimentadas pelos interesses de mercado, que buscam cada vez mais “modos de vida” específicos a fim de tornar os sujeitos desses “estilos” em novos consumidores.

Isso significa que o metrosssexual, enquanto posição de sujeito, é totalmente construído na base de uma “sociedade de consumidores”. Nesse tipo de sociedade, segundo Bauman:

Quanto mais elevada a ‘procura do consumidor’ (isto é, quanto mais eficaz a solução do mercado), mais a sociedade de consumidores é segura e próspera. Todavia, simultaneamente, mais amplo e mais profundo é o hiato entre os que desejam e os que podem satisfazer os seus desejos, ou entre os que foram seduzidos e passam a agir do modo como essas condições os leva a agir e os que foram seduzidos mas se mostram impossibilitados de agir do modo como se espera agirem os seduzidos. A sedução do mercado é, simultaneamente, a grande igualadora e a grande divisora (...) Os que não podem agir em conformidade com os desejos induzidos dessa forma são diariamente regalados com o deslumbrante espetáculo dos que podem fazê-lo. O consumo abundante, é-lhes dito e mostrado, é a marca do sucesso e a estrada que conduz diretamente ao aplauso público e à fama. Eles também aprendem que possuir e consumir determinados objetos, e adotar certos estilos de vida, é a condição necessária para a felicidade, talvez até para a dignidade humana. (BAUMAN, 1998, p. 55-6)

Em relação ao metrosssexual, Garcia apresenta-nos uma síntese do tipo de consumo e do estilo de vida desse “novo homem”:

Aqui, marca-se o aparecimento do termo metrosssexual como uma designação fashion-mercadológica para um homem que

gasta mais de 30% de seu salário com cosméticos e roupas, freqüenta manicure/ pedicure, e adora um shopping. O conceito, assim, aplica-se a todo homem que vive nos grandes centros urbanos, ou bem perto, e faz questão de exibir um lado mais delicado, mas sem assumir, necessariamente, uma postura feminina. São homens de alto poder aquisitivo, cujos hábitos de consumo envolvem roupas de grife, carros luxuosos, cremes anti-rugas e tratamentos de beleza. Logo as empresas começaram a olhar com interesse para esse público. De cosméticos a veículos, de imóveis a refeições, há uma imensa indústria se movimentando para satisfazer os desejos desse pessoal de um varão [sic]. (GARCIA, 2004, p. 08)

Como é possível observar, o metrossexual é “o homem de novos hábitos de consumo”. Não nos parece que isso seja de fato uma revolução na construção do masculino. Parece mais uma revolução, dentre muitas, na manutenção do capitalismo, que acaba afetando a construção de gênero.

No entanto, não só a mídia, como também alguns trabalhos acadêmicos (poucos, é verdade) defendem o “fenômeno da metrossexualidade”, a partir da ideia de que esse “novo tipo de homem” se diferencia do homem tradicional, por ser mais sensível, compreensivo e humano, por exemplo. Acreditamos que isso também é um efeito ideológico, que tenta associar um diferenciado tipo de construção contemporânea de masculinidade, decorrente principalmente da “revolução” que o movimento feminista provocou, ao metrossexual, posição forjada nas agências de publicidade para fins muito específicos.

O metrossexual, compreendido como “identidade”, é um ideal jamais alcançado plenamente pelos sujeitos. Entretanto, é construído e mantido principalmente por segmentos da mídia, conforme já abordamos. Assim, testemunhamos a existência do metrossexual nos anúncios publicitários, nos comerciais de tevê, nas novelas, nos filmes etc. A seguir, mostramos um exemplo retirado de uma matéria sobre moda de uma revista masculina:

GUIA UM MALAS, COM ALÇA E ESTILO

MUITO ALÉM DO LAP TOP

NÃO DÁ PARA CARREGAR O MUNDO – CELULAR, NOTEBOOK, AGENDA – NUMA BOLSA QUALQUER. E NEM, COMO AINDA FAZEM ALGUNS, LEVAR QUASE TUDO (SÓ FALTA MESMO O NOTEBOOK) NOS BOLSOS DAS CALÇAS. RENDA-SE AO USO DAS MAXI BAGS (BOLSAS CHIQUES, ESTILOAS), COMPLEMENTOS QUE CONFEREM CHARME E AINDA TORNAM SUA VIDA MUITO MAIS PRÁTICA.



É PROIBIDO! Para salvá-lo da deselegância, caro leitor, nós afirmamos: é proibido andar por aí com os bolsos carregados, cheios a ponto de criar saliências onde não tem. Se esse é o seu caso, junte-se ao movimento: adesão às bolsas, já!



AO GOSTO DO FREGUES

De mão ou tiracolo (aquele modelo transversal), lisas ou estampadas – nas apresentações das coleções outono-inverno, as principais marcas masculinas incluíram bolsas em seus desfiles.

Fause Haten

PERGUNTE À GURU

"Por que a bolsa tiracolo tem esse nome?"

Marcelo Biral, de São Paulo Segundo o nosso amigo Aurélio, tiracolo é a corria que cinge o corpo, passando por cima de um ombro e por baixo do braço oposto. As bolsas que têm correias desse tipo, portanto, são chamadas de tiracolo – ou bolsas carteira, remetendo aos modelos usados pelos profissionais do Carreio.

Envie suas dúvidas:
danielle-ferraz@uol.com.br

Nessa matéria, há um chamado para que os homens se juntem ao movimento "adesão às bolsas, já!". Eles são convocados a se renderem ao uso de "bolsas chiques", o que conferiria charme e praticidade aos seus usuários.

Fica evidente, no texto, a tentativa de incorporar ao consumo masculino um item típico e historicamente associado ao feminino, pelo menos em nossa sociedade, as bolsas. Fica evidente, também, a tentativa de construir a ideia de um homem moderno para o usuário das “maxi bags”. Além disso, vale ressaltar que a revista é destinada ao público masculino heterossexual. Desse modo, esse “novo” usuário pode ser compreendido como um metrossexual contemporaneamente.

A aparição do metrossexual na mídia seduz muitos homens, principalmente nos grandes centros urbanos. Dentre os seduzidos, quanto maior seu poder aquisitivo de consumo, melhor sua atuação nessa posição. Quem verdadeiramente sai ganhando com isso é a lógica do Capitalismo. Segundo Garcia, “No Brasil, o setor de saúde e beleza masculina já operacionaliza bilhões por ano. De 1998 para cá, o crescimento do consumo desses produtos de beleza para homem anualmente subiu 17%.” (GARCIA, 2004, p. 12).

Os números no aumento de consumo de produtos de beleza por homens não significam necessariamente que houve aumento no surgimento de metrossexuais. Pode significar também que houve aumento no número de seduzidos por tal posição, mas que não conseguem cumprir com as exigências de consumo que ela impõe. Ou seja, quando um homem compra algum tipo de produto de beleza para o rosto não significa necessariamente que ele tenha capacidade de consumo ideal à capacidade de um metrossexual, mas pode indicar, dentre várias coisas, que ele deseja ser um metrossexual, embora consuma apenas o que sua condição sócio-econômica alcança.

Nesse sentido, a posição metrossexual é bastante opressora para o indivíduo que nela deseja se inscrever, porque pressupõe que ele possua, no mínimo, um poder aquisitivo referente ao que chamamos “classe média alta”. Os que não podem cumprir com tal exigência de consumo não consomem ou consomem no limite que não seria típico de um metrossexual.

Embora o metrossexual se defina a partir da rejeição da construção hegemônica do masculino, conforme já vimos, ele funciona, na sociedade, como uma idealização baseada em um reduzido grupo de homens de classes média alta e classe alta com hábitos comportamentais e de consumo

considerados novos que, juntamente com os “machos” endinheirados aos quais ele busca distinguir-se, opõem-se à maioria dos homens comuns, inferiorizados na “sociedade de consumidores” por não possuírem capacidade ideal de consumo.

O que o metrossexual atesta, na verdade, é a existência de um sujeito cada vez mais universal, o consumidor. O que o discurso das masculinidades, enquanto realidade particular, atesta, na verdade, é a existência de uma ideologia cada vez mais universal, a do multiculturalismo, ou seja, a forma de ideologia do capitalismo global.

Como “novo homem”, ou “homem do século XXI”, o metrossexual oculta o fato de que o sujeito já está “sem raízes”, de que sua posição verdadeira é o vazio da universalidade; um efeito disso é o fortalecimento do sujeito consumidor e o enfraquecimento do sujeito cidadão, aquele que possui responsabilidades não só consigo mesmo, mas também com o lugar em que vive.

Um bom exemplo do “desenraizamento” do sujeito é a tentativa de substituição do metrossexual pelo übersexual, anunciado pela publicidade como o novo homem do futuro. Além dele, há uma série de novas posições, todas completamente fluidas, como são o metrossexual e o ubersexual, na concepção de fluidez de Bauman (2001). Na reportagem a seguir, conferimos tais identidades:

O termo da hora, segundo elas [Marian Salzman, Amy O’Reilly e Ira Matathia], seria o “übersexual” – um tipo de homem que não fica mudando a cor do cabelo toda hora nem faz depilação. Ele tem estilo, mas não é um viciado em compras.

As autoras também listam outros rótulos menos conhecidos, como o metrogay (gay com características masculinas), o metrohétero (o contrário: heterossexual com ‘atitudes gays’, seja lá o que isso signifique), o emo-boy (extremamente sensível e vulnerável, como os atores Orlando Bloom e Jude Law), o snag (sensitive new-age-guy, um homem com bastante sensibilidade e que entende as mulheres), o new bloke (o super liberal, que acha que o homem e a mulher são iguais, caso dos atores Ewan McGregor e Hugh Grant)... (WAKABARA, 2009)

Ao contrário do metrossexual, uma posição de sujeito já historicizada e em processo de institucionalização, todas essas outras posições não passaram de “invenções” para a nossa memória. Todavia, é importante lembrar que contemporaneamente o fato de uma posição historicizar-se e institucionalizar-se não lhe garante nenhuma solidez, se considerarmos que vivemos em uma “modernidade líquida”, conforme nos aponta Bauman (2001).

Todas essas chamadas “novas identidades masculinas” - chamadas assim por segmentos da mídia e também por produções dos estudos das masculinidades - são retomadas no discurso fundacional das masculinidades, constituindo também o seu passado. Essas posições são interpretadas como formas de masculinidade, construindo o sentido de pluralidade do masculino. A construção de tais posições como algo “novo” é um importante efeito para o gesto fundacional do discurso das masculinidades.

3.6 RELAÇÕES DE SENTIDO

A análise que fizemos nesse capítulo nos remete para a existência de vários discursos, dentre eles o da diversidade sexual. Como em todo discurso, esse promove “processos de identificação do sujeito, de argumentação, de subjetivação, de construção da realidade etc” (ORLANDI, 2003a, p. 21). Na perspectiva discursiva, “as relações de linguagem são relações de sujeitos e de sentidos e seus efeitos são múltiplos e variados” (ibidem, p. 21). Por isso se compreende o discurso como “efeito de sentidos entre locutores” (ibidem, p. 21).

Dessa forma, o discurso da diversidade sexual, entendido como um discurso específico, constitui-se como uma teia de complexos e distintos processos, relacionados assimetricamente entre si por um mesmo saber, e que possuem finalidades distintas. Esse saber é o de considerar a sexualidade e o gênero em sua diversidade, ou seja, não como coisas singulares, e sim plurais. Assim, o discurso da diversidade sexual constrói uma realidade específica, a de abordar, produzir e propagar a sexualidade e o gênero em sua diversidade.

O efeito disso é o questionamento permanente de categorias hegemônicas e homogêneas de sexualidade e gênero. Além disso, parece ser uma exploração infinita dessas categorias, em que cada nova nomeação abre a possibilidade para o surgimento de outras, em um processo de (re)construção identitária marcado pela velocidade das reconfigurações das materialidades, incluindo aí o linguístico e o histórico, obviamente. Em outras palavras, o efeito disso é a fragmentação, multiplicando as posições de sujeito, mas reproduzindo a lógica de fixar processos identitários.

São muitas e distintas as práticas envolvidas no discurso da diversidade sexual, inscritas em diferentes formações discursivas e formações imaginárias. Alguns exemplos dessas práticas são as atividades dos movimentos sociais de defesa da diversidade sexual, hoje espalhados em todas as regiões do país; políticas públicas sobre a questão, em nível nacional, estadual e municipal; atividades de mercado em diversas áreas, como turismo, lazer e divertimento, beleza; a produção acadêmica etc.

Nessa perspectiva, o discurso da diversidade sexual constitui-se como unidade relacionando-se com outros discursos, como o discurso fundacional das masculinidades, por exemplo. Para Orlandi,

Segundo essa noção [relação de sentidos], não há discurso que não se relacione com outros. Em outras palavras, os sentidos resultam de relações: um discurso aponta para outros que o sustentam, assim como para dizeres futuros. Todo discurso é visto como um estado de um processo discursivo mais amplo, contínuo. Um dizer tem relação com outros dizeres realizados, imaginados ou possíveis. (ORLANDI, 2003a, p. 39)

Acreditamos que o discurso da diversidade sexual tenha surgido no movimento de gays, lésbicas e seus derivados. A partir daí, com a historicização do sintagma diversidade sexual, outros discursos passaram a dialogar com ele, como o discurso das masculinidades, já que de alguma forma pode retomar muitos de seus sentidos. Dessa forma, a relação entre esses discursos é “dialógica”, já que eles se remetem um ao outro.

O discurso da diversidade sexual, ao interpretar a sexualidade e o gênero como algo plural, através de seu funcionamento próprio, organizou e/ou produziu muitas das possibilidades de construção do masculino, que foram retomadas pelo próprio discurso das masculinidades. Em outras palavras, o discurso da diversidade sexual funcionou como algo que fala antes, em outro lugar, mas que retorna sob a forma de pré-construído no discurso das masculinidades, através do papel da memória discursiva. Assim, produzindo a interpretação do masculino como algo plural, o discurso das masculinidades filia-se a uma memória que sustenta a possibilidade de dizer que o homem pode ser: gay, bicha, travesti, bissexual, transexual, intersexual, simpatizante, aliado etc.

No entanto, é importante notar que todas as posições retomadas pelo discurso das masculinidades do discurso da diversidade sexual referem-se a possibilidades de construção alternativas à construção heterossexual, enquanto que o discurso das masculinidades inclui, além das formas que diferem da heterossexualidade, tanto formas consideradas novas do homem heterossexual (como o metrossexual, o übersexual e o tecnossexual, por exemplo), quanto à valorização de formas tradicionais (como retossexual), se pensarmos nas várias e distintas práticas discursivas do discurso das masculinidades, como as encontradas na publicidade, na mídia, nas artes, nas ciências sociais, nas políticas públicas etc. No fragmento de texto mostrado a seguir, retirado de um artigo dos estudos das masculinidades, observamos uma noção de diversidade sexual, entendida como diversidade de sexualidade e gênero, típica do discurso das masculinidades:

Tendo em vista as diversas masculinidades, buscamos entrevistar grupos empíricos nos quais pudéssemos encontrar a expressão da tal multiplicidade. Desta forma, participaram deste estudo 15 homens, sendo 5 identificados como homens tradicionais, 5 como homens metrossexuais e 5 como homens homossexuais.(...)

Utilizamos como critério de seleção dos participantes que o seu grupo de convivência os identificasse segundo as categorias anteriormente mencionadas. Nesse sentido, para o grupo tradicional, o critério foi que esses sujeitos expressavam, em seu discurso ou prática, preconceito em relação ao que fugia ao

modelo hegemônico de masculinidade, enquanto para os metrossexuais, o critério era justamente a vivência deste não enquadramento. Os homens homossexuais foram contatados através de uma rede de sujeitos conhecidos pelos pesquisadores. (grifo nosso) (BONOMO et al., 2008, p. 04)

Nessa perspectiva, entendemos que o sentido de diversidade sexual construído no discurso das masculinidades, de forma geral, refere-se à diversidade de sexualidades marginalizadas e de gêneros associados a elas, principalmente relacionada ao homem, sustentada no discurso da diversidade sexual, o que atesta o funcionamento parafrástico entre esses discursos, mas também refere-se à diversidade do exercício da heterossexualidade masculina, incorporando formas não convencionais, através da “bandeira de libertação do homem”, como também à própria diversidade que inclui a valorização do homem heterossexual tradicional. Tudo isso atesta o funcionamento polissêmico da linguagem.

Na valorização do homem heterossexual tradicional, é a valorização do macho que está em jogo, através de distintos funcionamentos. Acreditamos que podemos encontrar práticas discursivas nesse sentido em determinados segmentos da mídia, em que o público consumidor alvo é o homem tradicional, como também no senso comum. De qualquer forma, é necessário investigar melhor. No fragmento do texto jornalístico mostrado a seguir, é apresentada a posição “retrossexual”, como uma retomada do macho no mundo contemporâneo:

Criado na Inglaterra, o termo define um novo tipo de homem cujos padrões de consumo começam a chamar a atenção de marketeiros e publicitários. O retrossexual se opõe ao metrossexual. Este último é aquele camarada que perdeu a vergonha de ser vaidoso e tem no jogador David Beckham a sua mais completa tradução. O retrossexual está mais para Clint Eastwood em filme de Sergio Leone: ele se veste de maneira básica, é extremamente prático e racional na hora de fazer compras e de jeito nenhum encosta a barriga (ele tem barriga, sim, algum problema?!) no balcão do bar para pedir uma Smirnoff Ice. Ele vai é de uísque — duplo e sem gelo. Em suma, trata-se do velho macho. *A palavra retrossexual, aliás, vem de “retrô”. Ela indica uma volta ao passado, um resgate dos valores*

masculinos tradicionais. No fundo, é a grande massa de consumidores homens. Só que até agora essa categoria não havia sido, digamos, catalogada. O instituto francês de pesquisas Ipsos acaba de concluir um estudo mundial sobre tendências de consumo no qual já aparece o retrossexual. “O conceito do metrossexual não foi algo natural. A indústria o empurrou de cima para baixo a fim de aumentar as vendas aos homens. O retrossexual surge como uma resposta espontânea a isso e como mais uma tentativa do homem de encontrar lugar num mundo cada vez mais feminino.” Seja como for, o que não falta é quem lucre com os verdadeiros machões. (grifos nossos) (CRUZ, 2009)

Como vimos, a apresentação do retrossexual como um retorno ao macho é feita a partir do discurso das masculinidades, ou seja, a partir de uma realidade em que o masculino é interpretado como algo plural. No fragmento, o retrossexual é oposto ao metrossexual; é uma categoria que até agora não havia sido catalogada, o que nos faz pensar em uma diversidade de categorias “já catalogadas”. Além disso, o “retrossexual” surge como um “resgate” de uma forma masculina em um mundo fragmentado e multifacetado, inclusive em relação às masculinidades. Em síntese, o macho no discurso das masculinidades é uma forma dentre outras. No caso do retrossexual, o macho é a forma valorizada diante de outras. Mas, ainda assim, a noção de masculinidades existe, e isso não é pouca coisa, embora reproduza valores tradicionais e combatidos: isso pode possibilitar outras formas de pensar e, conseqüentemente, de agir, mesmo reproduzindo a lógica de fixação de “processos identitários”.

3.7 CONCLUSÃO

Consideramos que todas as práticas analisadas nesse capítulo foram, em certa medida, capturadas ou produzidas por relações de poder ancoradas na ideologia do multiculturalismo, que coloniza diversos estilos e modos de vida. No discurso fundacional das masculinidades, tais práticas são construídas como seu passado. Dessa forma, as posições de sujeito produzidas nelas são

ressignificadas no discurso das masculinidades como formas do masculino, ou seja, como masculinidades. Todavia, depois que o discurso das masculinidades se estabelece, parece que todas essas posições sempre pertenceram a ele, a ponto de acharmos que surgiram nele mesmo. No entanto, isso é, na verdade, mais um efeito de sentidos.

Essas práticas que constituem o passado do discurso das masculinidades não são todas as práticas que abordaram “outras” possibilidades do masculino, divergentes da masculinidade considerada tradicional. Assim, o passado desse discurso é uma construção, um recorte na história, produzidos por um discurso fundacional que apaga sentidos, com a finalidade de apresentar-se como um discurso fundador. Talvez seja por isso que todas elas possuem em comum a contemporaneidade, elemento pertinente para caracterizar uma “ruptura” e a instalação do “novo”. Nesse sentido, o discurso das masculinidades recorta um passado e com ele explica a gênese da entrada do masculino para a história como um fragmentado modo ou estilo de vida, passível de colonização, permitindo construir a ideia de fundação.

É importante ressaltar que o discurso das masculinidades não se filia apenas aos discursos que apresentamos nesse capítulo como constituintes de seu passado. Também se filia a outros discursos, como o dos estudos de gênero e do movimento feminista, por exemplo, que são interpretados pelos estudos das masculinidades como práticas importantes para sua construção. No entanto, embora todos eles dialoguem com o discurso das masculinidades como algo que já foi dito e que retorna em outro lugar, de outro modo, os discursos recortados como seu passado possuem em comum o fato de produzirem posições que são ressignificadas no discurso das masculinidades como tipos do masculino, conforme já abordamos.

Como vimos, são os efeitos de enunciados dos estudos das masculinidades que produzem um discurso fundacional das masculinidades, produzindo a significação de uma nova realidade, historicizando um nome que pudesse ser referido a ela e construindo uma forma de pensar o masculino que se apresenta como “nova”. Nessa perspectiva, os estudos das masculinidades é um acontecimento, instaurando um presente, um passado e uma futuridade a respeito das masculinidades.

4. DISCURSO DAS MASCULINIDADES E POLÍTICAS

PÚBLICAS:

efeitos de sentido, sustentação, silenciamento e apagamento

*Homem não chora
Nem por dor
Nem por amor
E antes que eu me esqueça
Nunca me passou pela cabeça
Lhe pedir perdão
E só porque eu estou aqui
Ajoelhado no chão
Com o coração na mão
Não quer dizer
Que tudo mudou
Que o tempo parou
Que você ganhou*

*Meu rosto vermelho e molhado
É só dos olhos pra fora
Todo mundo sabe
Que homem não chora
Esse meu rosto vermelho e molhado
É só dos olhos pra fora
Todo mundo sabe
Que homem não chora*

*Homem não chora
Nem por ter
Nem por perder
Lágrimas são água
Caem do meu queixo
E secam sem tocar o chão
E só porque você me viu
Cair em contradição
Dormindo em sua mão
Não vai fazer
A chuva passar
O mundo ficar
No mesmo lugar
(...)*

(FREJAT e ALVIN L. *Homem não chora*, 2009)

4.1 INTRODUÇÃO

No Brasil, as políticas públicas que abordam a questão das masculinidades surgiram no final da década de 1990 e início da década de 2000, ou seja, ao mesmo tempo ou pouco tempo depois do surgimento dos estudos das masculinidades no país. Elas enfocam predominantemente questões relacionadas à violência praticada por homens, aos direitos sexuais e reprodutivos, à saúde dos homens e à diversidade de gênero. São desenvolvidas por órgãos governamentais municipais, estaduais, nacionais, como também por outras instituições, como universidades, ONGs etc. O mais comum, no entanto, é que as políticas públicas sejam planejadas por ONGs ou universidades e recebam o apoio do poder público estatal. Tais políticas públicas filiam-se aos estudos das masculinidades, conforme abordaremos nesse capítulo.

Abordaremos também políticas públicas com temáticas que possibilitariam a inclusão de uma consideração sobre as masculinidades, mas ou se omitiram a respeito do assunto, ou não discutiram explicitamente o tema. Essa abordagem visa considerar relações de poder que sustentam, silenciam ou apagam práticas específicas do discurso fundacional das masculinidades.

Em resumo, abordaremos as masculinidades em políticas públicas por meio de três categorias analíticas produzidas para este fim: presença, ausência e presença-ausência. Através de tais categorias, analisaremos o funcionamento discursivo dessas práticas, conforme apresentaremos a seguir.

4.2 MASCULINIDADES E POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL: presença

Para analisar as políticas públicas sobre as masculinidades como uma prática do discurso das masculinidades, recortamos os seguintes trechos:

- 1) O Projeto Masculinidades e Cidadania faz parte de uma tentativa de ação integrada da Prefeitura Municipal de Diadema, que consiste em concentrar investimentos em serviços, obras, programas, projetos, monitoramento e avaliação das políticas públicas nas áreas mais violentas e carentes da cidade. (...)
(...) As principais metas do Projeto referem-se à elaboração de uma política pública que atenda às necessidades específicas da população masculina, realizando com os homens a discussão sobre os modelos de masculinidades prevalentes na sociedade e sua relação com o uso da violência para a solução de conflitos, principalmente de gênero.(...) (MATTOS e CHENG, 2008, p. 10)

- 2) O Núcleo de Saúde Reprodutiva e Trabalho Feminino da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro está voltado para o desenvolvimento de atividades de extensão, ensino e pesquisa, relacionadas às áreas temáticas de saúde reprodutiva, sexualidade, direitos sexuais e reprodutivos e trabalho feminino. O tema da paternidade ganha destaque nas ações do Núcleo pela compreensão de que a discussão acerca das masculinidades integra a saúde reprodutiva. Tais temas são enfocados segundo uma concepção que considera que as relações entre homens e mulheres são reguladas pelas relações sociais de gênero. (SILVA et al., 2008).

- 3) Fundado em 1997, o Instituto PAPAI é uma ONG feminista, sediada em Recife (Nordeste do Brasil), que desenvolve ações educativas, informativas e políticas junto a homens e jovens em situação de pobreza, bem como estudos e pesquisas sobre gênero e masculinidades, a partir da perspectiva feminista e de gênero, na interface entre Psicologia Social, Ciências Sociais e Saúde Pública. Nosso objetivo principal é contribuir para a desconstrução da cultura machista. Para isso:
(...)
2) buscamos construir conhecimento e intervir na formulação e monitoramento de políticas públicas (especialmente em instâncias de

controle social, a partir de ações em rede); (INSTITUTO PAPAI, 2008)

O fragmento 1 foi retirado do texto do Projeto “Masculinidades e Cidadania” (MATTOS e CHENG, 2008), implementado em Diadema/SP em 2004. Segundo suas autoras ele é resultado de uma parceria da Prefeitura Municipal de Diadema com a organização não governamental “Centro de Estudos para a Saúde” (CES), e articula a participação de várias secretarias municipais para sua execução, como a de Assistência Social, de Defesa Social e de Educação. Para elas, “O Projeto objetiva a diminuição dos índices de violência e a construção de novos referenciais, para que homens (...) possam estabelecer relações sociais baseadas na equidade de gêneros.” (ibidem, p. 10) No projeto, há dois grupos de homens – um com jovens e outro com adultos – que se reúnem para discutir questões relacionadas à saúde, trabalho, desemprego, violência e relações conjugais.

O fragmento 2 foi retirado do texto do Projeto “Paternidade e Políticas Públicas: o papel da extensão na viabilização dos direitos reprodutivos” (SILVA et al., 2008). Esse projeto pareceu-nos confuso, sem coerência acerca do que ele realmente pretendia. Em seu resumo, suas autoras citam que “o objetivo é socializar as ações extensionistas, intersetoriais, sobre a promoção do cuidado paterno, desenvolvidas pelo Núcleo [Núcleo de Saúde Reprodutiva e Trabalho Feminino da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro], em parceria com a Macrofunção Vida da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro [grupo de trabalho do qual fazem parte variadas secretarias, institutos municipais, organizações não governamentais e universidades], desde 2002.” Em muitos momentos, entretanto, o projeto mais pareceu um boletim informativo das atividades do núcleo.

O fragmento 3 foi retirado do texto de apresentação da organização não governamental Instituto PAPAI, do site do próprio Instituto. Fundado em janeiro de 1997 e sediado em Recife/PE, o Instituto é pioneiro na América Latina em ações de apoio ao pai jovem e adolescente, no que diz respeito a questões relacionadas à “saúde reprodutiva/ saúde integral”. Hoje o Instituto “desenvolve ações educativas, informativas e políticas junto a homens e jovens em situação

de pobreza, bem como estudos e pesquisas sobre gênero e masculinidades, a partir da perspectiva feminista e de gênero, na interface entre Psicologia Social, Ciências Sociais e Saúde Pública.” (INSTITUTO PAPAI, 2008)

Em geral, compreendemos que o sentido de políticas públicas que circula nos textos desses fragmentos destacados é de um conjunto de ações institucionais planejadas por um determinado órgão, com a finalidade de transformar realidades consideradas com problemas, normalmente através da iniciativa ou do apoio tanto do poder público governamental em todos os seus níveis, como também do privado.

Nessas políticas, o próprio termo masculinidades parece referir-se predominantemente ao homem, como nos mostram os seguintes fragmentos de texto:

As principais metas do Projeto referem-se à elaboração de uma política pública que atenda às necessidades específicas da população masculina, realizando com os homens a discussão sobre os modelos de masculinidades prevalentes na sociedade e sua relação com o uso da violência para a solução de conflitos, principalmente de gênero (...) (fragmento 1)

O tema da paternidade ganha destaque nas ações do Núcleo pela compreensão de que a discussão acerca das masculinidades integra a saúde reprodutiva. Tais temas são enfocados segundo uma concepção que considera que as relações entre homens e mulheres são reguladas pelas relações sociais de gênero. (fragmento 2)

Fundado em 1997, o Instituto PAPAI é uma ONG feminista, sediada em Recife (Nordeste do Brasil), que desenvolve ações educativas, informativas e políticas junto a homens e jovens em situação de pobreza, bem como estudos e pesquisas sobre gênero e masculinidades, a partir da perspectiva feminista e de gênero, na interface entre Psicologia Social, Ciências Sociais e Saúde Pública.(fragmento 3)

Já nos estudos das masculinidades, o vocábulo normalmente se refere a uma construção simbólica e/ou imaginária baseada em atributos considerados masculinos, mas podendo ser uma construção tanto da mulher quanto do homem, embora seja muito mais recorrente a este último. No artigo “DE CANHÃO A CARTOLA: meandros de um itinerário emblemático (Carlota Pereira de Queiroz, 1892-1982)” (SCHPUN, In: SCHPUN, 2004), por exemplo, a autora analisa a problemática das percepções sociais do masculino e do feminino, a partir da história de Carlota Pereira de Queiroz, “primeira deputada federal do Brasil (1933-1937) e uma das primeiras mulheres a exercer a medicina no país” (ibidem, p. 203):

- 4) O entrevistado citado anteriormente utilizou, não gratuitamente, os termos “atrativos físicos” para designar as características físicas que comporiam, na mulher, os traços da beleza. Estes promoveriam a coincidência entre a mulher, enquanto ser social, e a sua natureza feminina, tendente a desenvolvê-los, revelá-los, sublinhá-los ou, no pior dos casos, buscá-los. Somente aquelas que não os possuem de modo algum consolar-se-iam ocupando espaços que não lhes são próprios, masculinizando-se. Pois masculinizar-se, para uma mulher, significa enfear-se ou, ao menos deixar-se ficar feia. Referindo-se de modo mais brando à questão – e falando de si mesma –, Carlota explica que atravessar fronteiras, entrando num campo profissional quase totalmente proibido às mulheres, se não implica feiúra, requer apagamento. Ela veste-se e apresenta-se de modo sóbrio, evitando que eventuais “atrativos físicos” lembrem seus colegas estudantes, quase exclusivamente homens, e seus mestres, exclusivamente homens, que uma presença feminina se impõe. Pois além de sentir-se numa ação “pecaminosa”, como prefere afirmar, ela paga caro essa aparição, preferindo diluir o quanto possível a diferença e o contraste – antes de mais nada físicos, corpóreos – que introduz, com seu corpo, nesses espaços. Neutralizar-se é então (também) masculinizar-se. (ibidem, p. 208-9)

Nesse fragmento, retirado de um artigo que compõe a coletânea *Masculinidades*, há referências à mulher “masculinizando-se”, à ação da mulher de ingressar no universo tradicionalmente considerado masculino, ou seja, de “masculinizar-se”. É uma abordagem sobre as masculinidades na construção não de um homem, mas de uma mulher.

Além disso, enquanto nos estudos das masculinidades existe uma atuação pela legitimação da multiplicidade do masculino (um processo no qual somos convocados a considerar uma nova realidade, caracterizando o discurso fundacional das masculinidades, conforme abordamos no capítulo 2), nas políticas públicas acerca do masculino parece que as masculinidades são abordadas como algo já legitimado, como uma realidade já existente, embora ainda distante de muitos sujeitos, conforme nos apontam os seguintes recortes:

(...) realizando com os homens a discussão sobre os modelos de masculinidades prevalentes na sociedade(...) (fragmento 1)

O tema da paternidade ganha destaque nas ações do Núcleo pela compreensão de que a discussão acerca das masculinidades integra a saúde reprodutiva. (fragmento 2)

(...) que desenvolve ações educativas, informativas e políticas junto a homens e jovens em situação de pobreza, bem como estudos e pesquisas sobre gênero e masculinidades (...) (fragmento 3)

Desse modo, enquanto que nos estudos das masculinidades encontramos um discurso fundacional, em que ocorre a introdução de um “novo” significante na história, nessas políticas públicas encontramos um discurso de reprodução e resignificação ao mesmo tempo. Em outras palavras, quando as políticas públicas falam em masculinidades, algo já havia sido dito, em outro lugar, sobre o assunto. Isso que já havia sido dito sustenta novas formas do dizer, através do papel da memória. Conforme já abordamos, o significante “masculinidades”, no plural, usado nos textos relacionados às

políticas públicas sobre o assunto, vem dos estudos das masculinidades, já que foram eles que institucionalizaram a palavra. Contra a noção de uma construção masculina considerada “una, monolítica, ou a-histórica”, os estudos das masculinidades apontam para uma realidade da pluralidade masculina, ou seja, das masculinidades.

Nessa perspectiva, se os estudos das masculinidades se configuram como o presente do discurso fundacional das masculinidades, recortando um passado e instaurando uma futuridade, as políticas públicas a respeito do masculino se constituem como essa futuridade, enquanto possibilidades de dizer sobre o masculino sustentadas no acontecimento desse discurso fundacional, mas ao mesmo tempo reelaborando as formas do dizer sobre o assunto.

A temporalidade do acontecimento constitui o seu presente e um depois que abre o lugar dos sentidos, e um passado que não é lembrança ou recordação pessoal de fatos anteriores. O passado é, no acontecimento, rememoração de enunciações, ou seja, se dá como parte de uma nova temporalização, tal como a latência de futuro. É nesta medida que o acontecimento é diferença na sua própria ordem: o acontecimento é sempre uma nova temporalização, um novo espaço de conviviabilidade de tempos, sem a qual não há sentido, não há acontecimento de linguagem, não há enunciação. (GUIMARÃES, 2005, p. 12)

Além disso, os estudos das masculinidades produzem um discurso a partir do qual outros discursos e outros autores podem colocar-se a partir dele, fazendo com que seus enunciados reverberem e se propaguem.

Tudo isso nos encaminha para a percepção de distintas condições de produção, em que o significante masculinidades parece significar “a mesma coisa”, mas na verdade se inscreve em discursividades diferenciadas, conforme já abordamos e ilustraremos a seguir:

Masculinidades



estudos das masculinidades

políticas públicas acerca das
masculinidades

condições de produção 1

condições de produção 2

O trabalho de resignificação do significante masculinidades feito pelas políticas públicas é explicado pela distinta condição de produção dessas políticas em relação aos estudos das masculinidades, como apresentamos no gráfico anterior.

A partir da compreensão de que as condições de produção incluem tanto um contexto imediato, quanto um contexto sócio-histórico, ideológico, consideramos que os estudos das masculinidades são produzidos sob as condições do que é uma produção acadêmico-científica, ou seja, tendem a ser o mais abrangente e generalizante possível, o que também nos explica a sua enorme diversidade de abordagens acerca do masculino. Além disso, são marcados ideologicamente pelo seu gesto fundacional, ou seja, pela aparência em inaugurar uma nova abordagem no país, através da transplantação do assunto de território estadunidense e europeu para o território local, sem, entretanto, deixar de atentar para as especificidades do Brasil.

Por outro lado, as políticas públicas sobre as masculinidades são produzidas obviamente sob as condições do que é uma política pública, ou seja, em busca de desenvolver questões que, embora apresentem problemas para a sociedade, ainda não foram devidamente consideradas por ações sócio-governamentais. Nesse sentido, as políticas públicas “tendem” a ser mais específicas em suas abordagens. No caso dessas políticas sobre as masculinidades, como já abordamos, elas enfocam predominantemente questões relacionadas à violência praticada por homens, aos direitos sexuais e reprodutivos, à saúde dos homens, e à relação desses temas com a diversidade de gênero. Para isso, normalmente se baseiam em estatísticas a respeito do assunto. Segundo o IBGE:

O total de causas externas (que, além de homicídios, inclui também acidentes, suicídios e outras causas não naturais) provocou no país cerca de 2 milhões de mortes de 1980 a 2000 — o equivalente à população de Brasília. Em 82,2% dos casos (1,7 milhões), as vítimas foram homens. Em 2000, as causas externas foram a segunda maior causa de morte no país (14,5% do total de mortes), junto com as neoplasias malignas (14,9%). Na distribuição dos tipos de causas externas, os homicídios vêm aumentando sua participação, enquanto a dos acidentes de trânsito vem caindo. Entre 1991 e 2000, a proporção de mortes por acidentes de transporte, no total de causas externas, caiu 10,4%, passando a 25% do total, enquanto a de homicídios cresceu 27,2% e chegou a 38,3% do total.

Nos óbitos masculinos, a participação das mortes por causas externas aumentou de 13% para 18% do total, entre 1980 e 2000. Já entre as mulheres, a proporção caiu ligeiramente entre 1990 e 2000, de 5,26% para 4,78%. A faixa de 15 a 39 anos representa 59% das pessoas que morrem por esse tipo de causa, sendo 27% apenas o grupo de 15 a 24 anos. Nesta faixa mais jovem, 78,5% das mortes ocorrem por causas externas. (SÍNTESE DE INDICADORES SOCIAIS, 2010)

Nessa estatística, há dados que podem legitimar, por exemplo, o desenvolvimento de políticas públicas acerca de questões relacionadas à violência envolvendo homens, como homicídios e suicídios, e à ausência de cuidado do homem com seu próprio corpo, como nos casos de acidentes, que de 1980 a 2000 provocaram a morte de 1,7 milhões deles, ou seja, 82,2% do total.

Além disso, essas políticas públicas buscam fundamentação e legitimidade a respeito das masculinidades inclusive nos próprios estudos das masculinidades, conforme é possível observar nas referências bibliográficas dos projetos de tais políticas.

Dessa forma, notamos a naturalização do próprio termo masculinidades como um efeito de sentidos dessas políticas públicas. Se atentarmos para o fato de que nos estudos das masculinidades somos convocados a considerar que a masculinidade não é unitária, mas sim plural, apagando do passado deslocamentos que existiram de uma masculinidade considerada padrão, nas políticas públicas sobre a questão os diferentes tipos de masculino já são tratados como uma evidência.

A relação entre estudos das masculinidades e políticas públicas acerca do assunto nos aponta para a compreensão de efeitos de sentido daqueles sobre estas, como vimos, embora existam outros efeitos para o surgimento e desenvolvimento de tais políticas públicas, se considerarmos a história das três últimas décadas no nosso país, principalmente. Isso nos mostra uma relação entre a ciência (no caso dos estudos das masculinidades, uma disciplina acadêmica) e esferas do poder público governamental, privado e não governamental. Como se sabe, a produção científica assume um papel relevante na produção, propagação, consolidação e/ou manutenção de realidades, já que ela funciona como um território de “descobertas” que fundamentam e sustentam, por exemplo, ações políticas de diversas ordens, inclusive do poder público governamental. Isso acontece pelo valor simbólico da ciência em nossa sociedade, conforme nos mostra “a história das ciências”, por exemplo.

Mesmo sabendo da existência de várias filiações para o surgimento dessas políticas públicas, é interessante observar que elas se sustentam no tecido do discurso fundacional das masculinidades e, portanto, na própria rede do multiculturalismo, que inclusive legitima a própria existência de políticas públicas.

Nessa perspectiva, há questões pertinentes que aparecem nas políticas públicas sobre as masculinidades. Uma delas é a questão do sujeito. Outra é a questão da diferença sexual. A questão do multiculturalismo aparece como a ideologia que sustenta o funcionamento do discurso das masculinidades, e, portanto, o funcionamento de suas práticas.

Sobre a questão do sujeito, cabe-nos perguntar de quais masculinidades se tratam nessas políticas públicas. Parece-nos que, em geral, elas dirigem-se a homens considerados tradicionais no discurso das masculinidades, para atuarem no sentido de possibilitar reflexão e transformação desses homens, a ponto de eles reconhecerem aspectos nocivos de sua construção masculina, como práticas de violência e descuidos com sua própria saúde, para incorporarem “novos” modelos de exercício do masculino. A historicização desses “novos” modelos é um efeito do discurso das masculinidades, que acabou criando uma verdadeira grade de possibilidades de construções

“identitárias” do masculino. Aqui, afirmamos mais uma vez: jamais a diversidade de “identidades” será correlativa à diversidade de sujeitos, embora uma escuta das práticas desses sujeitos possa contribuir efetivamente para a construção de outras posições.

Já sobre a questão da diferença sexual, ela é o real de um simbólico produzido pelo poder dominante, mas reproduzido nas próprias tentativas de subversão desse simbólico, inclusive por essas políticas públicas. Nesse sentido, algo sempre está fadado a falhar nas consideradas “identidades” de gênero.

Embora tenhamos abordado a existência de políticas públicas relacionadas às masculinidades e de alguma forma vinculadas ao poder estatal no Brasil, em todas as suas esferas, obviamente elas também inexistem em muitas instâncias desse mesmo poder, conforme veremos a seguir.

4.3 MASCULINIDADES E POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL: ausência

Uma das áreas no Brasil que nos chama a atenção pela ausência de políticas públicas acerca das masculinidades é a educação pública básica, ou seja, a que compreende o ensino fundamental e médio, até mesmo porque já existem publicações no país de pesquisas de caráter interdisciplinar, que põem em diálogo os estudos das masculinidades e essa área.

Um exemplo dessa ausência são os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), documento nacional de ensino cuja finalidade é orientar a educação básica no país. Consideramos os PCN como uma ação de política pública porque eles se constituem como um documento resultado de um conjunto de ações institucionais planejadas pelo Governo Federal, com a finalidade de transformar a realidade do ensino básico no Brasil, na tentativa de atualizá-lo a paradigmas contemporâneos de ensino, através da iniciativa do poder público governamental e da participação de professores e pesquisadores das universidades brasileiras.

Nos PCN, publicados em 2001, há um volume dedicado a Temas Transversais, que possui duas seções em que o tema das masculinidades poderia ser explorado “explicitamente”, mas não é: Pluralidade Cultural e Orientação Sexual.

Agora analisaremos a seção Pluralidade Cultural dos Parâmetros Curriculares Nacionais, no volume Temas Transversais destinado ao 3º. e 4º. ciclos do ensino fundamental. Essa seção possui duas partes.

Na primeira parte, podemos afirmar que a temática da diversidade cultural é abordada a partir de duas perspectivas: uma global e outra particular. Na primeira, faz-se referência a formas muito abrangentes como, por exemplo, etnias, raças, culturas, grupos sociais, indivíduos, de modo, obviamente, a não se focar especificamente nenhuma delas. Nessa perspectiva, todos os mundos da vida culturais poderiam ser contemplados, inclusive as masculinidades. Isso faz parecer que o documento é plenamente democrático, à medida que nenhum desses mundos ficaria de fora. Entretanto, uma abordagem sobre todos, na verdade, é muito abstrata. É na particularização que concretamente se constroem sentidos para a temática da pluralidade cultural. Observemos enunciações dessa primeira perspectiva:

- 5) A temática da Pluralidade Cultural diz respeito ao conhecimento e à valorização de características étnicas e culturais dos diferentes grupos sociais que convivem no território nacional, às desigualdades socioeconômicas e à crítica às relações sociais discriminatórias e excludentes que permeiam a sociedade brasileira, oferecendo ao aluno a possibilidade de conhecer o Brasil como um país complexo, multifacetado e algumas vezes paradoxal. (PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS, 2001, p. 121)
- 6) Na relação do país consigo mesmo, é comum prevalecerem vários estereótipos, tanto regionais como em relação a grupos étnicos, sociais e culturais. (ibidem, p. 122)

- 7) Mesmo em regiões onde não se apresente uma diversidade cultural tão acentuada, o conhecimento dessa característica plural do Brasil é extremamente relevante. Ao permitir o conhecimento mútuo entre regiões, grupos e indivíduos, ele forma a criança, o adolescente e o jovem para a responsabilidade social de cidadão, consolidando o espírito democrático. (ibidem, p. 123)

- 8) Entretanto, pouquíssimo se discutiu sobre uma proposta que falasse do Brasil como um todo, em sua complexidade cultural, das relações que se estabelecem entre diferentes culturas que convivem neste território. (ibidem, p. 124)

- 9) O tema Pluralidade Cultural oferece aos alunos oportunidades de conhecimento de suas origens como brasileiros e como participantes de grupos culturais específicos. Ao valorizar as diversas culturas presentes no Brasil, propicia ao aluno a compreensão de seu próprio valor, promovendo sua auto-estima como ser humano pleno de dignidade, cooperando na formação de autodefesas a expectativas indevidas que lhe poderiam ser prejudiciais. (ibidem, p. 137)

Como vimos, há referência a:

- * [as] características étnicas e culturais (existência de etnia e cultura)
- * [os] grupos e indivíduos [do Brasil]
- * [os] grupos étnicos, sociais e culturais [específicos] [que convivem no território nacional]
- * [as] diferentes culturas [presentes no Brasil]

São formas “vazias” e “abstratas” como essas destacadas que fazem funcionar a perspectiva global, já que se referem sempre a uma totalidade que precisa ser particularizada para se tornar concreta. Desse modo, considerando

que, para a Análise do Discurso, o sentido “não existe em si mas é determinado pelas posições ideológicas colocadas em jogo no processo sócio-histórico em que as palavras são produzidas” (ORLANDI, 2003a, p. 42), podemos perguntar de quais mundos da vida culturais essas enunciações estão tratando ao se referirem a todos(as), ou seja, a todos os grupos e indivíduos e a todas as “etnias” e “culturas” presentes no território nacional, à medida que dialogam com uma perspectiva que particulariza, conforme se vê no fragmento a seguir:

10) *Convivem hoje no território nacional cerca de 210 etnias indígenas, cada uma com identidade própria e representando riquíssima diversidade sociocultural, junto a uma imensa população formada pelos descendentes dos povos africanos e um grupo numeroso de imigrantes e descendentes de povos de vários continentes, com diferentes tradições culturais e religiosas. A dificuldade para categorizar os grupos que vieram para o Brasil e formaram sua população é indicativo da diversidade, seja o recorte continental, ou regional, nacional, religioso, cultural, lingüístico, racial/étnico. Portugueses, espanhóis, ingleses, franceses, italianos, japoneses, chineses, coreanos, ciganos, latino-americanos, católicos, evangélicos, batistas, budistas, judeus, muçulmanos, tradições africanas, situam-se entre outras inumeráveis categorias de identificação. Além disso, um mesmo indivíduo pode vincular-se a diferentes grupos ao mesmo tempo, reportando-se a cada um deles com igual sentido de pertinência. (grifos nossos) (PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS, 2001, p. 125)*

Logo, a diversidade cultural do Brasil tratada nessa 1ª parte do documento é a que se refere à multiplicidade étnica/racial e seus aspectos: religião, língua e cultura (acreditamos que no sentido folclórico, ou seja, apenas ressaltando aquilo que é encantador ao “outro”). Embora exista referência às diferenças regionais, essas são provenientes da configuração que as regiões possuem a partir de influências de diferentes etnias e raças. Desse modo, essa

primeira parte silencia saberes discursivos referentes a gênero, sexualidade e aspectos geracionais, por exemplo. Nesse sentido, a questão das masculinidades é silenciada.

O conceito de silêncio, em nossa perspectiva, recobre uma região teoricamente diferente da do implícito.

O implícito é o não-dito que se define em relação ao dizer. O silêncio, ao contrário, não é o não-dito que sustenta o dizer mas é aquilo que é apagado, colocado de lado, excluído.

Se tomamos o conceito de formações discursivas como referência, podemos dizer que o silêncio trabalha os limites das diferentes formações discursivas, isto é, trabalha o jogo da contradição de sentidos e da identificação do sujeito.

Por outro lado, dada a incompletude constitutiva de todo discurso, ele joga também na configuração da unidade textual, significando aquilo que é preciso não dizer para que o texto se feche e, em consequência, seja coerente, não-contraditório, capaz de unidade, de progressão em uma direção dada, tendo consequências discursivas conformes. (ORLANDI, 2007, p. 102-3)

Talvez o conceito de memória nos faça entender ainda melhor tal silenciamento. A memória discursiva, ou interdiscurso, é “o saber discursivo que torna possível todo dizer e que retorna sob a forma do pré-construído, o já-dito que está na base do dizível, sustentando cada tomada da palavra” (ORLANDI, 2003a, p. 31). Como sabemos que há contemporaneamente uma memória discursiva que abarca todos esses mundos da vida culturais que citamos anteriormente, o que se mantém dessa memória na primeira parte do documento são os dizeres sobre a multiplicidade étnica/racial, ao passo que outras diversidades permanecem no território do não dito.

Mas qual é o sentido desse silêncio? A nossa interpretação é a de que essa primeira parte do documento, antes mesmo de ser uma abordagem sobre a pluralidade cultural, já é um texto de defesa dos movimentos étnicos no Brasil. Nesse sentido, há um silenciamento político (ORLANDI, 2007). O efeito disso é o apagamento de outras posições, incluindo aí os gêneros, como formas de sujeitos da diversidade cultural. No volume dos Temas Transversais, é na seção Orientação Sexual que tais posições serão abordadas de forma mais consistente.

Essa primeira parte da seção Pluralidade Cultural dos PCN que estamos abordando pretende ser um projeto que funcione como base para a segunda parte, o desenvolvimento de uma referência de conteúdos a serem trabalhados em sala de aula. Veremos, agora, a abordagem da temática da diversidade cultural nessa outra parte e a relação entre as duas no que se refere a essa questão.

4.3.1 Pluralidade Cultural – 2ª parte

Na última página da 1ª parte da seção Pluralidade Cultural dos PCN, no volume Temas Transversais destinado ao 3º e 4º ciclos, aparece em um dos objetivos gerais para o ensino fundamental uma referência ao sexo. Entretanto, é na 2ª parte, que mantém a perspectiva global e particular na abordagem da pluralidade cultural, que os sentidos dessa temática de fato são ampliados, abrangendo também questões relacionadas a gênero, sexo, e a aspectos geracionais e profissionais, por exemplo. Todavia, mais uma vez cabe perguntarmos a quais mundos da vida culturais o documento está se referindo, agora em relação a essa última parte, que apresenta diferenças no tratamento do tema em comparação à primeira. O recorte a seguir nos indica algo sobre isso:

- 11)(...) o que se apresenta aqui é uma referência que incorpora avanços do conhecimento no tema, reivindicações antigas de movimentos sociais vinculados à temática racial/étnica, divulgação de direitos civis, sociais e culturais estabelecidos na Constituição Federal (...) (PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS, 2001, p. 148)

Trata-se, portanto, de modos de vida culturais que buscaram ser significados positivamente, a partir da segunda metade do século XX, pela ciência, pela política e pelo direito. Daí a importância dessas três regiões de

produção de saber, que constituem diferentes áreas de poder na ideologia do multiculturalismo.

Todavia, embora se fale de gênero e sexo no documento, as masculinidades continuam silenciadas nessa 2ª parte, conforme nos apontam os seguintes fragmentos:

12) Nas responsabilidades familiares é básico o atendimento às necessidades da criança e do adolescente; o cuidado com os idosos; *a compreensão da igualdade de direitos e deveres entre homens e mulheres (...)* (grifo nosso) (ibidem, p. 149)

13) Pela abordagem aberta da Pluralidade Cultural, pode-se tratar de especificidades étnicas e de gênero, abrindo a possibilidade de *entrelaçamentos com Saúde e Orientação Sexual, oferecendo ao aluno conteúdos referentes aos direitos reprodutivos, assim como da urgência de melhoria da oferta do atendimento de serviços de saúde da mulher.* (grifo nosso) (ibidem, p. 164)

Parece-nos que gênero, nessa segunda parte, é interpretado como uma dicotomia entre masculino e feminino, a partir da consideração da distinção sexual, ou seja, da distinção entre homem e mulher. Isso parece confirmar-se inclusive por meio do sentido de grupo social presente na seção Pluralidade Cultural, tanto em sua 1ª parte quanto na 2ª. Nessa seção, o sentido de grupo social inclui a noção de homogeneização. Desse modo, há um silenciamento da possibilidade de contradição e conflito nas relações internas a um mesmo grupo. Assim, o grupo homens é tratado como um grupo homogêneo, uma unidade, por exemplo, apagando a possibilidade de interpretação do masculino como algo plural, como nos aponta o discurso das masculinidades, por exemplo.

Nessa segunda parte, a abrangência do tema pode estar relacionada à preocupação em demonstrar seu caráter transdisciplinar. Assim, ao contrário da primeira parte, não se desenvolve o que cada área de conhecimento pode

oferecer para um campo interdisciplinar, o da Pluralidade Cultural (fundamentação étnica, entendimento de preceitos jurídicos, conhecimentos no campo da História, Geografia, Antropologia, Linguística, Sociologia, Psicologia etc), mas exploram-se conteúdos referentes a diversas formas de relações sociais, enfatizando que áreas de conhecimento são pertinentes para uma reflexão sobre elas.

Pelo que vimos, é importante ressaltar que cada uma dessas partes parece ter sido escrita por autores distintos, ou em momentos diferentes. Parece que em cada uma delas há prioridades e interesses diferentes, embora não sejam contraditórios. Isso nos revela que o tema da pluralidade cultural pode simplesmente estar se referindo a questões étnico-raciais isoladas, ou a diferenças regionais, ou a uma diversidade de mundos de vida culturais etc. Assim, falta à seção Pluralidade Cultural, componente dos Temas Transversais dos PCN destinados ao 3º e 4º ciclos do ensino fundamental, uma unidade e coerência textual no tratamento do seu tema. E essa falta de coerência é um indicativo do funcionamento ideológico do discurso da pluralidade cultural, que pode se manifestar silenciando elementos internos a ele mesmo. Uma estratégia desse silenciamento foi a utilização diferenciada na 1ª e na 2ª parte do documento de uma perspectiva global e uma particular no tratamento do tema. Além disso, há, em todo o documento, uma concepção de grupo que não é atravessada pelo sentido de diferença, o que apaga a possibilidade de conflito interno, de contradição. Ambas as estratégias funcionam inclusive silenciando a compreensão do masculino como algo plural, um tema do discurso das masculinidades.

Por fim, considerando o papel da memória discursiva na produção de saberes, cabe refletir sobre a noção de *todos* no discurso da pluralidade cultural dos PCN em questão, pois é uma noção que, tentando ser inclusiva, esconde o que há de exclusão.

Além disso, vale enfatizar que, por mais abrangente que a ideologia do multiculturalismo pretenda ser, sempre podem existir “modos de vida” que não são contemplados por ela, assim como podem existir práticas singulares de muitos sujeitos que ainda não foram organizadas e significadas a ponto de caracterizarem um grupo. Enfim, lembremos que o *dizer* é uma prática

possibilitada pela língua, pela história, pelo desejo, portanto, aquilo que é dito possui determinações desses três fatores, e a língua, a história e o desejo, cada um a seu modo, nunca permitem que se diga tudo. É por isso que não podemos deixar de perguntar se algumas bandeiras desse tema como *vida democrática e respeito ao outro* não estão inevitavelmente destinadas a sempre falhar em nossas sociedades.

4.4 MASCULINIDADES E POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL: presença-ausência

Para abordarmos o que chamamos de “presença-ausência” de políticas públicas sobre masculinidades no Brasil, analisaremos agora um outro texto dos Parâmetros Curriculares Nacionais. Trata-se da seção Orientação Sexual dos Temas Transversais dos PCN do 3º. e 4º. ciclos do ensino fundamental.

Já que essa seção pretende, com suas finalidades específicas para o ensino, abordar questões referentes à sexualidade e ao gênero, dentre outras coisas, consideramos pertinente analisá-la a fim de verificarmos se o seu funcionamento discursivo possui filiações com o discurso das masculinidades.

Como no texto Pluralidade Cultural, a seção Orientação Sexual possui duas partes. Em ambas, é feita uma discussão objetivando o trabalho de orientação sexual na escola. Nessa seção, aborda-se a existência de diferenças biológicas de sexo, que funcionam como base para a construção de expressões da sexualidade e de relações de gênero, conforme constatamos no fragmento apresentado a seguir:

- 14) Nessa exploração do próprio corpo, na observação do corpo de outros, e a partir das relações familiares é que a criança se descobre num *corpo sexuado de menino ou menina*. Preocupa-se então mais intensamente com as diferenças entre os sexos, não só as anatômicas, mas todas as expressões que caracterizam o homem e a mulher. A construção do que é pertencer a um ou outro sexo se dá

pelo tratamento diferenciado para meninos e meninas, inclusive nas expressões diretamente ligadas à sexualidade, e pelos padrões socialmente estabelecidos de feminino e masculino. Esses padrões são oriundos das representações sociais e culturais construídas a partir das diferenças biológicas dos sexos, e transmitidos através da educação, o que atualmente recebe a denominação de “relações de gênero”. Essas representações internalizadas são referências fundamentais para a constituição da criança. (PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS, 2001, p. 296)

Como se percebe, o documento aborda uma distinção entre sexo, sexualidade e gênero. Cada uma dessas categorias distingue, a seu modo, meninos de meninas. Quanto à primeira categoria, a diferença é biológica. Tanto a sexualidade quanto “as relações de gênero” consideram essa distinção baseada no biológico.

O que queremos enfatizar aqui é a força que a distinção sexual possui na abordagem sobre sexo, sexualidade, gênero, e também sobre corpo. Parece que a distinção sexual se refere a um dado da natureza sobre o qual a cultura não interpreta, apenas reproduz a sua essência. Isso significa que parece que não há nada de ideológico nem político na própria significação, na própria interpretação da distinção sexual.

Todavia, consideramos a diferença sexual como um real, um impossível, ou seja, “uma ‘dificuldade’, um empecilho que origina simbolizações sempre renovadas, mediante as quais nos esforçamos por integrá-lo e domesticá-lo (...) mas que, ao mesmo tempo, condena esses esforços a um derradeiro fracasso.” (ZIZEK, 1996, p. 27)

Além disso, a diferença sexual é um antigo retornando sempre às abordagens que propõem algo de novo no campo da sexualidade e do gênero. Sendo assim, ela causa fissura ao novo fazendo retornar relações de poder do sistema que se quer combater.

Entretanto, o dado dessa seção a que queremos dar mais atenção para o nosso trabalho é a relação desse texto com o discurso das masculinidades.

Embora a discussão sobre as masculinidades não esteja ausente, ela também não é referida diretamente, ou seja, nominalmente. Isto significa que, embora não se fale em masculinidades, fala-se de um mesmo saber que nos remete a elas. Ilustremos melhor isso com os fragmentos apresentados a seguir:

- 15) Muitas mudanças na esfera doméstica refletem mudanças nas relações de gênero, mostrando a mulher menos confinada ao lar, o homem mais comprometido na esfera doméstica e na paternidade, o que acaba gerando novas configurações familiares e a revisão de papéis sexuais. (PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS, 2001, p. 304)
- 16)(...) Questões como mães de aluguel, hermafroditismo, transexualismo, novas tecnologias reprodutivas, por exemplo, são trazidas por meio da veiculação pela mídia, aparecendo então como demanda efetiva de conhecimento e debate. (ibidem, p. 315)
- 17) Os momentos e as situações em que se faz necessária essa intervenção [do professor em relação a estereótipos de gênero] são os que implicam discriminação de um aluno em seu grupo, com apelidos jocosos e às vezes questionamento sobre sua sexualidade. O professor deve, então, sinalizar a rigidez das regras existentes nesse grupo, apontando para a imensa diversidade dos jeitos de ser homem e mulher.(...) (ibidem, p. 324)
- 18) Em cada período histórico e em cada cultura, algumas expressões do masculino e do feminino são dominantes e servem como referência ou modelo, mas há tantas maneiras de ser homem ou mulher quantas são as pessoas. (ibidem, p. 325)

Como se observa, os fragmentos textuais destacados podem nos remeter, considerando a memória discursiva, ao discurso da diversidade sexual e/ou ao discurso das masculinidades. O discurso da diversidade sexual

constitui-se através de sua sustentação em pré-construídos do discurso do movimento de gays, lésbicas e seus desdobramentos, do discurso das masculinidades, e também do discurso do feminismo, no que diz respeito a questões sobre “a liberação da mulher”, por exemplo. Assim, no discurso da diversidade sexual o sentido de diversidade sexual abarca o seu sentido em todos esses discursos citados. Nessa direção, no discurso da diversidade sexual, o sentido desse sintagma em questão é caracterizado pela noção de “todos(as)”, ou seja, “todos os sexos”, “todas as sexualidades” e “todos os gêneros”, como nos apontam os seguintes enunciados:

(...) apontando para a imensa diversidade dos jeitos de ser homem e mulher.(...) (fragmento 17)

(...) mas há tantas maneiras de ser homem ou mulher quantas são as pessoas. (fragmento 18)

Essa referência mais geral a uma imensa diversidade de “jeitos” e “maneiras” de ser “homem” e “mulher” é característica do discurso da diversidade sexual. Todavia, existe aí um saber que é compartilhado pelo discurso das masculinidades, quando se fala em “diversidade de jeitos e maneiras de ser homem”, ou seja, em masculinidades. Um dos motivos para que isso aconteça é que existem pré-construídos em comum entre os dois discursos. Algo que é dito neles, por exemplo, já havia sido dito no discurso do movimento de gays, lésbicas e seus desdobramentos. O enunciado apresentado a seguir, por exemplo, nos mostra uma relação entre esses discursos:

(...) Questões como mães de aluguel, hermafroditismo, transexualismo, novas tecnologias reprodutivas, por exemplo, são trazidas por meio da veiculação pela mídia (...) (fragmento 16)

Nesse enunciado, hermafroditismo e transexualismo, que compõem famosas siglas de movimentos políticos surgidos do desenvolvimento de movimentos de gays e lésbicas no Brasil, como as siglas GLBT^T e GLBT^I, por exemplo, são retomados no discurso das masculinidades como possibilidades de construção do masculino, entendido como algo plural, e no discurso da diversidade sexual como possibilidades de sexualidade e gênero.

No entanto, depois da existência dos estudos das masculinidades, que historicizou e institucionalizou o significante masculinidades, falar de uma diversidade de jeitos e maneiras de ser homem, sem falar explicitamente em masculinidades, é, no mínimo, um funcionamento discursivo diferenciado a respeito de um mesmo saber, a compreensão do masculino como algo plural, saber este sintetizado por meio do uso daquele significante. Conforme já abordamos, a entrada e permanência desse termo no simbólico contribuíram de forma decisiva para costurar sentidos em um mesmo conjunto, o da realidade de construção, abordagem e/ou exploração de formas do masculino, ou seja, do discurso das masculinidades. Isso significou que a memória passou a dispor de um significante que aciona diretamente a realidade que estamos abordando, como se tivesse um dispositivo que fizesse isso explicitamente. Em outras palavras, isso significou que os estudos das masculinidades funcionaram como uma máquina que costurou o discurso das masculinidades.

A questão parece-nos complexa. A hipótese que formulamos é que, no caso da seção Orientação Sexual que estamos analisando, ao mesmo tempo em que as masculinidades estão presentes, através da referência a um saber que aponta para tal presença, as masculinidades também estão ausentes, através do silenciamento de uma materialidade linguística que também aponta para essa ausência, ou seja, o significante “masculinidades” e suas paráfrases. É nesse sentido que acreditamos que nessa seção há uma “presença-ausência” de políticas públicas sobre as masculinidades, considerando o funcionamento do saber a respeito da pluralidade masculina e da forma de pertencimento desse texto ao discurso da diversidade sexual e ao discurso das masculinidades.

Mesmo quando nessa seção se aborda mais especificamente uma forma de ser homem, conforme nos mostra o fragmento apresentado a seguir,

acreditamos que ainda assim permanece uma “presença-ausência” de uma política pública sobre as masculinidades, e, conseqüentemente, uma “presença-ausência” das masculinidades:

(...) mostrando a mulher menos confinada ao lar, o homem mais comprometido na esfera doméstica e na paternidade, o que acaba gerando novas configurações familiares e a revisão de papéis sexuais. (fragmento 15)

Nesse enunciado, como é possível observar, fala-se de um tipo de homem distinto do combatido homem macho tradicional, justamente por esse tipo ser “mais comprometido na esfera doméstica e na paternidade”, características consideradas ausentes para o homem tradicional. Dessa forma, o enunciado nos remete a um tipo de masculinidade distinta do modelo “homogêneo” e “hegemônico” de ser homem. Entretanto, no enunciado, ao mesmo tempo em que as masculinidades estão presentes, elas também estão ausentes, através da referência a um saber que aponta para tal presença, e através do silenciamento do significante masculinidades e suas paráfrases que também aponta para essa ausência.

Arriscaríamos a elaborar, então, a presença-ausência como uma categoria analítica de processos discursivos, através da qual é possível interpretar a presença de um saber específico de um discurso, ou até mesmo de uma formação discursiva, mas também a ausência de uma materialidade linguística historicizada para acessar esse saber, o que, considerando a memória em análise, conduziria a uma ambigüidade de sentido, já que tais processos discursivos poderiam pertencer a mais de um discurso. Nesse caso, pensamos que há saberes que surgem com alguns signos muito específicos, em que a história quase que exige que os significados sejam ditos por determinados significantes. Como nos diz Orlandi:

(...) não é porque o processo de significação é aberto que não seria regido, administrado. Ao contrário, é pela sua abertura que ele também está sujeito à determinação, à institucionalização, à estabilização e à cristalização. Esta é ainda uma maneira de

referir a linguagem aos limites moventes e tensos entre a paráfrase e a polissemia. (ORLANDI, 2003a, p. 52)

Essa discussão sobre uma “presença-ausência” de políticas públicas sobre as masculinidades, e de uma “presença-ausência” das próprias masculinidades nos levou a pensar que, no processo de relações de sentidos, ou seja, de um discurso apontando para outros discursos que o sustentam, bem como para dizeres futuros, num estado de discursividade mais amplo e contínuo (ibidem, p. 39), um discurso pode silenciar ou apagar outro, o que pode resultar numa reconfiguração da memória. Com isso queremos dizer que a pluralidade do masculino, interpretada como masculinidades no discurso das masculinidades, pode ser significada como diversidade sexual, conforme é possível observar no discurso da diversidade sexual. E no jogo de sentidos entre discursos, uma interpretação “pode” apagar a outra, e assim uma realidade “pode” deixar de existir.

4.5 CONCLUSÃO

Como vimos, as políticas públicas acerca das masculinidades constituem uma futuridade dos estudos das masculinidades, ou seja, elas inscrevem-se nas possibilidades de dizer abertas por eles ao instaurarem um discurso fundacional. Aqui, é importante lembrar que:

O discurso, por princípio, não se fecha. É um processo em curso. Ele não é um conjunto de textos mas uma prática. É nesse sentido que consideramos o discurso no conjunto das práticas que constituem a sociedade na história, com a diferença de que a prática discursiva se especifica por ser uma prática simbólica. (ORLANDI, 2003a, p. 71)

Nessa perspectiva, através de toda essa discussão sobre presença, ausência e presença-ausência das masculinidades em políticas públicas desenvolvidas no Brasil, por um lado, e as influências que essas políticas sofrem dos estudos das masculinidades, por outro lado, podemos refletir sobre

o jogo de sentidos e as relações de poder a que está submetido o discurso das masculinidades e suas práticas. É nesse jogo e nessas relações que se definem a permanência, o fortalecimento e a abrangência desse discurso e suas práticas, ou o seu enfraquecimento, silenciamento e apagamento.

Em outras palavras, é preciso que se lute pela sobrevivência de um discurso, porque o seu surgimento e seu desdobramento não lhe garantem isso. Para que ele permaneça, é necessária a existência de estratégias de poder que o regulem, que o façam existir em função de outro(s), que o tornem evidente... E essas estratégias terão que conviver com a possibilidade constante da ruptura, do deslocamento de sentidos, e da ameaça de desaparecimento do discurso.

5. QUESTÕES DO/NO DISCURSO DAS MASCULINIDADES

- não há dominação sem resistência: primeiro prático da luta de classes, que significa que é preciso “ousar se revoltar”.

- ninguém pode pensar do lugar de quem quer que seja: primado prático do inconsciente, que significa que é preciso suportar o que venha a ser pensado, isto é, é preciso “ousar pensar por si mesmo”. (PÊCHEUX, 1988, p. 304)

5.1 INTRODUÇÃO

Há duas grandes questões que se relacionam e atravessam o discurso das masculinidades, caracterizando suas práticas: a questão da diferença sexual e a questão do sujeito. Embora em tais questões se busque combater sentidos dominantes e considerados opressores, elas reproduzem algo desse poder em um discurso que se apresenta como contemporâneo, subversivo e fundador, o discurso das masculinidades, conforme analisaremos agora.

5.2 A QUESTÃO DA DIFERENÇA SEXUAL

Faz algum tempo, alguns estudos sobre os sexos, os gêneros e a sexualidade, como os na área das Ciências Sociais e da Psicanálise, colocaram a diferença sexual na berlinda. Nessa perspectiva, “ser homem” e “ser mulher” não são entendidos como algo natural. De um lado, há os estudos que questionam a própria noção de diferença sexual como algo inevitável e intransponível. De outro, há os que investigam sobre o que determina a

distinção de sexo. Tais questionamentos nos ajudaram a pensar na existência de um “real” da diferença sexual, conforme abordaremos aqui.

5.2.1 A diferença sexual na Psicanálise

Existem importantes questões abordadas na Psicanálise sobre a diferença sexual que muito contribuem para um estudo a respeito do tema.

Como já vimos, Freud, em *Algumas consequências psíquicas da distinção anatômica entre os sexos*, nos alerta para não sermos influenciados pelas ideias feministas que encaram os dois sexos como completamente iguais em posição e valor; contudo, o autor também considera que todos os indivíduos humanos, decorrente de sua disposição bissexual e da herança cruzada, combinam em si características masculinas e femininas, de modo que tanto a masculinidade quanto a feminilidade puras continuam a ser construções teóricas de conteúdo incerto (FREUD, 1996, p. 286).

Nesse texto, o autor formula a tese de que a situação psíquica envolvida na distinção anatômica entre os órgãos genitais de meninos e meninas, durante a primeira infância, é causa da diferença entre o desenvolvimento sexual dos indivíduos dos sexos masculino e feminino.

Nessa perspectiva, não existe igualdade entre os sexos, embora já se tenha abordado sobre a existência disso em grupos organizados de defesa dos direitos das mulheres e nas Ciências Sociais, por exemplo. Essa “inexistência” resulta do fato de que a atividade psíquica é diferenciada em sujeitos de sexos distintos e que o desenvolvimento sexual, consequência dessa atividade, “corresponde à diferença entre uma castração que foi executada e outra que simplesmente foi ameaçada” (ibidem, p. 285). Sobre essa questão, o autor conclui que:

O complexo de Édipo, contudo, é uma coisa tão importante que o modo por que o indivíduo nele se introduz e o abandona não pode deixar de ter seus efeitos. Nos meninos (...), o complexo não é simplesmente reprimido; é literalmente feito em pedaços pelo choque da castração ameaçada. (...) Em casos normais, ou melhor em casos ideais, o complexo de Édipo não existe mais, nem mesmo no inconsciente; o superego se tornou seu herdeiro. (...)

Nas meninas está faltando o motivo para a demolição do complexo de Édipo. A castração já teve seu efeito, que constitui em forçar a criança à situação do complexo de Édipo. Assim, esse complexo foge ao destino que encontra nos meninos: ele pode ser lentamente abandonado ou lidado mediante a repressão, ou seus efeitos podem persistir com bastante ênfase na vida normal das mulheres. (ibidem, p. 285-6)

Freud alerta-nos para não sermos desviados de suas conclusões sobre “a diferença anatômica entre os sexos e algumas de suas consequências psíquicas”, embora ele considere que as feministas normalmente interpretam os dois sexos como completamente iguais em posição e valor.

Há algumas questões pertinentes a serem destacadas desse texto de Freud que podem contribuir para o debate sobre a diferença sexual. Uma delas, e talvez a mais importante, é a afirmação de que há diferença entre homens e mulheres, situada na atividade psíquica envolvida na distinção anatômica dos sexos na fase da primeira infância.

Nessa questão, a distinção anatômica entre os sexos é determinante no desenvolvimento da sexualidade humana. Assim, Freud faz uma primeira distinção: entre um corpo cujo órgão genital é um pênis, e um corpo sem pênis, cujo órgão genital é o clitóris. Entretanto, nesse texto o autor “esquece” que há um “impossível” para esta distinção, afinal nem todos os corpos são uma coisa ou outra. No caso do hermafroditismo, por exemplo, há um impossível de ser simbolizado, mas se tenta tornar esse acontecimento em algo simbolizável, ou seja, em uma definição entre menino ou menina. No entanto, a problemática que colocamos é se esse real, no sentido que nos aponta Lacan em suas formulações, posteriores a Freud, não poderia se constituir em um traço não só de ruptura, mas também de transformação do próprio simbólico, e portanto transformação da própria diferença sexual.

Outra questão diz respeito à distinção entre masculino e feminino. Para o autor, não se trata de uma distinção entre atributos do homem e atributos da mulher, conforme verificamos, por exemplo, em definições contemporâneas encontradas em dicionário:

masculino

mas.cu.li.no

adj (lat masculinu) **1** Que pertence ou se refere ao sexo do varão ou dos animais machos. **2** Próprio de homem, varonil. **3** *Gram* Qualificativo do gênero dos nomes que designam entes masculinos ou objetos considerados como tais. **4** *Gram* Diz-se das palavras ou nomes que, pela terminação e concordância, designam seres masculinos ou que como tais se consideram. (...) (MICHAELIS, 2008a)

feminino

fe.mi.ni.no

adj (lat femininu) **1** Próprio de mulher ou de fêmea. **2** Relativo ao sexo caracterizado pelo ovário, nos animais e nas plantas. **3** Relativo às mulheres. **4** *Gram* Qualificativo do gênero que indica os seres fêmeos ou considerados como tais. (...) (MICHAELIS, 2008b)

Para Freud, a constituição do sujeito é bissexual, no sentido de que o constitui tanto uma atitude masculina quanto uma feminina. A atitude masculina é “ativa”; nela o sujeito se relaciona com um objeto por ele eleito como seu amor. Já na atitude feminina, a orientação do sujeito é passiva, pois ele “deseja” ocupar o lugar de um objeto de amor de um “outro”.

Entretanto, mesmo o autor afirmando que a constituição do sujeito é bissexual, parece-nos que ele considera “mais normal”, ou mais “ideal”, que homens se constituam mais masculinos e mulheres se constituam mais femininas, conforme depreendemos do fragmento a seguir, por exemplo, em relação às mulheres:

A esperança de algum dia obter [o indivíduo do sexo feminino] um pênis, apesar de tudo, e assim tornar-se semelhante a um homem, pode persistir até uma idade incrivelmente tardia e transformar-se em motivo para ações estranhas e doutra maneira inexplicáveis. Ou, ainda, pode estabelecer-se um

processo que eu gostaria de chamar de 'rejeição', processo que, na vida mental das crianças, não aparece incomum nem muito perigoso, mas em um adulto significaria o começo de uma psicose. Assim, uma menina pode recusar o fato de ser castrada, enrijecer-se na convicção de que realmente possui um pênis e subseqüentemente ser compelida a comportar-se como se fosse homem. (FREUD, 1996, p. 281-2)

Como vimos, Freud constata a existência da diferença sexual e nos afirma que uma confusão de papéis pode trazer problemas de ordem psíquica. Dessa forma, o mais normal, ou mais ideal, é que a atividade psíquica envolvida na compreensão da distinção anatômica conduza os sexos ao que lhe é mais característico dentro da cultura.

Mas por que será que o autor faz assombrosa afirmação, se pensarmos em uma "memória" contemporânea? Talvez porque ele esteja considerando e dando importância ao poder do funcionamento do simbólico e as suas consequências para a constituição dos sujeitos. Assim, a única forma de as coisas funcionarem diferentemente, seria efetivamente existir(em) outra(s) forma(s) de funcionamento do simbólico, em relação ao assunto abordado. Porém, (como) isso é possível?

Freud certamente considerava o valor do simbólico na constituição do sujeito, conforme verificamos no fragmento a seguir: "(...) a catástrofe que ocorre no complexo de Édipo [no caso dos meninos] (o abandono do incesto e a instituição da consciência e da moralidade) pode ser considerada uma vitória da raça sobre o indivíduo." (ibidem, p. 285)

Lacan, retomando Freud, também parece concordar com a existência de "um tipo ideal de sexo" para o sujeito. Segundo ele:

Sabemos que o complexo de castração inconsciente tem uma função de nó:

(...)

2º. Numa regulação do desenvolvimento que dá a esse primeiro papel sua *ratio*, ou seja, a instalação, no sujeito, de uma posição inconsciente sem a qual ele não poderia identificar-se com o tipo ideal de seu sexo (...) (LACAN, 1998, p. 692)

Para esse autor, a diferença entre sexos determina, inclusive, uma diferença na constituição da homossexualidade em cada um deles, conforme apresentamos a seguir:

Poderíamos acrescentar, neste ponto, que a homossexualidade masculina, conforme a marca fálica que constitui o desejo constitui-se na vertente deste, e que a homossexualidade feminina, em contrapartida, como mostra a observação, orienta-se por uma decepção que reforça a vertente da demanda de amor. (ibidem, p. 702)

No entanto, ainda é importante ressaltar que, segundo Freud:

(...) naturalmente, concordaremos de boa vontade que a maioria dos homens também está muito aquém do ideal masculino e que todos os indivíduos humanos, em resultado de sua disposição bissexual e da herança cruzada, combinam em si características tanto masculinas quanto femininas, de maneira que a masculinidade e a feminilidade puras permanecem sendo construções teóricas de conteúdo incerto. (FREUD, 1996, p. 286)

Nesse sentido, é impossível existir diferença entre homens e mulheres, no que diz respeito a uma diferença entre masculinidade e feminilidade, em termos absolutos e sem haver falhas. Isso significa que, ao se definir a masculinidade, *seja isso o que for*, como característica específica de um dos sexos, como faz o simbólico ao significar a masculinidade como traço do homem, tal prática não se sustenta, pois a masculinidade está presente em ambos os sexos, assim como a feminilidade. Dessa forma, tal definição produz um real, um impossível de ser simbolizado, quando homens manifestam atitudes que não são interpretadas como masculinas, por exemplo. Isso nos conduz a questionar dicotomias como as apresentadas a seguir, encontradas no chamado “senso comum” e também em produções jornalísticas e científicas de diversas áreas, por exemplo:

HOMEM (masculino)	MULHER (feminino)
racional	sensível
forte	fraca
violento	pacífica
menos ético	mais ética
mente	corpo

Por outro lado, Freud atribui características específicas ao sexo, considerando a formação do superego do indivíduo, como verificamos no fragmento a seguir, a respeito das mulheres:

Não posso fugir à noção (embora hesite em lhe dar expressão) de que, para as mulheres, o nível daquilo que é eticamente normal, é diferente do que ele é nos homens. Seu superego nunca é tão inexorável, tão impessoal, tão independente de suas origens emocionais como exigimos que o seja nos homens. Os traços de caráter que críticos de todas as épocas erigiram contra as mulheres – que demonstram menor senso de justiça que os homens, que estão menos aptas a submeter-se às grandes exigências da vida, que são mais amiúde influenciadas em seus julgamentos por sentimentos de afeição ou hostilidade – todos eles seriam amplamente explicados pela modificação na formação de seu superego que acima inferimos. (ibidem, p. 286)

De qualquer forma, compreendemos que, para Freud, a atividade psíquica envolvida na diferença anatômica entre os sexos é responsável pelo desenvolvimento da sexualidade humana. Entretanto, para o autor, o corpo não determina uma sexualidade específica, mas sim o desenvolvimento de *uma* sexualidade, seja ela qual for. Isso é uma questão importante.

Por tudo isso, acreditamos que qualquer relação compulsória que associe um determinado corpo a uma sexualidade típica, ou um determinado corpo a um “gênero” específico, como acontece no simbólico, produz um real, na medida em que também se produz desejo que contraria a “lei”. Além disso, embora existam “tipos ideais” para cada sexo, baseados num conjunto de características específicas (o que hoje chamamos de gênero), cada sexo está sempre aquém desse ideal, e todos os indivíduos humanos possuem uma “disposição bissexual”. Acreditamos, em suma, que é justamente a orientação para a construção do indivíduo como sujeito a partir de um tipo ideal de sexo que produz um real da diferença sexual.

Na literatura contemporânea, a distinção sexual é alvo de críticas distintas e diversas, conforme abordaremos muito brevemente a seguir.

5.2.2 Problemas a respeito da diferença sexual

Alguns autores apresentam alguns problemas para a questão da distinção sexual. Poli, por exemplo, para nos explicar a tese freudiana de que “a anatomia é o destino”, alerta-nos para o fato de que “a produção de um texto (...) é resultante dessa alienação do autor ao discurso vigente, ao campo do Outro” (POLI, 2007, p. 16). A autora conclui que:

Um século depois da invenção da psicanálise, sabemos que isso [a diferença anatômica] não é suficiente para apreender a incidência subjetiva da diferença entre os sexos e suas conseqüências nos avatares do desejo. A significação da anatomia promovida pelo complexo de Édipo tem poderes estruturais nada desprezíveis (...) Cumpre apenas lembrar que se a psicanálise tem alguma serventia é a de liberar o sujeito dessas amarras, promovendo desidentificações. O que implica (...) situar a referência sexuada na enunciação do desejo e não no suporte anatômico. (ibidem, p. 18)

Já Butler (2003, p. 164), interpretando Monique Wittig, nos diz que, para essa autora, “(...) não há razão para dividir os corpos humanos em sexos masculino e feminino, exceto que uma tal divisão é adequada às necessidades econômicas da heterossexualidade, emprestando um lustro naturalista à sua instituição”. Ainda citando a autora, Butler (ibidem, p. 172) diz que “Em ‘Paradigm’, (...) Wittig considera que a derrubada do sistema binário daria início a um campo cultural de *muitos sexos*.” Analisando Wittig e Beauvoir, Butler (ibidem, p. 183) conclui que, para as autoras:

ser mulher é tornar-se mulher, mas, como esse processo nada tem de fixo, é possível tornar-se um ser que nem a categoria de *homem* nem a de *mulher* descrevem verdadeiramente. Não se trata aqui de androginia e nem de um hipotético ‘terceiro gênero’, tampouco é questão de uma *transcendência* do binário. Trata-se, ao invés disso, de uma subversão interna, em que o binário tanto é pressuposto como multiplicado, a ponto de não mais fazer sentido (grifos da autora). (ibidem, p. 183)

Embora não queiramos nos posicionar sobre todos esses problemas apontados pelas autoras, eles também nos encaminham para a formulação da hipótese de que há um real da diferença sexual, conforme abordaremos a seguir.

5.2.3 O real da diferença sexual

A diferença sexual funciona como o ponto de referência para localizar práticas sexuais e fenômenos de gênero, mesmo quando tais práticas e fenômenos são considerados transgressores. Uma análise da definição “popular” de “travesti” e “transexual” pode ilustrar bem isso:

Travesti - no sentido fisiológico o travesti é um homem, mas se relaciona com o mundo como se fosse uma mulher: seu corpo é moldado com formas femininas, socialmente exerce o papel da mulher, mas na intimidade usa seu pênis em suas relações sexuais, podendo inclusive exercer papel sexual ativo.

(...)

Transexual - o indivíduo transexual tem como característica principal o desejo constante e intenso de modificar seu sexo genital. Entende-se que uma pessoa transexual possui a genitália de determinado sexo (masculino ou feminino), porém, sua psique (mente) é oposta a ele. Sendo assim, o transexual de homem para mulher (MtF, Male to Female) é aquele que nasceu com a genitália masculina (pênis), mas sua psique é feminina. Ou seja, se de mulher para homem (FtM, Female to Male), temos uma pessoa que nasceu com a genitália feminina (vagina), mas sua psique é masculina, determinando que ela se perceba interna e externamente como um homem. As transexuais vivem grande parte de suas vidas (quando não toda ela) numa grande angústia interna, uma vez que têm a sensação de possuírem uma alma feminina ou masculina encarcerada num corpo físico oposto a tal realidade interna. Isso se traduz também numa angústia extrema, não compreendida cultural e socialmente, sendo muitas vezes até mesmo banalizada. (WIKIPÉDIA, 2008)

Como se pode observar, a definição de “travesti” e “transexual” é totalmente baseada na distinção sexual, ou seja, na distinção entre homem e mulher, embora tanto o “travesti” quanto o “transexual” marquem uma diferença para o que se considera convencionalmente um homem e uma mulher. Entretanto, parece não ser possível tal definição sem partir dessa distinção.

A noção de masculinidades do discurso das masculinidades também se baseia na diferença sexual, embora as masculinidades possam referir-se, de

modo geral, a um ou outro elemento da distinção. No entanto, acreditamos que não há diferença sexual “na realidade”: a “diferença sexual” nomeia o próprio antagonismo que impede a realidade social de se constituir como um todo fechado em si mesmo. A diferença sexual produz uma sexualidade coesa pelo próprio antagonismo, pela própria cisão que inviabiliza permanentemente uma totalidade harmoniosa entre os sexos e os gêneros. Assim, a diferença sexual é real no sentido laciano estrito: “uma ‘dificuldade’, um empecilho que origina simbolizações sempre renovadas, mediante as quais nos esforçamos por integrá-lo e domesticá-lo (...) mas que, ao mesmo tempo, condena esses esforços a um derradeiro fracasso.” (ZIZEK, 1996, p. 27)

Nessa perspectiva, as definições de “travesti” e “transexual” nos apontam para um fracasso, uma falha latente em uma série de distinções existentes entre homem e mulher. Por outro lado, mesmo que os sentidos da distinção sexual sejam renovados, com a finalidade de incluírem esses “lugares” não convencionais, como é o caso ainda do “travesti” e do “transexual”, esses sentidos estão também fadados à falha, porque se sustentam num impossível de ser estruturado em linguagem, que é a divisão entre os sexos e os gêneros.

Enfim, a distinção sexual é real.

No entanto, segundo Zizek, há uma tradição que considera na diferença sexual a coexistência de duas positivities opostas. Sobre essa questão o autor faz uma crítica severa:

A tradição ‘progressista’ também atesta numerosas tentativas de conceber o antagonismo (social, de classes) como a coexistência de duas entidades positivas opostas: desde um certo tipo de marxismo “dogmático”, que coloca ‘sua’ ciência burguesa e “nossa” ciência proletária lado a lado, até um certo tipo de feminismo que coloca o discurso masculino e o discurso (ou o ‘texto’) feminino lado a lado. Longe de serem ‘extremadas demais’, essas tentativas, ao contrário, não são suficientemente extremadas: elas pressupõem como seu lugar de enunciação um terceiro ambiente, neutro, no qual os dois pólos coexistem; ou seja, recuam ante as consequências do fato de que não existe ponto de convergência, não existe nenhum campo neutro compartilhado pelas duas posições antagônicas, sexuais ou de

classe. (...) não existem dois discursos, “masculino” e “feminino”; há um único discurso, clivado por dentro pelo antagonismo sexual- isto é, fornecendo o “terreno” em que é travada a batalha pela hegemonia. (ZIZEK, 1996, p. 28-9)

A abordagem da diferença sexual considerando a coexistência destas duas entidades positivas opostas: o masculino e o feminino é, na verdade, uma discussão na perspectiva da definição de identidades, conforme vigora atualmente.

Em síntese, como qualquer construção identitária, as construções de sexo, sexualidade e gênero acabam produzindo “traços” que contrariam sua própria unidade. Tais construções são baseadas na distinção sexual, conforme abordamos aqui. Esses traços, ou práticas e sentidos específicos, por contrariarem a “lei”, tendem a ser “silenciados” ou “marginalizados” no simbólico através do funcionamento ideológico. Isso significa que determinadas características dos sujeitos não possuem legitimidade na sociedade, tornando ilegítimos os próprios modelos de identificação de sujeitos.

Todavia, acreditamos que é possível romper e transformar as construções de sexo, sexualidade e gênero, incluindo nelas cada vez mais novos “traços”. Acreditamos nisso porque esses “traços” sem legitimidade nos apontam para a existência de um real da diferença sexual, ou seja, para a impossibilidade de distinguir os sexos, as sexualidades e os gêneros de forma precisa, lógica e universal. E é justamente essa impossibilidade que nos faz encontrar a falha e, conseqüentemente, a condição de renovação.

5.3 A QUESTÃO DO SUJEITO

Para a análise do discurso das masculinidades é imprescindível a abordagem sobre quem são os seus sujeitos e como eles são construídos através de processos de elaboração e reelaboração de sentidos, conforme abordamos ao longo desse trabalho e no capítulo 2, em especial.

Conseqüentemente, essa abordagem aponta-nos para a questão da concepção do que é um sujeito. Desse modo, percorremos alguns caminhos da Análise do Discurso a fim de compreendermos melhor essa questão e como ela se coloca na análise sobre as masculinidades em questão.

Nessa perspectiva, consideramos a existência de um marco na produção de Michel Pêcheux sobre a abordagem da questão do sujeito: é o texto “Só há causa daquilo que falha ou o inverno político francês: início de uma retificação” (PÊCHEUX, 1988). Esse artigo foi escrito em 1978 e publicado pela primeira vez em 1983, como anexo da edição inglesa do livro de Pêcheux *Les vérités de La Palice*, que teve sua primeira publicação em 1975, na França. Em seu texto, o autor afirma que:

(...) alguma coisa está falhando também do lado da Psicanálise, na referência feita a seus conceitos, e se concentra sobre a relação entre o *ego* e o *sujeito*. Tudo se passa, em *Les Vérités de La Palice* como se o que foi dito do sujeito se confundisse tendencialmente com o que foi posto relativamente ao *ego* como “forma-sujeito” da ideologia jurídica, a ponto de que o funcionalismo, expulso politicamente pela porta, pudesse, apesar de todas as denegações, ter voltado a tamborilar pela janela psicanalítica, sob a forma de uma espécie de gênese do *ego*; à força de levar exageradamente a sério as ilusões do poder unificador da consciência. (PÊCHEUX, 1988, p. 299)

Assim, Pêcheux reelaborou nesse texto o que ele disse sobre o sujeito em *Les vérités de La Palice*¹⁹, utilizando a psicanálise lacaniana para isso, o que teve conseqüências importantes para a Análise do Discurso.

Leite (2005), ao comentar o texto de Pêcheux em questão, menciona a “importância da contribuição de Lacan como condição para o trabalho crítico que vai sustentar o gesto de retificação” (ibidem, p. 81) e, utilizando a noção de causa, “que introduz o estatuto do inconsciente enquanto referido ao REAL” (ibidem, p. 81), nos encaminha a uma leitura pertinente desse texto. Utilizando Lacan para compreender Pêcheux, Leite conclui seu texto afirmando categoricamente que “Não é outra a direção apontada por Pêcheux” (ibidem, p. 81)

Começamos, então, sobre o que foi dito inicialmente sobre o sujeito que mereceu ser reelaborado depois.

¹⁹ Tradução brasileira *Semântica e discurso*, E. Orlandi et al., Editora da Unicamp.

5.3.1 Sujeito e ideologia

No texto de Pêcheux em questão, ele (1988, p. 266) retoma do livro *Semântica e discurso* formulações resumidas na seguinte tese: “A forma-sujeito do discurso, na qual coexistem, indissociavelmente, interpelação, identificação e produção de sentido, realiza o *non-sens* da produção do sujeito como causa de si sob a forma da evidência primeira.” Essa tese faz referência à interpelação do indivíduo em sujeito pela ideologia, conforme formulou Althusser (1974), que nos diz (1978, p. 67) que para todo indivíduo humano ser agente, é necessário que se inscreva na “forma-sujeito”, ou seja, “forma de existência histórica de qualquer indivíduo”. Entretanto, Althusser observa que “considerados como agentes, os indivíduos humanos não são sujeitos ‘livres’ e ‘constituintes’ no sentido filosófico desses termos” (ibidem, p. 67). Assim, o sujeito, para o autor, é assujeitado e descentralizado. Assujeitado a sentidos historicamente determinados e descentralizado porque não é responsável por sua interioridade, já que não é origem, essência ou causa.

Assim como Althusser, Pêcheux (op. cit.) critica a evidência do sujeito, a de ser “único”, “insubstituível” e “idêntico a si mesmo”, já que nela existe uma ocultação do fato de o sujeito já-ser “um indivíduo interpelado em sujeito”, mas alerta que essa ocultação também é efeito ideológico. Reside, então, um paradoxo na evidência do sujeito: ao mesmo tempo em que o indivíduo é interpelado em sujeito, ocorre o apagamento do fato de que o sujeito é produzido nesse processo. Isso acontece porque o sujeito se “esquece” do processo que o constitui, pois sendo “sempre-já sujeito”, ele “sempre-já” esqueceu de sua constituição. O esquecimento, aqui, não se refere ao fato de não lembrar algo que um dia foi conhecido, mas ao acobertamento da constituição do sujeito no interior de seu efeito. Para o autor:

(...) a interpelação do indivíduo em sujeito de seu discurso se efetua pela identificação (do sujeito) com a formação discursiva que o domina (isto é, na qual ele é constituído como sujeito): essa identificação, fundadora da unidade (imaginária) do sujeito, apóia-se no fato de que os elementos do interdiscurso (...) que constituem, no discurso do sujeito, os traços daquilo que o determina, são re-inscritos no discurso do próprio sujeito. (PÊCHEUX, 1988, p. 163)

Como vimos, o sujeito de Pêcheux é afetado pela língua e pela história para que ele se constitua e produza sentidos. Desse modo, ele sofre os efeitos do simbólico porque ele é assujeitado à língua e à história. Esse sujeito é o da reprodução/transformação das relações de produção, se considerarmos a relação entre ideologia e luta de classes feita pelo autor, assim como a própria noção de luta de classes.

Segundo Pêcheux (ibidem, p. 144), “as ideologias não são feitas de ‘idéias’ mas de práticas”, e as ideologias diferenciam-se da Ideologia:

(...) enquanto “as ideologias têm uma história própria, uma vez que elas têm uma existência histórica e concreta, a “Ideologia em geral não tem história”, na medida em que ela se caracteriza por “uma estrutura e um funcionamento tais que fazem dela uma realidade não-histórica, isto é, omni-histórica, no sentido em que esta estrutura e este funcionamento se apresentam na mesma forma imutável em toda história, no sentido em que o Manifesto define a história como “história da luta de classes, ou seja, história das sociedades de classe”. (ibidem, p. 151)

O conceito de “Ideologia em geral”, para o autor, permite pensar “o homem” como “animal ideológico”, diferenciando-se de “coisas”, “máquinas”, “animais” ou “anjos”. A Ideologia, nesse sentido, é parte da natureza, compreendendo natureza no sentido espinosano. Assim, “só há ideologia pelo sujeito e para sujeitos”, conforme o autor (ibidem, p. 149).

Pêcheux articula o conceito de ideologia ao conceito lacaniano de inconsciente, observando que há algo em comum entre suas estruturas-funcionamentos: o fato de a ideologia e de o inconsciente produzirem evidências subjetivas dissimulando sua própria existência no interior de seu funcionamento.

Já o conceito de ideologias permite pensar na diversidade da instância ideológica, sob a forma de interdiscurso, em que há um complexo de elementos que se combinam. Cada um desses elementos é uma formação ideológica, ou seja, uma ideologia. É nesse sentido que Pêcheux (ibidem, p. 149) afirma: “só há prática através de e sob uma ideologia”.

Em síntese, filiado a Althusser e preocupado com a questão da luta ideológica de classes, Pêcheux desenvolveu a noção de “reprodução-transformação” das relações de produção. Tentando retirar o sujeito do aprisionamento da “reprodução”, o que também era uma tentativa de se livrar de

críticas feitas ao sujeito dos Aparelhos Ideológicos de Estado, Pêcheux investiga de que maneira o sujeito é capaz de contrariar causas que o determinam, porque o apreendem no âmbito da teoria e da prática.

No entanto, conforme ele mesmo reconhece no texto “Só há causa daquilo que falha...” (ibidem), há “erro”, “desvio” e “equivoco” na abordagem feita sobre o sujeito. Segundo Pêcheux (ibidem, p. 300): “(...) levar demasiadamente a sério a ilusão de um ego-sujeito-pleno em que nada falha, eis precisamente algo que falha em *Les vérités de La Palice*.”

A crítica refere-se à relação entre o ego e o sujeito. Para o autor, o sujeito foi confundido ao ego como “forma-sujeito” da ideologia jurídica, retomando o funcionalismo e enfatizando a consciência como poder unificador. Entretanto, “o *non-sens* do inconsciente (...) *nunca é inteiramente* recoberto nem obstruído pela evidência do sujeito-centro-sentido que é seu produto (...)” (grifo do autor) (ibidem, p. 300), mas através de uma “pulsção”, o non-sens “não pára de voltar no sujeito e no sentido que nele pretende se instalar” (ibidem, p.300). O sentido é produzido no non-sens “pelo deslizamento sem origem do significante” (ibidem, p. 300), deixando marcas na constituição do sujeito-ego da “forma-sujeito” ideológica. Acreditamos que esse é um dos pontos em que a Análise do Discurso dialoga mais direta e explicitamente com a Psicanálise.

5.3.2 Só há causa daquilo que falha...

Parte do título desse texto em questão é uma formulação de Lacan (1988, p. 27): “Só há causa para o que manca”, encontrada na publicação do seu Seminário de 1964 (Livro 11: Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise). Refletindo sobre a importância de Lacan para a retificação feita por Pêcheux, Leite nos diz que:

Seria necessário trazer como pano de fundo desta discussão o artigo que Althusser escreveu, no ano de 1964, a respeito do retorno a Freud de Jacques Lacan, em que afirma que a compreensão da estrutura de desconhecimento que dirige toda a pesquisa sobre a ideologia não poderia prescindir do gesto lacaniano de leitura da obra de Freud (...) Mas, no contexto da citação incluída no título “Só há causa daquilo que falha”, o que

julgamos mais interessante retomar do seminário de 1964 é a discussão sobre a noção de causa que introduz o estatuto do inconsciente enquanto referido ao REAL, o que nos permitirá concluir indicando, com Zizek (...), que o nível fundamental da ideologia deve ser referido à fantasia que estrutura a realidade social. (LEITE, 2005, p. 81)

Seguindo a perspectiva de Leite, consideramos pertinente abordar as noções de causa/inconsciente/real, desenvolvidas no Seminário 11, para analisar como elas sustentam a reelaboração em questão.

No texto “O inconsciente freudiano e o nosso” (LACAN, 1988), o seu autor retoma a pergunta sobre a possibilidade de a psicanálise ser considerada uma ciência. Em seguida parte para o desenvolvimento de um dos “conceitos freudianos principais”, como ele mesmo diz: o inconsciente.

Conforme Lacan, “*o inconsciente é estruturado como uma linguagem*” (grifo do autor) (ibidem, p. 25). Certamente a linguística, “cujo modelo é o jogo combinatório operando em sua espontaneidade, sozinho, de maneira pré-subjetiva” (ibidem, p. 26), contribui para sua formulação do inconsciente, pois ele nos diz que é a estrutura, ou esse “modelo”, o “que dá seu estatuto ao inconsciente”(ibidem, p. 26); é a estrutura que dá garantia de que existe “sob o termo de inconsciente algo de qualificável, de acessível, de objetivável” (ibidem, p. 26).

Para tratar de forma mais apropriada o conceito de inconsciente, Lacan faz referência à “função de causa”, que Leite nos apresenta a seguir:

Se na ciência é possível supor um progresso, para Lacan isto se dá às custas de uma crescente e irremediável incapacidade de pensar a categoria da causa, uma vez que ao preencher incessantemente a hiância entre a causa e o efeito, a ciência termina por esvaziar o próprio conceito de causa: eventos que levam a outros eventos de acordo com leis, eis a cadeia exaustiva de determinações (...). Entretanto, é em um sentido mais radical que Lacan vai propor o estatuto de causa: como aquilo que interrompe o funcionamento ditado pelas leis.

A causa que entra em jogo na psicanálise é então referida ao que excede a cadeia simbólica, embora por ela produzida. (LEITE, 2005, p. 81)

É nessa perspectiva que Lacan (1988, p. 27) nos diz: “Em suma, só existe causa para o que manca”. Isso que falha é da ordem do não realizado,

que se inscreve na hiância característica da causa. A causa é produzida pela imersão do sujeito no campo da linguagem, o que constrói um sujeito dividido.

A abordagem de Lacan produz algo diferente de Freud, mas a partir dele. Em Freud, o inconsciente habita o “lugar” onde há sempre claudicação entre a causa e o que é afetado por ela. Lacan reformula o conceito de Freud introduzindo, onde a hiância se produz, a lei do significante no domínio da causa.

Segundo Lacan, para Freud interessa:

Tropeço, desfalecimento, rachadura. Numa frase pronunciada, escrita, alguma coisa se estatela. Freud fica siderado por esses fenômenos, e é neles que vai procurar o inconsciente. Ali, alguma coisa quer se realizar – algo que aparece como intencional, certamente, mas de uma estranha temporalidade. O que se produz nessa hiância, no sentido pleno do termo produzir-se, se apresenta como um achado. É assim, de começo, que a exploração freudiana encontra o que se passa no inconsciente. (LACAN, 1988, p. 30)

Esse achado é um reachado e sempre pode escapar novamente, instaurando a dimensão da perda, conforme Lacan. Para esse autor, na perspectiva da “lei do significante”, o dinamismo do inconsciente caracteriza-se pelos efeitos de apagamento, produzidos por uma estrutura em que alguma coisa pode barrar/riscar outra coisa. Isso que pode ser apagado é o significante como tal.

Na rede de significantes o sujeito se constitui. O sujeito deve advir de onde ele já estava, ou seja, o real. O real é o que retorna sempre ao mesmo lugar, mas onde o sujeito não o encontra. Nós somos sempre chamados a um encontro com o real, que sempre escapole. O real está para além da rede de significantes, da insistência dos signos com os quais o princípio do prazer nos comanda.

Pela articulação dos conceitos de inconsciente/ causa/ real, podemos compreender que o sujeito do inconsciente lacaniano é efeito de significante, sendo o próprio significante aquilo que possibilita o fracasso. É nessa perspectiva que Pêcheux constrói sua reelaboração, podendo afirmar que:

Só há causa daquilo que falha (J. Lacan). É nesse ponto preciso que ao platonismo falta radicalmente o inconsciente, isto é, a

causa que determina o sujeito exatamente onde o efeito de interpelação o captura; o que falta é essa causa, na medida em que ela se “manifesta” incessantemente e sob mil formas (o lapso, o ato falho, etc.) no próprio sujeito, pois os traços inconscientes do significante não são jamais “apagados” ou “esquecidos”, mas trabalham, sem se deslocar, na produção sentido/*non-sens* do sujeito dividido. (PÊCHEUX, 1988, p. 300)

No processo de imersão do indivíduo na linguagem, de constituição do sujeito, de formação do inconsciente, produz-se um objeto, um excedente de significante. Esse objeto é a causa, que “se ‘manifesta’ incessantemente e sob mil formas (...) no próprio sujeito” (ibidem, p. 300).

Entre a causa e o que ela afeta há falha, lugar onde o *non-sens* do inconsciente não cessa de retornar ao significante em que quer se instalar. Assim, o sentido é produzido no *non-sens* através do deslizamento sem origem do significante. Mas “esse deslizamento não desaparece sem deixar traços no sujeito-ego da ‘forma-sujeito’ ideológica, identificada com a evidência de um sentido”(ibidem, p. 300).

Tudo isso nos faz refletir sobre a interpelação ideológica, conforme nos encaminha Pêcheux (ibidem, p. 300-1), a partir de contribuições da psicanálise lacaniana: “Apreender até seu limite máximo a interpelação ideológica como ritual supõe reconhecer que não há ritual sem falhas (...)”. Caberia aqui, a partir de contribuições de Žižek (1996), considerar, na interpelação ideológica, a fantasia estruturando a própria realidade.

Nessa perspectiva, conforme apontamos em todo o trabalho, o discurso das masculinidades produz, aborda e/ou propaga uma multiplicidade de posições do masculino que resultam na fixação de sujeitos, tal como ocorre na masculinidade homogênea. Assim, as masculinidades também falham, porque não conseguem contornar totalmente o sujeito, que nunca se deixa ser identificado plenamente.

5.4 ANÁLISE DO DISCURSO E PSICANÁLISE

Todas essas questões apresentadas nesse capítulo nos fazem pensar na relação entre Análise do Discurso e Psicanálise. Tal relação foi bastante enfocada por Pêcheux. Como sabemos, a Análise do Discurso se constituiu a partir do confronto de três áreas diferentes de conhecimento: a Linguística, a Psicanálise e o Marxismo, formando uma espécie de Tríplice Aliança. Através da releitura de Marx feita por Althusser, da releitura de Freud por Lacan, e da releitura do estruturalismo linguístico de Saussure feita pelo próprio Pêcheux, a Análise do Discurso nasceu tentando suprimir a falta que cada uma dessas áreas possuía isoladamente, porque criou um objeto que está na fronteira de todas elas: o discurso.

Se ao Marxismo faltava a materialidade linguística e o inconsciente na abordagem da ideologia, se à Linguística faltava a ideologia e o inconsciente na abordagem da língua, e se à Psicanálise faltava a ideologia na abordagem do inconsciente, o discurso pretendia tocar em tais faltas, já que tocava nas três dimensões: ele é ideológico, é afetado pelo inconsciente e possui materialidade linguística.

Enfim, não sendo nem Linguística, nem Psicanálise, nem Marxismo, a Análise do Discurso configura-se como um novo campo de conhecimento fechado em si mesmo, mas que aliava essas três áreas.

Foi principalmente sobre a questão do sujeito que a Tríplice Aliança sofreu ameaças. Ao se retificar a noção de sujeito em “Só há causa daquilo que falha...”, sustentando-se na Psicanálise, questionou-se a própria articulação feita entre as suas três disciplinas. Sobre isso, Pêcheux nos diz:

Como se sabe, o destino da Tríplice Aliança é, hoje mais do que nunca, extremamente problemático, e até mesmo as partes do pacto são objeto de um verdadeiro bate-boca teórico e político em que tudo se abre novamente a questionamentos. (PÊCHEUX, 1988, p. 293)

O autor nos revela que no coração da Tríplice Aliança se instalaram “erros”, “desvios”, “equivocos”, que trazem para dentro da “cidadela teórica” o

próprio adversário. Em outras palavras, ao se tentar expulsar o “poder unificador da consciência”, ficou-se prisioneiro a ele.

O bate-boca teórico e político referido por Pêcheux sobre a construção da Tríplice Aliança provocou “nuvens de fumaça”, e “não há fumaça sem fogo”. No entanto Pêcheux, como ele próprio afirma, colocou a mão no fogo:

Intervir filosoficamente obriga a tomar partido: eu tomo partido pelo fogo de um trabalho crítico, que, muito provavelmente, acabará por destruir a cidadela da “Tríplice Aliança” como tal, embora haja, ao mesmo tempo, a possibilidade de que, por essa via, algo novo venha a nascer – contra o fogo incinerador que só produz fumaça. (ibidem, p. 294)

As duas grandes questões, apresentadas nesse capítulo, que atravessam o discurso das masculinidades, caracterizando suas práticas, ou seja, a questão da diferença sexual e a questão do sujeito, nos apontam também para a dimensão do real.

5.5 CONCLUSÃO

O discurso das masculinidades é atravessado pela questão da diversidade sexual. Dessa forma, as masculinidades, enquanto posições de sujeito, constituem-se não só em oposição entre si, mas também, e talvez principalmente, como uma positividade em oposição a outra, o feminino, sustentando, desse modo, a noção de diferença sexual como uma “realidade”, conforme abordamos.

Outra questão que atravessa o discurso das masculinidades, como observamos, é a questão do sujeito. A partir da perspectiva em que compreendemos o sujeito, as masculinidades, enquanto posições, estão sujeitas ao paradoxo entre a estabilização de sentidos, através de processos de evidenciação, e da ruptura de sentidos, uma condição para processos de transformação.

Por essas questões, nos interessou analisar o discurso das masculinidades na relação entre suas determinações ideológicas e o real,

conforme a noção de real apontada por Pêcheux ao abordar sobre a descrição das materialidades discursivas:

Uma descrição (...) não é uma apreensão fenomenológica ou hermenêutica na qual descrever se torna indiscernível de interpretar: essa descrição supõe ao contrário o reconhecimento de um real específico sobre o qual ela se instala: o real da língua (cf. J. Milner, especialmente em *L'Amour de la Langue*). Eu disse bem: a língua. Isto é, nem linguagem, nem fala, nem discurso, nem texto, nem interação conversacional, mas aquilo que é colocado pelos lingüistas como a condição de existência (de princípio), sob a forma da existência do simbólico, no sentido de Jakobson e de Lacan. (PÊCHEUX, 2002, p. 50)

Esse foi o percurso que fizemos para tratar do impossível no discurso das masculinidades. Percurso que ainda tenta encontrar os caminhos mais apropriados, que ao encontrá-los, tenta ir até o fim. Percurso de tentativas.

CONCLUSÃO

Um homem é um homem, no que não vê e no que consome.

(ROSA, J. G., 2001, p. 506-7)

Nessa pesquisa, analisamos como “aconteceram” a historicização e institucionalização das masculinidades no Brasil. Para isso, utilizamos o aparato teórico da Análise do Discurso. Na análise, observamos que enunciados dos estudos das masculinidades funcionam na instauração de uma realidade apresentada como “nova”, a de interpretar o masculino como algo plural. No entanto, muito antes da existência desses estudos, já se abordavam tipos masculinos diversos, inclusive aqueles tipos distintos do que se considera atualmente uma masculinidade tradicional e/ou hegemônica.

Nessa perspectiva, os estudos das masculinidades produzem o discurso fundacional das masculinidades, ou seja, um discurso que se apresenta como fundador da pluralidade do masculino, através da produção de uma ilusão de corte ou ruptura. Assim, tais estudos constituem o presente desse discurso, recortando um passado e instaurando uma futuridade.

O passado desse discurso não são exatamente todas as práticas que interpretaram tipos diversos do masculino, mas algumas práticas contemporâneas, como a busca da (re-)significação positiva da homossexualidade, a defesa da diversidade sexual e o surgimento e propagação da identidade metrosssexual, o que ajuda na formulação de uma ilusão de corte ou ruptura. Isso significa que esse passado é uma construção, onde ocorrem apagamentos da história e seleção de sentidos. Além disso, esse passado é construído como a gênese do discurso das masculinidades, explicando, assim, o seu surgimento.

A futuridade do discurso das masculinidades são as possibilidades “de dizer” que foram abertas por esse discurso. Um bom exemplo disso são as políticas públicas acerca do masculino que, embora se apoiem nos estudos das

masculinidades, restringem o campo de atuação a respeito do assunto e ressignificam o termo masculinidades.

Todavia, algo de novo aconteceu através dos estudos das masculinidades. Esses estudos organizaram algumas práticas distintas e assimétricas que interpretavam possibilidades diversas do masculino, ao mesmo tempo em que silenciaram outras, e produziram o termo masculinidades, historicizando e institucionalizando uma unidade que se refere a uma multiplicidade, o que contribuiu para a aparência de que a interpretação de uma pluralidade do masculino apenas tivesse ocorrido com o surgimento desse termo.

Nesse sentido, os estudos das masculinidades, revestidos do poder que a ciência possui em nossa sociedade contemporaneamente, criam uma grade de possibilidades de inscrição do sujeito em posições referentes à construção do masculino. Em outras palavras, esses estudos sintetizam as possibilidades de “ser homem” no mundo atual.

Dessa forma, os estudos das masculinidades caem na armadilha que inclusive combatem: a de aprisionamento e controle do sujeito. E não tem como ser de outra forma. Portanto, quando tais estudos defendem o respeito ao sujeito e à sua liberdade, eles querem dizer sobre a liberdade de escolha do que está historicizado como possibilidade do masculino e, se possível, institucionalizado também. Tanto isso é verdade que, embora os estudos das masculinidades defendam “tipos masculinos” historicamente marginalizados, como o gay, o negro, o pobre, há outros que são combatidas, ligados a práticas sexuais condenadas e a práticas de violência, por exemplo.

No Brasil, a publicação impressa dos estudos das masculinidades ainda é pequena, mas existe uma diversidade de produção sendo apresentada em eventos acadêmicos e circulando na internet.

Acreditamos que o discurso das masculinidades apenas se tornou possível porque ele aconteceu em uma época marcada pela ideologia do multiculturalismo, ou seja, uma ideologia que sustenta práticas diversas de “pluralidade de identidades”, já que se interessa na colonização das “identidades fragmentadas”.

O multiculturalismo é a ideologia do capitalismo global, o que nos faz supor que esse discurso é típico das sociedades consideradas ocidentais. Assim, não seriam todas as sociedades contemporâneas que conheceriam uma realidade em que o masculino é interpretado como algo plural.

É interessante observar que a ideologia do multiculturalismo é uma ideologia dos países ricos que se espalha para todo o mundo ocidentalizado. É interessante observar também que o discurso das masculinidades e suas práticas, incluindo o seu presente, passado e sua futuridade, acontecem primeiro em países como Estados Unidos da América e Inglaterra, para depois se disseminarem pelo mundo ocidentalizado. Assim, parece que há algo de imperialista na difusão do discurso das masculinidades pelo mundo. Esse é um tema que merece ser investigado.

Um outro tema que também merece ser investigado é o funcionamento da masculinidade considerada tradicional e hegemônica no discurso das masculinidades. Ela é muito atuante como modelo do masculino no imaginário de nossa sociedade. Assim, caberia investigar, de um lado, os possíveis deslocamentos que ela sofreu, e, por outro lado, a sua resistência, manutenção e domínio, incluindo a sua penetração nas práticas do discurso das masculinidades que buscam combatê-la.

O debate acerca das masculinidades ainda é muito recente, o que nos instigou para realizar a pesquisa, mas também nos assustou. Uma das dificuldades de realização da pesquisa foi justamente o fato de ainda não termos o distanciamento, talvez necessário, da história do discurso das masculinidades. Não conseguimos olhar para trás para enxergarmos de longe esse discurso, porque ele é recente e está em pleno funcionamento, dissimulando sua gênese, seu alcance, sua direção.

Outra grande dificuldade da pesquisa, para um analista de discurso, foram os limites de conhecimento em áreas tão diversas que a análise do discurso das masculinidades mobiliza, como o conhecimento em história, antropologia, sociologia, psicanálise, estudos culturais e, mais especificamente, os estudos de gênero. Todas essas áreas possuem uma vasta e pertinente produção científica.

Esperamos que nossa pesquisa sobre a historicização e institucionalização das masculinidades no Brasil possa contribuir para o debate sobre a questão do masculino no mundo contemporâneo, e principalmente no nosso país. Também esperamos contribuir com a história dos discursos, à medida que tentamos fazer história de outra forma, ou seja, a partir da perspectiva discursiva.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBUQUERQUE JR., D. M. de e CEBALLOS, R. TRILHAS URBANAS, ARMADILHAS HUMANAS: a construção de territórios de prazer e de dor na vivência da homossexualidade masculina no Nordeste brasileiro dos anos 1970 e 1980. In: SCHPUN, M. R.(org.). *Masculinidades*. São Paulo: Boitempo Editorial; Santa Cruz do Sul, Edunisc, 2004, p. 129-150.
- ALTHUSSER, L. *Aparelhos ideológicos do Estado*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1974.
- ALTHUSSER, L. Observação sobre uma categoria: "Processo sem sujeito nem fim(s). In: *Posições I*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978, p. 66-71.
- BADINTER, E. *XY: sobre a identidade masculina*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.
- BAUMAN, Z. *Modernidade líquida*. Trad Plinio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.
- BAUMAN, Z. *O mal estar da pós-modernidade*. Trad Mauro Gama, Cláudia Martinelle Gama. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998.
- BUTLER, J. P. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Trad. Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- CECCHETTO, F. R. *Violência e estilos de masculinidade*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2004.
- CHEMAMA, Roland & VANDERMERSCH, Bernard. *Dicionário de Psicanálise*. Porto Alegre, RS: Editora Unisinos, 2007.
- CONNELL, R. W. *Masculinities*. 2nd ed. Berkeley and Los Angeles, California: University of California Press, 2005.
- CONNELL, R. W e MESSERSCHMIDT, J. W. Masculinidade hegemônica: repensando o conceito. In: *Rev. Estud. Fem.* vol.21 no.1 Florianópolis Jan./Apr. 2013

ESTACOLCHIC, Renato e RODRÍGUEZ, Sérgio. *Filhos de mamãe: destinos da sexualidade masculina*. Tradução Francisco Franke Settineri. Salvador, BA: Ágalma, 2011.

FERNANDÉZ, J. Foucault: Marido o Amante? Algumas tensiones entre Foucault y el feminismo. In: ESTUDOS FEMINISTAS, 2º semestre, 2000, p. 127-147.

FERRARI, A. Revisando o passado e construindo o presente: o movimento gay como espaço educativo. In: *Revista Brasileira de Educação*, nº 25, Jan/Fev/Mar/ Abr 2008.

FERREIRA, M. C. L. *Da ambigüidade ao equívoco: a resistência da língua nos limites da sintaxe e do discurso*. Porto Alegre: Ed. Universidade/ UFRGS, 2000.

FLOCKER, M. *O metrossexual: guia de estilo*. Um manual para o homem moderno. Trad. Santiago Nazarian. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2004.

FOUCAULT, M. *A arqueologia do saber*. Trad. Luiz Felipe Baeta Neves. 7ª. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.

FOUCAULT, M. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 16ª. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

FOUCAULT, M. O que é um autor? In: *Estética: literatura e pintura, música e cinema*. Trad. Inês Autran Dourado Barbosa. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

FREUD, S. *Obras psicológicas completas de Sigmund Freud: edição standart brasileira. Vol. XIX – O ego e o id e outros trabalhos (1923-1925)*; com comentários e notas de James Strachey; em colaboração com Anna Freud; assistido por Alix Strachey e Alan Tyson; traduzido do alemão e do inglês sob a direção geral de Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 1996, p. 273-286.

FRY, P e MACRAE, E. *O que é homossexualidade*. São Paulo: Abril Cultural: Brasiliense, 1985.

FRY, P. *Para inglês ver; identidade e política na cultura brasileira*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1982.

GADET, F. LÉON, J. MALDIDIER, D. e PLON, M. A apresentação da conjuntura em lingüística, em psicanálise e em informática aplicada ao estudo dos textos na França, em 1969 In: GADET, F. e HAK, T. *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Trad. Bethania S. Mariani et al. 3ª. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1997, cap. 2.

GUIMARÃES, E. *Semântica do acontecimento: um estudo enunciativo da designação*. 2ª ed. Campinas, SP: Pontes, 2005.

HAROCHE, C. *Vouloir Dire Faire Dire*, PUL, Lille, 1987. Trad. bras. Querer Dizer, Fazer Dizer, E. Orlandi et alli, Hucitec, São Paulo.

HOBBSAWM, E. J. *Era dos extremos: o breve século XX: 1914 – 1991*. Trad. Marcos Santarrita. Revisão técnica Maria Cecília Paoli. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, cap. 14.

KIMMEL, M. S. e KAUFMAN, M. Weekend warriors: the new men's movement. Profeminist men respond to the mythopoetic men's movement (and the mythopoetic leaders answer). In: KIMMEL, M. S. (org.) *Politics of manhood*. Philadelphia: Temple University Press, 1995, p. 16-39.

LACAN, J. A significação do falo. In: *Escritos*. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1998, p. 692-703.

LACAN, Jacques. *O seminário, livro 5: as formações do inconsciente*. Texto estabelecido por Jacques-Alain Miller; tradução de Vera Ribeiro; revisão de Marcus André Vieira. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1999.

LACAN, J. *O seminário, livro 11: os quatro conceitos fundamentais da psicanálise*. 3 ed. Versão brasileira de M. d. Magno. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1988.

LACAN, J. *O seminário, livro 18: De um discurso que não fosse semblante*. Texto estabelecido por Jacques-Alain Miller; Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2009.

LEITE, N. V. de A. *Psicanálise e análise do discurso: o acontecimento na estrutura*. Rio de Janeiro: Campo Matêmico, 1994.

- LEITE, N. V. de A. Só há Causa daquilo que Falha. In: FONSECA-SILVA, M. da C; SANTOS, E. J. dos (org.). *Estudos da língua(gem): Michel Pêcheux e a análise do discurso*. Vitória da Conquista/BA: Edições UESB, 2005, p. 77-82.
- MACARY-GARIPUY, P. e LAPEYRE, M. Duas ou três coisas sobre o gênero, a sexuação e o gozo. In: *STYLUS: REVISTA DE PSICANÁLISE*, nº 13. Rio de Janeiro: Associação Fóruns do Campo Lacaniano, outubro de 2006, p. 57-70.
- MACHADO, L. Z. MASCULINIDADES E VIOLÊNCIAS - Gênero e mal-estar na sociedade contemporânea. In: SCHPUN, M. R.(org.). *Masculinidades*. São Paulo: Boitempo Editorial; Santa Cruz do Sul, Edunisc, 2004, p. 35-78.
- MACHO: uma espécie em revolução. *Jornal da Tarde/ Revista JT*, São Paulo, p. 6-7, 18/06/2006.
- MALDIDIER, D. *A inquietação do discurso: (re)ler Michel Pêcheux hoje*. Trad. Eni P. Orlandi. Campinas, SP: Pontes, 2003.
- MESSNER, M. Masculinities in athletic careers. In: ANDERSEN, M. L. e COLLINS, P. H. *Race, class and gender: an anthology*. Wadsworth, 1997, p. 165-179.
- MOITA LOPES, L. P. da. *Identidades fragmentadas: a construção discursiva de raça, gênero e sexualidade em sala de aula*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2002.
- NOLASCO, S. *De Tarzan a Homer Simpson: banalização e violência masculina em sociedades contemporâneas ocidentais*. Rio de Janeiro, 2001. (Gênero Plural)
- OLIVEIRA, P. P. de. *A construção social da masculinidade*. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2004.
- ORLANDI, E. P (org.). *Discurso Fundador*. 3ª ed. Campinas, SP: Pontes, 2003b.
- ORLANDI, E. P. *Análise do discurso: princípios e procedimentos*. 5ª. ed. Campinas, SP: Pontes, 2003a.
- ORLANDI, E. P. *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. 6ª ed. Campinas, Editora da Unicamp, 2007.
- ORLANDI, E. P. *Discurso e leitura*. São Paulo/Campinas, Cortez/Editora da Unicamp, 1988.

ORLANDI, E. P. e RODRÍGUEZ-ALCALÁ, C. A produção do consenso nas políticas públicas urbanas: entre o administrativo e o jurídico (CAel) In: RODRÍGUEZ-ALCALÁ, C (org.). *Cidade, consenso e políticas públicas*. Campinas, 2004, cap. 1.

PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS: terceiro e quarto ciclos: apresentação dos temas transversais. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 2001, p. 115-165 e 289-335.

PÊCHEUX, M e FUCHS, C. A propósito da Análise Automática do Discurso: atualizações e perspectivas (1975). In: GADET, F. e HAK, T. *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Trad. Bethania S. Mariani... [ET AL.] 3 ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1997, cap. 4.

PÊCHEUX, M. Análise Automática do discurso (AAD-69). In: GADET, F. e HAK, T. *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Trad. Bethania S. Mariani et al. 3ª. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1997, cap. 3.

PÊCHEUX, M. *O Discurso: estrutura ou acontecimento*. Trad. Eni Puccinelli Orlandi. 3ª ed. Campinas, SP: Pontes, 2002.

PÊCHEUX, M. Papel da memória. In: ACARD, P. et. al. *Papel da memória*. Trad. José Horta Nunes. Campinas, SP: Pontes, 1999, cap. 4.

PÊCHEUX, M. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Trad. Eni Orlandi et al. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1988.

POLI, M. C. *Feminino/ masculino*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2007.

Revista UM Universo Masculino, março de 2008.

ROSA, J. G. *Grande Sertão: Veredas*. 19 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

SAUSSURE, F. de. *Curso de lingüística geral*. Tradução de Antônio Chelini et al. 22ª. ed. São Paulo: Cultrix, 2000

SCHPUN, M. R. DE CANHÃO A CARTOLA: meandros de um itinerário emblemático (Carlota Pereira de Queiroz, 1892-1982). In: SCHPUN, M. R.(org).

Masculinidades. São Paulo: Boitempo Editorial; Santa Cruz do Sul, Edunisc, 2004, p. 203-235

SCHPUN, M. R.(org). *Masculinidades*. São Paulo: Boitempo Editorial; Santa Cruz do Sul, Edunisc, 2004.

TREVISAN, J. S. *Seis balas num buraco só: a crise do masculino*. Rio de Janeiro: Record, 1998.

ZIZEK, S. (org) *Um mapa da ideologia*. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

ZIZEK, S. Multiculturalismo, ou a lógica cultural do capitalismo multinacional. In: DUNKER, C. e PRADO, J. L. A (orgs). *Zizek crítico: política e psicanálise na era do multiculturalismo*. São Paulo: Hacker Editores, 2005, cap. 1.

ZOPPI-FONTANA, M. G. Sonhando a Pátria: os fundamentos de repetidas fundações. In: ORLANDI, E. P (org.). *Discurso Fundador*. 3ª ed. Campinas, SP: Pontes, 2003b.

Sites

6º SEMINÁRIO NACIONAL HOMENS E MASCULINIDADES. Apresentação. Disponível em http://www.papai.org.br/masculinidades2010/conteudo/view?ID_CONTEUDO=438, acessado em 08/06/2010.

Aluno transgênero poderá escolher o banheiro e o tipo de uniforme escolar. Disponível em <http://g1.globo.com/educacao/noticia/2015/03/aluno-transgenero-podera-escolher-o-banheiro-e-o-tipo-de-uniforme-escolar.html>, acessado em 15.05.2015

asmuquiranas.com.br, acessado em 30.04.2013

ASSASSINATOS DE HOMOSSEXUAIS NO BRASIL, 2005. Disponível em <http://www.ggb.org.br/assassinatos2005.html>, acessado em 08/06/2010.

BONOMO, M., BARBOSA, P. V. e TRINDADE, Z. A. *Homens: gênero e identidade em grupos tradicionais, metrosssexuais e homossexuais*. In: Revista

eletrônica de psicologia política, año 6, nº 17, agosto de 2008. Disponível em <http://pepsic.bvs-psi.org.br/pdf/repp/v6n17/v6n17a04.pdf>, acessado em 3/1/2009.

BUARQUE, C. *O que será (a flor da terra)*. Disponível em <http://letras.terra.com.br/chico-buarque/7583/o-que-sera-a-flor-da-terra-print.html>, acessado em 9/4/2009.

CLAM. Disponível em <http://www.clam.org.br/publique/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?inoid=4274&sid=43>, acessado em 3/1/2009.

CRUZ, C. C. *A Indústria descobre o retrosssexual*. Disponível em <http://www.terra.com.br/istoedinheiro/411/negocios/retrosssexual.htm>, acessado em 3/1/2009.

EU ME AMO, EU ME AMO (entrevista – Mark Simpson). Disponível em http://veja.abril.com.br/especiais/homem,2004/p_022.html, acessado em 20/3/2008.

FRANÇA, I. L. “Cada macaco no seu galho?": poder, identidade e segmentação de mercado no movimento homossexual. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol 21, nº 60, São Paulo, 2006. Disponível em www.scielo.br/scielo.php?cript=sci_arttex&pid=S0102-69092006000100006, acessado em 28/8/2008.

FRANÇA, I. L. e FACCHINI, R. Movimento homossexual no Brasil e políticas de identidade: possibilidades e limites. In: ORTELLADO, P. (org). *Pensamento em movimento*, São Paulo: Conrad. (no prelo) Apud: FRANÇA, I. L. “Cada macaco no seu galho?": poder, identidade e segmentação de mercado no movimento homossexual. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol 21, nº 60, São Paulo, 2006. Disponível em www.scielo.br/scielo.php?cript=sci_arttex&pid=S0102-69092006000100006, acessado em 28/8/2008.

FREJAT e ALVIN L. *Homem não chora*. Disponível em <http://letras.terra.com.br/frejat/65523/homem-nao-chora-print.html>, acessado em 10/4/2009.

GARCIA, W. *O corpo contemporâneo: a imagem do metrossexual no Brasil*. In: Mneme- Revista Virtual de Humanidades, no. 11, v. 5, jul/set 2004. Disponível em <http://www.seol.com.br/mneme>, acessado em 18.6.2008.

HOUAISS. *Masculinidade*. Disponível em <http://v.houaiss.uol.com.br/zoom.php?verbete=masculinidade&stipe=k>, acessado em 25/3/2008.

INSTITUTO PAPAI. Disponível em <http://www.papai.org.br/index.php?goto=quemsomos.php>, acessado em 21/01/2008.

MACHISMO GAY. Disponível em <http://tinhaemmente.blogspot.com/2008/09/machismo-gay.html>, acessado em 01/11/2009

MATTOS, J. e CHENG, M. *Masculinidades e cidadania*. Disponível em [http://inovando.fgvsp.br/conteudo/documentos/20experiencias2004/2Masculinidades e Cidadania.pdf](http://inovando.fgvsp.br/conteudo/documentos/20experiencias2004/2Masculinidades_e_Cidadania.pdf), acessado em 21/1/2008

METROSSEXUAL. Disponível em http://www.farofadigital.com.br/comportamento_metrossexual.htm, acessado em 13.5.2005.

MICHAELIS. *Feminino*. Disponível em [www.http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php?lingua=portugues-portugues&palavra=feminino](http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php?lingua=portugues-portugues&palavra=feminino), acessado em 3/7/2008b.

MICHAELIS. *Masculinidade*. Disponível em <http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php?lingua=portugues-portugues&palavra=masculinidade>, acessado em 25/3/2008c.

MICHAELIS. *Masculino*. Disponível em [www.http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php?lingua=portugues-portugues&palavra=masculino](http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php?lingua=portugues-portugues&palavra=masculino), acessado em 3/7/2008a.

PME Cor ou Raça - Setembro de 2006. Disponível em http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=737, acessado em 08/06/2010.

PSICOLOGIA DO HOMEM ROMÂNTICO. Disponível em <http://auladeliteraturaportuguesa.blogspot.com/2008/06/psicologia-do-homem-romnti...>, acessado em 29/12/2009.

QUER SER UM DÂNDI? Disponível em http://mundooi2.oi.com.br/materia_revista_68/89929_Quer_ser_um_dandi_.htm, acessado em 29/12/2009.

REIS, N. *O segundo sol*. Disponível em <http://letras.terra.com.br/cassia-eller/12570/o-segundo-sol-print.html>, acessado em 10/4/2009.

SILVA, M. M. V. de A. et al. *Paternidade e políticas públicas: o papel da extensão na viabilização dos direitos reprodutivos*. Disponível em http://www.pr5.ufrj.br/cd_iberobiblioteca_pdf/saude/69_congressoextensao.pdf, acessado em 21/01/2008.

SÍNTESE DE INDICADORES SOCIAIS. Disponível em <http://www.ibge.gov.br>, acessado em 19/3/2010.

TENÓRIO, B. L. e PINTO, R. P. A. O fenômeno metrossexual: o papel da publicidade na construção de um novo modelo de homem. Disponível em <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2005/resumos/R1093-1.pdf>, acessado em 8.2.2007.

VELOSO, C. *Eu sou neguinha?* Disponível em <http://www.letras.com.br/caetano-veloso/eu-sou-neguinha>, acessado em 09/10/2010a.

VELOSO, C. *Oração ao tempo*. Disponível em <http://letras.terra.com.br/caetano-veloso/44760/>, acessado em 08/06/2010b.

WAKABARA, J. *Metrossexuais nada: a onda agora são os überssexuais*. Disponível em http://chic.ig.com.br/site/secao.php?secao_id=2&materia_id=2790, acessado em 14/4/2009.

WHAT IS INTERSEX? Disponível em http://www.isna.org/faq/what_is_intersex, acessado em 08/06/2010.

WIKIPEDIA. *Metrossexual*. Disponível em <http://pt.wikipedia.org/wiki/Metrossexual>, acessado em 8/2/2007.

WIKIPEDIA. *Travesti*. Disponível em <http://pt.wikipedia.org/wiki/Travesti>, acessado em 8/2/2008.